

**UNIVERSIDADE DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, EDUCAÇÃO E LETRAS – CCHEL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - PPGH**

CINTIA WOLFART

**"O NOVO JÁ NASCE VELHO": OS CLUBES 4-S E A MODERNIZAÇÃO DA
AGRICULTURA NO OESTE DO PARANÁ (1950-1980)**

MARECHAL CÂNDIDO RONDON/PARANÁ

2017

**UNIVERSIDADE DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE
CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, EDUCAÇÃO E LETRAS – CCHEL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA - PPGH**

CINTIA WOLFART

**"O NOVO JÁ NASCE VELHO": OS CLUBES 4-S E A MODERNIZAÇÃO DA
AGRICULTURA NO OESTE DO PARANÁ (1950-1980)**

Dissertação de Mestrado apresentada à banca examinadora do Programa de Pós- Graduação em História, nível Mestrado, como exigência para a obtenção do título de Mestre em História, pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná-UNIOESTE *campus* de Marechal Cândido Rondon.

Orientador: Prof. Dr. Marcio Antônio Both da Silva.

MARECHAL CÂNDIDO RONDON/PARANÁ

2017

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
(Biblioteca da UNIOESTE – Campus de Marechal Cândido Rondon – PR., Brasil)

W855n Wolfart, Cintia
 “O novo já nasce velho”: os Clubes 4-S e a modernização da agricultura no oeste do
Paraná (1950-1980) / Cintia Wolfart. – Marechal Cândido Rondon, 2017.
 267 f.

Orientador: Prof. Dr. Márcio Both da Silva

Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná,
Campus de Marechal Cândido Rondon, 2017.

1. Extensão rural - Oeste Paranaense (Mesorregião : PR). I. Silva, Márcio Both. II.
Título.

CDD 22.ed. 630.715
338.1098162
CIP-NBR 12899

Ficha catalográfica elaborado por Marcia Elisa Sbaraini-Leitzke CRB-9/539



unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Campus de Marechal Cândido Rondon - CNPJ 78680337/0003-46
Rua Pernambuco, 1777 - Centro - Cx. P. 91 - <http://www.unioeste.br>
Fone: (45) 3284-7878 - Fax: (45) 3284-7879 - CEP 85960-000
Marechal Cândido Rondon - PR.



PARANÁ
GOVERNO DO ESTADO

Programa de Pós-Graduação em História

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE CÍNTIA WOLFART, ALUNO(A) DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE, E DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO DO PROGRAMA E O REGIMENTO GERAL DA UNIOESTE.

Ao(s) 30 dia(s) do mês de março de 2017 às 14h00min, no(a) Unioeste - Campus de Marechal Cândido Rondon, realizou-se a sessão pública da Defesa de Dissertação do(a) candidato(a) Cíntia Wolfart, aluno(a) do Programa de Pós-Graduação em História - nível de Mestrado, na área de concentração em História, Poder e Práticas Sociais. A comissão examinadora da Defesa Pública foi aprovada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em História. Integraram a referida Comissão os(as) Professores(as) Doutores(as): Marcio Antônio Both da Silva, Graciela Bonassa Garcia, Paulo José Koling, Marcos Alexandre Smaniotto. Os trabalhos foram presididos pelo(a) Marcio Antônio Both da Silva, orientador(a) do(a) candidato(a). Tendo satisfeito todos os requisitos exigidos pela legislação em vigor, o(a) candidato(a) foi admitido(a) à Defesa de DISSERTAÇÃO DE MESTRADO, intitulada: "O novo já nasce velho: os Clubes 4-S e a modernização da agricultura no oeste do Paraná (1950-1980)". O(a) Senhor(a) Presidente declarou abertos os trabalhos, e em seguida, convidou o(a) candidato(a) a discorrer, em linhas gerais, sobre o conteúdo da Dissertação. Feita a explanação, o(a) candidato(a) foi arguido(a) sucessivamente, pelos(as) professores(as) doutores(as): Graciela Bonassa Garcia, Paulo José Koling, Marcos Alexandre Smaniotto. Findas as arguições, o(a) Senhor(a) Presidente suspendeu os trabalhos da sessão pública, a fim de que, em sessão secreta, a Comissão expressasse o seu julgamento sobre a Dissertação. Efetuado o julgamento, o(a) candidato(a) foi **aprovado(a)**. O(A) CANDIDATO(A) FARÁ JUS AO TÍTULO DE MESTRE(A) EM HISTÓRIA APÓS CUMPRIR TODOS OS REQUISITOS DO REGULAMENTO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA. A seguir, o(a) Senhor(a) Presidente reabriu os trabalhos da sessão pública e deu conhecimento do resultado. E, para constar, o(a) Coordenador(a) do Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná - UNIOESTE - Campus de Marechal Cândido Rondon, lavra a presente ata, e assina juntamente com os membros da Comissão Examinadora e o(a) candidato(a).



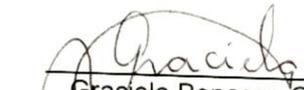
Marcio Antônio Both da Silva (Orientador)
UNIOESTE - Campus de Marechal Cândido Rondon



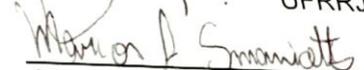
Paulo José Koling
UNIOESTE - Campus de Marechal Cândido Rondon



Cíntia Wolfart
Candidata



Graciela Bonassa Garcia
UFRRJ



Marcos Alexandre Smaniotto
SEED



Coordenador do Programa de Pós-Graduação em História

“Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem como querem, não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado.”

“A tradição de todas as gerações mortas oprime como um pesadelo o cérebro dos vivos. E justamente quando parecem empenhados em revolucionarem a si e às coisas, em criar algo que jamais existiu, precisamente nesses períodos de crise revolucionária os homens conjuram ansiosamente em seu auxílio os espíritos do passado, tomando-lhes emprestados os nomes, os gritos de guerra e as roupagens, a fim de se apresentarem nessa linguagem emprestada.”

Karl Marx

AGRADECIMENTOS

O ano de 2013 significou um momento importante da minha trajetória acadêmica enquanto pesquisadora. Foi nesse período em que meu Professor e amigo Marcio Antônio Both me proporcionou pesquisar e investigar temas relacionados à Questão Agrária, mais especificamente sobre o processo de modernização da agricultura no Oeste do Paraná. Desde então, venho me dedicando aos assuntos relacionados a essa área do conhecimento. Posso dizer então que este trabalho é resultado de um considerável período de estudo, de levantamento e análise de fontes e de bibliografias.

Sem dúvida alguma, foram várias as pessoas que foram importantes durante toda a minha trajetória acadêmica. Assim, faço um agradecimento especial à minha família, meu companheiro, amigo e meu marido Marcos Vinícius Ribeiro e a minha filha Carolina Wolfart Ribeiro, que vivenciaram e acompanharam junto comigo cada momento desse processo. Aproveito, também, para agradecer aos meus pais, minha irmã Senaide e o Daniel que, também, estiveram sempre junto comigo me apoiando em todas as situações.

Em termos acadêmicos, faço um agradecimento especial ao meu orientador Marcio Antônio Both da Silva, que sem dúvida é o principal responsável pela minha inclusão no mundo da pesquisa sobre a questão agrária e ao universo rural. Foi ele quem me ajudou a aprimorar os conhecimentos acerca desse mundo de pesquisa.

O curso de mestrado proporcionou conhecer pessoas importantes e que contribuíram para a minha formação. Refiro-me aos meus professores do mestrado. Além disso, aproveito para agradecer também ao Paulo José Koling e a Graciela Garcia que foram membros da banca de qualificação e que teceram críticas, contribuições e caminhos para o amadurecimento da pesquisa.

Agradeço ainda, o apoio recebido dos meus amigos e amigas que acompanharam o processo de desenvolvimento dessa dissertação e proporcionaram momentos inesquecíveis de diversão, distração com música, churrasco, chimarrão e boas conversas. Agradeço especialmente a Fabiana, Maria Cristina, Sandra, Claudia, Keli, Sabrina e Veridiana.

Aos entrevistados que possibilitaram conhecer melhor tanto a realidade do universo rural quanto as ações da extensão e dos Clubes 4-S no Oeste do Paraná. Aos funcionários do arquivo da EMATER localizada em Curitiba, pela disponibilização das fontes importantes para esta pesquisa. Também, aos funcionários da Biblioteca Pública

de Curitiba, a EMATER de Marechal Cândido Rondon e ao Núcleo de Documentação e Pesquisa sobre o Oeste do Paraná (CEPEDAL), os quais proporcionaram dar vida a esta dissertação. Meu obrigado, também, aos funcionários da secretaria do Curso de Pós-Graduação em História por resolver as diversas situações burocráticas nesse processo.

Enfim, agradeço ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) por financiar meus estudos na maior parte da minha trajetória no mestrado.

Gostaria também de acrescentar que penso essa pesquisa não como um trabalho definitivo e conclusivo. Pelo contrário, as análises que desenvolvi são uma contribuição para futuros estudos relacionada à questão agrária. Trata-se de uma área que requer aprofundamento, críticas, conhecimentos e elaborações de pesquisa acerca desse campo de análise.

RESUMO

Esta pesquisa problematiza a atuação dos Clubes 4-S (Saber, Sentir, Saúde, Servir) na região Oeste do Paraná, mais especificamente no município de Marechal Cândido Rondon. Este programa foi implantado pelo Escritório Técnico de Agricultura (ETA projeto nº 15), órgão binacional criado no Brasil em 1953 a partir de um acordo entre os governos estadunidense e brasileiro. Esta instituição foi responsável pela fundação e desenvolvimento da Extensão Rural no Estado do Paraná a partir de 1956 e, também, pela difusão do projeto de modernização da agricultura em algumas outras regiões do Brasil. A matriz desses Clubes é estadunidense (os Clubes 4-H's que significava Head, Heart, Hands e Health, ou seja, Cabeça, Coração, Mãos, e Saúde) e, enquanto parte da extensão, ambicionaram servir como um elo entre o saber científico e sua aplicação na agricultura de subsistência considerada pela extensão rural como "arcaica". Os Clubes 4-S surgiram no Brasil num contexto em que os dilemas da produção agrícola eram vistos como principal entrave para o desenvolvimento econômico do país. O Estado formulou e reproduziu medidas para aumentar crescentemente a produtividade agrícola. Nesta pesquisa, foi possível constatar nos discursos das agências de extensão rural o interesse em tornar os jovens rurais os principais condutores/líderes da modernização da agricultura nesta região. Por outro lado, os 4-S pretendiam formar sujeitos aptos para lidar com estas técnicas e tecnologias "modernas" difundidas pela Extensão Rural. As principais fontes de análise para a elaboração desta pesquisa são os relatórios das agências de extensão rural do Paraná, tais como do ETA projeto nº15, da Acarpa, as diretrizes da Acarpa, os Jornais locais como o "Rondon Comunicação" e fontes da rádio Difusora como o programa "Frente Ampla de Notícias". Trata-se em parte de documentos disponibilizados pelo Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER de Curitiba-PR, pelo Núcleo de Documentação e Pesquisa sobre o Oeste do Paraná - CEPEDAL, bem como, pela rádio Difusora de Marechal Cândido Rondon.

PALAVRAS-CHAVE: Clubes 4-S, Escritório Técnico de Agricultura (ETA), Extensão Rural, Oeste do Paraná.

RESUMEN

"El nuevo nace viejo": los 4-s Clubes y la Modernización de la Agricultura en el Oeste de Paraná (1950-1980).

La investigación analiza las actividades de los Clubes 4-S (Conocer, Sentir, Salud, Servir) en el Oeste de Paraná, específicamente en el municipio de Rondón. Este programa fue implementado por la Oficina de Agricultura Técnica (ETA proyecto N ° 15), el cuerpo binacional establecida en Brasil en 1953 de un nuevo acuerdo entre los EE.UU. y los gobiernos de Brasil. Esta institución fue el responsable de la fundación y desarrollo de la extensión rural en el estado de Paraná entre 1956 y también para la propagación del proyecto de modernización agrícola en algunas regiones de Brasil. La matriz de estos Clubes es americano (Clubes 4-H que su significación es Cabeza, Corazón, Manos y Salud) y, al igual que la extensión rural, ambicionaran servir como enlace entre el conocimiento científico y su aplicación en la agricultura de subsistencia considerado por la extensión como "arcaica". Los Clubes 4-S aparecieron en Brasil en un contexto en el que se observaron los dilemas de la producción agrícola como el principal obstáculo para el desarrollo económico del país. El Estado formuló y ha reproducido cada vez más medidas para aumentar la productividad agrícola. En este estudio, se investigó el discurso de interés de las agencias de extensión rural en la formación de los jóvenes rurales como los principales impulsores de la modernización de la agricultura como liderazgos en esta región. Por otro lado, el 4-S destinaba-se a formarlos sujetos capaces de hacer frente a las técnicas "modernas" y las tecnologías difundidas por la extensión agrícola. Las principales fuentes de análisis para la preparación de esta investigación son los informes de las agencias de extensión rural de Paraná, como ETA proyecto n° 15, las directrices de la ACARPA, los periódicos locales como "Rondon Comunicación" y fuentes de la Radio Difusora como el programa "Frente Amplio de Noticias", documentos proporcionados por el Instituto Paraná de Asistencia Técnica y Extensión Rural – EMATER, Curitiba / Paraná, por el Centro de Documentación e Investigación del Oeste de Paraná – CEPEDAL.

PALABRAS-CLAVE: Club 4-S, Oficina de Agricultura Técnico (ETA), Extensión Rural, al Oeste de Paraná.

ABSTRACT

“The new is born old”: The Clubs 4-S and the Modernization of Agriculture in the West of Paraná (1950-1980)

This research problematize the activities of 4-S Clubs (Know, Feel, Health, Serve) in western Paraná, specifically in the municipality of Marechal Cândido Rondon. This program was implemented by the Technical Office of Agriculture (ETA project n° 15), a bi-national agency created in Brazil in 1953 based on an agreement between the US and Brazilian governments. This institution was responsible for the founding and development of Rural Extension in the state of Paraná from 1956 and also for the spread of agriculture modernization project in some other regions of Brazil. The headquarters of these clubs come from the United States (the 4-H Clubs which means Head, Heart, Hands and Health) and, as part of the extension, aspired to serve as a link between the scientific knowledge and its application in subsistence agriculture, considered by the Rural Extension as "archaic". The 4-S Clubs emerged in Brazil in a context where the dilemmas of agricultural production were seen as the main obstacle to the economic development of the country. The State has formulated and reproduced steps to increasingly raise agricultural productivity. In this research, it was possible to note in the speeches of rural extension agencies the interest in making rural youth the main conductors/leaders of the modernization of agriculture in this region. However, the 4-S intended to form subjects capable of dealing with these "modern" techniques and technologies disseminated by the Rural Extension. The main sources of analysis for the elaboration of this research are the reports of the agencies of Rural Extension of Paraná, such as ETA project n° 15, Acarpa, Acarpa guidelines, the newspapers of this city denominated “Rondon Comunicação” and transcripts of radio program “Frente Ampla de Notícias” of the radio station “Difusora”. These are in part documents provided by the Paraná Institute for Technical Assistance and Rural Extension – EMATER of Curitiba-PR –, by the Documentation and Research Center for the West of Paraná – CEPEDAL –, as well as, by the radio station “Difusora” of Marechal Cândido Rondon.

KEYWORDS: 4-S Clubs, Technical Office of Agriculture (ETA), Rural Extension, West of Paraná.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1: Mesorregiões do estado do Paraná.....	17
FIGURA 2: Localização do Município de Marechal Cândido Rondon.....	18
FIGURA 3: Fazenda de café em Ivaí/Paraná (1955).....	96
FIGURA 4: Trabalhadores classificando café em Maringá/Paraná em 1960.....	97
FIGURA 5: Relação de estados que desenvolveram a extensão rural.....	180
FIGURA 6: Emblema dos Clubes 4-S do Brasil.....	180
FIGURA 7: Padrão de uniforme dos grupos de jovens quatroessistas.....	181
FIGURA 8: Relação de municípios abrangidos pela extensão rural em 1964.....	182
FIGURA 9: Produção de porcos em Marechal Cândido Rondon.....	190
FIGURA 10: 1º Clube 4-S em Marechal Cândido Rondon, localidade de Iguiporã....	193
FIGURA 11: Fotografia de campo do aluno acompanhado e organizado pelo extensionista Rodolfo.....	197
FIGURA 12: Modelo de Paiol de Tela desenvolvido pelos extensionistas em Marechal Cândido Rondon.....	198
FIGURA 13: Entrega do relatório anual ao presidente Médici em Brasília em 1971..	208
FIGURA 14: Vinculação dos Clubes 4-S com a esfera privada.....	217
FIGURA 15: Missa e exposição dos Clubes 4-S em Mercedes.....	218
FIGURA 16: Colaboração e vinculações entre Clubes 4-S e multinacionais.....	219
FIGURA 17: Desfile da rainha 4-S.....	221
FIGURA 18: Baile de escolha da rainha 4-S.....	222
FIGURA 19: Exposição de produtos dos serviços de economia doméstica.....	223
FIGURA 20: Juventude contra a Usina de Itaipu.....	237

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: Relação das multinacionais que atuaram e atuam no Brasil.....	73
TABELA 2: Relação do número populacional rural e urbano brasileiro entre os anos de 1950 e 1980.....	80
TABELA 3: Estrutura agrária brasileira segundo condição do responsável e grupo de área, entre os anos de 1950 e 1980.....	82
TABELA 4: Configuração das propriedades no Brasil segundo grupos de áreas e regiões, entre os anos de 1950 e 1960.....	84
TABELA 5: Configuração das propriedades no Brasil segundo grupos de área entre os anos de 1970 e 1980.....	84
TABELA 6: Estrutura agrária paranaense segundo grupos de área, entre os anos de 1950 e 1985.....	85
TABELA 7: Estrutura agrária do Oeste paranaense entre os anos de 1970 e 1985.....	86
TABELA 8: Estrutura fundiária do Paraná segundo área total: formação do latifúndio e minifúndio.....	87
TABELA 9: Estrutura fundiária de Marechal Cândido Rondon, número de estabelecimentos segundo grupos de área total entre os anos de 1970 e 1985.....	88
TABELA 10: Número de tratores segundo regiões brasileiras entre os anos de 1950 e 1980.....	90
TABELA 11: Número e tipos de implementos agrícolas no Brasil entre 1950 e 1980.....	91
TABELA 12: Relação de tratores e tipos de força utilizada segundo número de estabelecimentos no Paraná (1950 – 1985).....	111
TABELA 13: Classificação das famílias beneficiadas com o programa crédito rural supervisionado.....	123
TABELA 14: Financiamentos obtidos no Paraná segundo grupos de áreas entre os anos de 1970 e 1985.....	131
TABELA 15: Relação de atividades realizadas pelo ETA projeto nº15 no Paraná, entre os anos de 1956 e 1959.....	144
TABELA 16: Relação de Clubes 4-S no Paraná, entre 1956 e 1977.....	151
TABELA 17: Relação de escritórios regionais e locais, agentes de extensão e Clubes 4-S no Paraná.....	184

TABELA 18: Relação dos Clubes 4-S que atuaram na região de Marechal Cândido Rondon, entre os anos de 1963 a 1977.....	207
TABELA 19: Exemplo de lideranças e sócios que ocuparam um papel de destaque no município de Marechal Cândido Rondon.....	211
TABELA 20: Número de tratores no Oeste do Paraná entre os anos de 1970-1985....	234
TABELA 21: Intensificação do êxodo rural no Paraná.....	238
TABELA 22: Estrutura fundiária em Marechal Cândido Rondon (1970-1985).....	239

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABCAR - Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural
ACAR - Associações de Crédito e Assistência Rural
ACARPA - Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná
ACARPRESS - Associação de Crédito e Assistência Rural Impressa
ACISO 70 - Ação Cívicos Sociais
AEAPR - Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná
AIA - Association for Economic and Social Development
AIC - Acordo Internacional do Café
BADEP - Banco de Desenvolvimento do Estado do Paraná
BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNCC - Banco Nacional de Crédito Cooperativo S.A.
BRDE - Banco Regional de Desenvolvimento Econômico
CEE-MG - Caixa Econômica do Estado de Minas
CEPRES - Comissão de Estudos de Previsão de Safras do Paraná
CETI - Centro de Ensino e Treinamento da Fazenda Ipanema
CETREC - Centro de Treinamento de Campinas
CETREISUL - Centro de Treinamento e Informação do Sul
CIP - Conselho Interministerial de Preços
COPAGRIL - Cooperativa Agroindustrial
CNA - Confederação Nacional da Agricultura
CNC 4-S - Comitê Nacional de Clubes 4-S
CPT - Comissão Pastoral da Terra
CRL - Center for Research Libraries: Global Resources Network
DSN - Doutrina de Segurança Nacional
EMA - Empreendimentos Agrícolas
EMATER - Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMBRATER - Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
ETA - Escritório Técnico de Agricultura
FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FMI - Fundo Monetário Internacional

FOA - Foreign Operations Administration

HORTISUL - Associação de Hortigranjeiros de Agudos do Sul

IBAD - Instituto Brasileiro de Ação Democrática

IBC - Instituto Brasileiro do Café

IBEC - International Basic Economy Corporation

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICA - International Cooperation Administration

INCRA - Colonização e Reforma Agrária

INDA - Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário

IPARDES - O Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social

IPES - Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais

MEC - Ministério da Educação e Cultura

OIC - Organização Internacional do Café

ONU - Organização das Nações Unidas

PDC - Partido Democrata Cristão

PIPMO - Programa Intensivo de Preparação de Mão de Obra

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PR - Partido da República

PSD - Partido Social Democrático

PTB - Partido Trabalhista Brasileiro

PTN - Partido Trabalhista Nacional

SIA - Serviço de Informação Agrícola

SEAV - Superintendência de Ensino Agrícola e Veterinário

SSR - Serviço Social Rural

TCA - Technical Cooperation Administration

UDN - União Democrática Nacional

UNICEF - Fundos das Nações Unidas para a Infância

USAID - United States Agency for International Development

USIS - United States Informations Service

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO 1 - O processo de modernização da agricultura e os programas e projetos voltados para o aumento da produtividade rural no Brasil (1950-1980) ..	33
1.1 Os primeiros passos do projeto de modernização.....	36
1.2 Da propagandeada modernização às ações efetivas: mapeando o terreno de atuação do extensionismo rural brasileiro.....	45
1.3 1964: “A Batalha da Produção”.....	55
1.4 O problema da modernização e seus vínculos internacionais.....	66
1.5 O dilema da modernização: implicações sociais, econômicas e estruturais.....	78
CAPÍTULO 2 - O processo de ocupação do Paraná e a modernização da agricultura	94
2.1 A inserção do Paraná no processo de modernização da agricultura.....	95
2.2 O processo de tecnificação da agricultura.....	100
2.3 O crédito rural: a ferramenta para a organização das empresas rurais e para a materialização do complexo agroindustrial.....	120
2.4 A modernização e o papel do Escritório Técnico de Agricultura (ETA projeto nº15) no Paraná.....	134
2.5 A Acarpa e a “velha” retórica do aumento da produção.....	145
2.6 O universo rural segundo as agências e os técnicos de extensão rural.....	158
CAPÍTULO 3 - A modernização da agricultura no Oeste do Paraná, a extensão rural e os Clubes 4-s	173
3.1 Clubes 4-S e extensionismo rural no Brasil: a juventude no centro da construção de uma memória e história oficial da agricultura brasileira de acordo com as necessidades da modernização.....	175
3.2 Extensão Rural e Clubes 4-S no Oeste do Paraná.....	183
3.3 A década de 1960: O início dos trabalhos dos Clubes 4-S em Marechal Cândido Rondon.....	187
3.4 Os primeiros anos de atuação da extensão e dos Clubes 4-S (1963-1965).....	192
3.5 Clubes 4-S: Apoio institucional e suas realizações.....	213
3.6 Modalidades de Crédito Rural: Juvenil e Orientado.....	226
3.7 “Mudanças” no projeto, mas permanência da filosofia: o chamado “modelo 80” e as redefinições do trabalho da extensão e consequências em Marechal Cândido Rondon.....	236
CONCLUSÃO	249
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E FONTES	254
FONTES	259
ANEXOS	262

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa analisa os Clubes 4-S (Saber, Sentir, Saúde, Servir) entre os anos de 1956 e 1980 na região Oeste do Paraná, mais especificamente em Marechal Cândido Rondon. Esses Clubes estiveram presentes em vários municípios do estado do Paraná, como em: Palotina, Cascavel, Toledo, Guaíra, Marechal Cândido Rondon, Irati, Lapa, Rebouças, União da Vitória entre outros. Além disso, foram criados em outras regiões do país, bem como, na América Latina, e tiveram como objetivo difundir um novo modelo de produção no ambiente rural, por meio de um projeto amplo de modernização da agricultura.

O mapa apresentado a seguir possibilita ter uma dimensão da região em estudo. Vale lembrar que as Mesorregiões é uma subdivisão interna dos estados brasileiros cunhada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a qual congrega vários municípios.

FIGURA 1: Mesorregiões do Estado do Paraná

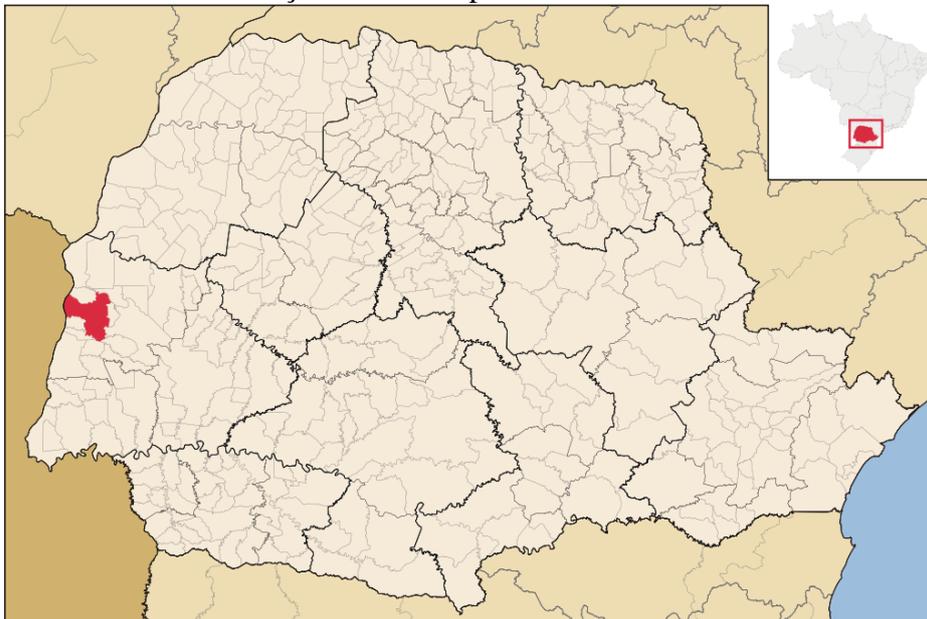


Fonte: <http://www.sites-do-brasil.com/diretorio/catimages/mapa-estado-parana.gif> acessado em Março de 2016.

A Região do Oeste Paranaense é uma das dez Mesorregiões do estado. É formada pela união de cerca de cinquenta municípios, entre eles Marechal Cândido Rondon, Entre Rios do Oeste, Santa Helena, Maripá, Medianeira, Foz do Iguaçu, São

José das Palmeiras, Palotina, Mercedes, Quatro Pontes, Cascavel, Toledo e Guaraniáçu são apenas alguns dos municípios que compreendem a região em estudo.

FIGURA 2: Localização do Município de Marechal Cândido Rondon



Fonte: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Marechal_C%C3%A2ndido_Rondon_\(Paran%C3%A1\)#/media/File:Parana_Municip_MarechalCandidoRondon.svg](https://pt.wikipedia.org/wiki/Marechal_C%C3%A2ndido_Rondon_(Paran%C3%A1)#/media/File:Parana_Municip_MarechalCandidoRondon.svg) acessado em Março de 2016.

Este mapa possibilita uma melhor compreensão da localização da região estudada, bem como, proporciona constatar a área territorial de Marechal Cândido Rondon. O referido município faz divisa com o Paraguai, e em 1950 fazia parte do município de Toledo que compunha vários outros distritos próximos da localidade estudada, tais como: Dez de Maio, Margarida, Maripá, Novo Sarandi, Quatro Pontes, Porto Mendes e Mercedes (IBGE).¹

Em 1960 Marechal C. Rondon foi desmembrado de Toledo e elevado a categoria de município. Em 1971 passou a ser constituído por 11 distritos, entre os citados pelo IBGE: Entre Rios do Oeste, Iguaporã, Margarida, Nova Mercedes, Novo Horizonte, Novo Três Passos, Pato Bragado, Porto Mendes, Quatro Pontes e São Roque (IBGE).² A partir de 1990 quatro desses distritos (Entre Rios, Mercedes, Pato Bragado e Quatro Pontes) foram emancipados, além disso, é importante lembrar que a partir de 1960 algumas dessas localidades desenvolveram uma ampla atuação dos Clubes 4-S.

¹ Posteriormente a maioria desses distritos se desmembrou e tornaram-se municípios. Dados disponíveis no IBGE: <http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?codmun=412770> acesso em junho de 2016.

² Cf. <http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?lang=&codmun=411460&search=parana|marechal-candido-rondon|infograficos:-historico> acesso em julho de 2016.

Os 4-S constituíram-se num espaço de trabalho “pedagógico-educativo” especialmente voltado para as expectativas dos jovens, filhos dos produtores rurais no interior da extensão rural.³ A matriz destes Clubes é estadunidense (os Clubes 4-H’s que significava Head, Heart, Hands e Health, ou seja, Cabeça, Coração, Mãos e Saúde), se desenvolveu nos trabalhos de articulação teórico-prática da Sociologia Rural estadunidense, e, assim como a Extensão Rural, ambicionou servir como um elo entre o saber científico e a agricultura de subsistência. Esta última era considerada pela extensão rural como o elo fraco da agricultura brasileira, além do que era definida como “arcaica”.

A Sigla brasileira (4-S) significava, segundo o estatuto desses Clubes:

Minha **cabeça** para SABER claramente
 Meu **coração** para SENTIR maior lealdade
 Minhas **mãos** para SERVIR mais e melhor,
 Minha **SAÚDE** para uma vida mais sã,
 Para minha família, meu Clube, minha comunidade, minha pátria
 (CETREISUL, Pelotas, 1961, p.15).

Saber, Sentir, Saúde e Servir era uma espécie de síntese dos objetivos a serem alcançados junto aos jovens quatroessitas. O Saber expressava o desenvolvimento da inteligência e ensinar os jovens a importância da pesquisa, experimentação e desenvolver conhecimentos científicos que pudessem ser uma solução para os problemas das famílias, das comunidades no meio rural do país. O Sentir simbolizou o desenvolvimento de sentimentos de lealdade, amizade, honestidade e treinamento da juventude numa ação cooperativa conjunta, prestando assistência para solucionar problemas rurais em conjunto com a comunidade. A Saúde significou o cuidado com o corpo e a mente, ou seja, viver higienicamente, tratando assim das condições físicas e mentais dos indivíduos para que estivessem sempre aptos para o trabalho. Além disso, houve a preocupação de racionalizar o tempo de descanso e das horas livres dos jovens despertando o desejo em aprender e ter uma vida mais ativa e rica. O Servir denotou a dedicação esperada dos jovens quatroessistas para servirem a Deus, à Pátria, à família, à comunidade e aos próprios Clubes 4-S. Por outro lado, também significava proporcionar

³ É importante destacar desde já, que ao longo desse trabalho, quando nos referimos aos produtores rurais que se envolveram no projeto, estaremos tratando de “agricultores” no sentido definido pelas agências de extensão. Usamos também o termo camponês e tradicional quando destacamos uma determinada lógica de vida e produção que é exatamente aquela que as agências buscaram combater e buscavam generalizar a partir do uso do termo agricultores, como se no campo todos fossem iguais.

a juventude rural, por meio da extensão, habilidades e visões sobre a agricultura como uma indústria, mostrando e difundido aos outros as habilidades aprendidas (BECHARRA apud SOUZA, 2003, p, 302, & GOMES, 2013, p. 70).

No caso do Paraná, os Clubes 4-S foram implantados pelo Escritório Técnico de Agricultura, ETA projeto nº15, órgão responsável pela fundação e gerência dos serviços de extensão rural no Paraná a partir de 1956 e, posteriormente, nos anos de 1960 a 1980 foram organizados pela Associação de Crédito e Assistência Rural (ACARPA) que representou a institucionalização desses serviços de extensão no estado.

O ETA foi criado no Brasil em 1953 e foi difundido em vários estados brasileiros, a partir de um acordo entre os governos estadunidense e brasileiro. Esse projeto contou com recursos oriundos da proposta de “ajuda” técnica para o desenvolvimento dos países considerados como subdesenvolvidos, como o “Ponto IV”. O interesse do programa ETA era difundir uma ampla racionalização da produção agrícola e, como indicou Alves, foi o precursor e inspirador da chamada “Revolução Verde” no Brasil (ALVES, 2013. p. 104).

A “Revolução Verde” foi formulada e idealizada pela Fundação Rockefeller e contou com apoio de poderosos grupos empresariais e multinacionais tais como a fundação Ford, Cargill, Aliança para o Progresso, Agrocere, Bancos Nacionais entre outros. Pretendia-se, por meio desse projeto, causar uma “revolução” na produção de alimentos através da difusão de técnicas, tecnologias e insumos agrícolas produzidas pela indústria. O conjunto dessas técnicas agrícolas compunham as experiências em genética vegetal voltada para a multiplicação de sementes resistentes a doenças e pragas, bem como adequadas aos diferentes tipos de solos.

Esses produtos formulados nos institutos de pesquisa formavam o chamado pacote tecnológico⁴ realizado para garantir melhores resultados na produção. Trata-se, portanto, de um tipo de racionalização da produção cujo conjunto das práticas e procedimentos técnicos não poderiam ser rompidos, sob o risco de invalidar totalmente

⁴ O chamado pacote tecnológico compreendia num conjunto de práticas e procedimentos técnicos que se articulavam entre si e que deveriam ser utilizados indivisivelmente numa lavoura, segundo padrões estabelecidos pela pesquisa. Trata-se de uma tendência à constituição de uma agricultura voltada para a precisão, baseada em equipamentos mecânicos, fertilizantes, defensivos agrícolas e sementes selecionadas/fiscalizada, produzido por indústrias multinacionais e transnacionais voltados para a agricultura. Segundo Aguiar o pacote tecnológico correspondia, na verdade a uma verdadeira linha de montagem, onde o uso de uma dada inovação técnica (ou insumo de origem industrial) exigia o emprego de uma dada inovação técnica anterior e a utilização de certa inovação técnica posterior. Essa combinação de uso de insumos (e máquinas) não poderia ser rompida, sob o risco de invalidar totalmente os resultados da exploração agrícola (AGUIAR apud SOUZA, 2003, p. 114).

os resultados da exploração agrícola.⁵ Além disso, a “Revolução Verde” foi oportunamente difundida após 1959 na América Latina como resposta a Revolução Cubana. Ela se propunha a ser “a opção pacífica” de mudança na produção sem, contudo, tocar no tema da distribuição da terra e da Reforma Agrária. Parte desta linha de racionalização passou pela organização da extensão rural e também pela criação de projetos relacionados aos Clubes 4-S.

O Programa de Clubes de jovens rurais a partir de 1958 foi uma das metodologias desenvolvidas pelo ETA. O conjunto dessas ações da extensão rural no Paraná, incluindo atividades com os jovens, líderes e comunidades em geral tiveram em vista a difusão e implantação dos objetivos do projeto de modernização da agricultura. A organização desses Clubes no estado esteve relacionada ao interesse dos Estados Unidos em difundir o projeto de desenvolvimento do capitalismo na agricultura brasileira. Pretendia com esse amplo programa aumentar a produtividade agrícola gerando um amplo excedente para as indústrias nacionais e multinacionais. Para ser possível a ampliação do projeto, foram difundidas tecnologias, preparado mão-de-obra qualificada para as indústrias, em expansão naquele contexto e orientado muitos jovens nos Clubes para liderar e transformar o meio rural em um espaço modernizado.

Os jovens rurais foram vistos pela extensão como o principal elemento e possibilidade para liderar e executar as transformações no meio rural, tais como a substituição da agricultura de subsistência por uma agricultura modernizada, mecanizada e geradora de altas taxas de produção. Paradoxalmente, o modo de vida dos produtores rurais adultos foi apresentado como principal premissa de impedimento para a modernização e a troca geracional no campo era o caminho para o desenvolvimento do capitalismo na agricultura. Senão, vejamos:

Há de se convir, contudo que não é fácil conseguir-se a alteração das atitudes, principalmente em pessoas adultas, particularmente no ambiente rural, onde o tradicionalismo primitivo, longe de ser simplesmente conservador é na realidade profundamente rotineiro.

Por isso, dedica a extensão rural especial atenção à educação da juventude, eis que a mentalidade da criança ou do adolescente é essencialmente moldável e suscetível a aprender com muito maior facilidade (...).

Tendo por objetivo geral, orientar a atividade da juventude rural no sentido do seu **adestramento** e compreensão para trabalhar coletivamente em benefício de sua família e de sua comunidade, criou o escritório técnico de agricultura – Projeto nº 15, um projeto

⁵ ALVES, 2013; BRUM, 1988.

específico denominado “programa do Clube 4-S”, eis que essa designação esta sendo adotada em todo o país, cujo planejamento, por parte dos escritórios locais, ocorreu, para o ano de 1958, nas seguintes proporções: programas de Clubes 4-S... 4 escritórios.” (Relatório ETA Projeto 15, Curitiba, 1957). [grifo meu].

Ao longo desta pesquisa me deparei com algumas dissertações, teses e até mesmo obras em diversas áreas de atuação que apresentam um debate sobre a extensão rural na perspectiva da educação rural, como por exemplo, o trabalho de SEPULCRI (2005) no Paraná. Em nossa dissertação, porém, para além de considerar a extensão rural enquanto um processo educativo avaliou-se que o “adestramento” rural é a expressão mais adequada para designar o programa de modernização proposto pelas agências estadunidenses, pois o projeto de modernização voltado para o campo foi marcado por interesses hegemônicos, por políticas públicas escoltadas pelo Ministério da Agricultura, que não tinham como objetivo promover conhecimentos para a população rural.

Trataram-se, portanto, de ações que visavam adequar às famílias rurais nas características de produção capitalista, através do seu treinamento e doutrinação, mais detidamente dos jovens, sendo que o objetivo era instaurar uma transformação geracional no campo. Da mesma forma, a documentação produzida pelos Clubes, seus gestores e financiadores, como fica visível na citação acima, nomeiam sua ação como sendo de “adestramento”. Por sua vez, adestrar em sentido algum pode ser tomado como sinônimo de conhecer.

Ao logo dos capítulos, procurou-se avaliar as características do tipo de modernização que se processou no Brasil, no Paraná e no Oeste do Paraná entre os anos de 1950 a 1980. No andamento da pesquisa, avaliamos que se tratou de um projeto para a agricultura que pretendia alterar as formas de produção no campo, introduzir insumos e equipamentos tecnológicos, pela ação das agências de extensão por meio da tentativa da troca geracional, comportamental e mental dos “agricultores”, a fim de promover maior aceitação das práticas e técnicas de produção recomendadas pela instituição de extensão. Ao longo do trabalho, avaliou-se que os métodos da agricultura de subsistência praticados pelos “agricultores”, foram vistos como principal empecilho para a difusão do projeto de modernização da agricultura e era sobre esses produtores que a extensão deveria agir.

Octávio Ianni também nos ajudou a caracterizar esse projeto difundido no Brasil. Para este importante estudioso, o Estado (palco onde os idealizadores e patrocinadores do programa da modernização colocaram suas fixas) historicamente tem representado e refletido os interesses dos grandes proprietários rurais, nacionais e estrangeiros, além disso, a burguesia industrial e/ou agrária. Tratavam-se dos grupos que mais se beneficiaram da subordinação da agricultura à indústria, em muitos casos segundo o autor essa burguesia é uma só, então não significa que essa burguesia seja separada ou diversa. Outro elemento importante para compreender o projeto é que essa classe dominante possuía um plano de “Reforma Agrária”⁶ que teve como aspecto básico o desenvolvimento extensivo e intensivo do capitalismo no campo, que nunca colocou em questão o princípio da propriedade privada (IANNI, 2004, p. 241-250).

O plano de “Reforma Agrária” idealizado pelos adeptos do projeto da modernização era no sentido de “tecnificar” a agricultura, sem realizar a ampla distribuição igualitária da terra e tocar na propriedade privada. O crédito rural, por exemplo, era visto como a possibilidade para a concretização desse plano de “Reforma Agrária”, senão vejamos: “O crédito rural constitui um complemento essencial para a concretização de programas de maior alcance, tais como reforma agrária e colonização” (CETI, p.12). O relatório ainda complementa posteriormente que “é necessário um programa de maior alcance para “criar” a possibilidade de capacitação. Trata-se, pois de regimentar o trabalho rural, realizar a reforma agrária no seu sentido físico, “tecnificar” a colonização, etc.” (CETI, p.49).

A “Revolução Verde” não pretendeu modificar o quadro da estrutura agrária privada brasileira. É importante complementar que o desenvolvimento capitalista da agricultura possui particularidades em relação à indústria. A terra enquanto meio de produção fundamental, não pode ser multiplicado ao livre arbítrio como o são as máquinas e instrumentos agrícolas. Por ser a terra um meio de produção não reprodutível, a forma de sua apropriação tem importância histórica fundamental. Nesse sentido, quando falamos em estrutura agrária, nos remetemos à maneira como a terra é historicamente distribuída, apropriada e como nessa estrutura se desenrola a construção capitalista no meio rural (SILVA, 1981, p. 48).

⁶ O plano de “reforma agrária” idealizado pelas agências da modernização era no sentido de “criar” a possibilidade de capacitação (CETI, São Paulo).

O projeto de modernização, ao atuar especialmente e estrategicamente nas áreas cuja presença de posseiros e ocupantes era menos expressiva, não pretendia investir na instrução dos despossuídos de terras. Os 4-S, organização que mais incentivou o desenvolvimento do capitalismo no meio rural, atuava através do convencimento, principalmente dos produtores rurais, que praticavam em maior número, a agricultura de subsistência e possuíam pouca relação com entidades modernizadoras, creditícias entre outras. Apresentavam aos “agricultores” que, sua inserção nesse processo, melhoraria as condições de vida no campo por meio das novas técnicas de produzir e não necessariamente na ampliação das áreas para cultivo.

O aumento da produtividade e o cultivo de determinados produtos adequados aos tipos de solos e climas, como a soja, trigo e milho, principalmente na região Oeste do Paraná eram apresentados como solução para o “levantamento do nível de vida” da população rural, através das “novas” em detrimento das velhas práticas. Este processo se daria por meio do aperfeiçoamento técnico, das pesquisas e das tecnologias produzidas pelas multinacionais.

As pesquisas em torno das ações dos Clubes 4-S no Brasil não são novidade no campo da historiografia. Vários pesquisadores e pesquisadoras já trataram desse assunto abordando várias regiões do Brasil sob diferentes prismas, como, SOUZA (2003) em Passo Fundo no Rio Grande do Sul, SILVA (2002) em Santa Catarina, GOMES (2013) em Minas Gerais, PINHEIRO (2016) no Rio de Janeiro. Porém, no Brasil são apenas alguns poucos trabalhos que apresentam uma perspectiva histórica das ações dos Clubes 4-S enquanto mecanismo para o aprofundamento do capitalismo no meio rural.

Existem outros trabalhos sobre esta temática realizados por extensionistas no Paraná como, por exemplo, a produzida por FAVARO (1996). Este apresentou certa posição crítica com relação ao modelo de extensão rural implantado no Paraná e o caráter ideológico da extensão difundido pelos detentores do poder interessados em obter lucro do setor agrícola. Constatamos que este foi o único trabalho de dissertação encontrado que problematizou as ações dos extensionistas, mas, no entanto não aprofundou o estudo sobre os Clubes 4-S no Paraná e a devida participação das agências estadunidenses nesse processo.

O outro trabalho de dissertação produzida acerca da extensão rural no referido estado foi SEPULCRI (2005) que analisou as transformações, as estratégias e trajetórias institucionais da Emater (PR), às mudanças ocorridas na agricultura do Paraná, no

período de 1956 a 2004. Por conseguinte, constatamos que em nenhum dos trabalhos encontrados acerca dessa temática tiveram como foco de análise o papel da extensão rural e dos Clubes 4-S na perspectiva da troca geracional no meio rural paranaense.

De um modo geral, as análises já produzidas sobre o objeto aqui estudado se dividem nos seguintes temas: uma historiografia especializada em extensionismo; estudos sobre as propostas de modernização e o papel da educação dos jovens rurais nos Clubes 4-S, a influência dos Estados Unidos na educação rural brasileira, e ainda alguns poucos estudos sobre gênero e extensão rural. Embora haja poucos estudos que discutam a modernização e vale aqui lembrar a importante tese de doutorado produzido pelo Marcos Alexandre Smaniotto sobre a modernização conservadora no Oeste do Paraná, constatamos a ausência de estudos que tratam sobre os Clubes 4-S especificamente no Oeste do Paraná e sobre o caráter da extensão no que se refere à estratégia da troca geracional e/ou conflito de geração no meio rural.

A inspiração em torno da temática das gerações surgiu a partir da leitura da obra “Ideologia Alemã”, de Karl Marx e Friedrich Engels. Nela verificou-se que o estudo sobre o Estado e as relações entre o Estado com a sociedade civil incide sobre a relação entre gerações.

(...) cada geração recebe da geração passada, uma massa de forças produtivas, capitais e circunstâncias que, embora seja, por um lado, modificada pela nova geração, por outro lado prescreve a esta última suas próprias condições de vida e lhe confere um desenvolvimento determinado, um caráter especial – que, portanto, as circunstâncias fazem os homens, assim como os homens fazem as circunstâncias (MARX & ENGELS, 2007, p. 43).

Nesse sentido, cada geração desenvolve práticas anteriores sob condições totalmente alteradas, mas também modifica antigas condições, modos possíveis de pensamento, experiência, sentimento e ação em um processo histórico-social. O fenômeno geracional, portanto, pode ser melhor compreendido a partir dos escritos de Karl Mannheim. Segundo este sociólogo, o fenômeno social da geração representa um tipo particular de identidade de situação, abrangendo grupos etários relacionados, mas também, de gênero e classe social. A situação etária, portanto é condicionada pelos modos como certos padrões de experiência e de pensamento tendem a ser trazidos tanto de uma geração para outra, quanto de um grupo social sobre outro. Assim, nem toda situação de geração, nem mesmo todo grupo etário, cria novos impulsos coletivos, princípios formativos próprios, adequados a sua situação particular.

Segundo Mannheim:

Existem impulsos básicos originais atribuíveis a uma situação de geração particular, os quais, então, podem produzir unidades de gerações. O principal, a esse respeito, é que o veículo próprio desses novos impulsos sempre é uma coletividade. O verdadeiro espaço da ideologia de classe continua sendo a própria classe, com suas próprias oportunidades e vantagens, típicas – mesmo quando o autor da ideologia, como pode acontecer, pertence a uma classe diferente, ou quando a ideologia se expande e se torna influente além dos limites da situação da classe. Similarmente, o verdadeiro espaço de novos impulsos continua sendo a situação da geração (a qual encorajará seletivamente uma forma de experiência e eliminará outras), mesmo quando eles possam ter sido estimulados por outros grupos etários (Mannheim, 1982, p.92).

A partir desta citação podemos abstrair que o fenômeno das gerações incide sobre as forças sociais e culturais. As agências de extensão rural podem ser um veículo impulsionador de uma ideologia de classe sobre uma dada situação de geração, em especial os jovens, entendidos naquele contexto estudado como uma organização mais “capaz de contribuir para o desenvolvimento do meio rural” segundo a revista “Série Clubes Agrícola” produzida pelo Sistema de Informação Agrícola (SIA). Por seu turno, tal grupo geracional pode absorver experiências, pensamentos e atitudes, eliminando e ou transformando antigas práticas da geração anterior. Trata-se, portanto de uma perspectiva histórica e geracional, uma vez que a unidade de geração pode desenvolver uma percepção intuitiva de sua existência em grupo, fracassando em perceber o caráter de classe do grupo como unidade de geração (MANNHEIM, 1982, p.92), e/ou os grupos podem experienciar e enfatizar conscientemente seu caráter de geração opondo-se, portanto, à ideologia imposta pelo programa da modernização.

Embora os argumentos em torno da troca geracional e/ou conflito entre gerações estão explícitos nos documentos oficiais, ou pelo menos tentam estabelecer tal fragmentação entre as gerações - por exemplo, nas afirmações que enalteciam o potencial jovem como principal agente do processo da modernização -, não se pode afirmar que o movimento foi arquitetado e aceito pelos jovens de forma passiva. Ao longo do texto, verificaremos que a própria desqualificação da extensão com relação ao modo de vida dos produtores rurais do campo e ou a unidade dessa geração, pode ser um indício de que não era tão fácil assim adentrar sobre o universo rural, justamente pela resistência de uma dada unidade de geração sobre a imposição de uma ideologia.

O que a extensão fazia, portanto, era tentar fragmentar os grupos de gerações, selecionando os grupos para trabalhar e ao mesmo tempo estabelecendo dinâmicas de trabalho junto a cada geração. A principal estratégia, nesse sentido, diante do quadro de atuação da extensão, era de estabelecer, pelo menos aos poucos, num tempo determinado, a troca geracional.

Apesar de serem praticamente escassos os estudos que evidenciam a influência geracional da extensão rural, notou-se ainda a presença de estudos sobre os Clubes 4-S que tendem a apresentar explicações para as ações desse programa baseado nos relatórios dessas agências sem, contudo, aprofundar e problematizar devidamente o conjunto dessas ações.

Ao realizar o levantamento de pesquisa sobre a temática da extensão rural, observou-se a escassez de trabalhos que contemplem as especificidades do trabalho rural, feminino e masculino, e ainda abordagens que contemplem elementos regionais. Camila Fernandes Pinheiro (2016), um dos poucos trabalhos que trata desses aspectos em sua dissertação, problematizou alguns trabalhos em torno da temática, tais como aqueles que tendem a generalizações. Trata-se, pois de um grande problema para o campo historiográfico, porque alguns trabalhos tendem a negligenciar aspectos históricos locais, não considerar a devida relação entre os aspectos internacionais, nacionais e locais.

O interesse em analisar os programas de Clubes 4-S surgiu durante a graduação, mais especificamente durante o projeto de iniciação científica, que versava sobre o processo de modernização da agricultura no Oeste do Paraná orientado pelo Professor Marcio Antônio Both da Silva. O levantamento de fontes no arquivo do Núcleo de Documentação e Pesquisa sobre o Oeste do Paraná (CEPEDAL), vinculado a Unioeste de Marechal Cândido Rondon, proporcionou um primeiro contato acerca da presença e a atuação dos Clubes 4-S nesta região. Portanto, considera-se que o desconhecimento do papel da extensão rural, da economia doméstica e a influência estadunidense regional propiciam a naturalização e desproblematização do processo de modernização da agricultura local. Estudar e trazer a tona essas especificidades contribui para desconstruir o projeto estruturado a partir de interesses hegemônicos pautados no desenvolvimento do capitalismo no campo.

Deste modo, como prosseguimento à pesquisa iniciada durante a graduação em História, procurou-se problematizar o programa de Clubes 4-S, a proposta da formação

e condução da juventude rural, a troca geracional no campo e as ações das agências de extensão rural voltados para a agricultura no Oeste do Paraná, entre os anos de 1950 e 1980. É importante observar que esta pesquisa também se tornou possível devido o acesso ao conjunto de documentos sobre os Clubes 4-S, disponibilizados pelos Centros de Documentação, como pelo CEPEDAL, e pela Rádio Difusora de Marechal Cândido Rondon. Essas fontes permitem mapear a atuação dos Clubes neste período e a atuação do Ministério da Agricultura através dos relatórios disponíveis para consulta on-line no sítio eletrônico da “Center for Research Libraries: Global Resources Network” (CRL).⁷ No geral, as fontes analisadas para a elaboração desta pesquisa foram: os jornais, documentos de rádio, relatórios, anuários, revistas, mensagens presidenciais, sites, manuais, entrevistas, entre outros materiais.

A delimitação temporal desse estudo compreende os anos de 1950-1980, pois este período permite entender o processo de difusão da modernização agrícola e a influência desses Clubes nesse processo, enfocando especialmente os Clubes que se concentraram no Oeste do Paraná. O ano de 1958 significou o início da atuação dos Clubes 4-S no Estado do Paraná até os anos de 1977 a ACARPA mantinha a integridade do trabalho com os Clubes 4-S. A partir de 1977 as cooperativas passaram a ser estimuladas para assumir o trabalho com a juventude, por meio de Associações de jovens cooperativistas. Em Marechal Cândido Rondon a Cooperativa Agroindustrial COPAGRIL passou a assumir o trabalho com a juventude rural através da captação dos Clubes 4-S.

No geral, esta dissertação foi organizada em três capítulos. No primeiro, intitulado *O processo de modernização da agricultura e os programas e projetos voltados para o aumento da produtividade rural no Brasil (1950-1980)*, dedicamo-nos a entender o contexto econômico, político e social brasileiro após a Segunda Guerra Mundial, que permitiu a emergência dos projetos e políticas de modernização aqui pesquisadas. Neste sentido, procurou-se analisar a influência estadunidense sobre o Brasil em meio à formação do bloco ocidental, durante a emergência da Guerra Fria e os rearranjos políticos e econômicos internos decorrentes desse processo. O contexto de formação dos Clubes 4-S na região sul do país, bem como a relação da extensão rural ao contexto do pós Segunda Guerra Mundial, seus vínculos e interesses externos e internos. Além disso, avaliamos a influência da extensão para a consolidação do Complexo Agroindustrial, bem como os vários projetos, planos e metodologias extensionistas

⁷ Cf: <http://www-apps.crl.edu/brazil>.

pensados e conduzidos tendo como perspectiva o desenvolvimento econômico do país, a modernização da agricultura e a exportação da produção agrícola produzida no meio rural brasileiro.

Analisamos também os discursos dos órgãos governamentais das mais variadas instâncias, entre os anos de 1950 a 1980, que, com a ajuda de grandes empresas comercializadoras de insumos, compradoras e transportadoras da produção, além de fabricantes e comercializadores de maquinários agrícolas, passaram a colocar em evidência o uso da tecnologia na agricultura e a modernização como principal caminho para desenvolvimento econômico. Além disso, os diferentes vínculos que a Fundação Rockefeller (uma das principais organizações responsável pela implantação da “Revolução Verde” no Brasil e fundadora de multinacionais no país), mantinha e controlava, como: o capital industrial, o comercial e o financeiro. Observamos que tais vínculos entre instituições, empresas e entidades se articularam de modo muito consistente para fazer acontecer o projeto de modernização da agricultura no país. As principais fontes que compõem este capítulo são os relatórios do Ministério da Agricultura, mensagens presidenciais brasileiras além de sites e blog disponibilizados pela internet.

No segundo capítulo, analisou-se o ambiente em que a extensão rural se desenvolveu no estado do Paraná, relacionado ao conjunto do projeto de modernização brasileira. Além disso, analisou-se os principais grupos regionais envolvidos e apoiadores do projeto de desenvolvimento do capitalismo no setor agrícola do estado. Ao longo da pesquisa mapeamos uma série de entidades que deram um grande apoio e investimento para o aprimoramento e difusão do referido projeto regional, tratou-se da Organização Internacional do Café, a Agrocere, Aliança para o Progresso, a USAID, United States Information Service são alguns exemplos da participação e influência internacional no processo de modernização da agricultura desigual e combinado com o capital estrangeiro na região estudada.

A análise desenvolvida nesse capítulo, sobre a inserção das agências de extensão rural no Paraná e as estratégias para conquistar apoio dos “agricultores” foi inspirada nas investigações realizadas por Antônio Gramsci sobre o Estado Ampliado, ao conceito de consenso como ferramenta necessária para manter a hegemonia de uma classe e para a reprodução de uma determinada prática e projeto de sociedade. Embora não seja nosso objeto aqui qualificar a forma de consenso no contexto exposto, vale

mencionar que para Gramsci a questão do consenso pode ser dividida em cinco modalidades: consenso espontâneo, consenso ativo, consenso direto, consenso passivo e indireto. De um modo geral, verificamos que o conceito de consenso espontâneo é o mais apropriado para entender a dinâmica das ações extensionistas no meio rural, senão vejamos:

A gestão do consenso espontâneo é considerada por G. uma função subalterna de hegemonia social e de governo político confiada aos intelectuais como “prepostos” do grupo dominante. É seu dever também cuidar do funcionamento “do aparelho de coerção estatal que assegura ‘legalmente’ a disciplina daqueles grupos que não ‘consentem’ nem ativa, nem passivamente, mas é constituído para toda a sociedade na previsão dos momentos de crise de comando e de direção nos quais o consenso espontâneo desaparece” (ver nota). Além disso, é necessário um tipo de preparação para o consenso: “A capacidade máxima do legislador se pode deduzir do fato de que, à perfeita elaboração das diretrizes, corresponde uma perfeita predisposição dos organismos de execução e de controle e uma perfeita preparação para o consenso ‘espontâneo’ das massas, que devem ‘viver’ aquelas diretrizes, modificando seus hábitos, sua vontade e suas convicções de acordo com aquelas diretrizes e com os objetivos que elas se propõem atingir (Q 14,13,1.669[CC,3,301]). Entre quem governa e quem é governado operam os intelectuais orgânicos do grupo dominante, que preparam o “consenso espontâneo” (ver nota), em que obviamente espontâneo só pode aparecer entre aspas, significando como ele é espontâneo apenas na aparência (LIGUORI & VOZA, 2017, p. 143-144).

Outros elementos importantes desse tópico foram à análise do processo de atuação das agências de extensão rural no estado do Paraná. Deste modo, notaram-se três fases desses processos: o primeiro refere-se à busca pela legitimidade da entidade junto às autoridades municipais e estaduais para promover a modernização da agricultura regional, tratou-se do período compreendido entre 1956 a 1961. Cabe observar que com a retirada da Associação Internacional Americana (AIA), instituição criada pela Fundação Rockefeller e provedora de recursos financeiros aos serviços de extensão rural até 1961 no Brasil, o estado passou gradativamente a absolver a responsabilidade pelos serviços de extensão. Nesse contexto a Associação de Crédito e Extensão Rural do Paraná (ACARPA) passou a ser reconhecida por um decreto como utilidade pública, resultando numa redução de seus custos, na forma de menores tributos (SEPULCRI, 2005, p.67).

De 1961 até o Golpe civil-militar, ampliou-se gradativamente a intervenção do Estado sobre a Extensão Rural principalmente pela retirada da AIA da Associação

Brasileira de Crédito e Assistência Rural. Em 1963 houve um aumento significativo de escritórios regionais de extensão rural no Paraná e a partir de 1964 (1964-1980) o Estado se transformou no principal agente financiador do processo de modernização da agricultura no Brasil, sendo que o modelo de desenvolvimento associado ao capital externo foi imposto definitivamente e as políticas agrárias voltadas para a juventude rural foram amplamente aprofundadas.

Neste capítulo, analisaram-se as formas de desqualificação do modo de vida dos “agricultores” rurais, vistos pelas agências como praticantes de uma agricultura “rotineira”, “atrasada” e “primitiva”. Tratava-se na realidade da estratégia e tentativa de mudança geracional no meio rural e de mudança dos costumes locais. Era sobre a premissa do “atraso” que a instituição com apoio de outras entidades internacionais citadas anteriormente, procurou se legitimar especialmente diante das autoridades municipais e “agricultores” locais.

Por final, no terceiro capítulo, analisa-se a estrutura, funcionamento e a aplicação das ações quatroessistas no Oeste do Paraná, especificamente em Marechal Cândido Rondon, entre os anos de 1960 e 1980. Estabelecemos a relação entre extensionismo rural e o programa de Clubes 4-S e sua proposta de “educação rural”, entendida nesta pesquisa como sendo, para além de um processo “educacional”, um conjunto de ações doutrinárias e de adestramento extraescolar. Tratou-se de práticas que apontaram para a troca geracional e/ou conflito entre gerações no campo, bem como uma tentativa de preparação e treinamento desses jovens a fim de mudar os costumes da população rural. Procuraremos mapear esses Clubes no Oeste do Paraná, especificamente em Marechal Cândido Rondon e avaliar, também, a sua metodologia, seus projetos, o público alvo, seus objetivos e interesses nesta região. Além disso, relacionamos o estudo específico local com o geral, observando de perto como se processou localmente o projeto da modernização.

Procurou discutir, também, no terceiro capítulo, a proposta dos Clubes 4-S, a sua interação na comunidade e nas instituições sociais, os eventos em que esses Clubes se integraram e desenvolveram. A principal finalidade como será visto ao longo do texto, era difundir a ideologia da extensão e a noção de que a modernidade estava ao alcance da população de Marechal Cândido Rondon e região e que, portanto bastava fazer parte num Clube, tecnificar a produção, trabalhar para o progresso, ser patriota, cumprir com

os compromissos de mãe, pai e filho (a), pagar as contas em dia e ser limpo para integrar-se ao mundo moderno.

De um modo geral, verificou-se ao longo do trabalho, especialmente no último capítulo as consequências do processo de transformação da agricultura tradicional em moderna. Além disso, observou-se que o processo de industrialização e tecnificação brasileira e sua incorporação via extensão rural gerou proletarização, expropriação dos produtores independentes, como conversão de “agricultores” em boias-frias. Mas também, por outro lado, a incorporação de “agricultores” nesse processo, cuja produção era insuficiente para a subsistência da família nesse tipo de estrutura agrária, produziu mão de obra sazonal.

CAPÍTULO 1

O processo de modernização da agricultura e os programas e projetos voltados para o aumento da produtividade rural no Brasil (1950-1980)

*Minha terra tão querida
Não te esqueço jamais
Seus recantos maravilha
Teus riachos e animais
Quando menino eu sonhava
Pelas estradas cavalgar
Pelos morros eu subia
Não cansava de olhar
Mas o tempo foi passando
E tudo aquilo modificou
Aquele sonho tão bonito
Em pesadelo transformou
Meu velho pai, tão querido
Em alguma coisa se enganou
Não sabia o que ganhava
Tudo que tinha ele gastou
Chegou o tempo das lagartas
E da erosão a combater
Dinheiro já não havia
E a terra hipotecou
Como o tempo passa rápido*

*E o cartório o intimou
Veio a seca, veio a geada
E também o seu doutor
Intimando a família
A sair pra outro lugar
Pois a terra em que eu morava
Não podia mais ficar
O meu pai eu perdoou
Mas não esqueço jamais
Que por um descuido desse
Minha terra não verei mais
Oh! Compadre meu irmão
Se não sabe fazer conta
Peça alguém que lhe ensine
Que lhe ensine a calcular
Pois é mais duro perder a terra
Do que aprender a somar
É mais duro perder a terra
Do que aprender a somar*
(ACARPA/EMATER, Curitiba, 1982).

Neste primeiro capítulo analisa-se o contexto histórico da implantação e do desenvolvimento dos programas de “extensão rural” no Brasil. O recorte temporal analisado compreende os anos de 1950 a 1980. Trata-se de um período em que os olhares governamentais nacionais e estaduais, estabeleceram a linha de atuação das agências, institutos e ministérios ligados ao meio rural, tais como: Associações de Crédito e Assistência Rural, Secretaria de Agricultura, Departamento de Fronteiras, Fundações de Assistência ao Trabalhador Rural, Associações Internacionais como o Escritório Técnico de Agricultura (ETA) Estados Unidos. Tais assertivas voltaram-se para a modernização da agricultura brasileira, bem como para a condução e difusão do chamado pacote tecnológico.

Neste capítulo foram abordados assuntos relativos ao momento em que as agências de extensão rural atuaram em vários estados brasileiros. Esses serviços tiveram ampla receptividade dos governos dos estados do Paraná, Rio Grande do Sul e também Santa Catarina. Neste íterim, destacamos a atuação dos Escritórios Técnicos de

Agricultura (projetos ETA) através do convênio estabelecido entre o ETA Brasil – Estados Unidos. Esses escritórios se estabeleceram em várias regiões do Brasil e estruturaram os chamados Clubes 4-S (Saber, Sentir, Servir e Saúde)⁸. Por outro lado, se institucionalizaram mediante a criação de entidades similares a Associações de Crédito e Assistência Rural (ACAR's) de Minas Gerais (que incluía em seus dispositivos estaduais um programa de crédito rural supervisionado) e pela Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR).

Desta forma, procuramos problematizar o tema de análise a partir da seguinte premissa: as mudanças da base técnica ocorridas na agricultura brasileira com a consolidação integrada do Complexo Agroindustrial (CAI), no final dos anos de 1960 podem ser analisadas enquanto resultados da execução dos serviços de Extensão Rural e dos Clubes 4-S, os quais tiveram papel importante, uma vez que atuaram na difusão de técnicas de trabalho na agricultura, de hábitos e de tecnologias definidas como “modernas” em vários estados do país a partir da década de 1950.

Por Complexos Agroindustriais, entende-se como um conjunto amplo de práticas relacionadas ao trabalho rural. Nele se encontram entrelaçados os responsáveis pela comercialização dos insumos e maquinários agrícolas, o complexo beneficiador e comercializador dos produtos agrícolas, mas também conta com a participação do circuito financiador de toda a cadeia agroprodutora que vai dos bancos aos grupos promotores e difusores de linhas de crédito rural, envolvendo também o comércio dos produtos da agricultura. Portanto, a hipótese geral é a de que o trabalho do extensionismo rural foi o articulador de um projeto de sociedade voltado para o meio rural brasileiro que se alinhou em sua prática ao desenvolvimento do sistema financeiro, bem como ao complexo agroindustrial multinacional proposto por um conjunto empresarial disposto a centralizar e aproximar o meio rural ao setor industrial.

Como se pode avaliar a partir da diretriz de ações da Associação de Crédito Assistência Rural do Paraná (ACARPA) de 1975, a agência atuou no sentido de difundir um conjunto empresarial no meio rural. O campo e o lar administrado como uma empresa, ao ritmo fordista do relógio, gerava uma maior exigência sobre os homens e as mulheres em relação ao trabalho na agricultura.

⁸ Os serviços de extensão rural no Brasil seguiram o modelo que já havia sido desenvolvido na agricultura dos Estados Unidos desde os anos de 1900 e os Clubes 4-S foi um exemplo disso. Como os Clubes 4-S é o assunto central dessa dissertação, serão apresentados ao longo do texto mais detalhes sobre o tema, a definição e o significado desses Clubes que será objeto de atenção especial no terceiro capítulo desta dissertação.

a.2. Fundiários

b.2.1 Objetivos

- Promover, tendo como base um levantamento de capacidade de uso de solo e usando do crédito fundiário a política de melhor uso da terra.
- Proporcionar a formação de empresas agrícolas, com a introdução de novos conhecimentos tecnológicos, e de administração.
- Promover o aumento da produção e da produtividade agrícola objetivando uma maior remuneração aos fatores de produção.
- Fixar o homem a terra (DIRETRIZES DA ACARPA, Curitiba, 1975).

Mais do que uma linha de atuação, pode-se observar, inicialmente, certa premissa histórica no trabalho do extensionismo. Ao propor ações relacionadas ao uso da terra de forma racionalizada, ou seja, a partir da racionalidade empreendedora, cerne da empresa capitalista agrícola, os saberes rurais se conectam com propostas de uso da tecnologia no trabalho rural. Porém, não é demais lembrar que por trás da difusão da tecnologia, encontra-se o monopólio da mesma. E se tudo no capitalismo tem um preço, em termos de relações de negócios, empresariais, propriamente ditas, não é diferente com relação à difusão destas tecnologias aliadas a uma perspectiva empresarial. Depois de implantados tais objetivos, o homem, a terra e a tecnologia já não serão mais os mesmos.

A introdução das tecnologias era apresentada pelos extensionistas brasileiros como “solução para os problemas locais” e como um meio de “elevar as condições de vida das populações rurais” (ETA – Projeto nº 15, do ano de 1957). Essas mudanças, incluindo os costumes, significavam uma possibilidade de articulação e subordinação crescente às indústrias produtoras de bens de capital, ou seja, dos meios de produção gerados em setores especializados da indústria (fertilizantes, agrotóxicos, insumos, produtos para a correção do solo, rações, concentrados, máquinas agrícolas, etc).

Vários projetos, planos e metodologias extensionistas foram pensados e conduzidos tendo como perspectiva o desenvolvimento econômico do país, a modernização da agricultura e a exportação da produção agrícola produzida no meio rural brasileiro. Mais adiante, analisaram-se os discursos dos órgãos governamentais das mais variadas instâncias entre os anos de 1950 a 1980, que, com a ajuda das empresas comercializadoras de insumos, compradoras e transportadoras da produção, além de fabricantes e comercializadores de maquinários agrícolas, passaram a acrescentar a importância do uso da tecnologia na agricultura como aliada de primeira ordem do desenvolvimento econômico. O “progresso” e o aumento da produtividade, com a conseqüentemente “melhoria do bem estar da sociedade”, se conjugaram ao pressuposto

do uso da tecnologia propagandeado e difundido no campo pelos técnicos extensionistas rurais.

1.1 Os primeiros passos do projeto de modernização

Em 1951, João Cleofas de Oliveira⁹ foi ministro da agricultura durante o governo de Getúlio Vargas. Tratava-se de um político com estreitas relações com o capital multinacional. Sua trajetória política esteve associada aos projetos de modernização da agricultura e aos interesses do capital internacional. Sua atuação seguiu a demanda por incremento da produção industrial, uma realidade econômica característica da industrialização por substituição de importações que marcou o contexto econômico brasileiro durante e nos primeiros anos posteriores da II Guerra Mundial.

Sua atuação como ministro da agricultura foi marcada pela importância atribuída pelo Ministério aos estudos de realidade do meio rural brasileiro, sempre com a preocupação de abrir caminho para a otimização da empresa agrícola no campo brasileiro. O relatório anual do Ministério, produzido em 1951, arrolou dados sobre o Serviço de Informação Agrícola (SAI)¹⁰. A SIA era uma agência de divulgação sobre as realizações do Escritório Técnico de Agricultura (ETA). Além disso, tratava-se de uma instituição de fomento ao estudo para aprimoramento da empresa agrícola.

Sonia Mendonça realizou uma investigação sobre a influência norte-americana na educação rural brasileira entre os anos de 1930-1961. Dentre as várias premissas de análise sobre o conteúdo ideológico do projeto educacional voltado para os quadros de formação educacional das técnicas agrícolas para o período, a autora contextualizou a atuação da SIA, bem como dos principais órgãos técnicos voltados para a difusão do

⁹ Cleofas foi deputado estadual de Pernambuco entre os anos de 1926 e 1928 e nomeado secretário de Agricultura, Indústria, Comércio, Viação e Obras Públicas de Pernambuco em 1931, pelo interventor federal Carlos Lima Cavalcanti. Em 1934 rompeu com o governo estadual e elegeu-se deputado federal. Em 1945, participou da fundação da União Democrática Nacional (UDN), por cujo partido elegeu-se deputado federal constituinte. Em 1950, candidatou-se ao governo de Pernambuco, dando apoio a Getúlio Vargas. Cleofas foi nomeado por Vargas para o Ministério da Agricultura, em janeiro de 1951 e posteriormente, durante a ditadura foi filiado à Aliança Renovadora Nacional (ARENA). Disponível em https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/Joao_Cleofas acesso em Maio de 2016.

Ao final da dissertação consta um anexo (ANEXO I) onde apresentamos uma pequena biografia dos personagens que tiveram papel destacado no processo de implantação e implementação do projeto de modernização da agricultura no Brasil e no Paraná, especialmente em termos da extensão rural.

¹⁰ Para maiores detalhes sobre o SIA, Cf.: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2035/000101.html> acesso em fevereiro de 2016.

treinamento tecnológico para o campo antes da ditadura civil-militar. Tratou-se de um período de intensificação dos problemas estruturais do meio rural brasileiro.

Segundo Sonia Mendonça,

O teor político-ideológico das novas práticas “educacionais” é evidente, sobretudo considerando-se que seria justamente ao longo dos anos de 1950, que os trabalhadores rurais brasileiros iniciaram seu processo de mobilização política, organizadas em prol da reforma agrária, tendo como emblemático o caso das ligas camponesas, proliferadas por todo o Nordeste, mais um fator explicativo do redimensionamento imprimido à “cooperação cultural” norte-americana. Todas essas considerações adquirem maior sentido, quando se constata que o periódico publicado pela SIA - Informação Agrícola – dedicou cerca de 50 % de suas páginas, no biênio 1957-1959, à seção intitulada “ETA em Marcha”, encarregada de divulgar todas as realizações do escritório destacando-se, dentre elas, a concessão de bolsas de estudos nos Estados Unidos para técnicos brasileiros especializarem-se em extensionismo; a construção de centros de treinamento e, sobretudo, o estabelecimento de parcerias em assistência financeira e técnica com órgãos públicos e privados de crédito rural. O “aparato” do desenvolvimento hipertrofiava-se no Brasil, multiplicando seu corpo de especialistas e produtores de “novo conhecimento” (MENDONÇA, 2007).

Embora o trabalho de Mendonça tenha se dedicado a analisar a força da ideologia norte-americana no treinamento dos extensionistas brasileiros, os indícios contextuais trabalhados pela autora nos indicam certa importância ao conflito no meio rural com relação ao problema estrutural da distribuição de terras no Brasil. Com as alternativas reformistas na ordem do dia, a estratégia de pulverizar as premissas da empresa rural no Brasil teve como pressuposto barrar o processo de organização dos camponeses em prol da reforma agrária. Um indício demasiado importante para a acuidade da difusão do extensionismo como modelo de trabalho de assistência voltado para a difusão tecnológica.

Por seu turno, as atividades prestadas pelo Ministério da Agricultura em várias regiões do país naquele ano apresentaram certa preocupação com relação ao método de trabalho empreendido pelo camponês. No relatório do Ministério da Agricultura podemos verificar os principais obstáculos enfrentados pela agricultura em termos de produção, exportação e perspectivas para esse setor. Tratavam-se, na realidade, de expectativas e interesses de grupos envolvendo a iniciativa privada, industriais, representantes de multinacionais ocupando cargos no Estado e de fazendeiros que viam, no elevado número de pessoas que viviam das atividades agrícolas e na baixa

produtividade do setor rural os principais empecilhos para o desenvolvimento econômico do país.

Segundo o Ministério da Agricultura, em relatório sobre o desenvolvimento agrícola brasileiro produzido no ano de 1951,

Por mais acentuado que seja o nosso desenvolvimento industrial, a economia nacional continua a depender de forma absoluta da agricultura. A produção agrícola representa mais de $\frac{2}{3}$ do valor da produção primária e ocupa uma elevadíssima percentagem de braços, em número 8 a 9 vezes mais alta do que as atividades industriais. Se levar em conta as suas famílias, pode-se considerar que $\frac{3}{4}$ partes da população brasileira se localizam no interior ocupando-se nas atividades rurais. Excluindo-se o Oriente, o Brasil é um dos países com mais elevada proporção de habitantes ocupados na agricultura. A própria crescente produção industrial depende, em percentagem significativa, da transformação de matérias primas de procedência agropecuária. É axiomática que, sem um arcabouço agrícola estável e sólido, será entre nós, duvidosa uma industrialização em bases absolutamente seguras, tanto mais quanto a nossa produção industrial destina-se, na sua quase totalidade, ao mercado interno, absorvida assim em grande parte pela população dos campos (...). (Ministerial Reports: Agricultura, U2033, Rio de Janeiro, 1951).¹¹

O relatório produzido pelo Ministério da Agricultura foi direcionado ao presidente da República Getúlio Vargas e apresentou um quadro geral da situação econômica do país no ano de 1951. Como se pode observar, a apologia da agricultura como carro chefe da produção nacional se atrelou ao horizonte de expectativa das economias periféricas do pós-guerra. Ou seja, pode-se dizer que, observando o aceleração do crescimento industrial nos países periféricos, em parte pelo fechamento dos principais mercados industrializados da Europa por conta do conflito e em parte pela destruição gerada nesse parque produtivo, o relatório conduz-nos a reflexão sobre a dependência do desenvolvimento industrial em relação às atividades primárias-exportadoras. Além do mais, conduz-nos a ênfase no processo de exportação tendo em vistas a consecução de maiores excedentes econômicos, pois, ao vender uma produção paga em moeda nacional ao peso de dólares, observa-se a otimização do processo produtivo visando o maior lucro. Basta lembrar a transferência ocorrida do lastro ouro para o lastro dólar, processo histórico ligado aos fatores que potencializaram a crise de 1929, bem como o início da II Guerra Mundial (PADRÓS, 2011).

¹¹ Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2033/contents.html>. Acesso em: 20/03/2016.

Porém, ao continuar o diagnóstico sobre as características desta produção, a avaliação do relatório centra fogo no ritmo de trabalho do camponês brasileiro. Senão, vejamos,

Não é ociosa a lembrança desses elementos quando se verifica que o ritmo de desenvolvimento da agricultura brasileira demonstra um progresso por demais lento. A nossa produção agrícola continua, assim, apresentando-se com acentuadas características de atraso e de baixo rendimento.

Realmente, a produtividade do nosso lavrador é das mais baixas, de sorte que há uma demasiada utilização do elemento humano por unidade de área cultivada. A enxada é o instrumento predominante na agricultura brasileira. (Ministerial Reports: Agricultura, U2033, Rio de Janeiro, 1951).

Nesse sentido, houve certa conexão entre a produção industrial e rural. Não como se as características de uma produção obrigatoriamente anulassem a outra. Pelo contrário, a constatação aqui é a de que os “agricultores” rurais, foram/são o elemento fundamental em disputa. Este tensionamento se relaciona ao emprego da mão de obra na industrialização acelerada, que, por seu turno, conectou-se a fase de franca expropriação no campo. Tratava-se de uma disputa em torno das características da libertação da força de trabalho, mas não no sentido de recuperar a origem deste processo, pois se tratava de um processo de racionalização do emprego da força de trabalho. Afinal, a dinâmica do processo histórico, demarcado pela ação de mulheres e homens no tempo, se realiza a partir de diferentes racionalidades típicas de um período e espaço, e é compartilhada pelos sujeitos envolvidos.

Maria Yeda Linhares e Francisco Carlos Teixeira da Silva avaliaram a extensão do processo de industrialização brasileiro em conexão com as alterações nos padrões de organização agrária entre 1945-1946 e conectados com o modelo Fordista/Keynesiano. Concluíram que os mecanismos de dominação política se relacionaram ao peso do arcaísmo na produção rural, porém com o fito de produzir o alijamento dos trabalhadores rurais do produto de seu trabalho. Ou seja, arcaica é a dominação política e não a produção propriamente dita. O que gerou certos avanços em termos de participação de parte dos trabalhadores brasileiros a direitos democráticos, mas como fator de controle amplo da população trabalhadora, seja operária propriamente dita, seja de “agricultores” e trabalhadores rurais.

Segundo Linhares e Silva,

A questão agrária como óbice ao desenvolvimento, 1945-1964/66: aceleração do modelo Fordista-Keynesiano periférico, a chamada substituição de importações, criando-se ilhas de desenvolvimento (em especial no eixo Rio/São Paulo), de relativo bem estar social, com a concessão de benefícios sociais para grupos inicialmente restritos, como os trabalhadores industriais urbanos; a manutenção de baixos índices de produtividade agrícola, a recorrência das crises de abastecimento e a estreiteza do mercado de insumos/fatos recorrentes nas décadas de 1950 e 1960 – são, então, caracterizados como óbices ao desenvolvimento nacional. Ao mesmo tempo, a questão agrária é identificada com a questão nacional, com a luta contra o atraso e pela soberania; o binômio minifúndio/latifúndio. (LINHARES E SILVA, 1999. p. 147).

Porém, os autores indicam que o modelo de conservação da dominação política gerou certo parâmetro de “congelamento” e despolitização do debate em torno da estrutura fundiária brasileira, bem como das propostas de superação do modelo político-estrutural que caracterizaram o contexto dos anos de 1950-1960. Portanto, os obstáculos ao desenvolvimento econômico, os chamados óbices, segundo o léxico dos autores, confundiu parte das propostas de superação dos entraves ao desenvolvimento.

Neste sentido, na avaliação dos autores,

*As visões conservadoras. (...) as visões conservadoras da questão agrária davam ênfase, e ainda o fazem, aos aspectos técnicos, visando despolitizar o problema e, na maioria das vezes, transferir para o próprio trabalhador rural o ônus da sua pobreza. Assim, considerava-se que a mudança na estrutura fundiária não era fundamental ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil e conseqüentemente a reforma agrária tornava-se supérflua; mais do que distribuição ampla de terras, era necessário *aumentar a produtividade agrícola pela modernização tecnológica* e reorganização da produção em grandes cooperativas capitalistas ou simplesmente em grandes empresas, os complexos agroindustriais constituindo na hegemonia do chamado *agro-business* sobre o campo; alguns ainda consideravam que a mentalidade predominante no campo, rotineira e atrasada, impedia, e ainda impede, a penetração de capitais e técnicas desenvolvidas, sendo necessário um amplo programa de ensino e orientação técnica. Para outros, o campo, ajudado pelo confisco cambial, havia realizado plenamente sua tarefa de apoiar a industrialização do país e não haveria porque acusar a agricultura de atrasada ou ineficiente; ineficiente seriam as pequenas e micropropriedades, incapazes de encontrar seu lugar no mercado; para estes a penalização da agricultura teria sido a prática mais comum desde o primeiro governo Vargas, cabendo, agora, ao Estado, devolver, sobre a forma de incentivos e crédito, tudo que a agricultura fizera pelo desenvolvimento do país. Os conflitos existentes no campo seriam uma síntese de agitação esquerdista e reflexo da atuação de grupos ideológicos urbanos, que inclusive lançariam sobre o campo as sobras de desempregados das cidades, *fantasiados de sem-terra*, segundo a*

argumentação da União Democrática Ruralista (UDR). (LINHARES E SILVA, 1999. p. 143-144).

O principal objetivo dos conservadores era acentuar investimentos para o setor agrário, equipará-lo com o desenvolvimento do setor industrial e, além disso, convencer o governo a promover a modernização da agricultura para alcançar o aumento da produtividade desejada como se fosse uma dívida histórica com relação ao setor, “prejudicado” por planejamentos econômicos que, segundo os ruralistas, não atenderam suas demandas. A produção, em tese, “exclusivamente” voltada para o mercado interno, o baixo rendimento e o uso acentuado de mão-de-obra braçal e da enxada nas lavouras significava para o Ministério da Agricultura e para aqueles que apoiavam o projeto de modernização o “atraso” da agricultura. O “atraso” passou a ser a principal barreira e o óbice a ser superado e eram alguns dos argumentos mais utilizados pelos apoiadores do projeto. Nestes termos, segundo a avaliação do relatório do Ministério da Agricultura de 1951:

De um lado, o preço médio da tonelada produzida na lavoura não acompanha a curva ascendente dos preços dos produtos industrializados. Também a área cultivada expande-se em reduzidas proporções. O rendimento agrícola permanece praticamente estacionário em seu conjunto. Segundo as apurações estatísticas, produtos agrícolas básicos apresentam sensíveis reduções no rendimento médio por hectare cultivado, no último decênio de 1940 a 1950 (...). Comparando-se os índices brasileiros de rendimento agrícola com os obtidos em outros países, verifica-se a nossa situação de inferioridade (...).

A mecanização lenta da agricultura, que vimos tentando realizar dentro de limitações geográficas e financeiras conhecidas, serviu, talvez, para atenuar, mas ainda não permitiu superar essa queda de produção por área cultivada.

Além do uso externo e continuado da enxada e de outros instrumentos rudimentares do trabalho, como já lembrado, outros fatores atuam em conjunto, transformando a agricultura do maior número numa luta continuada, penosa e pouco lucrativa. (...). (Ministerial Reports: Agricultura, U2033, Rio de Janeiro, 1951).

As justificativas do Ministro da Agricultura com relação à modernização e o aumento da produtividade focaram as “dificuldades de abastecimento dos grandes centros de consumo” pela “falta” de alimento. O “aumento da população”, que segundo o Ministro chegou a ser superior em relação aos meios de subsistência, exigiu medidas de modernização. Além disso, segundo João Cleofas de Oliveira, um dos meios para manter a “sobrevivência” do povo brasileiro era através do aumento da produção.

Ao localizar este embate, defesa deliberada do aumento de investimento na compra de tecnologias aplicadas ao trabalho rural, no campo da realidade brasileira, o ministério e seu ministro apresentaram as bases do crescimento quantitativo da produção como mecanismo antagônico ao modo de trabalhar da população rural. Por outro lado, os sujeitos defensores do que nomeamos projeto de modernização, ou seja, aqueles que pretendiam transformar a base técnica sem alterar a estrutura da dominação, apresentavam justificativas para as transformações na agricultura centradas na demanda pelo aumento de linhas de créditos e verbas destinadas à mecanização do processo produtivo, jogavam com os números censitários da década de 1950 para justificar determinada superação do atraso, superando, assim, os óbices do aumento de produção.

Segundo o relatório do Ministério da Agricultura de 1951,

A população, além de estar aumentando em ritmo superior aos meios de subsistência e aumentando em progressão cada vez maior nos grandes centros, a sua capacidade aquisitiva também está expandindo-se de forma acentuada. A produção dos bens de consumo genérico está muito longe de acompanhar o nível de compras das populações urbanas. (...)

A perspectiva para 1952 apresentou-se sob o mesmo aspecto grave e apreensivo, de que as agitações e as inquietações das massas consumidoras, a pressão demagógica dos meios urbanos oferece exemplo eloquente. O aumento da nossa produção agrícola deve assim assumir aspectos de uma campanha, senão mesmo de uma batalha pela própria sobrevivência do povo brasileiro. (...)

(...) Até hoje temos feito campanhas de produção, de preferência através de publicidade, enquanto o problema continua requerendo atividade positiva e ininterrupta, assistência técnica e econômica e recursos capazes de assegurar uma produção em larga escala até atingirmos pelo menos, o limite da metade do nosso consumo. Agora mesmo chegamos a uma fase de tal sorte aguda e inquietante em virtude da situação internacional do produto, que não se pode adiar a execução de um plano objetivo e dinâmico com uma absoluta prioridade na sua execução.

(...) não se trata de uma questão de mercados ou mesmo de comercialização da produção, mas substancialmente de um problema básico de produção de gênero alimentícios (Ministerial Reports: Agricultura, U2033, Rio de Janeiro, 1951).¹²

A partir deste trecho do relatório, podemos observar que a principal função da agricultura brasileira no processo de industrialização era a liberação de mão de obra concentrada no campo para a indústria, de modo que a agricultura deveria aumentar a produtividade por trabalhador, a fim de poder fornecer mão de obra em abundância para as cidades (ALVES, Porto Alegre, 2013, p. 56). Além disso, esse processo requeria a

¹² Disponível no site: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2033/contents.html> acesso em fevereiro de 2016.

garantia da produção de alimentos e matérias primas na quantidade necessária com preços baratos dos gêneros alimentícios, uma vez que isso iria favorecer a grande meta que era a industrialização, isto é, alimentos baratos garantiriam uma mão de obra barata, logo, salários menores aos trabalhadores e lucros maiores aos setores industriais.

A agricultura de subsistência, por seu turno, deveria gerar um considerável excedente para fornecer seus produtos ao setor industrial e modernizar a agricultura. Ideia que fez parte do que se projetava para o campo para conseguir, sobretudo, cumprir seu papel de fornecedor de alimentos e matérias primas para o desenvolvimento do setor industrial.¹³ Sobre a influência do processo de industrialização sobre a agricultura brasileira, Alves avaliou que:

(...) a agricultura brasileira na primeira metade do século XX conseguia produzir excedentes exportáveis nas variedades da agricultura “tropical” (café, cana-de-açúcar, algodão), mas não conseguia fornecer excedentes na agricultura de clima temperado (trigo, milho, arroz, soja, cevada). Esse era o que passou a ser chamado de “problema agrícola” brasileiro, um problema tecnológico pouco observado pelos estudos científicos brasileiros (ALVES, 2013, p. 58).

Durante o processo de modernização e de subordinação da agricultura à indústria, o café, um dos principais produtos da economia brasileira, passou a ser crescentemente desestimulado pelos baixos preços no mercado internacional. Devido à má distribuição da produtividade agrícola, a superprodução cafeeira, os produtos de clima temperado passaram a fazer parte de um amplo incentivo da política econômica estatal com apoio internacional especialmente estadunidense, difundidos em vários estados especialmente no sul do país.

É importante lembrar, também, que a crise de 1929 impactou diretamente a produção de variedade de produtos especialmente do café, cujo preço havia despencado brutalmente. Nesse contexto o capital estrangeiro foi interrompido, segundo Solange B. Souza “o setor industrial foi se libertando aos poucos da dependência direta ou indireta mantida ao longo do tempo com o setor cafeeiro exportador” (SOUZA, Viçosa, 2015, p.24). Além disso, no pós Segunda Guerra Mundial, momento que significou “anos dourados” para os Estados Unidos ocorreu à ampliação dos blocos de investimentos altamente complementares, onde era projetado um forte processo de industrialização,

¹³ Vários historiadores trataram de uma ampla discussão sobre a industrialização, como: Clovis Tadeu Alves, Wenceslau Gonçalves Neto, Bernard Sorj entre outros.

pautado na produção em larga escala de matérias-primas de baixo custo dos produtos e mão de obra para as empresas.

A partir da análise de Alves sobre a situação da agricultura brasileira no século XX, podemos observar que vários indícios da pauta de modernização da agricultura são apresentados no relatório e já apontam para a adesão ao modelo conservador. Por exemplo, ao reduzir o conflito às demandas do mercado consumidor, opera-se um efeito minimizador dos conflitos de base estrutural presentes, por exemplo, na pauta reformista da esquerda, ou seja, o problema não estava na estrutura fundiária e seus vícios de distribuição desigual da terra e, sim, num problema de ajuste mercantil-empresarial da produção.

Por outro lado, há uma defesa deliberada pelo aumento nos recursos destinados ao programa de modernização quando, por exemplo, cita que o investimento em propaganda, ou seja, os mencionados métodos de campanha, que nada mais eram do que ações ideológicas que buscavam chamar a atenção da população rural para o “problema” do aumento da produtividade. Tratou-se de ações que não surtiam o efeito desejado e que, pelo contrário, o esforço de investimento deveria ser destinado a pontos pragmáticos e programáticos da produção, como, por exemplo, o trabalho técnico e a tecnologia. E ainda, ao definir como ponto de exigência a demanda do produto em termos de mercado internacional, projeta a perda de autonomia sobre a produção, pois entregavam às exigências de produção a sorte do mercado financeiro. Tratava-se de uma estratégia de disputas pelo programa de modernização que, ao incidir sobre a demanda pelo aumento de recursos revelou a pauta conservadora, ou, então, denota-se a adesão ao projeto da assim chamada modernização conservadora da agricultura.

As campanhas divulgadas nos meios de comunicação envolvendo a produção, a ampliação dos sistemas de assistência técnica e econômica e sua nacionalização, eram alguns elementos expostos pelo Ministro da Agricultura ao presidente da República. Tratou-se de uma possibilidade de assegurar o aumento da produção agropecuária. Mas o trabalho de propaganda não seria suficiente, pois só o investimento, na ideia dos propagadores do modelo de modernização poderia sanar os conflitos trabalhistas, tanto no campo, quanto na cidade, uma vez que baratear a produção reduziria o custo da mão de obra como um todo.

Esses discursos apresentados pelo Ministro da Agricultura tinham relação com as propostas do programa “Revolução Verde” organizado e financiado pelo grupo

Rockefeller e Ford no contexto do pós Segunda Guerra Mundial. Sua proposta era “ajudar” a “combater” a fome e pobreza nos países “menos desenvolvidos”, ao menos no seu discurso, ou seja, naquele construído em torno de si, através do aumento da produção de alimentos, mediante o uso de inovações tecnológicas, pesquisas em sementes, fertilização de solos, utilização de agrotóxicos e mecanização no campo. Pretendia-se modernizar a agricultura sem mudar a estrutura da dominação e alterar profundamente no modo de distribuição da terra que colocasse em questão a propriedade privada.

1.2 Da propagandeada modernização às ações efetivas: mapeando o terreno de atuação do extensionismo rural brasileiro.

Nos finais dos anos de 1950 e principalmente nos anos de 1960 observou-se, em várias regiões do país, a aplicação de algumas medidas executadas com o objetivo de alcançar o propagandeado aumento da produtividade nacional, passando-se, desta forma, do terreno da ideia para a ação efetiva.

A intensificação das propagandas de mecanização foi realizada através da difusão de créditos bancários, assistência técnica, serviços de extensão rural, Clubes agrícolas (4-S), organização de patrulhas rurais¹⁴ para a preparação de terras dos grandes e médios produtores e fazendeiros mediante contratos com donos de máquinas. A Semana do Fazendeiro, segundo o relatório de 1951, do Ministério da Agricultura passou a ser realizada a partir de 1948, momento em que os serviços de extensão rural passaram a ser organizados no Brasil (inicialmente em Minas Gerais) com a colaboração e convênio com instituições norte-americanas, tal como a Associação Internacional Americana (AIA), assim como as patrulhas, os programas e projetos das agências de extensão, essas semanas do fazendeiro serviam como um elo de acesso aos produtores rurais a fim de inseri-los no processo de modernização agrícola.

¹⁴ As patrulhas eram uma equipe de tratoristas e operadores de máquinas pesadas que prestavam serviços para os produtores rurais no meio rural, tais como: aração, gradagem, terraplenagem, desaterro, destoca, carretos, manutenção de carreadores, entre outros serviços que facilitem a vida dos produtores para que os incentivassem a modernizar a agricultura. As patrulhas foram criadas para acelerar a execução do programa de mecanização da agricultura. Para os pequenos produtores rurais que não possuíam condições aquisitivas para adquirir máquinas para o trabalho monocultor, as patrulhas permitiam, mediante pagamento, a execução do preparo do solo, plantio, colheita e conservação do solo. Sobre o trabalho realizado pelas patrulhas, Cf.: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2035/000125.html> e <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2033/000042.html> acesso em abril de 2016.

Para se ter uma noção sobre os flancos de atuação do projeto, ainda segundo o relatório do Ministério da Agricultura de 1951, nessas semanas ministravam-se vários cursos, os quais com o passar do tempo despertaram o interesse de lavradores e criadores, na medida em que atingiam um maior número de “agricultores” possíveis. Tratava-se de um elemento importante para entender o desenvolvimento do trabalho de extensão rural no Brasil, pois as semanas ruralistas organizados pelo SIA tinham como objetivo modificar a mentalidade da população rural e incentivá-las a adequar os métodos de produção ao modelo de cultivo mecanizado.

Segundo o relatório do Ministério da Agricultura,

O desenvolvimento da produção agrícola, nas condições atuais da exploração da terra no Brasil, depende fundamentalmente do emprego de processos mecânicos, mediante crédito destinado a esse fim. A mecanização da lavoura é, com efeito, um problema de assistência técnica e de assistência financeira, para cuja solução cabe ao poder público utilizar os seus órgãos especializados, tanto de ciência agrônômica quanto de crédito bancário, em ação conjunta. (...)

É auspicioso verificar, contudo, que já se ultrapassou, há muito, a fase de propaganda da mecanização, das vantagens do emprego da máquina. A mentalidade dominante agora se traduz numa verdadeira fome de tratores, surgindo da iniciativa privada a organização de pequenas patrulhas para trabalho de preparação de terras mediante contrato. Pelo exemplo de fazendas e postos, tanto de particulares como dos poderes públicos, onde se demonstra, na prática as conveniências de ordem econômica da utilização de tratores, assim como em face de crescentes dificuldades de obtenção de braços, os produtores, de modo, geral, estão convencidos da necessidade de abandonar o empirismo e baixo rendimento de seu trabalho. Faltam-lhes, porém, meios suficientes para esse fim, ai se deve concentrar o empenho do governo.

As possibilidades do Ministério da Agricultura para incrementar a mecanização têm sido abaixo de modestas. (...)

O que se fez ainda é pouco, bem se sabe, em relação às necessidades do país, onde há fortes possibilidades e intensa demanda quanto à maquinaria agrícola, em cuja aquisição estará o melhor emprego para o crédito bancário que se haja de proporcionar ao agricultor esclarecido (Ministerial Reports: Agricultura, U2033, Rio de Janeiro, relatório de 1951).¹⁵

A insistência em apresentar a solução para o problema do trabalho rural detectado, diga-se de passagem, pelos idealizadores do relatório que ocupavam cargos no Estado, na insuficiência de créditos para a mecanização, revela a planificação das fases conexas da produção industrial com o meio rural. Ao discutir sobre a necessidade de aumentar o

¹⁵ Site: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2033/contents.html> acessado em abril de 2016.

dinheiro para as linhas de financiamento, estabeleceu-se um campo de disputa em que a mecanização era a principal ferramenta capaz de garantir rendimentos suficientes principalmente para o setor agroindustrial e também para o bancário (capital-financeiro).

O “problema” e as dificuldades relacionadas à introdução da mecanização na agricultura brasileira são entendidos pelo Ministério da Agricultura, em parte, como resultado da “ineficiência” do governo federal por não disponibilizar recursos e meios eficientes para mobilizar os produtores rurais a adquirir as máquinas agrícolas. Tanto em termos de serviços de assistência técnica, quanto financeiro.

Diante dos diagnósticos apresentados, as grandes linhas de intervenção definidas pelo debate da modernização da agricultura sob o viés conservador para superar a possibilidade do “colapso” da produção alimentícia, bem como vencer o “atraso” na agricultura, eram: assistência técnica e de crédito bancário, ciência agrônômica mediante ações e apoio governamental, ou seja, basicamente grande parte das habilidades desenvolvidas no trabalho dos extensionistas.

Tendo em vista o alinhamento do projeto defendido pelo Ministério da Agricultura aos estados e municípios, podemos dizer que houve certo fomento em termos práticos da ideia de ampliação dos recursos estatais e privados visando formar uma nova racionalidade de trabalho no campo.

Ricardo Abramovay nos ajudou a entender este processo, quando discutiu e avaliou os efeitos do processo de modernização proposto para o período em tela, através dos organismos estatais e privados no sentido de instituir uma nova racionalidade no trabalho rural, sem, contudo, levar em conta os interesses dos trabalhadores rurais. Nesta perspectiva, demonstrou que, a ideia de modernização, com a extensão da racionalidade capitalista ao meio rural brasileiro, não foi um processo idílico. Inclusive, desconsiderou o modo de vida das populações rurais ao defender a racionalidade em detrimento das formas de organização das comunidades rurais, relegando ao meio rural certa perspectiva “isolacionista” e “atrasada”. Assim, numa abordagem crítica de todo processo, Abramovay demonstra que,

A racionalidade econômica do campesinato é necessariamente incompleta porque seu ambiente social permite que outros critérios de relações humanas (que não os econômicos) sejam organizadores da vida. É por essa razão que não se pode ser dispensada a contribuição decisiva da antropologia clássica que via nos camponeses membros de uma sociedade parcial, com uma cultura parcial. Parcialidade, no caso

não é isolamento, mas a capacidade de estruturar a vida em torno de um conjunto de normas próprias e específicas (ABRAMOVAY, 1990. p. 103).

Desta forma, para podermos compreender os significados da modernização da agricultura e suas implicações, devemos ter em conta que o Ministério da Agricultura, adepto ao projeto de desenvolvimento do capitalismo na agricultura, não considerava as dimensões do trabalho rural sob outros aspectos que não os da racionalidade econômica. Como bem mostrou o relatório, os aspectos críticos da produção foram reduzidos ao âmbito de mercado, sem estabelecer um vínculo profícuo com outras dimensões da vida rural que, segundo Abramovay, também a organizavam e organizam o modo de vida rural.

No entanto, é importante salientar que a crítica do referido autor traz um conjunto de saberes e normas próprias e específicas que poderiam não estar disponíveis à época, pelo menos no que se refere ao método de análise considerado por um organismo estatal nos de 1950 no Brasil. Contudo, não se pode negar que se trata de um elemento importante de relativização dos projetos gestados para agricultura no período mencionado.

Nesse sentido, pode-se dizer que as condições geradas pelo desenvolvimento do capitalismo na agricultura brasileira acabaram minando as bases do ambiente em que as relações de produção do campesinato puderam subsistir. As intervenções na agricultura, visando à modernização e à mecanização, foram mediadas pelos mecanismos de assistência técnica e financeira. Mesmo que outras ferramentas estivessem ao alcance dos órgãos definidores dos projetos em voga, o ambiente de discussão e definição das políticas foi hegemonizado por certa perspectiva liberal ao considerar o mercado, bem como a demanda de mercado, para a definição dos esforços de transformação da realidade rural.

Porém, houve outros organismos privados de difusão da racionalidade capitalista que influenciaram a perspectiva de organização/racionalização do trabalho rural que, em alguns casos, foram apropriados pelo Estado. Trata-se do Escritório Técnico de Agricultura Brasileiro-Americano (ETA), órgão binacional criado nos anos de 1950 no Brasil e vinculado ao Ministério da Agricultura e ao *Foreign Office Americano*¹⁶ e contou com recursos do Programa Ponto IV.¹⁷

¹⁶ Trata-se de um programa articulado pelos Estados Unidos durante a presidência de Roosevelt criado e vinculado ao programa Foreign Office em 1942. Esses programas apresentavam como missão a

Através do ETA os Estados Unidos doava diversos materiais para viabilizar os projetos para a difusão da modernização da agricultura brasileira, tais como, viaturas, materiais agrícolas, equipamentos audiovisuais, temas de escritórios, sementes e outros artigos diversos não citados pelo relatório do Ministério da Agricultura. Através deste órgão, também foi firmado um convênio entre a Universidade Rural do Estado de Minas Gerais e a Universidade norte-americana de Purdue. Por meio desse convênio pretendia-se também modificar o ensino agrícola superior para que atendesse o projeto previsto para o país.

O ETA, também prestou assistência em diversos programas de treinamento, ensino e divulgação, tais como: Superintendência de Ensino Agrícola e Veterinário (SEAV),¹⁸ SIA, Centro de Ensino e Treinamento da Fazenda Ipanema (CETI). Nos centros de treinamentos assessorados pelo ETA os extensionistas de diversos estados do país recebiam instruções sobre técnicas para o fomento agrícola, conservação do solo, tipos de sementes melhoradas adequadas à diversidade de ambientes e solos e divulgação das pesquisas que eram praticadas nos Estados Unidos. É importante lembrar que com o crescimento das filiadas do Sistema ABCAR¹⁹ de 1956, passaram a serem criados vários centros de treinamento de extensionistas regionais como o Centro de Treinamento e Informação do Sul (CETREISUL), no Rio Grande do Sul.

O ETA, também, prestou assistência tanto em programas para a agricultura quanto para a produção animal. Prestou assessoria aos programas de avicultura, para o aumento da produção leiteira, melhoria dos rebanhos, transformações sanitárias, rações adequadas e inseminação artificial. De um modo geral, o cerne dos trabalhos desse órgão consistia na extensão rural, pois era um instrumento importante para a difusão do projeto de modernização da agricultura.

organização de um plano de assistência técnica destinado ao setor agrário nos países menos desenvolvidos com o objetivo de “melhorar” as condições Saúde, interferir na Educação e Agricultura na América Latina. Ver o texto da Sonia Regina Mendonça disponível no site <http://www.sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe5/pdf/848.pdf>.

¹⁷ O Ponto IV foi um Programa lançado em 1949 nos Estados Unidos durante a gestão Truman. Teve como principal objetivo ampliar a produtividade, expandir o poder aquisitivo e melhorar a saúde das populações nos países considerados “subdesenvolvidos”, através do investimento de capital para o desenvolvimento de projetos de assistência técnica e financeira. Truman ambicionava reproduzir no mundo altos níveis de industrialização e urbanização através da tecnificação da agricultura, desenvolvimento dos padrões de vida e adoção de novos e “modernos” padrões e valores culturais.

¹⁸ Segundo Sonia Regina de Mendonça, Órgão criado em 1938, esteve especialmente voltado para questões educacionais Seu escopo consistia em orientar e fiscalizar o Ensino Agrícola e Veterinário em seus diferentes ramos e graus, com especial cuidado para o exercício da profissão agrônômica, cujos diplomas eram por ela – e não pelo Ministério da Educação – registrados e reconhecidos.

¹⁹ Ao longo do texto serão apresentadas mais informações sobre a atuação dessa Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR).

Segundo o Ministério da Agricultura:

A cada um desses serviços estaduais de extensão o ETA oferece assistência direta e constante, tanto técnica como financeira. A maioria (perto de duas centenas) dos veículos de que se servem as equipes de técnicas extensionistas em seu trabalho de campo foram fornecidos pelo ETA, que ainda contribuiu com outros tipos de equipamentos importados. A colaboração mais decisiva, no entanto, foi dada através do assessoramento de seus técnicos brasileiros e norte-americanos ao contínuo aperfeiçoamento profissional dos extensionistas (AGRICULTURA 1960, p. 110).²⁰

Com recursos do ETA os extensionistas recebiam cursos ministrados por especialistas estadunidenses, além disso, forneciam bolsas de estudos para participantes geralmente dos Clubes de jovens dos 4-S, ou para algum agricultor que se interessasse pelo trabalho do extensionistas para ir aos Estados Unidos receber treinamento técnico e conhecer a agricultura mecanizada e modernizada.

O ETA fornecia também os Jipes para possibilitar que os extensionistas e as extensionistas rurais fizessem os contatos com as famílias rurais. Tratava-se de um meio que possibilitava manter aproximação com os “agricultores”, para divulgar tecnologias e técnicas de pesquisa, ou convidar os filhos desses produtores para fazer parte da organização de um Clube de jovens 4-S, até mesmo era um meio de acompanhar o andamento da produção e da produtividade agrícola. Os veículos eram também importantes para aproximar as famílias rurais ao projeto de modernização. Os veículos possibilitavam aos extensionistas contatar um número maior de pessoas em menos tempo de trabalho. Além disso, permitia chegar às propriedades geralmente muito distantes das vilas ou cidades onde os Escritórios estavam instalados. Muitas famílias não frequentavam os escritórios para receber orientação técnica, portanto a maior parte do trabalho de difusão da modernização foi feita pelos extensionistas através das visitas de campo e pelos Clubes 4-S.

Além do ETA, outros institutos foram fundados pelo grupo Rockefeller como a Association for Economic and Social Development (AIA) durante o período compreendido entre 1946 e 1961. Essa associação foi responsável pelo financiamento e oficialização da Extensão Rural no Brasil e desenvolveu projetos de cooperação técnica,

²⁰ Disponível no site: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2037/000106.html> acesso março de 2016.

principalmente em agricultura e conservação do solo, além de programas de saneamento e alfabetização.²¹

Além da AIA, o International Basic Economy Corporation – IBEC foi criado no Brasil, também por Rockefeller, com fins gerais semelhantes ao projeto AIA. Atuava nas atividades ligadas à indústria, comercialização e disponibilização de recursos para a montagem de empresas como de fertilizantes, rações para aves e sementes híbridas. Enquanto a AIA atuava no agenciamento e difusão do projeto, o IBEC garantia a materialização do projeto, estruturando e colocando em funcionamento empresas e cooperativas cujo objetivo era estreitar o laço entre a proposta ideológica, difundida pela AIA, e os setores empresariais da modernização.

Para além da iniciativa privada binacional, o Estado brasileiro aos poucos foi assimilando esse projeto capitalista para a agricultura e esse processo ficou mais evidente a partir da criação da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR), entidade que tinha como finalidade uniformizar os trabalhos extensionistas a partir da gestão Kubitschek em 1956.

Segundo a Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná (ACARPA):

O ano de 1956 foi decisivo para o Sistema Cooperativo de Extensão Rural no Brasil. Como se viu fundaram-se nesse ano o ETA- Projeto nº15 e o ETA – projeto nº 17. Vários outros estados manifestavam, ainda, grande interesse pela criação de associações semelhantes. Havia, também o perigo de que, por falta de um órgão coordenador e de apoio financeiro, algumas das associações fundadas, se afastassem gradualmente dos princípios e filosofia que devem reger o trabalho de extensão ou fracassassem por falta de recursos. Assim, a ideia que vinha sendo acalentada há muito tempo, de uniformização do sistema, veio a concretizar-se em junho de 1956 com a fundação da ABCAR. Teve como membros fundadores a Confederação Rural Brasileira, o ETA, a AIA, o Banco do Brasil e as entidades de nível nacional cooperadores por convênio e o Ministério da Agricultura (ACARPA, Curitiba, 1971, p. 07-08).

A ABCAR foi criada em um contexto em que os Estados Unidos ultrapassaram as suas fronteiras e procurou dinamizar a extensão rural em países da América Latina com o objetivo de criar empresas para disponibilizar quantidades crescentes de matérias

²¹ Para conhecer melhor o impacto e a atuação da AIA no Brasil ver Claiton Marcio da Silva. Agricultura e cooperação internacional: a atuação da American International Association For Economic And Social Development (AIA) e os programas de modernização no Brasil (1946-1961). Tese defendida em 2009 e disponível no site http://bdtd.ibict.br/vufind/Record/FCRZ_4fb529f5c9f20c292dd12d503ad7dc57.

primas aos países industrializados através do mecanismo de prestação de assistência técnica e economia doméstica no campo. É importante observar que 1956 foi um período da transição de um governo para outro e consecutivamente a substituição de ministros, diretores, chefes de seção do Ministério da Agricultura.

A descontinuidade administrativa pela substituição de ministros e chefes segundo o relatório afetou desfavoravelmente o ritmo dos trabalhos do Ministério. Neste quadro de substituições, segundo o diretor do SIA, os ocupantes dos cargos de chefia deixaram de prestar as devidas informações sobre os trabalhos efetuados durante a gestão de 1954 e 1955. Nesse sentido, o relatório foi considerado como incompleto, pois as informações necessárias segundo a SIA não foram disponibilizadas em sua totalidade, seja por omissões, troca de funcionários internos e outros motivos não evidenciados no relatório. Tratou-se de uma justificativa do Serviço de Informação Agrícola (SIA), cujo diretor na época era José A. Vieira e foi apresentado em 1956 cujo interesse dessa agência era introduzir o projeto de modernização da agricultura.

É nesse contexto que passou a preponderar à análise de que para desenvolver o campo não bastava o aprimoramento de atividades de fomento como era realizada em anos anteriores. Era preciso agora “educar” não só o agricultor, mas toda a sua família aos moldes semelhantes à extensão rural empregada nos Estados Unidos e outros países para fazer com que a agricultura cumprisse seu papel de fornecedora de recursos para a indústria. Mas para cumprir esse papel, na visão das agências de extensão rural, era preciso, também, capitalizar a família rural e torná-la integrante de uma comunidade com potencial representação de suas demandas, para, desta forma, participar dos trabalhos planejados pelo Serviço Social Rural (SSR)²², instância educativa participante de programas humanitários promovidos pela Organização das Nações Unidas (ONU), cujo objetivo era o mercado, lucro, mesmo que para isso fosse necessário mudanças culturais e tecnológicas para difundir o projeto no campo.²³

Segundo o Ministério da Agricultura,

²² Segundo Moacir Palmeira (1989), o Estatuto da Terra é que criou em 1955 o Serviço Social Rural (SSR). O Estatuto listava uma série de atribuições para o SSR, que iam desde a "prestação de serviços sociais no meio rural", visando à melhoria das condições de vida da sua população (alimentação, habitação, saúde, incentivos à atividade produtora) até a aprendizagem de técnicas de trabalho, o fomento à "economia das pequenas propriedades", a criação de "comunidades" e a "realização de inquéritos e estudos", o Estatuto da Terra se propunha a "dar organicidade a todo sistema rural do país.

²³ Sobre Comunidades rurais consultar <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2037/000017.html> e <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2037/000104.html>

Todas essas atividades de fomento da produção vegetal se bem que viessem produzindo resultados que podem ser considerados como satisfatórios, sofrerão, a partir de agora, sensível mudança de orientação. Sem o abandono dos métodos clássicos de fomento, os trabalhos desenvolver-se-ão mais no sentido da extensão agrícola, deixando o agricultor de ser tratado, apenas, como uma unidade de produção, para ser considerado, também, como parte integrante de uma comunidade.

Com a colaboração de todas as entidades que atuam nas zonas rurícolas, será dada maior intensidade aos trabalhos educacionais, abrangendo, inclusive, a família do lavrador, e visando, sobretudo, o alevantamento (Sic) do nível social do meio rural brasileiro (Ministerial Reports: Agricultura, U2035, Rio de Janeiro, relatório de 1954-1955).²⁴

Alinhar a produção investindo sobre a cultura do trabalhador rural era uma proposta do programa da “Revolução Verde” nos anos de 1940. Embora apresentassem uma missão com caráter aparentemente “humanitária” de ajuda “mútua” aos países periféricos, na realidade tinham como pano de fundo, amplos interesses interligados ao governo estadunidense, as multinacionais e transacionais interessadas em dinamizar tanto suas áreas de influência econômica, política e ideológica.

Através da “Revolução Verde”, os Estados Unidos pretendiam aumentar a produção e a produtividade no mundo, exportando os chamados “pacotes tecnológicos” para os países considerados “subdesenvolvidos”. Esses pacotes consistiam num conjunto de práticas e procedimentos técnicos que se articulavam entre si e eram empregados indivisivelmente numa lavoura e seguiam certos padrões estabelecidos nos centros de pesquisa.

Desta forma, o pacote tecnológico pulverizado pelos extensionistas correspondia à característica de uma linha de montagem, pela combinação de uso de insumos e instrumentos agrícolas que não podiam ser rompidos, sob o risco de invalidar totalmente os resultados da exploração agrícola (AGUIAR, 1986, p. 17). Tratava-se de um método de produção e organização do trabalho semelhante ao taylorismo, que desejava alcançar o máximo da produção e rendimento com o mínimo de esforço e tempo.

O modelo internacionalizante e associado, portanto, foi iniciado com o Plano de Metas de Juscelino Kubitschek. Antes disso, porém, foram implantados planos industrializantes de cunho “nacionalistas”, conhecidos como “planos desenvolvimentistas”. Segundo Clovis Tadeu Alves, Kubitschek (1956-1961) apresentou

²⁴ Disponível para consulta no site <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2035/000125.html> acesso em abril de 2016.

como meta de governo maior abertura ao desenvolvimento da “Revolução Verde” no Brasil por meio do plano de Metas. Além disso, teve como principal pauta de planejamento estatal o retorno às questões envolvendo o processo produtivo e a agricultura (ALVES, 2013. p. 46).

Durante o governo Kubitschek ocorreu um aumento da participação do governo e do capital estrangeiro para o financiamento de investimentos e também a participação do setor público e privado na economia. A participação do governo na economia acendeu, também, em função das pressões sociais por serviços públicos e infraestrutura social e pela necessidade de capital para o desenvolvimento de indústrias modernas. O governo estendeu sua participação através do incentivo ao consumo, pela disponibilização de empréstimos o que demonstrou maior dependência das empresas com bancos oficiais (GONÇALVES NETO, 1997. p. 28). Objetivando aumentar a produtividade e incorporar tecnologia no setor agrícola, a conquista do “progresso” passou a ser um objetivo que fundamentava os discursos do Ministério da agricultura.

A criação de redes de instituições envolvendo pesquisa científica, experimentação, ensino e fomento, defesa sanitária das lavouras e rebanhos, mediante meios de orientação, organização e fiscalização da produção passaram a fazer parte desse novo cenário brasileiro. O interesse em investir em armazéns, silos, estocagem, em estações experimentais, institutos de pesquisas sobre “progresso” tecnológico e influência do mercado externo para o desenvolvimento de certas culturas contou com interesses públicos e privados. Além disso, o ministério pretendia aproximar a rede de instituições e serviços como as escolas, Clubes agrícolas, postos agropecuários, laboratórios, fazendas de criação à iniciativa privada. Segundo o referido relatório a partir de 1960 essas instituições passaram a assumir tarefas relacionadas à modernização da agricultura, como pesquisa, fomento, organização e fiscalização da produção (Ministerial Reports: Agricultura, U2037, Rio de Janeiro, relatório de 1960).²⁵

A partir dos finais dos anos de 1950 a industrialização brasileira foi feita cada vez mais estreita com os capitais externos, sob interesses estadunidenses no país para desenvolver com sucesso esse novo processo produtivo. Isso se deveu pelo enfraquecimento e crise do chamado modelo de substituição de importações que desde a década de 1930 representou o ponto central no processo de industrialização brasileira. As razões do esgotamento do modelo de substituição de importações acenaram para as

²⁵ Disponível em: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2037/000005.html> acesso abril de 2016.

variáveis externas como o estrangulamento da capacidade de importar, a estrutura do mercado nacional, o processo de desenvolvimento tecnológico (TAVARES apud GONÇALVES NETO, 1997, p.26).

De um modo geral, o esgotamento desse modelo abriu caminho para a redefinição das relações entre a agricultura e a indústria a partir da constituição dos chamados complexos agroindustriais. Os Estados Unidos difundiram vários mecanismos para possibilitar desenvolver com sucesso esse novo empreendimento atrelado ao processo produtivo no Brasil. Os Clubes 4-S, por exemplo, significaram uma alternativa para levar os “agricultores”, que tinham acesso aos meios de produção a aderirem a tais mudanças, uma vez que era necessário convencê-los a se inserir nessa comunidade de caráter estruturalmente industrial e empresarial.

1.3 1964: “A Batalha da Produção”

Com o Golpe Civil-Militar de 1964, o modelo de desenvolvimento associado ao capital externo foi imposto definitivamente e as políticas agrárias voltadas para a juventude rural foram aprofundadas. Isso se deveu, também, por interesses de frações agrárias brasileiras e grupos industriais internacionais. Nesse contexto a ditadura orientou-se para a inserção da agricultura no modelo de desenvolvimento orientado pelo grande capital monopolista. Por isso, em consonância com as expectativas de investimento destes setores, proporcionar uma mão de obra jovem e adaptada ao novo contexto e, sobretudo, com discernimento voltado para a “racionalidade” capitalista. É importante lembrar que os movimentos sociais do campo lutaram efetivamente contra a política de centralização do latifúndio monopolista.

Na avaliação de Bernard Sorj:

A inserção da agricultura dentro do modelo de desenvolvimento orientado pelo grande capital que se afirma nesse período, se dará dentro das coordenadas gerais de expansão da produção agrícola para o mercado interno e externo, a fim de permitir a manutenção de baixos custos na reprodução da força de trabalho urbano e de aumentar o montante de divisa para que se mantenham as importações de insumos e maquinarias necessários para a expansão do parque industrial. A forma específica pela qual essas coordenadas se realizam na agricultura esteve determinada pelo padrão de acumulação industrial, centrado no desenvolvimento de um complexo agroindustrial liderado pelas grandes empresas estrangeiras e pela correlação de forças sociais

no campo, totalmente favoráveis aos grandes proprietários (SORJ, 1980. p. 69).

Sorj discutiu os padrões de acumulação empregados no contexto brasileiro tendo em vistas a agricultura muito semelhante ao debate apresentado anteriormente por Mendonça. Entretanto, o autor aprofundou a ideia de que as soluções encontradas para o problema agrário brasileiro incidiram sobre a produção, porém com medidas violentas de repressão no meio rural como resposta a organização dos movimentos sociais do campo. Entretanto, o autor alerta para o fato de que neste contexto o projeto reformista representado por setores da esquerda foi eliminado. Passou-se, desta forma do modelo distributivista, com possibilidade de dinamizar a economia com a eliminação dos setores latifundiários mais atrasados, ao plano da atuação da ditadura civil-militar, cujo objetivo era reorganizar o padrão de acumulação de maneira concentradora e centralizadora com o plano de arrochos salariais impostos a população.

Por outro lado, os planos de governo durante a ditadura orientaram-se pela integração ao patamar dos países economicamente desenvolvidos, com uma aura desenvolvimentista, portanto, para a implementação da modernização no setor agrário. Sua principal característica foi à adesão ao plano de desenvolvimento econômico desigual e combinado ao capital externo. Segundo Octavio Ianni, o desigual e combinado se conformou pelas diversidades e desigualdades regionais, diversas formas de organização do trabalho, e várias maneiras de integração à economia de mercado, além de articular-se nacional e internacionalmente. Portanto, cada região se articulou com a outra em termos de fluxos de capital, tecnologia e força de trabalho, mercadorias, pessoas e ideias (IANNI, 2004).

A política de crédito rural subsidiado, por exemplo, foi um instrumento dinâmico da modernização tecnológica para a consolidação do complexo agroindustrial. O sistema de extensão rural foi orientado não só para prestar assistência técnica aos “agricultores”, mas também para a concessão de crédito aos produtores rurais. Concomitantemente, deveria supervisionar a introdução de técnicas “racionais” de trabalho na agricultura. A ampliação de redes de créditos bancários para aquisição do pacote tecnológico e de recursos oriundos da Aliança para o Progresso, para a importação de fertilizantes, entre outros empréstimos realizados entre Brasil-Estados Unidos, foram realizados nos finais dos anos de 1960 e especialmente a partir dos anos de 1970.

Nota-se que o esforço da ditadura por destituir os produtores de autonomia sobre a sua produção foi à lógica predominante do processo. Com a própria criação do Estatuto da Terra durante a ditadura (1964), pretendia-se controlar aspectos da relação entre produtores com a terra e sobre a produção. Os institutos criados pelo referido Estatuto, entre eles o IBRA era totalmente subordinado aos ditadores (PALMEIRA, São Paulo, 1989). Pretendiam extrair o máximo de recursos das propriedades rurais, seja através da imposição de impostos sobre a terra e comercialização da produção.

A partir do ano de 1967 a 1973, momento conhecido como “milagre econômico”, houve certo desenvolvimento do produto interno bruto proporcionado pela associação com o capital internacional. Os empréstimos ocasionaram maior participação de empresas multinacionais no processo. Isso se deveu, principalmente, pela abertura estrutural para o exterior e pelo crescimento das exportações, além do aumento dos créditos e conseqüentemente o aumento da produtividade agrícola que completaram o quadro.

Concomitante a esse processo, ocorreu uma diminuição na produção agrícola para o mercado interno, aumento do arrocho salarial dos trabalhadores, organização do sistema de financiamentos ao consumidor, aumento da receita dos setores públicos e a intervenção nos sindicatos, além da criação da legislação antigreve, não obstante este padrão de acumulação não conseguiu se manter (GONÇALVES NETO, 1997. p. 31).

O ministro da fazenda Antônio Delfim Netto (1967-1974),²⁶ nomeado para ocupar esse cargo pelo ditador Costa e Silva no contexto da construção ideológica, chamado de “milagre econômico”,²⁷ procurou demonstrar que o desenvolvimento da

²⁶ Em 1967 Delfim foi convidado por Costa e Silva para ocupar o cargo de Ministro da Fazenda. E em 1968 votou a favor do AI-5, sugeriu inclusive um aprofundamento do poder do presidente para intervir na economia do país. Interessado em retomar altas taxas de crescimento econômico, Delfim tabelou e reduziu as taxas de juro e permitiu uma ampliação do crédito, o que provocou uma expansão de 43% dos meios de pagamento em 1967, equivalente ao triplo do ano anterior. Ao mesmo tempo, o congelamento salarial foi mantido e o governo introduziu um sistema de controle de preços que desembocaria em 1969 na criação do Conselho Interministerial de Preços (CIP). Essa retomada do crescimento econômico durante a atuação de Delfim Netto foi possibilitada pela grande expansão do comércio e da liquidez internacionais no período, a expansão do setor público, responsável pela absorção de grande parte da capacidade “ociosa” do parque industrial brasileiro, a consolidação do mercado de capitais e do sistema financeiro nacional e a política de achatamento salarial. As condições políticas também influíram nesse desempenho (Jorge Miguel Mayer/Renato Lemos/Maria Letícia Correia, CEPEDOC) disponível no site: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/antonio-delfim-neto> acesso em maio de 2016.

²⁷ Segundo Ianni (2004, p. 255), há uma argamassa ideológica que cimenta os blocos de poder, ajuda a construí-los, reconstruí-los, explicar suas mudanças. A construção ideológica em torno do “milagre brasileiro” pode ser avaliada enquanto um meio de evitar a revolução social e a ampliação de um projeto de manifestação.

economia brasileira ocorreria a partir do aumento da produtividade agrícola e pela transferência de mão de obra do meio agrário para outros setores industriais (LINHARES & TEIXEIRA, São Paulo, 1981. pp.59-60).

Além disso, para Delfim Netto e seus simpatizantes, o subdesenvolvimento do país estava atrelado à baixa produtividade de mão de obra e pela falta da diversificação da estrutura produtiva. Portanto, os fatores para a eficiência do processo de desenvolvimento estavam ligados à modernização da agricultura através da utilização de máquinas agrícolas, insumos e técnicas agrícolas e não na modificação da estrutura fundiária. A partir da atuação de Delfim Netto, estruturaram-se as zonas francas de comércio com base na ideia de afirmação dos chamados “corredores de exportações”, em função, sobretudo, do estreito relacionamento com organismos financeiros internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial que promoviam Seminários de Exportação que Delfim participou. Tratava-se de reuniões com líderes de economias periféricas e centrais com o fito de difundir ideias de cooperação comercial.

As ações da ditadura buscavam impor certas orientações às populações rurais baseadas em conhecimentos técnicos para transformar a agricultura brasileira. Em 1975, o ministro da agricultura Alysson Paulinelli,²⁸ proferiu as propostas governamentais para o setor agrícola que por sua vez se articulavam aos propósitos dos planos e programas governamentais da ditadura voltados para agricultura brasileira. Tratavam-se dos planos e programas: Programa Estratégico de Desenvolvimento (1968-1970); O Plano de Metas e Bases para a ação de Governo (1970-1973); I Plano Nacional de Desenvolvimento (1972- 1974); O II Plano Nacional de desenvolvimento (1975-1979).

Os discursos do ministro foram difundidos pela revista Agricultura,²⁹ e posteriormente outros jornais do país como o “Rondon Comunicação” de Marechal Cândido Rondon empenharam-se em divulgar a proposta na região Oeste do Paraná.

Nova estratégia na batalha da produção
Alysson Paulinelli - Ministro da Agricultura

²⁸ Graduado em Agronomia pela Universidade Federal de Lavras. Atuou como Ministro durante o governo do ditador Ernesto Geisel (1974 – 1979) e foi deputado Federal de Minas Gerais de 1987 a 1991 através do partido - PFL. Filiou-se ao PSD, Arena, PDS e PFL e presidiu a Confederação Nacional da Agricultura

²⁹ Não encontramos dados mais específicos sobre essa revista, mas possivelmente várias notícias sobre agricultura foi difundido nos meios de comunicação e alguns estados brasileiros de interesse do projeto.

A política agrícola do governo vem sendo direcionada dentro de uma perspectiva que busca adequar as novas potencialidades à realidade mundial. Isto corresponde toda uma reformulação do processo produtivo da economia primária e uma conscientização das classes produtoras, que influem poderosamente no poder competitivo da produção.

Os grandes espaços vazios do território nacional, se por um lado constituem um fator eminentemente alentador e da maior importância para nós (com vistas à expansão de nossa fronteira agrícola, considerando que grande parte dos países desenvolvidos não dispõe de tal vantagem), por outro lado galvanizam uma concepção tradicional e ultrapassada do aumento da produção pelo plantio de novas áreas.

TODOS sabemos que, embora esta expansão possa à primeira vista ser rentável, pois, sem dúvida alguma, vai elevar a produção, na realidade não significa qualquer melhoria, qualquer evolução na forma de produzir. E isto, num mercado eminentemente competitivo, onde as nações que dispõem de tecnologia sofisticada contam com maior poder de barganha, a posição de uma agricultura em tais moldes é deveras desvantajosa (RONDON COMUNICAÇÃO, Marechal Cândido Rondon, 1976).

A estratégia traçada para a chamada “Batalha da Produção” não era de todo inovadora. A ideia de ampliação da fronteira agrícola se vinculou ao plano da modernização. No entanto, não bastava ampliá-la. Era necessário, também, mudar a forma de trabalho para conseguir maior êxito. Nesse sentido, a “reformulação do cenário produtivo” passava, sim, pela modernização, porém a consciência do produtor foi elencada como principal óbice ao conjunto das ações propostas. Tratava-se de enfatizar, sobretudo, a importância do trabalho extensionista, ou, pelo menos, as premissas deste trabalho.

A insistência pela reconfiguração da agricultura aos moldes da “nova” realidade mundial baseada na “Batalha da Produção”, durante a ditadura, não tiveram como finalidade modificar o quadro de dependência externa. Através da tentativa de reformulação do processo produtivo, planejavam manter inalteradas as formas de acumulação dominantes na sociedade. Promovia-se, portanto, a modernização de grande parte da agricultura e a ampliação da produção e a produtividade sem, portanto, modificar os padrões de acumulação (GONÇALVES NETO, 1997. p. 122).

Fizeram parte dos planos da ditadura o alargamento das exportações, a diminuição das importações, a criação de mecanismos estruturais para o escoamento, armazenagem e fiscalização da produção. A eletrificação rural e conseqüentemente o emprego de equipamentos tecnológicos produzidos pelos centros de pesquisa constituíam as principais metas para a aceleração da modernização agrícola. Cabe observar que os

interesses políticos para a agricultura direcionaram-se ao incentivo para o aumento da participação e da competitividade da produção com o mercado internacional, para a expansão das fronteiras agrícolas, a superação do “subdesenvolvimento” e o aumento da produtividade.

Esses elementos podem ser identificados nos discursos proferidos pelos ministros da agricultura durante a ditadura, senão, vejamos,

O esforço desenvolvido pelo governo nesse sentido vai desde a regularização fundiária – com titulação crescente e novas áreas, possibilitando a produção em terras até então improdutivas – ao crédito ilimitado e a juros subsidiados. Desenvolvemos arrojado esforço no setor da pesquisa e no trabalho da extensão rural para levar ao produtor aquela assistência indispensável ao emprego de tecnologia adequada. Os subsídios e fertilizantes e defensivos e as facilidades na aquisição de maquinaria agrícola são outros dispositivos acionados com mesmo objetivo. E, ainda, a política de preços mínimos que temos sempre ampliado no sentido de amparar novos produtos, além dos tradicionais.

O produtor vem respondendo satisfatoriamente a este chamamento do governo e está motivado para que, em prazo relativamente curto, possamos participar do mercado internacional em termos mais competitivos, inclusive com experiência mais sólida do processo de comercialização, que ainda constitui um ponto de estrangulamento de nossa produção. Transcrito da revista Agricultura, dezembro de/75.³⁰

O Estado passou a ampliar os espaços para iniciativa de empresas privadas e ou apresentadas enquanto “Cooperativas”, por isso deu-se tanta ênfase, como foi apresentado na citação anterior, com relação ao setor de comercialização, e/do setor de serviços. O cooperativismo e sindicalismo fizeram parte do amplo programa da ditadura para o desenvolvimento da agricultura.

Embora o cooperativismo fosse um mecanismo para garantir ampliação das condições de armazenagem da produção e um instrumento para comercialização, segundo Sorj era um dos instrumentos eficientes de integração ideológicos e de controle governamental sobre os “agricultores”, pela centralização da produção e disciplinamento do controle do crédito (SORJ, 1980, p. 74). Por isso, podemos dizer que a “Batalha da Produção” que incluía amplos recursos de ordem financeira também para as cooperativas foi uma estratégia necessária para amainar outras iniciativas de

³⁰ Jornal “Rondon Comunicação”; Ano: III; Número: 96, Data: Marechal Cândido Rondon, 10 De Fevereiro De 1976. Assunto: Nova Estratégia Na Batalha Da Produção.

organização da produção que respeitassem, sobretudo, o núcleo das relações de produção voltado para a subsistência.

Além do apoio do Estado, outras entidades participaram do fomento agrícola através da disponibilização de grandes somas de dinheiro com o objetivo de produzir excedentes exportáveis.³¹ Uma destas entidades, a Organização Internacional do Café (OIC)³², realizou várias missões em algumas regiões do Brasil para escolher quais seriam incluídas e integradas nos “chamados corredores de exportação”. Entre os Estados incluídos no projeto destacaram-se o Paraná, São Paulo, Goiás, Minas Gerais e Espírito Santo. A missão envolvia o estudo e acompanhamento do projeto de assistência técnica para a produção de determinados produtos de interesse das multinacionais.

Segundo dados da Associação de Crédito e Assistência Rural Imprensa (ACARPRESS),

[...] A sua execução envolve, basicamente, a ampliação da assistência e orientação aos agropecuaristas, visando melhoria da produção e produtividade das culturas com boas perspectivas de exportação, como o milho, o sorgo, a soja e carne (ACARPRESS, 1973).

A missão da OIC integrava técnicos, especialistas em economia cafeeira, especialistas em pesquisa agrícola e irrigação, especialistas em crédito agrícola, especialista em milho e soja, além de consultor da FAO³³ para questões de conservação de alimentos (ACARPRESS, 1973).

³¹ Segundo Odílio Sepulcri e Nilson de Paula a ação de entidades como a OIC fez com que a Emater reduzisse o trabalho junto ao pequeno produtor, o que passou a beneficiar médios e grandes produtores rurais, por apresentarem respostas mais ligeiramente, tais como aumentar rapidamente a produtividade.

³² O site da empresa Agrobrazil realiza publicações na revista CanaMix sobre o agronegócio, e apresentou dados sobre a OIC importantes para a compreensão da entidade: “A OIC é o principal organismo intergovernamental a serviço do café, do qual o Brasil é membro, congregando países exportadores e importadores para, mediante cooperação internacional, enfrentar os desafios com que o café se depara no mundo. Seus membros representam 97% da produção de café e mais de 80% do consumo mundial. Administra o Acordo Internacional do Café (AIC), um importante instrumento para a cooperação de questões cafeeiras dos países envolvidos. Sua missão é fortalecer o setor cafeeiro global e promover sua expansão sustentável num ambiente de mercado, dando melhores condições a todos os participantes do setor.” Fonte Embrapa.

Site consultado: <http://www.canamix.com.br/conteudo/organizacao-internacional-do-cafe-oic-divulga-relatorio-sobre-o-mercado-de-cafe> acessado no dia 07 de Março de 2016. Embora se trate de uma empresa voltada para a produção do café ela estimulou também a produção de produtos de interesse multinacional durante a ditadura como a soja, por exemplo, porque essa cultura contava com um pacote tecnológico e um bom preço no mercado internacional o que poderia gerar bastante lucro para o setor de comercialização e fomento.

³³ Segundo o site da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) esta agência está presente no Brasil desde 1949. Trata-se de uma organização que teve e tem o intuito de liderar os esforços internacionais para “acabar com a fome” e contribuir para a melhoria da nutrição de todos os povos. Atuou e atua na promoção do desenvolvimento agrícola, aumento da produção visando maior

Além disso, através de recursos da Organização Internacional do Café, repassados aos Estados pelo Ministério da Agricultura, desenvolveu-se projetos nacionais de Fomento Agrícola que extrapolavam, inclusive, o interesse centralizado na produção do café. Mediante o programa chamado “Corredores de exportação” vinculada a Associações de Crédito e Assistência Rural (ACAR), organizaram-se no país campos de demonstração de produção da soja, milho e sorgo mediante assistência técnica incluindo um amplo sistema de transportes (navios) (ACARPRESS, 1973). A entidade congregada aos interesses dos cafeicultores foi escolhida tendo em vistas a experiência logística e produtiva acumulada ao longo dos anos em que o produto hegemonizou o setor primário-exportador. Mais do que isso, tratava-se, também, da atualização de velhos setores dominantes ao cenário de inclusão de novas culturas de exportação definidas através do planejamento difundido nas reuniões sediadas pelo FMI e Banco Mundial.

A modernização da agricultura e a programação do projeto de assistência técnica brasileira, a partir de então, foram feitas mediante acompanhamento das missões, interesses e apoio financeiro de diversas organizações, associações em parceria com Bancos Nacionais e Internacionais. Os projetos envolvendo orientação, mobilização de técnicos, instalação de escritórios de assistência técnica, financiamentos e “beneficiamentos” para a produção da soja, milho e sorgo deveriam “atingir a política agrícola do governo”. Do mesmo modo, “franquear” as portas das propriedades rurais “modernas” tecnologias agrícolas para responder o aumento da produção agrícola que na época o país procurou aderir (ACARPRESS, HM/058 Curitiba, 1973). É importante lembrar que a maior parte do maquinário produzido à época era destinada a estas culturas.

acesso aos alimentos pelas populações. Apoiava iniciativas regionais para fortalecer a agricultura familiar, o combate à desertificação, ações de mitigação e recuperação da degradação da terra, a diminuição dos efeitos da seca, a produção de alimentos e o “combate à fome”. Também teve como objetivo a instrumentalização da ciência, da tecnologia e da inovação para promover o uso “racional” do solo, água, bosques e florestas, mediante o planejamento social, econômico, ambiental e o manejo sustentável e de uso múltiplo. Informações disponibilizadas no site <http://www.fao.org/brasil/fao-no-brasil/pt/> acessado no dia 07 de Março de 2016.

Cabe observar que embora a organização tivesse como objetivo “contribuir” para o aumento da produtividade e introdução de tecnologia no meio rural esse processo não levou a erradicação da fome no mundo. Na realidade, trata-se de um problema estrutural, de acesso físico e econômico da população aos gêneros alimentícios. Portanto situações de desnutrição e fome não são exclusivamente resultados de problemas ambientais, nem são determinadas unicamente pela somatória oferta/demanda de alimentos.

Em 1974, o ditador Ernesto Geisel deixou seu recado sobre seu posicionamento com relação à estrutura agrária nacional por meio de rádios e televisores a respeito do controle da inflação³⁴. Acrescentou a importância dos Jovens para a “nação” e a política do país. O acesso a essa “notícia” foi possível mediante a análise de relatórios contendo informações difundidas pela Rádio Difusora de Marechal Cândido Rondon/Paraná. Trata-se do relatório produzido em dezembro de 1974 que revela os modelos pretendidos pela ditadura para a produção rural.

Se considerarmos que nos Estados Unidos da América e da Europa (SIC), exceção feita da Alemanha, as taxas anuais de inflação dependendo do país e do tipo de indicador adotado situar-se-ão entre 15 e 25% e que no Japão se elevarão a 30 ou 35, concluiremos que atingimos condição bastante satisfatória.

Cabe em particular congratular-me com a grande maioria de jovens participando muitos pela primeira vez com entusiasmo, da mobilização que se processou em curto período de poucos meses, e assim fazendo indispensável aprendizado para as responsabilidades que em futuro próximo lhes serão necessárias delegadas na via pública nacional (...).

As distorções mais serias foram corrigidas, a inflação está controlada, não há desemprego, prenunciam-se boas safras de norte a sul, a indústria continua em expansão e tanto nesse setor como na agropecuária e no comércio, a empresa privada conta com decidido e vigilante apoio do governo.

Estamos construindo com redobrados esforços e astros sacrifícios de hoje e de amanhã. É dever nosso, dos mais justos e honrosos fazê-lo com ardor e com fé, para legar às gerações futuras uma nação engrandecida (FRENTE AMPLA DE NOTÍCIAS, Marechal Cândido Rondon, 1974).

A ditadura, sob certa “retórica nacionalista”, pretendia tornar o Brasil uma grande potência. A criação de um exército industrial de reserva, por meio do êxodo rural e a disponibilização de matérias primas baratas para exportação, além da necessidade de preparação da população para essas transformações, voltou os olhares, por conseguinte, aos jovens considerados como o “futuro da nação”.

Capazes de auxiliar na construção da grandeza da agricultura brasileira, e por consequência, a grandeza do Brasil, a juventude deveria redimir as gerações futuras do

³⁴ O controle da inflação já era uma proposta de governo iniciada desde o golpe de estado em 1964. A inflação já era um “problema” evidente desde a queda da bolsa de Nova Iorque nos Estados Unidos em 1929. Os governos militares apresentavam inúmeras propostas de governo para solucionar esse “problema”. As políticas agrícolas nesse sentido eram fundamentadas nas propostas de superação dos níveis inflacionários e na possibilidade de produzir alimentos mais baratos e em quantidade significativa para a população brasileira.

papel que não fora desempenhado pelas gerações passadas. Tratava-se de uma estratégia de mudança geracional, com imperativo de controlar tal mudança. A estratégia preventiva do golpe foi difundida durante toda ditadura. Ao direcionar o serviço de extensão a juventude, pode-se dizer que residiu à estratégia de aniquilar, de vez por todas, com qualquer resquício da pauta reformista no campo.

De certo modo a importância dada aos jovens no contexto da ditadura, também poderia significar para os latifundiários, fazendeiros, empresários, órgãos governamentais e multinacionais, a continuidade dos projetos de desenvolvimento econômico brasileiro conjugado nas premissas do desenvolvimento em segurança característico da Doutrina de Segurança Nacional (DSN). Porque agora eles deveriam tomar as rédeas, pois as experiências de fomento e propagandas anteriores a esse contexto já tinha apresentado resultados poucos satisfatórios para o desenvolvimento do país. A educação rural, o trabalho com os jovens nos Clubes 4-S a partir dos anos de 1960 significou de certo modo uma estratégia para a modernização.

Mas, além de ser o “futuro da nação”, o jovem também se tornou sujeito deste processo. Mesmo que antes do golpe de Estado ocorrido em 1964 os jovens já haviam começado a ser assistidos pela extensão rural, a partir da ditadura ocorreu uma ampliação considerável de Clubes voltados para rapazes e moças. Os jovens passaram a ser um dos principais alvos do Estado e do extensionismo rural. Não que antes não o fossem, mas agora, por meio deles, esperava-se garantir que o projeto de modernização e que o modelo de desenvolvimento econômico agroexportador vinculado ao capital internacional fosse aos poucos assimilados pela família e comunidade rural como forma de assegurar a efetividade dos esforços de modernização.

A mecanização era um fator decisivo para garantir que a modernização fosse eficiente. Mas só mecanizar não bastava, era preciso fazer com que os jovens se sentissem parte desse processo e principais responsáveis pela produção de riquezas do país. Aprofundavam, sobretudo, certa aceleração na troca geracional dos sujeitos produtivos no meio rural. Praticamente forçando não um intercâmbio, mas mais especificamente a substituição da geração dos pais pelos filhos no trabalho rural, configurando, assim, a verdadeira estratégia na “Batalha da Produção”.

A JUVENTUDE e o FUTURO do BRASIL

É a realidade que se diz a todo instante. O Brasil de amanhã, grande e poderoso dependente exclusivamente de nossa mocidade atual. E esta

mocidade deve se preparar para acompanhar este passo decisivo de gigante que caminha a frente, em busca de futuro melhor.

Isto notamos diariamente, quando os Clubes 4-S, promovem Exposições de seus trabalhos, recebendo aplausos e comentários construtivos de pessoas entendidas. É necessário que aprendamos sempre mais, para a grande galgada de país subdesenvolvido, a um poderoso, forte e que tenha alimentação adequada e suficiente inclusive para outros (FRENTE AMPLA DE NOTÍCIAS, Vol.09,1970).

A informação que importa aqui se relaciona tanto a difusão do discurso, quanto ao método da troca geracional no campo. Com relação à difusão do discurso, percebe-se, claramente, o ufanismo do Brasil potência, um país “gigante pela própria natureza”, certo “nacionalismo” e conservadorismo que evidencia a proposta de alinhamento com a associação com o crédito multinacional. Porém, ao incidir sobre a juventude, a propaganda veiculada na rádio e contemplada também pelo Estado e agências de extensão rural teve como premissa a troca geracional. Alinhado com a proposta dos Clubes 4s, ao trabalhar a mentalidade do jovem promovia-se a substituição de velhos métodos de produção. Neste sentido, aceitava-se, sobretudo, a necessidade de mudar a mentalidade dos mais velhos, investindo no convencimento dos mais novos como estratégia de implantação de programas econômicos alinhados a proposta de associação dependente ao capital multinacional.

Revelou-se, portanto, uma estratégia ampla que tinha como ponto de partida o investimento na doutrinação dos jovens e como ponto final a ampla propagação do programa capitalista, principalmente entre jovens, mas também aos adultos e comunidade. Tratava-se de sujeitos que carregavam uma série de elementos sociais, econômicos e políticos vivenciados ao longo do processo histórico difundido entre as gerações e socialmente. Não é pouca coisa lembrar que para uma geração inteira que experimentou um caldo cultural contestatório, embebido, inclusive, nas premissas da contracultura e da revolução social, sofreu a arbitrariedade do entreguismo ditatorial com as torturas, desaparecimentos e exílios forçados.

Para outra parcela da juventude, investiu-se em mecanismos de controle social ligado a lógica do binômio “desenvolvimento em segurança”. É sempre importante lembrar que para a população interiorana ou de Áreas de Segurança Nacional, como é o caso da cidade de Marechal Cândido Rondon, funcionou a estratégia dos programas chamados de Ação Cívicos Sociais (ACISO 70). A ação Cívica foi apresentada como um “movimento de conscientização da massa” do exército nacional que em combinação

com prefeituras, comércios e indústrias, pretendiam influenciar ideologicamente para preparar a população por meio de esclarecimentos sobre as ações do projeto da ditadura, bem como difundir e levar a assistência técnica e serviços de saúde, higiene e “bem estar popular”. Tratou-se na realidade de um verdadeiro mecanismo de controle social, especialmente nas áreas consideradas de Segurança Nacional durante a ditadura, como no Oeste do Paraná.

Este programa da ditadura procurava levar aos cantos mais longínquos do país ações apresentados como “comunitárias” e “sociais” do exército com o fito de difundir tecnologias atreladas ao chamado “pacote tecnológico” e executar medidas higienistas. Os problemas da modernização da agricultura foram acirrados num momento crucial dessa história. Tais problemas serão discutidos no próximo tópico.

1.4 O problema da modernização e seus vínculos internacionais

O processo de modernização da agricultura brasileira foi amplamente apoiado por instituições privadas nacionais e internacionais, especialmente pelos Estados Unidos. No contexto da Guerra Fria e do pós Segunda Guerra Mundial, entre as diversas operações efetuadas pelos EUA no Brasil, além do apoio ao golpe civil militar de 1964, observou-se a preparação e treinamento de extensionistas e líderes rurais brasileiros. A difusão de métodos de extensão rural e economia doméstica, o incentivo ao crédito supervisionado juvenil e orientado, bem como os financiamentos voltados para a introdução do pacote tecnológico. A influência externa, portanto, foi fundamental para o desenvolvimento do processo de modernização da agricultura.

A atuação dos Estados Unidos no Brasil, no que se refere à modernização da agricultura, foi efetivada através dos princípios ideológicos do programa conhecido como “Revolução Verde”. Esse programa foi patrocinado e financiado pela Fundação Rockefeller. Na área da agricultura procurou desenvolver experiências em genética vegetal com a finalidade de criar e multiplicar sementes selecionadas, principalmente de trigo, arroz e milho, para diversos solos e climas. Selecionavam-nas com o objetivo de torná-las mais resistentes a doenças e pragas, implicando transformações nas tecnologias e práticas de trabalho no campo.³⁵

³⁵ Para saber mais sobre o assunto Cf.: (BRUM, 1988) e ou (ALVES, 2013).

Os discursos dos patrocinadores ressaltavam uma imagem humanitária, enfatizando a possibilidade de acabar com a fome no planeta. Apesar disso, o que interessava ao grupo e a muitas corporações eram os lucros que poderiam obter, já que a agricultura estava se tornando um novo campo de valorização para a indústria (BRUM, 1988).

Na “Revolução Verde” não se pretendia alterar o princípio da propriedade privada, ao contrário disso, cobiçavam proporcionar ganhos consideráveis para a produção agrícola, pela modificação das relações e técnicas de produção, por meio do uso de insumos e máquinas agrícolas que possibilitaram o aumento da produtividade sem fazer uma reforma agrária.

Tratava-se de um plano de contenção a possíveis dissidências que pudessem ocorrer ao projeto hegemônico. Ou seja, com a presença constante do comunismo, a partir da Revolução Russa de 1917 no cenário internacional, e o processo revolucionário cubano iniciado em 1959, os liberais procuraram proteção com relação às ameaças aos projetos de desenvolvimento capitalista.

Esse programa atuou no sentido de modernizar a agricultura dos países da América Latina, criando condições para a ampliação dos mercados e afirmação das áreas de influência estadunidense. De forma geral, a “Revolução Verde” atendeu aos interesses das multinacionais. Trata-se de empresas ligadas ou patrocinadas tanto pelas fundações Rockefeller e Ford, que inclusive eram integrantes do projeto “Aliança para o Progresso”.³⁶

Como vimos anteriormente, esses grupos criaram as condições para dinamizar o projeto de modernização da agricultura na América Latina, seja através da difusão de associações e institutos como a AIA³⁷ e o IBEC, ou pelos acordos com agências especializadas nacionais e internacionais.

Segundo Arapiraca (1982) apud Gomes,

(...) acordos bilaterais de cunho privado, como é o caso da Fundação Rockefeller e da Fundação Ford. Afora essas, existem ainda os

³⁶ A “Aliança para o progresso” foi um projeto organizado durante a gestão John F. Kennedy nos Estados Unidos para alinhar e entrelaçar os interesses das multinacionais e corporações transnacionais ao desenvolvimento e ampliação dos interesses do projeto capitalista. Procurou, então, integrar os países da América Latina nos aspectos político, econômico, social e cultural pelas preocupações com a difusão do “comunismo” no contexto da Guerra Fria e principalmente depois do estreitamento dos laços entre de cooperação entre a URSS com a Revolução em Cuba. Tratou-se de um instrumento ideológico interligado, de verdadeiro combate ao comunismo.

³⁷ A instituição foi criada sob o pretexto da filantropia.

sistemas de ajuda prestados diretamente pelos governos nacionais através de suas agências especializadas, como é o caso da USAID, da Aliança para o Progresso e do Corpo da Paz dos Estados Unidos (ARAPIRACA apud GOMES, 2013, p. 43).

A indicação de Arapiraca é importante para dimensionar a atuação híbrida público-privada. Sabe-se, por exemplo, que o USAID atuou como extensão dos interesses empresariais estadunidenses no campo da educação. Não é demais lembrar os acordos estabelecidos entre o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e a agência USAID que, dentre outras coisas, foi responsável tanto pela ampliação do referido projeto, quanto à adesão ao modelo americano da educação brasileira.³⁸

Desde os anos de 1940 observou-se a intensificação dos interesses de entidades estadunidenses e das multinacionais no Brasil. Entre os anos de 1943 a 1965 o grupo Rockefeller patrocinou projetos-pilotos em determinados países selecionados por eles, entre os quais o México, as Filipinas, o Brasil, além dos Estados Unidos. Nesses países realizaram-se pesquisas e experiências com alguns produtos agrícolas e ocorreram intervenções no processo de produção. Tratou-se de ações voltadas para o desenvolvimento da infraestrutura da produção, sobretudo em relação ao uso de sementes, adubos e equipamentos para a ampliação da assistência técnica e orientação do crédito rural (BRUM, 1988, p. 44-45).

Cabe lembrar também que, com o programa do ponto IV, os Estados Unidos passou a interferir mais intensamente na América Latina sobre a premissa de “cooperação” aos países subdesenvolvidos visando à melhoria de vida e trabalho dessas populações. A “ajuda” em larga escala passou a ser executada pela *Technical Cooperation Administration* (TCA) que fundou outras instituições para gerir esse processo tais como: *Foreign Operations Administration* (FOA) e a *International Cooperation Administration* (ICA).³⁹

A ICA, por exemplo, ofereceu bolsas de estudos para extensionistas se especializarem tanto nos Estados Unidos, quanto no Peru. Além disso, especialistas dos Estados Unidos, por intermédio do Escritório técnico de Agricultura Brasil-Estados Unidos, bem como pela *Communications Media Office* da *United States Operations*

³⁸ Para o aprofundamento em relação à influência da USAID na educação brasileira consultar OLIVEIRA (2013) e ARAPIRACA (1982).

³⁹ Para obter mais informações sobre essas entidades, Cf.: MENDONÇA (2007).

*Mission to Brasil*⁴⁰ orientavam cursos de treinamento intensivo de técnicos dos Escritórios Técnicos de Agricultura no Brasil.

Outra instituição que teve grande atuação nesse contexto de intervenção estadunidense no Brasil era a *United States Informations Service (USIS)*. Foi criada em 1953 nos Estados Unidos e executava serviços de radiodifusão, e propagação de filmes “educativos” para os países da América Latina. Tratava-se, de um instrumento ideológico que, por um lado, objetivava construir uma imagem positiva da intervenção dos Estados Unidos nos países subdesenvolvidos, e, por outro, procurou estabelecer uma imagem negativa do comunismo no contexto da Guerra Fria.

De um modo geral, podemos dizer que a “Revolução Verde” foi uma derivação direta das propostas estadunidenses no Brasil. Nelson Rockefeller direcionou seus esforços para o “desenvolvimento” agrícola na América Latina. Por exemplo, quando visitou o país ainda nos anos de 1940 fundou três empresas vinculadas ao grupo: Cargill, Agrocereis e a Empreendimentos Agrícolas (EMA). As suas perspectivas estavam atreladas ao aceleração do desenvolvimento, a ampliação da produção para o atendimento da demanda urbana através da modernização da agricultura, além do emprego de técnicas e máquinas agrícolas.

Esta aproximação diplomática do megaempresário incentivou o incremento de corporações no país. É o caso da Cargill, cerealista multinacional cujo presidente era John MacMillan, Jr.⁴¹ De acordo com Brum, a Cargill, naquele contexto, estava ligada a comercialização internacional de produtos como cereais e fabricação de rações.

No site da Cargill, por seu turno, encontramos a seguinte avaliação a respeito do processo de ampliação da multinacional na América Latina,

A entrada na América do Sul se deu de forma incomum para a Cargill desde o início. A IBEC (International Basic Economy Corporation), empresa formada por Nelson Rockefeller para elevar o padrão de vida através dos negócios, procurou John Jr. buscando uma parceria. John

⁴⁰ Não encontramos referências mais detidas e detalhadas que possam auxiliar na compreensão da atuação desta instituição.

⁴¹ A família Cargill é uma das mais ricas famílias do mundo e a maior corporação de propriedade privada nos Estados Unidos. John Jr. foi o terceiro presidente da Cargill, lutou na França durante a Primeira Guerra Mundial, realizou desenhos de estruturas para mudar a movimentação das colheitas e armazenamento. realizou suas próprias experiências a fim de criar uma fonte de nutrição à base de soja para consumo humano. Ele também produziu várias patentes para diversas indústrias, inclusive novos métodos de construção civil, uma hélice aquática mais eficiente e até mesmo o redesenho de uma embalagem de cigarros. durante seu mandato como presidente, a empresa alcançou US\$ 1 bilhão em vendas pela primeira vez na história. Disponível no site da Cargill: http://www.cargill.com/150/pt_br/BP_LEADERSHIP-JOHN-JR.jsp acesso em abril de 2016

Jr. agarrou a oportunidade, pois percebeu a chance de estabelecer uma presença formal na América do Sul. Juntos, eles criaram a Cargill Agrícola e Comercial S.A. (CACSA).

Com essa nova empresa, os parceiros começaram a trabalhar a fim de solucionar um problema antigo para os agricultores brasileiros: a perda da lavoura de milho causada por armazenamento insuficiente. O milho era bastante procurado por sua qualidade nutritiva, mas também porque sua moagem produzia uma variedade de produtos, desde amidos a melados para a indústria têxtil. No intuito de proteger a colheita e facilitar o transporte, a CACSA construiu dois elevadores de grãos (um em Ourinhos, São Paulo, e outro em Arapongas, Paraná). Essas estruturas ofereceram um amplo espaço de armazenamento aos agricultores, permitindo a proteção de suas colheitas contra a ação de gorgulhos e outros elementos de deterioração, além da possibilidade de retardar a venda até os preços subirem (Histórico: CARGILL, Defendendo os agricultores no Brasil. Disponível em: <http://www.cargill.com/150/pt_br/BP_AGRICOLA-PROJECT-BRAZIL.jsp> acesso em 10 de Março de 2016).

Se tomarmos como referência este histórico da empresa, vê-se claramente o intuito de melhorar a logística da produção. Neste período, a mentalidade cooperativa ainda não era hegemônica. Assim, as grandes empresas estocadoras cerealistas, pelo poder de conexão que tinham com o mercado consumidor de produtos primários, foi o centro potencializador do chamado “corredor de exportações”. Vale lembrar que esta possibilidade de comercialização, que nos anos de 1960, mais especificamente a partir da atuação de Delfin Neto à frente do Ministério da Economia da ditadura, foi denominada de “corredor de exportação”, já era praticada pelo ramo privado nos anos de 1940.

Para melhorar a logística da produção, a Cargill desenvolveu métodos para a divulgação internacional, cujo objetivo era conquistar maior credibilidade no mercado mundial. O *Pillars of Plenty*⁴², ou *Pilares da Abundância*, por exemplo, foi um longa metragem apresentado como “educativo” produzido pela empresa como estratégia promocional. Nele a empresa procurou justificar sua atuação como intermediária entre a produção e a comercialização. A ênfase na segurança do contrato de entrega da produção é evidente. Através deste contrato, o produtor asseguraria à entrega da produção a empresa que por sua vez asseguraria o pagamento ao produtor, sem que tudo isto ficasse na insegurança das flutuações do mercado, ou, até mesmo, para evitar o calote. O vídeo era na realidade uma verdadeira tentativa de (re)conquista da

⁴² Disponível no site: http://www.cargill.com/150/pt_br/BP_PILARS-OF-PLENTY.jsp acesso em abril de 2016.

credibilidade na empresa, que pretendia fazer com que os produtores rurais tivessem uma imagem positiva sobre a empresa, pois era vista com desconfiança no mundo dos negócios por conta de ser acusada, dentre outras coisas, por transformar o comércio de grãos em um jogo de azar.⁴³

Conhecida internacionalmente por meio das divulgações e ações, a Cargill criou ainda estratégias para ampliação dos seus interesses no ramo agroindustrial em todo o país. Tratou-se dos campos de demonstrações e experimentação, cujo objetivo era aproximar tecnologia e pesquisas aos produtores rurais. Nesse sentido, também incentivou o trabalho extensionista com os jovens, pois foram considerados como os futuros agricultores.

Marli Terezinha Schlosser em sua tese de doutorado “Rádio, consensos e dissensos: o reverso do discurso e a crise da especialização agrícola (Extremo Oeste do Paraná 1980-2000)”, ao analisar fontes jornalísticas sobre a Cargill verificou que essa empresa recebia em seus campos experimentais no estado de São Paulo, jovens de Clubes cooperativistas, como por exemplo, da Copagril de Marechal Cândido Rondon no estado do Paraná. Nesses campos experimentais da multinacional, os jovens recebiam instruções sobre técnicas para reduções de custos da produção, seja pelo uso de tecnologias e, insumos adequados aos tipos de solo e clima. Por outro lado, expunham o resultado das novas técnicas e as possibilidades do seu emprego no meio rural, como o aumento da produtividade que era de interesse da empresa (SCHLOSSER, 2005, p. 110).⁴⁴

É importante lembrar que o poderoso grupo econômico Rockefeller, atuou em múltiplas frentes diversificadoras com multinacionais de sua propriedade. Por influência dessa Fundação foi criada a primeira Associação de Crédito e Assistência Rural no Brasil. Argemiro Brum em seu estudo sobre a modernização da agricultura brasileira, demonstrou os diferentes vínculos que a Fundação Rockefeller tinha e controlava. A partir dessa pesquisa podemos observar como o capital industrial, o comercial e o financeiro se juntaram de modo muito articulada para fazer acontecer o projeto de modernização da agricultura no país. Se não, vejamos:

⁴³ Esta ideia sobre a empresa foi retirada da avaliação sobre o filme disponível no site da CBS de Minnesota, EUA. Cf.: <http://minnesota.cbslocal.com/2015/04/09/pillars-of-plenty-premieres/>

⁴⁴ Tese disponível no site:

http://www2.fct.unesp.br/pos/geo/dis_teses/05/05_MARLI_TEREZINHA_SZUMILO_SCHLOSSER.pdf acessado em 20 de Março de 2016.

(...) no setor financeiro, possui um dos maiores bancos privados do mundo – o Chase Manhattan Bank – que é atualmente um dos maiores credores do Brasil; no setor industrial, além de outras, possui empresas que fabricam máquinas e equipamentos agrícolas, bem como fertilizantes, defensivos e pesticidas; na área do petróleo, detém o controle de duas das sete maiores petrolíferas do mundo; na área comercial, é sócio da Cargill, uma das maiores comercializadoras de grãos do mundo, o mais poderoso dos cinco grupos que controlam a comercialização de cereais em escala mundial, e que também se dedica à fabricação de rações, além de controlar monopolisticamente a pesca, fabricação e comercialização da farinha de peixe no Peru. Também atua em outros ramos.

Outros grupos econômicos internacionais estão estruturados e atuam de modo idêntico. Através de seus bancos, concedem empréstimos e financiamentos aos governos e a grandes empresas (muitas delas de sua propriedade) nos países dependentes, para expandir determinados setores da economia, de acordo com a sua estratégia global; instalam subsidiárias nesses países para produzir insumos agrícolas modernos, geralmente importados de suas matrizes no exterior componentes essenciais ou insumos químicos básicos; e, finalmente fechando o círculo da dominação deles e da nossa dependência, nos compram a produção agrícola e a industrializam ou a comercializam (exportam) internacionalmente. Ainda, o chamado “crédito rural”, subsidiado pelo governo, em parte oriundo de empréstimos obtidos pelo país junto aos grandes bancos internacionais, utilizado para que os agricultores possam adquirir maior quantidade de máquinas e insumos modernos, é, de fato, crédito industrial, uma vez que funciona mais voltado para expandir os interesses da indústria do que os da agricultura, que é apenas um subsistema dentro e a serviço do sistema econômico global comandado pelo complexo financeiro-industrial (BRUM, 1988, p. 49-50).

Outras empresas multinacionais que também atuaram no ramo de maquinários, insumos e produtos químicos, impulsionaram o projeto de modernização, seja por meio da propaganda e/ou pela qualificação e treinamento de jovens através da manutenção e investimento de divisas com entidades brasileiras como o Comitê Nacional de Clubes 4-S (CNC 4-S).⁴⁵ Tratam-se especialmente da Cargill, Ford Motors, Shell, e Agrocereis⁴⁶, Singer Sewing Machine Company. Junto com a sanha empresarial pela ampliação do mercado consumidor de maquinários, pode-se dizer que tais empresas foram

⁴⁵ Esta entidade civil teve como finalidade captar recursos, para aplicá-los nos programas educacionais da Juventude Rural coordenados pelos Sistemas assistenciais brasileiros (OLIVEIRA, 2013, In: Contracapa do Relatório Juventude Rural: um assunto muito importante. II Seminário Interamericano de Entidades de apoio à Juventude Rural. Campinas, 4 a 10/11/1973. Material editado pelo CNC 4-S com patrocínio da Divisão ELANCO Produtos Agropecuários e Industriais Eli Lilly do Brasil Ltda.

⁴⁶ Segundo Claiton Márcio da Silva, os brasileiros Gladstone Drummond e Adylio Vitarelli, e os norte-americanos John Ware e o primeiro diretor da AIA no Brasil, Dee William Jackson, estiveram envolvidos na fundação da Agrocereis em 1945. SILVA, Claiton Márcio da. *Nelson Rockefeller e a atuação da American International Association for Economic and Social Development: debates sobre missão e imperialismo no Brasil, 1946-1961*. Hist. cienc. saúde-Manguinhos vol.20 no.4 Rio de Janeiro Oct./Dec. 2013.

amplamente privilegiadas nestas ações pelo Estado, e que por sua vez, elaboraram uma estratégia de atuação cujo interesse foi centrado na acomodação do projeto da “Revolução Verde”, conforme as premissas da Aliança para o Progresso e o plano da modernização.

A relação de algumas multinacionais que atuaram no Brasil entre os anos de 1950 a 1960 é apresentada no seguinte quadro,

TABELA 1: Relação das multinacionais que atuaram e atuam no Brasil.

Multinacionais	Origem e Início de atuação no Brasil	Tipos de produtos comercializados
Singer Sewing Machine Company	Estados Unidos- 1858	Máquinas de costura (domésticas e industriais), óleo, ferros de passar e vaporizador. Em alguns mercados comercializa alguns eletrodomésticos, como por exemplo, aspiradores, torradeiras, liquidificador, mixers, processadores de alimentos, refrigeradores, máquinas de lavar e televisões.
Bayer	Alemanha- 1896	Aspirina, Yasmin®, Levitra®, anilinas, produtos químicos intermediários, derivados de cromo e defensivos agrícolas, Confidor, Makrolon, Baydur e Bayflex, corantes, repelente Autan®, inseticida Baygon®, pomada para hidratação da pele Bepantol®, Alka-Seltzer®, Redoxon®, Leite de Magnésia de Phillips, Flanax®, drogas cardiovasculares, dedicou-se na produção de remédios que dispensam receita médica, medicamento para alergia Claritin.
Agrocere	Estados Unidos – Brasil – 1945	Milho híbrido, sementes milho e sorgo, formicidas, nutrição animal, genética suína.
Cargill	Estados Unidos – 1948	Sementes híbridas de milho, óleo de soja, azeite de oliva (Gallo), molhos Liza, molhos Purilev Light, óleo de milho Mazola, Pomarola, Tarantella, Elefante e Pomodoro, exportadora de soja, compra, processa e distribui grãos e oleaginosas, produção rações. Entre outros.
Shell	Inglaterra – 1913	Kerosene Aurora, óleos combustíveis industriais e, em menor volume, lubrificantes, óleo diesel e a Gasolina Energina, lâmpões de querosene, o Lustra-Móveis, o Tira-Manchas e o Limpa-Vidros Shell; materiais químicos de uso industrial e defensivos agrícolas, Gasolina Shell.
Ciba – Gaygy	Suíça/Inglaterra - 1934	Inseticidas, produtos farmacêuticos, adesivo de resina epóxi Araldite, diurético Hygroton, corantes, Coramine, inseticida DTT. Entre outros.
Ford Motors	Estados Unidos- 1919	Automóveis, caminhões, trator Ford (1960), Pick-ups Jeep, Rural, Pick-up, Aero Willis, Itamaraty, Gordini e Interlagos.

Massey Ferguson ⁴⁷	Canadá – finais dos anos de 1950	Tratores e máquinas agrícolas
Bizon ⁴⁸	Polônia	Ceifeira-colheitadeira para colheita de cereais, colza, Milho, girassol e outras culturas.
Monsanto	Estados Unidos – 1951	Adoçante artificial-sacarina, ácido salicílico e posteriormente borracha, plásticos, incluindo poliestireno e fibras sintéticas, herbicida DDT, herbicida glifosato, roundup, transgênico, agente laranja, aspartame (nutrasweet), somatotropina bovina (hormônio de crescimento bovino), o produto químico pcb (conhecido no Brasil como ascarel), herbicida ramrod, herbicida lasso, posilac, algodão bollgard, milho yieldgard, etc.
Fiat	Itália – 1971	Automóveis, veículos comerciais e caminhões.
Valmet	Finlandês – 1960	Aeronáutico, naval, de equipamento ferroviário, militar, agrícola e para a fabricação de papel.

FONTE: site mundo das marcas - Blog Kadu Dias (<http://mundodasmarcas.blogspot.com.br>), (Tabela organizada pela autora).

Como se pode ver, havia uma espécie de ampliação das relações industriais. Muitas empresas que atuaram neste momento resultam de atividades indiretamente ligadas com o meio agrário brasileiro. A Singer, por exemplo, foi importante fornecedora de máquinas de costura para o tipo de “adestramento”/treinamento relegado às mulheres. As moças recebiam nos Clubes 4-S instruções de como operar máquinas de costura e treinamento de corte e costura. Desta maneira, ao aproveitar até certo ponto o modo de vida dos pequenos produtores rurais, como unidade produtora de serviços complementares e reprodutores de certa economia doméstica, a costura, além de usada para reparos e serviço de alfaiate no meio familiar, produção de enxovais para casamentos, também poderia representar mais uma fonte de renda para o conjunto familiar.

Com o passar do tempo, muitas mulheres também repassaram o treinamento para suas próprias filhas. Assim, revela-se uma estratégia que perpassou gerações. Claro que nem todas as premissas dos Clubes persistiram. Porém, por se tratar da difusão da

⁴⁷ “Em 1930 foi lançado o primeiro trator com tração nas quatro rodas. No final desta década, em 1938, a Massey-Harris Co. introduziu a primeira colheitadeira automotriz, facilitando assim o trabalho nos campos em época de colheita. Foi neste mesmo ano que Henry Ford começou a produzir os tratores Ford e Massey Ferguson, firmando uma parceria com a empresa, que seriam encerrados poucos anos depois, em 1947, após a produção de 300 mil tratores. Durante a Segunda Guerra Mundial, a empresa produziu equipamentos para o exército.” (Blog Kadu Dias, 2006) ver <http://mundodasmarcas.blogspot.com.br/2006/07/massey-ferguson-gente-faz-terra.html> acessado em 19 de Março de 2016.

⁴⁸ Em 1998, a New Holland adquiriu a empresa Bizon. Em 1952, por exemplo, a maior quantidade de importação de tratores era adquirida nos Estados Unidos e Canadá e em menor escala na Europa conforme dados disponíveis no site: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2034/000142.html>.

mentalidade dos prestadores de serviço, vemos, posteriormente, que estes sujeitos se preparam para atuar em outros ramos industriais e comerciais, tais como: alfaiatarias, conservas, facções de costuras, dentre outras.

Com relação à difusão/propaganda destas empresas nos âmbitos regionais, temos um escopo complementar e importante ao momento de proliferação dos serviços e maquinários especializados prestados pelas multinacionais ampliando sua influencia no processo de efetivação da modernização. Foi comum em algumas regiões, especialmente no Sul do país, como no Estado do Paraná, instituições/órgão municipais receberem, por meio do Ministério da Agricultura e Secretaria da Agricultura, recursos para aquisição de máquinas agrícolas, caminhões e implementos para a composição do parque de máquinas de suas prefeituras municipais.⁴⁹ Prefeitos/empresários também organizaram certas localidades em torno do apelo “modernizador” promovendo verdadeiras campanhas/propagandas para a compra de maquinários.

Segundo o relatório da Radio Difusora de Marechal Cândido Rondon produzido em 1970,

O senhor prefeito municipal recebeu dias atrás, propostas das firmas FIAT e MASSEY FERGUSON, para a compra de tratores para o município. O senhor prefeito na conversa mantida com nossa gente, demonstrou certo interesse, ficando o caso pendente da decisão que deverá ser tomada pelos novos (edis) municipais, mas principalmente da necessidade do nosso município em ter máquinas que deem cabo dos serviços para as quais estiverem em uso. Ambas as firmas proponentes, para a efetivação do negócio conforme estamos sabendo, receberão o velho trator FIAT da prefeitura por uma importância igual a 30 mil novos. Agora dependerá do estudo que se fizer para ver de que lado virão as máquinas para o nosso município. Se tudo der certo, e a decisão seja levada hoje aos vereadores, confirmou o senhor prefeito municipal senhor Werner Wanderer que as máquinas poderão chegar ao nosso município até o final desta semana. As municipalidades com duas máquinas de porte cujo peso atinge 8 mil quilos cada uma poderá desenvolver um trabalho de atendimento à muitas reivindicações que são levadas periodicamente até a chefia municipal.

(...) os vereadores também optaram pela compra de dois tratores Massey Ferguson, para o qual deram autorização ao senhor prefeito municipal. O senhor prefeito municipal irá agora na tentativa da efetivação da compra dando o velho trator Fiat e mais os 20 mil cruzeiros novos que estão com a Secretaria da Agricultura, dinheiro este que fora depositado para a compra dos tratores iugoslavos. Esperamos que tudo de certo e que possa o nosso município usufruir

⁴⁹ As máquinas adquiridas pelas prefeituras eram utilizadas em serviços de construção de infraestrutura e em lavouras.

do trabalho destas máquinas que poderão vir até o final da semana que vem (FRENTE AMPLA DE NOTÍCIAS, nº08, Marechal Cândido Rondon, 1970).

A ação orgânica do prefeito e vereadores em torno da opção pelo maquinário denota certa adesão ao projeto da modernização ligada ao interesse multinacional como método de barganha vantajosa para o interesse geral. Assim, pode-se ver como dada ação só foi possível por meio do prestígio político, claramente empreendedor, do prefeito e vereadores. É importante lembrar que, na ocasião, tratava-se de uma figura política eleita, segundo Paulo J. Koling, pelo PTB entre 1966-1970 e que depois se filiou na ARENA e que teve amplo apoio de Arlindo Lamb, o segundo prefeito local, também petebista.⁵⁰

Segundo Luciana Grespan Zago, “quando foi aprovada a lei que determinou que Marechal Cândido Rondon fosse Área de Interesse da Segurança Nacional, o prefeito que administrava o município era Werner Wanderer” (ZAGO, 2007, p.58). Além disso, Zago avaliou que os fatores que poderiam ter influenciado a inserção do município de Marechal a Área de Interesse da Segurança Nacional, além da construção uma usina hidroelétrica no Rio Paraná, era a diminuição do poder de atuação do PTB e pela localização do município a fronteira com o Paraguai. De um modo geral, os vínculos organizativos que procuramos decifrar aqui são mais amplos.

Embora houvesse amplos mecanismos de difusão ideológica organizados pelas empresas, o processo só foi efetivado por meio do uso deste tipo de prestígio que só pode ser conferido a certos sujeitos devido sua atuação no meio regional. Trata-se de certo status conferido ao poder de organização dos políticos/empresários cujo pragmatismo era revestido de certo conhecimento técnico. Com isso, pode-se dizer que a ação ministerial dependia da desenvoltura regional para a efetivação do projeto. Por isso, não se tratavam de atores sociais de segunda ordem, ou apenas subalternizados. Pelo contrário, tratavam-se, sim, de sujeitos históricos de primeira ordem conectados com um projeto de proporções estruturais no seio do capitalismo agindo não de forma complementar e sim como protagonistas. Mesmo que só procurassem pelo menor valor do maquinário, estes políticos se transformaram, também, em entrepostos do projeto da modernização.

⁵⁰ Werner Wanderer “concorreu a uma vaga de deputado estadual em 1970, mas ficou com a 1ª suplência. Em 1974 se elegeu, pela primeira vez, deputado estadual pela ARENA” (KOLING).

Porém, por se configurar em um projeto de proporções estruturais, é importante não perder de vistas que o Ministério da Agricultura, além de fornecer recursos financeiros para a compra de máquinas agrícolas, insumos e créditos agrícolas, grande parte deles advindos de Associações internacionais, entre eles do Ponto IV, da Associação Internacional Americana (AIA)⁵¹, e Escritórios Técnicos de Agricultura – ETA. Estas entidades disponibilizaram grandes somas de dólares para a modernização da agricultura de algumas regiões do país⁵², atuou como portador de um projeto específico, mas conectados com os interesses multinacionais.

Os créditos fornecidos pelo programa “Aliança para o Progresso”⁵³, por exemplo, durante a ditadura civil militar, foram investidos na importação de adubos e fertilizantes. Cabe lembrar também que o Instituto Brasileiro do Café, por exemplo, importou grande soma de tratores com recursos adquiridos com a exportação de café.⁵⁴ Ou seja, amplos setores dos quadros dominantes da agricultura brasileira, que inclusive foram hegemônicos em períodos históricos recentes com relação ao contexto discutido, proporcionaram a efetivação e inclusive ampliação da influência multinacional no quadro da modernização da agricultura.

A atuação e efetivação do desenvolvimento do capitalismo no campo foram proporcionadas pela atuação prática dos extensionistas, “soldados” de primeira ordem do projeto modernizante. Porém, o suporte financeiro e as premissas ideológicas que organizaram tal atuação conectam-se com os pequenos produtores rurais através deste trabalho técnico oferecido pelos extensionistas, mas marcado pela influência direta dos vínculos organizativos multinacionais. Os fios condutores do projeto, portanto, foram os extensionistas, mas o suporte material e financeiro foi aportado pelas instituições e institutos estatais, privados e multinacionais.⁵⁵ Da mesma forma, há que se ressaltar a

⁵¹ Segundo dados do Ministério da Agricultura em 1960 a ABCAR recebeu cerca de 2.000.000,00 cruzeiros da Associação AIA. <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2037/000040.html>

⁵² Consultar documentos digitalizados no site da Center for Research Libraries (CRL) <http://www-apps.crl.edu/brazil>. <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2035/000166.html>

⁵³ Ver documentos do Ministério da Agricultura através dos sites: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1347/000179.html> e <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u1350/000146.html>, <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2036/000078.html>

⁵⁴ Segundo dados do Ministério da Agricultura disponíveis no site CRL, o IBC forneceu a ABCAR cerca de CR\$ 10.000.000,00 provenientes do acordo firmado entre ambas. Disponível no site <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2037/000040.html> acesso em 20 de Março de 2016. Além de fornecer recursos a ABCAR, importou máquinas agrícolas esses dados estão disponíveis no site CRL: <http://brazil.crl.edu/bsd/bsd/u2037/000042.html> acesso em 20 de Março de 2016.

⁵⁵ Programas e instituições externas influenciaram as práticas extensionistas. Dentre elas, encontramos como principais algumas agências, tais como: a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional - United States Agency for International Development (USAID), a Organização das

atuação política e econômica local, realizada em termos dos municípios e que também envolvia profundas e amplas articulações entre o universo público e o privado, só que em um nível mais micro, no entanto, tão importante quanto às articulações internacionais, uma vez que o sucesso do projeto também passava por estas mediações.

1.5 O dilema da modernização: implicações sociais, econômicas e estruturais.

O processo de modernização da agricultura brasileira desencadeou profundas transformações no meio agrário, no que dizer respeito à subordinação crescente de uma agricultura predominantemente camponesa e de subsistência ao capital comercial, financeiro e industrial.⁵⁶ Por outro lado, provocou mudanças tanto na base técnica e consequentemente desencadeou implicações sociais como na distribuição espacial da população brasileira que passou a concentrar-se especialmente nas áreas urbanas. Por outro lado, também houve segundo Moacir Palmeira, uma diminuição do número de empregados permanentes, parceiros e outras condições e categorias que descrevem os trabalhadores residentes no interior das propriedades (PALMEIRA, 1989).

A modernização alterou profundamente a dinâmica de produção, de distribuição da terra e do pessoal ocupado na terra. Em termos do Oeste do Paraná, o projeto foi responsável por deixá-lo mais parecido com o restante do Brasil, ou melhor, das regiões que não eram fronteira cujo projeto já estava mais incorporado evidenciando uma produção mais subordinada ao capital internacional. Assim, ela implicou em mudanças que efetivamente não conservaram o que existia antes em termos regionais, mas tais mudanças, por seu turno, reproduziram em termos locais a realidade agrária das zonas de ocupação mais antigas do Brasil.

À medida que se intensificou a industrialização e a urbanização, a agricultura passou a ser um campo em que se disputou de um lado o aumento da produtividade, a qualificação e transferência de mão de obra para as indústrias, a mudança nos hábitos e costumes, e, de outro, a reforma agrária. Como vimos, o ponto alto da modernização se

Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), Organização das Nações Unidas (ONU) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) que investiram no “desenvolvimento econômico” do Brasil em termos de infraestrutura, como no subsetor de energia elétrica, saneamento básico e sistemas de transportes.⁵⁵ São ações diretamente relacionadas ao projeto, afinal de contas, como se viu, a Revolução Verde foi colocada na ordem do dia na América Latina como proposta “alternativa” ao processo da Revolução Cubana, ou até mesmo à proposta reformista.

⁵⁶ Para aprofundar a discussão sobre a estrutura agrícola brasileira Cf: (SINGER, 1979) e (IANNI, 2004).

restringiu na reivindicação por aumento nos investimentos estatais e privados no meio agrário. Isto, em grande medida, proporcionou a introdução de capitais multinacionais associados no campo, bem como a introdução do próprio modo de vida capitalista.

A agricultura se tornou, portanto, uma verdadeira arena de conflitos, onde diferentes grupos locais e internacionais disputavam a hegemonia em torno desse setor. Como vimos nas páginas anteriores, articularam-se várias entidades e órgãos nacionais e internacionais com o propósito de difundir o capitalismo no campo. Por meio do capital nacional articulado ao internacional, pretenderam materializar o projeto de modernização desigual e combinado com o capital internacional.

No conjunto da agricultura brasileira é notável a participação do capital estrangeiro, basta lembrar as grandes somas de dólares disponibilizados pelos Estados Unidos através do Ponto IV, da Aliança para o Progresso, da Associação Internacional Americana (AIA), do Escritório Técnico de Agricultura (ETA) entre outros recursos advindos das multinacionais. Sob várias formas, o imperialismo avançou no campo.

Segundo Ianni, o imperialismo,

(...) invadiu a comercialização, o financiamento, a orientação técnica etc. como passou a comprar terras, incentivar a maquinização e quimificação dos processos produtivos. É profunda e diversificada a penetração desse capital na agricultura. As empresas estrangeiras, transnacionais ou imperialistas, estão presentes em toda agricultura e agroindústria, além de suas articulações com a indústria, o comércio e o banco. Formam grandes e poderosos complexos econômicos (IANNI, 2004, p. 165).

O imperialismo se infiltrou em todo o processo produtivo nacional e os centros dominantes estrangeiros criaram várias estratégias e métodos para incorporar os países “subdesenvolvidos” ao modelo de desenvolvimento capitalista internacional. Os serviços de extensão e crédito rural e os Clubes 4-S foram instrumentos fundamentais, criados e difundidos por essas empresas que foram financiadoras e executoras do programa. Através desses serviços pretendia-se provocar transformações profundas nas relações de produção para atender os interesses dos setores industriais, de comercialização, de financiamentos e implantação do sistema nacional de Crédito rural que em seu conjunto formavam um verdadeiro complexo agroindustrial. Cabe observar, também que a efetivação dessas transformações na agricultura brasileira estava conectada também com a ditadura civil-militar instalada a partir do golpe de 1964.

O Brasil e as diversas regiões sofreram os efeitos desta rearticulação. A partir da indicação de Ianni é possível apresentar uma problematização em torno das mudanças que ocorreram no universo agrário brasileiro com o aprofundamento do capitalismo no campo. Tendo em vistas tanto o trabalhador rural, o modo de vida do pequeno proprietário, quanto à atuação do extensionismo no meio agrário brasileiro, podemos avaliar as profundas transformações rurais conectadas com as transformações na vida dos trabalhadores e trabalhadoras.

Algumas dessas transformações decorrentes da expansão e desenvolvimento do capitalismo no Brasil já foram apresentadas pela historiografia que debate a questão agrária. Destacamos Maria Yeda Linhares e Francisco Carlos Teixeira (1999) Ianni (2004), Sonia Regina de Mendonça (2010), Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1996), entre outros. Segundo Linhares e Teixeira, por exemplo, uma das principais consequências das transformações decorrentes do processo de modernização da agricultura iniciada no pós-guerra no Brasil foi à inversão da relação campo/cidade decorrentes do fluxo migratório, em outros termos, do êxodo rural.

De um modo geral, podemos analisar a partir de dados do IBGE essas transformações desencadeadas no meio rural brasileiro a partir da década de 1950. A tabela abaixo apresenta dados sobre o número populacional residentes nas cidades e no meio rural no Brasil entre os anos de 1950 a 1980.

TABELA 2: Relação do número populacional rural e urbano brasileiro entre os anos de 1950 e 1980.

Anos	Total	Urbana	Rural
	Mulheres e Homens	Mulheres e Homens	Mulheres e Homens
1950	51.944.397	18.782.891	33.161.506
1960	70.070.457	31.303.034	38.767.423
1970	93.139.037	52.084.984	41.054.053
1980	119.002.706	80.436.409	38.566.297

Fonte: IBGE: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censohistorico/1940_1996.shtm (Tabela organizada pela autora).

Esse aumento populacional nas cidades pode ser analisado como uma das consequências do problema da modernização da agricultura e do desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro. As migrações mais intensas ocorridas no Brasil segundo Linhares e Silva, não só foram ocasionadas pelas secas ou geadas. Originaram-se em grande escala pelos problemas decorrentes do monopólio da terra, na

precariedade da vida no campo, pela falta de oportunidades como emprego no setor agrícola principalmente entre os anos de 1950 e 1980. Esses resultados eram, também, frutos do contexto da crise mundial ocorrida pós-1929 (LINHARES & SILVA, 1999. p.151-152).

Com a ampliação do uso das técnicas modernas e dos meios de difusão do pacote tecnológico, uma parcela significativa da população rural foi expropriada dos meios de produção, pois, buscava-se, sobretudo, a racionalização da produção agrária. Sem outra possibilidade de sobreviver, os sujeitos foram empurrados aos meios urbanos e tornaram-se parte do imenso exército industrial de reserva na mesma medida em que os recursos agrários foram monopolizados por uma minoria ocasionando, mais uma vez, o processo de concentração fundiária. Por outro lado, é importante observar que uma parte da população que foi expulsa do campo nas regiões onde a modernização funcionava também fez a migração rural e rumaram em direção as áreas de fronteira agrícola do norte e Centro-Oeste do Brasil.

A constituição dos chamados bóias-frias⁵⁷ também é resultado desse processo. Segundo o Jornal Panorama produzido em 1975, os “bóias-frias” constituíam a maioria da força de trabalho empregada no campo,

Em todo o Brasil os lavradores que vivem nas cidades – os rururbanos estão na casa do milhão. E se a estes somarmos os boias-frias do campo (os peões, volantes e sitiantes pobres que trabalham fora em certas épocas – todos trabalhadores temporários) encontraremos 5 milhões de famílias. Elas se espalham-se (SIC) por todo o país, deslocando-se diária ou periodicamente, a pé ou de caminhão, para as distantes lavouras do café, do algodão, cana-de-açúcar, para o desmatamento, e plantio de capim, sem saber onde estarão no dia de amanhã. São, portanto, criações típicas das regiões brasileiras onde o desenvolvimento da agricultura atingiu a mecanização e cuja economia se assentava num produto geralmente de exportação.

Quanto à produtividade, é possível fazer entre o colono e o boia-fria a mesma comparação feita entre o escravo e o trabalhador livre? Talvez a diferença não seja a mesma proporção – de um para trinta - mas sabe-se que a produtividade no sul do país, que é onde se concentra o maior número de assalariados, principalmente boias-frias, é de 500 por cento maiores do que no nordeste, onde se mantem as relações de produção mais atrasadas, ao passo que os salários pagos no sul são apenas 90 por cento mais altos do que os do nordeste. (Fundo Kirinus Pasta Rejoan Doc. Nº 0036-4 e 5, PANORAMA, 1975).

⁵⁷ Pode-se presumir que receberam essa denominação porque precisavam se deslocar a grandes distâncias para trabalhar e se alimentavam da comida já fria nesses mesmos locais.

Apesar das comparações anacrônicas da fonte, a região sul do país era o local que possuía maior número de população assalariada rural e de boias-frias, segundo o jornal. O juízo de valor sobre a região nordeste foi usado para afirmar certo protagonismo dessa categoria de trabalho no sul. A mecanização e a monocultura voltada para a exportação atingiram profundamente a vida de muitos produtores rurais que tiveram que se deslocar para regiões ainda mais distantes. Por outro lado, também foi muito típico a migração destas pessoas para as periferias das pequenas cidades do interior, onde se estabeleciam como trabalhadores sazonais da agricultura, boias-frias, mas aqui no sul mais conhecido como “trabalhadores volantes” em busca de trabalho sem ter um lugar fixo, sem segurança no trabalho, previdência social, férias, descanso remunerado e sem contrato de trabalho.

O censo agropecuário, também demonstra dados sobre a estrutura agrária brasileira entre os anos de 1950 a 1980. Apresenta, também, presença de grandes propriedades (estabelecimentos),⁵⁸ dedicadas à produção mercantil, exploradas com força de trabalho de empregados temporários, parceiros e meeiros para o mercado externo e interno.

TABELA 3: Estrutura agrária brasileira segundo condição do responsável e grupo de área, entre os anos de 1950 e 1980.

Condição Responsável	Estabelecimentos				
	1950	1960	1970	1975	1980
Totais	2.064.642	3.337.769	4.924.019	4.993.252	5.159.851
Proprietário	1.553.349	2.234.960	2.932.245	3.077.561	3.233.320
Arrendatário	186.949	579.969	993.167	863.978	891.317
Ocupante	208.657	356.502	792.972	917.271	852.651
Administrador	115.512	166.236	205.635	134.442	182.563
Sem declaração	175	102	---	----	----
Grupo de área	Estabelecimentos				
	1950	1960	1970	1975	1980
Menos de 10	710.934	1.495.020	2.519.630	2.601.860	2.598.019
10 a menos de 100	1.052.557	1.491.415	1.934.392	1.898.949	2.016.774
100 a menos de 1000	268.159	314.831	414.746	446.170	488.521

⁵⁸ Segundo Graziano da Silva, “o estabelecimento é uma unidade administrativa onde se processa uma exploração agropecuária” (SILVA, 1978, p. 37).

1 000 a menos de 10 000	31.017	30.883	35.425	39.648	45.496
10 000 e mais	1.611	1.597	1.449	1.820	2.345
100 000 e mais	60	28	33	49	53
Sem declaração	364	4.023	18.377	4.805	8.696

Fonte: IBGE censo agropecuário brasileiro de 1980, (Tabela organizada pela autora).

Estes resultados mostram que grande parte da população, ocupavam pequenas propriedades entre os anos de 1970 a 1980. Além disso, observou-se, a nível nacional, que houve um processo crescente de concentração fundiária. Tais dados, portanto, são um indício de que o projeto da modernização, embora alterou o quadro técnico, não conservou a estrutura fundiária. Na prática observamos que provocou alterações no campo, seja no latifúndio que aumentou suas áreas pela incorporação das propriedades menores, quanto no minifúndio, que teve suas áreas e propriedades diminuídas no contexto de intensa modernização, entre os anos de 1975 e 1980.

Por outro lado, o aumento dos estabelecimentos maiores e menores na década de 1970, também, pode ser um resultado da incorporação de novas áreas das regiões de fronteira agrária como o Oeste do Paraná, Sul do Mato Grosso, Oeste Paulista entre outras regiões (Cf: IANNI, 2004). Regiões como o Centro-Oeste e norte do país, se tornaram o destino de milhares de famílias que foram expulsas do campo devido ao processo concentrador da modernização. Além disso, é importante lembrar o projeto de “Integração Nacional” da ditadura militar buscava levar pessoas das áreas mais densamente povoadas para regiões da Amazônia.⁵⁹

As tabelas a seguir apresentam dados das grandes regiões com relação ao número de propriedades de acordo com os grupos de áreas, ou seja, pequenas, médias, grandes propriedades e as propriedades absurdamente amplas. Há de se considerar as diversas atividades possíveis realizadas em cada estabelecimento de produção, pastagens, pecuária, matas e florestas, produtivas e não produtivas. Nesse sentido, optou-se por apresentar dados gerais dos grupos de áreas, não somente das áreas de lavoura, porque os dados das grandes propriedades nestes casos geralmente não aparecem nas tabelas do censo agropecuário. A organização dessas tabelas permite visualizar a configuração das propriedades a partir das décadas de 1950 a 1980 por regiões.

⁵⁹ Sobre esse assunto conferir (IANNI, 1979).

TABELA 4: Configuração das propriedades no Brasil segundo grupos de áreas e regiões, entre os anos de 1950 e 1960.

Brasil	Grupos de área por estabelecimento											
	1950						1960					
	Menos de 10 há	10 Menos de 50 há	50 menos de 500	500 menos de 1 000	2000 menos de 100.000 há	100.000 Ha e mais	Menos de 10 ha	10 Menos de 50 há	50 menos de 500	500 menos de 2 000	2000 menos de 100.000 há	100.000 Ha e mais
Norte	29941	31913	12290	1529	----	----	67516	49219	15263	1889	1340	15
Nordeste	308623	128934	91283	8623	----	---	638033	190096	117464	13235	2101	1
Leste	215008	256356	170848	11010	-----	---	371931	360387	202016	16625	2479	2
Sul	148390	395373	141897	8994	-----	---	387884	563050	157637	13619	2562	2
Centro-Oeste	8972	20653	34071	6940	----	----	29658	56002	54348	13788	5578	8

Fonte: IBGE: dados dos censos agropecuários de 1950,1960, 1970, 1980.

TABELA 5: Configuração das propriedades no Brasil segundo grupos de área entre os anos de 1970 e 1980.

Brasil	Grupos de área por estabelecimento (ha)											
	1970						1980					
	Menos de 10 há	10 Menos de 50 há	50 menos de 500	500 menos de 1 000	2000 menos de 100.000 há	100.000 Ha e mais	Menos de 10 ha	10 Menos de 50 há	50 menos de 500	500 menos de 2 000	2000 menos de 100.000 ha	100.000 Ha e mais
Norte	107271	84717	59750	2776	1428	10	145998	141128	110753	6166	2565	16
Nordeste	1499625	448653	224538	19.819	2977	1	1654844	507126	255503	22241	3754	6
Sudeste	310210	375407	221891	18463	2613	2	290196	352127	223749	19998	2922	2
Sul	538865	606664	116211	9921	1640	1	451860	554119	124954	11867	1763	1
Centro-Oeste	63659	77097	86607	18416	6691	19	55121	70881	106603	25225	3639	28

Fonte: IBGE: dados dos censos agropecuários de 1950,1960, 1970, 1980.

Observou-se que, entre os anos de 1950 a 1980, ainda é marcante a presença do latifúndio. Foram poucas alterações nesses grandes estabelecimentos em comparação com as propriedades menores. A presença do latifúndio entre os anos de 1960 e 1980 e o processo histórico de concentração fundiária (mais de 100.000 hectares) ocorreu em algumas regiões como no Norte, Nordeste e Centro-Oeste, mas em pouca proporção em termos de quantidade de estabelecimentos, mas deve-se levar em conta que em termos

de quantidade de terra concentrada nas mãos de um pequeno número de pessoas é absolutamente expressivo. Além disso, podemos observar que na região Sul o latifúndio sofreu poucas alterações em comparação com as propriedades menores. A modernização possibilitou que os grandes estabelecimentos absorvessem tanto propriedades menores, quanto áreas da fronteira agrícola, antes inexploradas em outras regiões do país, como a do Centro-Oeste, Nordeste e no Sul, bem como possibilitou o aumento espacial dessas propriedades.

Enquanto nos anos de 1960 havia dois estabelecimentos contendo mais de 100.000 hectares, nos anos de 1970 e 1980, apenas uma dessas propriedades permaneceram no estado do Paraná, a partir da análise dos dados do IBGE.⁶⁰ Além disso, da região do Sul, é justamente no Paraná que a concentração fundiária foi bastante expressiva. Vejamos a seguir:

TABELA 6: Estrutura agrária paranaense segundo grupos de área, entre os anos de 1950 e 1985.

Grupo de áreas total	Estabelecimentos					
	1950	1960	1970	1975	1980	1985
Menos de 10 há	14.941	93.477	295.272	237.064	214.995	229.015
10 menos de 100	61.526	159.047	240.936	218.886	215.031	212.247
100 menos de 1000	12.170	15.567	17.158	20.213	22.349	23.425
1000 menos de 10.000	792	894	1.074	1.318	1.510	1.521
10.000 e mais	30	21	13	30	27	27

Fonte: IBGE, Censo agropecuário do Paraná 1985.

Embora as propriedades menores do Sul tivessem aumentado dos anos de 1950 a 1970 pela possibilidade de incorporação de novas áreas de fronteira e em decorrência do processo de colonização e migração de sulistas para o estado. Entre os anos de 1970 e 1980 houve um decréscimo de cerca de 80.277 desses estabelecimentos. Isso indica que o número de propriedades menores de 10 hectares (minifúndio) diminuiu e é um elemento para demonstrar o impacto e o problema da modernização da agricultura na vida dos “agricultores”. Entre 1980 e 1985 houve um aumento muito pequeno dessas propriedades menores, totalizando cerca de 14,02% desse tipo de estabelecimento. Enquanto ocorreu a redução das propriedades menores, o número de estabelecimentos

⁶⁰ Censo agropecuário de 1980. Dados do IBGE. p.261

maiores continuou se expandindo progressivamente principalmente em termos de extensão das áreas. Conseqüentemente, a implicação disso foi à expulsão de milhares de famílias do meio rural e o processo de concentração fundiária resultante desse projeto de modernização da agricultura.

No extremo Oeste do Paraná podemos observar através dos dados do IBGE as conseqüências da modernização da agricultura em termos de concentração fundiária e expropriação de muitos “agricultores” entre os anos de 1970 e 1980. É importante lembrar que a região do Extremo Oeste do Paraná, anterior a 1970, apresentou uma configuração diferente por conta dos processos emancipatórios. A região ainda não era bem definida pelo IBGE, e compreendia outros municípios do norte e sul que a partir de 1970 passaram a fazer parte de outras regiões do estado. A partir de 1970 outros municípios da região de Marechal Cândido Rondon passaram a fazer parte das informações prestadas pelo censo o que possibilita maior compreensão do problema do projeto em termos espaciais e histórico.

TABELA 7: Estrutura agrária do Oeste paranaense entre os anos de 1970 e 1985.

Grupos de áreas	Nº Estabelecimentos no Extremo Oeste Paranaense			
	1970	1975	1980	1985
Menos de 10 há	41.848	50.267	35.509	32.500
10 menos de 20	21.128	21.902	19.334	17.596
20 menos de 50	15.633	14.064	14.575	13.930
50 menos de 100	2.525	2.861	3.381	3.452
100 menos de 200	831	1.069	1.371	1.469
200 menos de 500	400	553	679	754
500 menos de 1000	104	120	155	183
1000 menos de 2000	33	45	66	64
2000 menos de 5000	30	22	17	20
5000 menos de 10.000	5	3	2	2
10.000 menos de 100000	—	1	4	2

Fonte: IBGE censo agropecuário do Paraná 1970/1975/1980/1085 (Tabela organizada pela autora).

Na tabela anterior nota-se que durante o processo de intensificação do desenvolvimento do capitalismo na agricultura, ou seja, nos anos de 1975 e 1980 houve

uma diminuição acentuada das propriedades menores. Cerca de 17.767 estabelecimentos menores de 10 hectares deixaram de fazer parte do conjunto dessas propriedades menores. A hipótese é de que essas propriedades foram adquiridas seja pelos latifundiários, ou até mesmo, pelos grandes e médios proprietários rurais, pois as maiores alterações no campo foram nas propriedades menores. Enquanto nas propriedades maiores as alterações foram menores quando comparado às pequenas propriedades. Esses dados nos mostram que os fazendeiros foram menos prejudicados com o projeto de modernização porque tiveram tanto suas áreas de terras aumentadas, quanto possibilitou a formação de outros latifundiários privilegiados com esse processo, conforme apresenta a tabela a seguir.

TABELA 8: Estrutura fundiária do Paraná segundo área total: formação do latifúndio e minifúndio.

Grupos de áreas	Área total (Ha)			
	1970	1975	1980	1985
Menos de 10 há	226.205	277.009	186.676	159.752
10 menos de 20	290.398	303.090	270.337	249.401
20 menos de 50	455.176	415.112	436.030	420.356
50 menos de 100	173.703	196.086	232.913	236.902
100 menos de 200	113.276	147.005	188.957	205.171
200 menos de 500	117.260	167.231	204.410	226.705
500 menos de 1000	72.701	83.171	108.824	126.682
1000 menos de 2000	46.287	63.953	88.064	86.631
2000 menos de 5000	86.242	64.341	46.870	52.649
5000 menos de 10.000	35.477	21.148	13.111	13.462
10.000 menos de 100000	–	10.234	61.331	41.884

Fonte: IBGE censo agropecuário do Paraná 1970/1975/1980/1985 (Tabela organizada pela autora).

Por meio dos dados do IBGE é importante verificar que o primeiro latifúndio contendo 10.234 hectares que se constituiu na região, e que pelo menos aparece nos censos do IBGE no extremo Oeste do Paraná, foi no município de Toledo em 1975. É curioso também notar que entre 1975 e 1980 essa propriedade permaneceu intocada no referido município e em 1985 já não apareceu mais dados nos censos do IBGE sobre esse estabelecimento. Por outro lado, em 1980 formaram mais dois latifúndios entre

10.000 e menos de 100.000 hectares, um em Cascavel contendo 34.157 ha e outro em Guaraniaçu com 16.940 hectares. Em 1985, esses dois latifúndios permaneceram e/ou pelo menos apareceram nos dados do IBGE, e tiveram uma pequena alteração. Em Cascavel a propriedade diminuiu para 26.154 hectares e em Guaraniaçu 15.213 hectares. Cascavel, Toledo, por exemplo, são municípios do Oeste do Paraná que congregou um grupo de fazendeiros que desde os anos de 1960 passaram crescentemente a concentrar grande parte das terras menores decorrentes do processo da modernização da agricultura nesta região.

Nas tabelas do censo agropecuário paranaense, nota-se que houve uma redução das áreas e propriedades menores e essa alteração pode ser avaliada como consequências da modernização da agricultura. Em apenas 10 anos (1975-1985) houve uma diminuição de cerca de 117.257 hectares nas propriedades menos de 10 ha, isso demonstra o impacto desse processo no campo, especialmente na vida de muitos pequenos produtores que ou migraram para outras regiões, compraram terras em outros lugares, ou passaram a viver nas cidades, a vender sua mão de obra em troca de um salário.

Em Marechal Cândido Rondon/Paraná, os resultados não foram diferentes. A modernização provocou alterações tanto na base técnica como veremos mais detalhadamente no segundo capítulo, bem como na estrutura fundiária. Com o processo de modificação da base técnica as pequenas propriedades e as suas respectivas áreas foram reduzidas, aumentou-se a concentração fundiária, esvaziou crescentemente o ambiente rural e inchou os grandes centros em processo de crescente urbanização.⁶¹ Na tabela abaixo podemos visualizar o processo de concentração fundiária e a constituição de latifundiários decorrente do projeto de desenvolvimento do capitalismo no campo em Marechal Cândido Rondon.

TABELA 9: Estrutura fundiária de Marechal Cândido Rondon, número de estabelecimentos segundo grupos de área total entre os anos de 1970 e 1985.

Grupo de área total no município de MCR.	Estabelecimentos			
	1970	1975	1980	1985
Menos de 10 há	2.712	2.605	2.532	1.959
10 menos de 20	2.088	2.035	1.892	1.700

⁶¹ Para ter mais detalhes do movimento migratório intra-estaduais (rural-urbano) no Oeste do Paraná, consultar (RIPPEL, 2005).

20 menos de 50	1.650	1.553	1.536	1.458
50 menos de 100	145	253	273	269
100 menos de 200	23	41	57	52
200 menos de 500	9	8	15	17
500 menos de 1000	3	5	2	2
1000 menos de 2000	--	1	1	--
2000 menos de 5000	--	--	--	--

Fonte: IBGE: censos agropecuários do Paraná de 1970/1975/1980/1985
(Tabela organizada pela autora)

A partir da análise dos resultados do IBGE sobre o número de estabelecimentos de áreas rurais, podemos avaliar que o processo de modernização da agricultura foi muito mais complexo e complicado do que propunha a literatura “clássica” sobre a modernização conservadora.⁶² O projeto não só alteou as práticas e a organização da produção, mas também a estrutura agrária como foi visto anteriormente. O plano da modernização transpôs as transformações de base técnica e dos insumos agropecuários. Para Graziano (1985), o sentido geral do processo técnico no capitalismo, é proporcionar não só o aumento da produtividade agrícola, mas também a ampliação da produtividade do trabalho e a elevação da apropriação de mais-valia. De um modo geral, tratou-se de um processo que gerou transformações da agricultura, mas que não modificou profundamente as estruturas de dominação. Além disso, propiciou o surgimento de empresas rurais, capitalistas e conseqüentemente, o condicionamento dos produtores rurais as determinações do mercado e a racionalidade de lucro.

Tratou-se de um projeto que pretendia “elevar o nível de vida” da população rural, pela introdução do pacote tecnológico e aumento da produtividade, que não punha em questão o problema da propriedade privada, a estrutura desigual da distribuição da terra e as conseqüências desse processo em termos principalmente socioeconômicos e ambientais.⁶³ Para Graziano, a estrutura fundiária evoluiu num sentido cada vez mais concentrador e excludente, o que dificultou qualquer tipo de acesso à terra, aos trabalhadores rurais brasileiros (GRAZIANO DA SILVA, 2000).

Os dados do IBGE possibilitam também verificar que as grandes transformações nas formas de produzir nas lavouras pela incorporação das máquinas agrícolas e

⁶² (BRUM, 1988); (LINHARES E TEIXEIRA, 1999).

⁶³ Para mais informações sobre as conseqüências sociais do processo de modernização da agricultura no Brasil Cf: (PALMEIRA, 1989); (LINHARES & TEIXEIRA, 1999); (BALSAN, 2006).

insumos ocorreram no mesmo contexto das transformações na estrutura fundiária principalmente a partir dos anos de 1970.

TABELA 10: Número de tratores segundo regiões brasileiras entre os anos de 1950 e 1980.

Regiões	Nº de Tratores			
	1950	1960	1970	1980
Brasil	8.372	61.345	165.870	545.205
Norte	61	430	1 127	6.295
Nordeste	324	2.456	7.281	38.046
Leste/Sudeste	1.463	7.633	82.517	202.571
Sul	6.385	48.632	64.605	234.902
Centro – Oeste	139	2.194	10.340	63.391

Fonte: IBGE/ dados dos censos agropecuários de 1950,1960, 1970, 1980.

Embora houvesse um aumento expressivo do uso de maquinários agrícolas durante a modernização, a presença de implementos como o arado era acentuado, especialmente, nas áreas menores, ocupadas e sem declaração. Diferentemente das condições tradicionais de produção, com o processo de desenvolvimento do capitalismo na agricultura, pretendia-se agir sobre a produção no sentido de diminuir o ciclo das culturas e criações, e distribuir a produção no decorrer do ano, buscando a ascensão da produtividade e maior e mais acelerada rotação do capital.

Por meio do aprimoramento dos instrumentos agrícolas esperava-se que o trabalhador pudesse render mais em seu trabalho, facilitar o processo de aração e produzir mais em menos tempo. O arado mecânico, o pulverizador, grades, plantadeiras (semeadeiras) faziam parte do pacote tecnológico e para poder comprá-lo era preciso muito dinheiro e investimento. Os créditos agrícolas difundidos pelas Associações de Crédito e Assistência Rural (ACAR's) vinculado aos bancos procuraram introduzir a “parafernália” tecnológica que gerava o aumento de capitais dos bancos e das multinacionais que vendiam os insumos e maquinaria. Na tabela abaixo podemos visualizar a ampliação do número de implementos agrícolas a partir dos anos de 1950 no Brasil.

TABELA 11: Número e tipos de implementos agrícolas no Brasil entre 1950 e 1980.

Arados				Grades				Pulverizadores e polvilhadeiras			
1950	1960	1970	1980	1950	1960	1970	1980	1950	1960	1970	1980
		Tração animal e mecânica	Tração animal e mecânica			Não informado Colhedoras e automotrizes e combinadas	Não informado Máquinas para plantio e colheita			Não informado Colheiras e automotrizes e combinadas	Não informado Máquinas para plantio e colheita
714.259	977.101	1.878.925	2.236.577	144.834	225.404	98.184	405.692	151.895	169.130	98.184	405.692

Fonte: IBGE: dados dos censos de 1950,1960, 1970, 1980. Dados coletados dos estabelecimentos com declaração.

No processo de modernização, o que se viu, de fato, foi um processo de alteração intensa da base técnica na agricultura, pelo aumento do número de modelos de implementos agrícolas mecanizados e cada vez mais sofisticados. De acordo com Graziano (1985) este processo altamente excludente modificou a composição e a utilização do trabalho, aumentou o uso do trabalhador bóia-fria. Além disso, o pagamento pela mão-de-obra passou a ser o assalariamento, os pequenos produtores foram expropriados, dando lugar aos moldes empresariais de disposição da produção.

O governo civil militar garantiu irrestritos benefícios econômicos aos grandes proprietários e fazendeiros. Segundo Graziano da Silva (1982 apud MACHADO, sem data p, 09) o modelo de desenvolvimento econômico implantado pela ditadura privilegiou a grande propriedade, revelando uma forte aliança entre essa última e o capital, o que extinguiu qualquer proposta para democratizar o acesso a terra.

Embora tenham, sido várias as estratégias que as agências da modernização usaram para introduzir as técnicas de produção capitalistas no meio rural, mesmo assim muitos produtores rurais não perderam a perspectiva de possibilidade de transformação das condições desiguais de acesso e luta pela terra.

Embora a modernização já protagonizasse o maior empenho em termos de “solucionar” o problema da produção, sendo, como era, uma proposta das agências de extensão e das multinacionais, outros elementos de racionalização estavam em disputa. Não se pode dizer, por exemplo, que a questão da reforma agrária não estivesse na ordem do dia. Como veremos mais detalhadamente no segundo capítulo o próprio

projeto de modernização, ao enfatizar o “melhoramento” técnico-educacional como solução para o problema agrário, tentou transferir para os sujeitos o ônus do processo. Porém, estes sujeitos, alvos dos projetos de modernização, ou até mesmo os que foram marginalizados por tal projeto, produziam interpretações sobre as contradições da modernização. O tema da distribuição da terra, por exemplo, foi abordado por um boia fria e reproduzido no jornal Panorama. A seguinte afirmação foi apresentada no referido jornal com a seguinte exposição “o boia-fria não perdeu a esperança”.

“eu acho que devia ponhar uma lei mandando os fazendeiros que não deixassem plantar tudo, dividir a terra deles com os outros. Pegava uma família, tem dez pessoas? Toma 4 alqueires de terra. Tem 8? Toma 3 alqueires de terra” – extraído do jornal Panorama de 8.3.75 (Fundo Kirinus, Pasta Rejoan, Doc. N° 0036-7).

Na reivindicação do trabalhador pode-se verificar o desejo por um tipo de reforma agrária, que tocasse nas propriedades dos fazendeiros, o que representa certa racionalização do uso da terra. Como se pode ver a questão técnica e a modernização da agricultura sequer são mencionadas, embora a concentração da propriedade nas mãos dos fazendeiros fosse resultado desse processo. Pode-se aferir que o trabalhador desejava terra pra produzir seja na lógica da modernização e/ou, por exemplo, tinha uma posição mais radical do boia-fria de dividir o latifúndio improdutivo, que poderia estar ancorada na proposta de manutenção de um modo costumeiro de produzir.

O Estado mediante apoio de instituições internacionais foi um agente incentivador do aumento da produção e da produtividade agrícola e orientador e impulsionador de certos setores de créditos e subsídios, sem, contudo, dialogar com a necessidade dos trabalhadores rurais. A intervenção estatal privilegiou a agroindústria e favoreceu o desenvolvimento das Associações de Assistência Técnica e Crédito Rural, os sistemas de extensão rural, os Clubes Agrícolas, sistemas de pesquisas agropecuárias e a fundação de “cooperativas”. Por outro lado, apoiou a expansão de empresas multinacionais (SORJ, 1980, p. 66). Porém, é importante dizer que o limite paradoxal desta discussão encontra-se exatamente no “o quê fazer?” depois da consolidação do complexo agroindustrial, das consequências e exclusões sociais decorrentes desse processo.

No próximo capítulo, será discutido e analisado o processo histórico de aprofundamento do capitalismo na agricultura a partir do trabalho extensionista no Paraná. Sem esquecer a dinâmica nacional e os vínculos multinacionais associados do

processo, aprofundar-se-á na dinâmica histórica regional tomando por base o acúmulo de discussões apresentadas até aqui. Como se pode ver, os dilemas da modernização conectados com a formulação do trabalho de extensão rural entre os anos de 1950-1980 demonstraram amplas e variadas possibilidades em disputas no meio agrário brasileiro. O contexto nos deu uma boa base histórica para avançar na discussão. A avaliação dos documentos relacionados à modernização será retomada sempre que necessário na continuação da análise, tendo como foco o desenvolvimento do extensionismo e o trabalho dos Clubes 4-S.

CAPÍTULO 2

O processo de ocupação do Paraná e a modernização da agricultura

Um “jeep” zero quilômetro, filmes, cartas circulares, folhetos e todo o ânimo da dupla extensionista. Era essa a parafernália dos primeiros funcionários da extensão rural, que tinham como missão transferir novos ensinamentos que acabassem com o empirismo rural. (Indústria e Comércio. Curitiba – PR, 1986).

O estudo da região não está deslocado do global. Estudar as especificidades de uma região permite uma compreensão mais nítida de como as características locais se relacionam, de forma direta ou indireta, com a dimensão macroestrutural. Esse tipo de análise permite refutar sínteses e possibilidades de diagnósticos reducionistas que soam como a imposição de percepções consideradas como válidas para todas as realidades históricas. Um projeto econômico confrontado com a realidade social de um dado contexto pode apresentar certas contingências históricas esquecidas ou escamoteadas e por vezes silenciadas pelo projeto “vencedor”. Por isso, o objetivo deste capítulo é apresentar as “especificidades paranaenses” do projeto da modernização da agricultura.

Como vimos no capítulo anterior a estratégia da modernização da agricultura brasileira teve como principal objetivo o aumento da produção e da produtividade agropecuária mediante a renovação tecnológica, ou seja, o pacote tecnológico, mas com ênfase no aumento de recursos para a agricultura, no período inicial, e depois com a incidência sobre o emprego do trabalho técnico. Tratava-se de um tipo de orientação formulada por poderosos grupos econômicos, voltada para a viabilização e implantação da empresa rural capitalista. De um lado, temos a imposição de novas tecnologias para o trabalho rural, de outro, aspectos históricos de uma, ou muitas, cultura(s) camponesa(s). Como vimos, os jovens foram alvos dos trabalhos extensionistas desenvolvidos através da estruturação dos Clubes 4-S.

Para possibilitar a modernização da agricultura no Paraná, foi necessário introduzir os produtores rurais nesse processo. Porém, não foi um processo neutro ou apolítico, e sim dotado de uma estratégia que angariou certo consenso por parte dos envolvidos em relação ao “progresso” tecnológico. Ao mesmo tempo, foi necessário mostrar resultados, conquistar produtores e adentrar na vida cotidiana dos “agricultores”. Nesse sentido, eram necessárias ferramentas de qualidade para alcançar

os objetivos, as quais, o governo brasileiro, com apoio de entidades internacionais e nacionais, começou a desenvolver em vários estados a partir da década de 1950.

Para entender esse processo, consideraremos alguns aspectos históricos relacionados ao contexto econômico e social em que a extensão começou a atuar no Paraná, bem como a estruturação do meio rural no período anterior ao momento em que os Clubes 4-S passaram a funcionar, sem perder de vistas as ações levadas a cabo pelos “agricultores” como cultura de resistência e, por vezes, também de incorporação de premissas relacionadas especificamente à modernização. No entanto, ao contrário do que possa parecer, não consideraremos tal incorporação como uma atitude passiva, mas com o fito de entender que, por vezes, ela é, também, uma estratégia de resistência e nela os sujeitos procuram lutar com ferramentas de um arsenal emprestado, e por vezes formulam seus próprios meios para o enfrentamento.

2.1 A inserção do Paraná no processo de modernização da agricultura

Em dezembro de 1950, as relações entre governo brasileiro e estadunidense se estreitaram ainda mais. Nesse ano assinaram um acordo geral de “cooperação” técnica que previa intercâmbio de métodos, conhecimentos técnicos em várias áreas dentre elas agropecuária e economia doméstica. Como consequência, foi assinado, em 1953 o convênio, criando o primeiro Escritório Técnico de Agricultura (ETA) no Rio de Janeiro.⁶⁴

Nesse mesmo período, o Paraná passou por amplas transformações. De um lado, verificou-se, a presença da cafeicultura, concentrada no norte do estado, e, de outro, a agricultura de subsistência, familiar, localizada nas regiões Centro-Sul e Sudeste, a qual era realizada a partir do uso de métodos e técnicas “tradicionais” e que, os extensionistas e instituições voltadas para a modernização da agricultura, definiam como “atrasadas” e “pouco produtivas”. Para os sujeitos que divulgavam o projeto desenvolvimentista e para o setor empresarial o café significou uma atividade econômica que originou um amplo processo de ocupação e urbanização da região, como também, o incremento de acumulação de capital.

⁶⁴ Para este assunto o estudo de Mendonça (2009) e (2007) é uma possibilidade para aprofundar a avaliação acerca da atuação do ETA no Brasil.

Por outro lado, a agricultura de subsistência no contexto brasileiro, bem como regional não estava conseguindo cumprir adequadamente com sua missão de fornecer matérias primas e alimentos para o aprofundamento das relações com o setor industrial. Portanto, o estado do Paraná, em conjunto com frações da sociedade civil, passou a incentivar e contar, a partir dos anos de 1960, com uma agricultura mercantil, amplamente incentivada pelo Estado, mais diversificada e “modernizada”. Na outra ponta deste processo, visto como uma barreira natural estava o modo de vida camponês e o tradicional.

O caráter mercantil da agricultura ocorreu inicialmente com a colonização das terras do Norte e Nordeste do Paraná, região que até a década de 1970 congregou grande parte da produção cafeeira do estado. O café apresentava grande procura e valorização em âmbito internacional e o preço para comercialização levou a ampliação desse cultivo no Paraná. A imagem abaixo foi realizada no município de Ivaí, no ano de 1955 e apresenta a intensidade do desmatamento voltado para a ampliação das áreas de cultivo do café.

FIGURA 3: Fazenda de café em Ivaí/Paraná (1955)

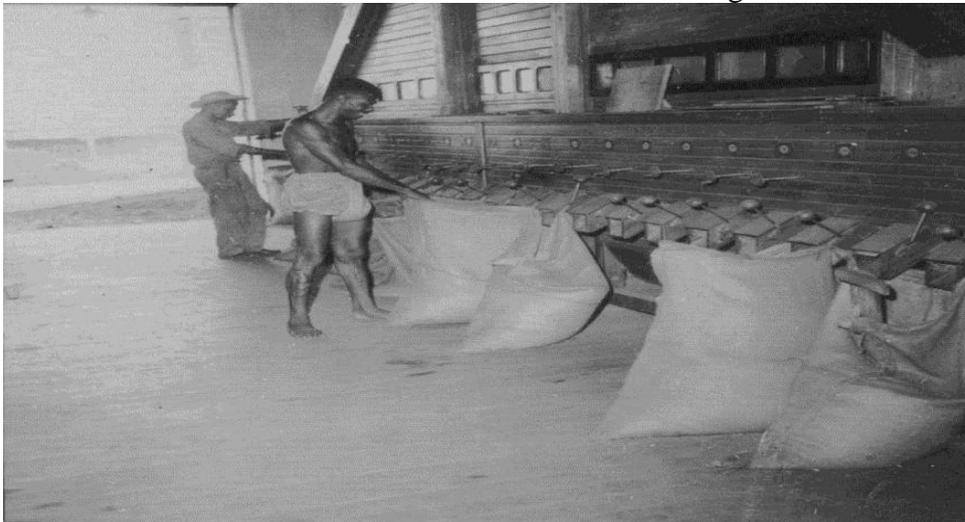


Fonte:(IBGE) Disponível no site:
<http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=420866> acesso em abril de 2016.

As plantações e colheitas de café também foram desenvolvidas no Oeste do Paraná. Nesses trabalhos, em grande parte das propriedades paranaenses congregavam-se inúmeros trabalhadores operários, parceiros, camaradas diaristas e mensalistas, tanto para colheita, seleção e classificação das sementes, quanto no transporte e no processo de moagem. A produção cafeeira no estado correspondia grande parte da produção

nacional e esta alta produção se dava devido às condições favoráveis de clima e pela presença de terras propícias para o cultivo, principalmente no norte do estado.

FIGURA 4: Trabalhadores classificando café em Maringá/Paraná em 1960



Fonte: (IBGE) Classificação de café em Maringá – PR. Disponível no site: <http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=421229> acesso em 2016.

A presença de trabalhadores temporários nos trabalhos agrícolas e na pecuária em grande e pequena escala era significativa em 1950. A maior parte dessa população estava empregada nas áreas maiores de 10 hectares, principalmente nas áreas de produção de café. A presença de máquinas agrícolas era praticamente insignificante na época. Os trabalhos eram feitos em sua maior parte pelo uso da tração animal e força humana.

De um modo geral, a cafeicultura paranaense atraiu pessoas de dentro e fora do país tanto a procura de trabalho, quanto para investimento em terras no estado. Essa cultura trouxe uma nova dinâmica de ocupação, “desenvolvimento” de certas cidades e enriquecimento de grandes produtores, a constituição de uma elite capitalizada e também, modernização, dinamização dos transportes e comunicações. Portanto, pode-se dizer que o café foi o produto que inseriu, em grande escala, o Paraná na produção monocultora voltada para o mercado externo, já com características de adoção da produção moderna. É importante lembrar que a alta dos preços do café, propiciou certa tendência à monocultura, especialmente em alguns municípios do Norte do Paraná, região que congregou grandes extensões de cafezais em fazendas.

Já em outras regiões do Estado, como no Oeste do Paraná, era mais comum o pequeno proprietário apresentar uma variedade ampla de produção, como áreas de

pasto, algodão, milho, mandioca, arroz, feijão conjuntamente com produção de cafezal (IBGE, 1950-1960).⁶⁵ Nesta referida região, também havia produção de suínos, aves, leite para consumo, voltado para o comércio local e para exportação para outros estados, como São Paulo. As características de produção eram praticamente de caráter familiar.

A produção de porcos, por sua vez, era bastante expressiva nas zonas de Irati, Ivaí, Guarapuava e Iguazu e em menor proporção nas regiões do Rio Paraná como Foz do Iguazu. Enquanto na zona do Ivaí 13.328 estabelecimentos produziam suínos, na região de Foz do Iguazu nos anos de 1950 apenas cerca de 350 estabelecimentos cultivavam esses animais para engorda e reprodução (IBGE, censo 1950, p. 203). Houve um grande aumento desse tipo de produção animal a partir dos anos de 1960, momento em que as agências de extensão rural passaram a atuar no estado e difundir técnicas “aprimoradas” de alimentação dos suínos.

A partir dos anos de 1960, houve um paradoxo. No contexto de sinais de crise do mercado cafeeiro, houve um excesso da oferta desse produto no mercado internacional. Por outro lado, a crise somada às frequentes geadas, também, prejudicaram a produção desse tipo de cultura no estado. Como resultado desse processo iniciaram-se as políticas governamentais de fomento de investimentos de instituições privadas para a ampliação do plantio do café. Mas, principalmente para a diversificação do uso da terra e plantio de outras culturas como a soja, o milho e o trigo. Concomitantemente a esse processo, a mecanização das áreas de lavouras.

Na ampliação da agricultura no Paraná, tem-se a década de 1960 e 1970 como um marco em que a agricultura sofreu um processo transitório, saindo praticamente da preponderância produtiva da cultura do café e substituindo por um novo e mais destacado produto, a soja. O processo transitório da agricultura paranaense coincide com o início da atuação das entidades estadunidenses, entre elas Fundação Rockefeller, a Fundação Ford, o ETA e a “Aliança para o Progresso” no país.

Como já visto, o governo brasileiro teve um papel importante no desenrolar da modernização agrícola, mas não teria sido possível a “Revolução Verde” sem a presença dessas instituições citadas anteriormente. Segundo Colby, Dennett (1998), Fonseca (1985), Olinger (1996) e Oliveira (1999), a atuação de Rockefeller no Brasil nos

⁶⁵ Ver site:

<http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?acervo=fotografia&campo=todos&opeqry=&texto=caf%C3%A9%20paran%C3%A1&digital=false&fraseexata=> acesso em Abril de 2016.

anos de 1950 pretendeu colonizar extensas áreas de terras, entre elas o Oeste paranaense, a região Centro-Oeste e a região Norte do Brasil. Concomitantemente ao processo de colonização, aspiravam inserir o novo modelo agrícola proposto pela “Revolução Verde” no Paraná.

De modo geral, pode-se dizer que o Paraná nos anos de 1950 era uma área de fronteira, cujas formas sociais de acesso a terra e a organização das atividades produtivas eram múltiplas. Mas o plano de colonização previsto para o Paraná implicou em diferentes maneiras de organização do trabalho e da propriedade. Segundo Ianni, “a colonização compreendeu uma parte importante da reforma agrária possível, conveniente ou tolerável pelo bloco de poder” (IANNI, 2004, p. 183). Parece-nos importante localizar o modelo de colonização paranaense na perspectiva mencionada por Ianni. O processo de modernização é a chave de interpretação que conecta o produto da experiência desta colonização com as concessões realizadas pelo bloco no poder.

Ainda nos anos de 1950, técnicos paranaenses recebiam treinamento de especialistas nos Estados Unidos, através da divulgação de melhoramentos das práticas de produção com a expansão dos serviços de extensão rural, orientação, conservação dos solos, utilização de insumos, organização de Clubes 4-S. Veremos nas próximas páginas que o trigo, o milho, o sorgo e principalmente a soja foram as principais culturas que tiveram apoio financeiro do Estado e de entidades privadas.

Segundo Brum, o processo de colonização do Paraná foi muito rápido, mas o processo de modificação da agricultura foi mais veloz ainda. Em apenas dez anos expandiu-se e consolidou-se (BRUM, 1988, p. 92). Esta rapidez demonstra que a proposta do projeto, aos moldes do financiamento público-privado, foi aceito e reproduzido no Paraná tanto pelas elites dirigentes, pelo setor empresarial quanto pelos “agricultores”.

Claro que a atuação dos produtores rurais interferiu na dinâmica de aplicação do projeto em termos regionais e locais. O que se viu, foi à negação e contrariedade de uma parcela dos sujeitos que foram alvos deste projeto as adequações e imposição do projeto. Embora os idealizadores e executores do projeto tivessem fixado um plano direcionado para a dominação dos sujeitos que viviam no campo, isso não significa que os sujeitos foram passivos nesse processo. Os produtores rurais estabeleceram ações sejam elas cotidianas coletivas e/ou individuais que foram contra as formas de dominação. Somente a partir dos anos de 1970, com o aumento dos subsídios através

das instituições ligadas ao capital financeiro, é que vemos a consolidação do projeto de modernização.

2.2 O processo de tecnificação da agricultura

A modernização da agricultura paranaense, historicamente, fez parte de um programa nacional de expansão da produtividade de proporção internacional, além de representar a articulação entre a agricultura e a indústria, coisa que não era novidade na política econômica brasileira pelo menos desde o governo Vargas. Porém, embora se tratasse de um movimento internacional, este se territorializou a partir das condições localmente construídas. Longos anos de prosperidade do capitalismo internacional, conseguidos a partir dos excedentes econômicos angariados com o comércio de guerra, realocou a possibilidade de acumulação da burguesia interna em um projeto de associação ao capital externo típico do plano econômico de metas de Kubitscheck.

Para compreender o processo de tecnificação da agricultura regional, optou-se por apresentar duas fases desse processo, pois as etapas dimensionadas em cada uma dessas fases apresentam especificidades importantes para a compreensão do projeto. A primeira fase, compreendida entre os anos de 1956 e 1964, foi caracterizada pela construção das bases ideológicas e materiais de um projeto amplo de estruturação dos parceiros comerciais pretendidos, além de se inserir com maior rigor sobre os hábitos e os costumes dos camponeses. Já a segunda fase, que teve espaço entre os anos de 1964 a 1980, foi caracterizada pela efetivação das condições concretas para a consolidação da modernização agrícola no Paraná com a institucionalização e ampliação do fomento agrícola aos moldes empresariais. Esta última etapa que estendeu o projeto de modernização até o agricultor, pois foi proporcionado pelo trabalho dos extensionistas por meio das agências de crédito.

A primeira fase tem suas raízes na colonização efetiva do território, e a partir de 1960 várias extensões de terras no Paraná deixaram de ser domínio de posse e/ou ocupação e tornaram-se propriedades privadas regularizadas endossando a perspectiva de consolidação do projeto empreendido pelo complexo agroindustrial. É a partir deste modelo de propriedade que as agências de extensão rural procuraram introduzir uma forma específica de produção, baseada numa agricultura modernizada. Nesta perspectiva, destacaram-se como atores centrais, no exercício do poder, o Escritório

Técnico de Agricultura Brasil – Estados Unidos (ETA projeto nº15), a Associação de Crédito e Assistência Técnica – ACARPA e a EMATER, as cooperativas agrícolas e o Estado, configurando uma proposta estatal com requintes retóricos de “nacionalismo”.

Nesse momento se estruturou a extensão rural e se organizou, no Paraná, com propósitos semelhantes a outras regiões do país, tais como: Santa Catarina e Rio Grande do Sul, um processo de organização de diversas entidades regionais voltadas para a difusão de um modelo de agricultura assentado na produção para o mercado, visando, sobretudo, um modelo de produção racionalizada concomitante ao que se estruturou no âmbito industrial. A base ideológica deste projeto insidia sobre a desqualificação do modo de vida camponês, por outro lado, tratava-se de um plano de racionalização do trabalho rural tendo em vistas a conexão com os interesses multinacionais associados.

Para possibilitar a modernização, ao longo destes anos iniciais da primeira etapa foi imprescindível legitimar-se junto aos produtores rurais e autoridades municipais, trabalho de grandes proporções que atendiam os interesses das agências de extensão que por sua vez conectavam-se aos amplos interesses econômicos multinacionais. A extensão rural procurou demonstrar ao agricultor que uma prática “moderna” rendia mais do que o costumeiro, como se este costumeiro, além de insuficiente, fosse pejorativo.

Neste sentido, a fundação dos chamados Clubes 4-S em 1957, pelo ETA projeto nº 15 no Paraná, fizeram parte de um contexto, em que se pretendia criar os meios para desenvolver a agricultura aos moldes empresariais, seguindo os rumos indicados pelo projeto. Isto ao custo da substituição de uma geração de camponeses, pois os jovens foram vistos como o principal canal possível para modernizar a agricultura e produzir de acordo com a lógica do capital. Além disso, representavam uma geração que poderia ser transformada em educada e disciplinada, capaz de racionalizar o trabalho e gerar aumento da produção, bem como planejar o trabalho agrícola conectado com a lógica empresarial.

Por seu turno, o ETA projeto nº 15, inicialmente adotou o extensionismo e mais tarde serviu como exemplo para sua institucionalização. Dar estabilidade aos serviços de extensão e torná-los os principais instrumentos para garantir o desenvolvimento da agricultura, foram também neste início, ações das agências no Paraná. Em 1961, com a retirada da Associação Internacional Americana (AIA) da direção da ABCAR, ampliou-se a intervenção do Estado sobre a Extensão Rural. Este modelo prosseguiu com

modificações sem perder de vista o diálogo com a matriz norte-americana de modelo e financiamento (OLIVEIRA apud SILVA, 2009, p. 195).

Com a retirada da AIA, a ABCAR desenvolveu modificações nas Associações regionais. A ACARPA, sob orientação da ABCAR, teve que encerrar vários escritórios locais sobre a alegação de má distribuição geográfica, localização de difícil acesso, precários meios de comunicação, elevado custo para sua manutenção. Esse acontecimento desencadeou reações de autoridades municipais e Associações locais principalmente dos municípios de Foz do Iguaçu e Toledo. Para a Acarpa essa reação significou um grande passo para a expansão desses serviços de extensão rural no estado com perspectivas claras de modernização.

De qualquer modo aqueles dois casos [Foz do Iguaçu e Toledo] determinaram a possibilidade de implantação de uma nova modalidade de servir as comunidades do Estado, introduzindo o serviço de extensão mantido pela ACARPA durante um certo período de tempo – a título de preparação do terreno – e depois deixá-lo entregue inteiramente a cada município e por ele mantido, visto que há poder aquisitivo suficiente para isso, bastando apenas dar-lhes motivação (ACARPA, 1961).

A “motivação” mencionada no relatório da ACARPA de 1961, e reproduzida, em parte, acima, era a preparação do terreno para a efetivação do projeto. O episódio da manutenção dos escritórios técnicos, em Foz e Toledo, denota o envolvimento dos produtores rurais com a permanência do trabalho de instrução e difusão de créditos na região. Embora não tenhamos maiores dados sobre se o evento foi ou não como descrito no relatório, o indício permite dizer que as autoridades municipais e muitos “agricultores”, ofereceram resistência ao governo estadual que se propunha a fechar alguns escritórios. Este envolvimento, do ponto de vista da justificativa do projeto, é demasiado importante.

Nesse sentido, como apresentamos anteriormente, os anos de 1950 até a primeira metade dos anos de 1960, o trabalho de Extensão Rural procurou “preparar o terreno” e legitimar-se enquanto melhor maneira de levar tecnologia ao campo através da verificação dos melhores métodos de difundir tecnologia. No campo, os produtores rurais, de acordo com o ponto de vista dos agentes da modernização, estavam distantes daquilo que seria necessário para impulsionar o Brasil ao “progresso”. Segundo o discurso da extensão rural, era necessário levar principalmente aos pequenos e médios produtores os conhecimentos desenvolvidos por meio da “Revolução Verde”. Nesse

sentido, certos governos estaduais e municipais responsabilizaram-se em propiciar o ambiente necessário para desenvolver o projeto da modernização da agricultura. No caso do Paraná, primeiramente foi o governador Bento Munhoz da Rocha Neto e posteriormente seu cunhado Ney Braga, que deu impulso ao projeto.

O Jornal Indústria e Comércio de Curitiba divulgado em 1986 fez a seguinte avaliação,

A crise enfrentada pela ACARPA atualmente é bem diferente a que ocorreu em 1961, no 5º ano de vida da empresa. Então, o governo de Moisés Lupion não via com bons olhos o serviço da extensão que tinha apenas 14 escritórios 28 técnicos. Os salários ficaram atrasados em até 6 meses. Foi Ney Braga que, assumindo o governo em seguida, colocou a casa em ordem. (INDÚSTRIA E COMÉRCIO, 1986).

Moisés Lupion⁶⁶ foi governador do Paraná entre os anos de 1956 e 1961 e deputado federal entre 1963 e 1964. Era filho de imigrantes espanhóis exerceu as funções de industrial, comerciante, contador, empresário (MAURÍCIO, 2011, p. 18). Segundo dados do CPDOC, foi um grande adversário político do Ney Braga⁶⁷, que expediu contra Lupion vários mandados de prisão, acusando-o de corrupção.

As acusações contra o ex-governador levou-o ao exílio então na Argentina, sendo que retornou ao Brasil entre os anos de 1961 e 1962 (CPEDOC, Verbetes sobre Moisés Lupion, sem data).⁶⁸ Mas, também teve outros adversários que o acusaram como Othon Mader, criador e líder da União Democrática Nacional (UDN) no Paraná na década de 1950, anteriormente seu aliado, através da coligação PSD/UDN. Segundo Dinalva Rosa Neves Mauricio, “Lupion elegeu-se Senador e em 1962, foi eleito deputado federal, tendo o mandato cassado e os direitos políticos suspensos por dez anos, em razão das perseguições com a instituição do regime ditatorial de 1964” (MAURICIO, 2011, p. 19).

Ney Braga, ex-governador do Paraná, foi muito ligado aos ditadores General Geisel e a Castello Branco. Segundo Dreifuss, Braga ficou conhecido como homem-chave dos interesses de empresários e tecnoempresários ligados ao complexo

⁶⁶ Ver no anexo o histórico de Moisés Lupion.

⁶⁷ Gov. PR 1961-1965 e gov. PR 1979-1982, Min. Agric. 1965-1966; Sen. PR 1966-1974; Min. Educ. 1974-1978: Ver no anexo o histórico de Ney Braga. Além disso, é importante lembrar que essa figura política fez parte da direção da Itaipú Binacional entre os anos de 1985 e 1989.

⁶⁸ Dinalva Rosa Neves Maurício (2011) e Ricardo Costa da Oliveira (2001) desenvolveram um estudo aprofundado de mapeamento dos políticos e suas relações de parentesco no Paraná. Esses estudos são importantes, pois apontam para os privilégios, apadrinhamentos e conexões entre famílias de políticos tradicionais, empresários. Tratam-se da chamada “casta hereditária” de políticos profissionais e do nepotismo que marca a história política paranaense.

IPES/IBAD.⁶⁹ A elite ligada ao bloco multinacional e associada, assumiram ações para acabar com o Estado populista e passaram a indicar o caminho para o desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Esse processo, portanto significou a expressão organizacional e doutrinária do bloco de poder multinacional – associado, mas especialmente sua supremacia política (DREIFUSS, 2006, p. 158).

Ao situar a luta do extensionismo apoiada pelo governo de Ney Braga membro do partido da Aliança Renovadora Nacional (ARENA), pode-se observar as contradições no próprio bloco de poder com relação aos projetos políticos de poder no estado. O que não é mencionado pelo jornal, é que o Bento Munhoz da Rocha Neto e Ney Braga foram adversário político de Lupion e o próprio jornal “Indústria e Comércio” demonstrou seu posicionamento político a favor de Ney Braga. As acusações relacionadas ao não pagamento dos funcionários da Acarpa, somada a cassação do seu mandato ocorreram no contexto em que a AIA saiu da ABCAR e parou de financiar os escritórios e extensionistas, passando tal responsabilidade aos governos dos estados. O objetivo principal era que os estados e municípios passassem a se responsabilizar com a manutenção e desenvolvimento do modelo de serviços de extensão rural criado e difundido pelos Estados Unidos.

Há alguns indícios presentes no jornal “Indústria e Comércio” que indicam certa reação o que eles chamaram de “nacionalista” em contraposição aos interesses estadunidenses no país.

Mas havia ainda a reação nacionalista contra o que se chamava na época, de “coisa de americano”. E se esses problemas estivessem solucionados, restava um ainda: um problema onde buscar novas tecnologias, novas informações, se a extensão rural paranaense não tinha nenhuma prática? (INDÚSTRIA E COMÉRCIO, 1986).

Essa citação apresenta elementos importantes que indicaram um campo de disputas em torno do poder, e entre as classes dominantes. De um lado observamos um grupo político, que se aproveitou da oposição de muitos “agricultores” do Paraná ao programa, pois não viam com bons olhos a parafernália tecnológica, nem o “casal” de extensionistas.⁷⁰ Por outro lado, destacamos que as mudanças ocorridas na extensão

⁶⁹ Segundo Dreifuss o complexo Instituto de Pesquisa e Estudos sociais (IPES) / Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) marcou a passagem da supremacia econômica multinacional – associada ao seu posicionamento de força política de liderança. Além disso, significou a passagem de antigas tentativas de reforma dentro da lei para um golpe de Estado que mudaria a constituição. Cf (DREIFUSS, 2006, p. 158-159). As articulações entre ambas culminaram no Golpe de Estado de 1964.

⁷⁰ Segundo o jornal “Indústria e Comércio” muitas vezes os agricultores achavam que o agrônomo e a técnica eram casados e depois se espantavam quando, de repente alguém da dupla era substituído.

rural após a retirada da AIA implicaram no fortalecimento dos interesses ligados ao projeto da modernização. Notou-se que o encerramento dos escritórios citados anteriormente e o não pagamento dos salários dos técnicos passou a ser uma crítica atribuída à política de governo de Lupion. Essas acusações embora fossem direcionadas a uma política de governo, o fechamento dos escritórios da Acarpa foram resultado da retirada dos financiamentos da AIA, pertencente à Fundação Rockefeller, colaborou para a conquista de maior legitimidade social com relação às propostas de governo do Ney Braga. É importante lembrar que na maior parte das vezes é sobre o argumento de crise, corrupção entre outros argumentos, são utilizados para conquistar posições no Estado, mesmo que aqui vemos as contradições entre os grupos políticos da classe dominante.

Além de ter sido governador do Paraná através do partido PDC, entre os anos de 1961 a 1965, a atuação de Ney Braga no Ministério da Agricultura, entre os anos de 1965 e 1966, propiciou a ampliação dos interesses estadunidenses no Brasil. O ex-governador do Paraná apresentava grande proximidade com as agências dos Estados Unidos, entre elas Aliança para o Progresso, USAID e bancos como BID, o Banco Nacional de Crédito Cooperativo S.A (BNCC)⁷¹ e Banco do Brasil, entre outros. Tratou-se de entidades que por meio de acordos com a participação de Braga no Ministério, propiciou a continuidade da “cooperação” estadunidense no setor agropecuário brasileiro, bem como no financiamento da associação ABCAR.⁷²

Por outro lado, com o Golpe civil-militar em 1964, as ações do Estado sobre o meio rural se modificaram. Ney Braga antecipou uma tendência que a ditadura consolidou. O Estado se transformou no principal agente financiador da modernização da agricultura no país e passou a impulsionar e propagar escritórios de extensão rural em vários municípios, para possibilitar um amplo alcance dos serviços de extensão no meio rural. Houve destaque no emprego de alguns métodos direcionados ao melhoramento da qualidade de vida da população rural. Foi durante o governo Ney Braga, que houve maior incentivo para o aumento da produção de incorporação de certas culturas. Foi à época que se introduziu a soja, não só como possibilidade de aumento da produção, mas também como produto complementar na dieta das famílias.

O grande salto em termos de aumento da produtividade a partir desse período se deu em função da incorporação das tecnologias e técnicas de trabalho no meio rural,

⁷¹ O BNCC foi criado nos anos de 1950 para prestar assistência e amparo financeiro às cooperativas. Foi extinta durante a gestão Collor nos anos de 1990 e aprovado pelo Banco Central do Brasil.

⁷² Para aprofundar mais na discussão ver (OLIVEIRA, 2013, p. 115) e (DREIFUSS, 2006).

difundido pelas agências da modernização, principalmente a partir da ditadura militar. Processo que se consolidou tanto pelo amplo incentivo à extensão e Clubes 4-S, mas principalmente pelos financiamentos e investimentos que propiciaram a ampliação da industrialização do campo.⁷³

A partir do ano de 1966, o plantio e consumo da cultura da soja passaram a ser amplamente difundidos pela Acarpa e pelos Clubes 4-S. Para propiciar a introdução dessa cultura na agricultura do Paraná, as economistas domésticas realizavam atividades relacionadas à utilização da soja na alimentação com a elaboração de receitas com esse “novo” produto (ACARPA, Curitiba, 1967). Isso significava um mecanismo fundamental para tornar a soja um dos principais produtos da economia brasileira principalmente destinada para exportação, pois o convencimento sobre a importância do grão começou pelo convencimento do produtor.

A atuação das economistas domésticas implicou também na mudança dos padrões alimentares da população rural paranaense. As economistas “ensinavam” as mulheres, técnicas de costura e de preparo de alimentos como: conservas, bolos, panquecas, lasanha. Além disso, ornamentação de pratos e métodos de costura, bem como ser uma “boa” dona de casa, em termos de organização da disposição dos móveis, higiene e administração do lar. Essas ações da extensão ajudam a perceber que a modernização significou mudanças profundas em todos os aspectos possíveis tanto sociais, culturais, econômicos e políticos, pois se difundia e pretendia-se que os padrões da classe dominante divulgados fossem incorporados e adotados pela população.

A grande expansão da soja neste período pode ter sido ocasionada, segundo os economistas Jaime Garciano Trintin e Rafaella Stradioto Vignandi,

(...) devido à fusão de alguns fatores como as políticas do governo federal de incentivo agrícola fortemente subsidiada pela política de crédito; o cenário internacional favorável, principalmente a partir de 1968, com o impacto de crescimento na variável preço e o auge na crise cafeeira paranaense, que se intensifica em meados de 1975 por razões climáticas de frequentes geadas. A substituição do café e o aumento de terras de pastagens por esse tipo de cultura não demorou acontecer, os produtores locais estavam desmotivados com a cultura cafeeira devido ao retorno da produção ser muito inferior ao já obtido em períodos anteriores (TRINTIN, VIGNANDI, p.886).⁷⁴

⁷³ Para obter mais informações sobre o contexto pesquisar (LINHARES; SILVA, 1999).

⁷⁴ Disponível em <http://www.pce.uem.br/producao/fb1ba757ec066d28c3ec458f69af757c.pdf> acesso em Maio de 2016 (TRINTIN, VIGNANDI, p.886).

É importante assinalar que as razões climáticas naquele contexto foram elementos importantes para substituição do cultivo do café por outros produtos como a hortelã pela soja, mas não eram definitivos, pois como vimos, desde 1967 já havia um trabalho direcionado a aceitação do grão entre os pequenos e médios produtores rurais. A soja era um tipo de cultivo que servia aos interesses do Complexo Agroindustrial, pois se enquadrava no chamado pacote tecnológico.⁷⁵

Porém, não era um cultivo agrícola presente em grande escala na organização inicial da agricultura no Paraná. Dessa forma, para que fosse possível a expansão do cultivo da soja, era preciso introduzir mudanças no consumo, convencer os “agricultores” e os consumidores, seja em termos de lucro, “melhoria de vida”, mais alimentos, devido ao aumento populacional e saúde. Assim, o que o contexto de materialização do projeto atrelado às mudanças climáticas das geadas no Paraná dos anos de 1970 fizeram, foi consolidar uma tendência já trabalhada pelos extensionistas desde 1967. Além disso, foi argumento muito utilizado pelos grupos defensores da modernização para naturalizar processos sociais que já estavam em curso há bastante tempo.

Geadas já castigou a pequena propriedade

As geadas ocorridas nos últimos dias já provocaram os primeiros efeitos sobre as lavouras que abastecem o mercado da capital do estado. Embora a geada dos últimos dias não tenha preocupado seriamente os lavradores, na manhã do último domingo houve reviravolta no panorama, e a situação ficou ainda pior na manhã de ontem.

Levantamentos realizados apontaram prejuízos enormes nas lavouras de diversos pontos do estado, e o pior de tudo é que para os próximos dias existe a possibilidade de se registrarem novas geadas em nosso estado (FRENTE AMPLA DE NOTÍCIAS, Marechal C. Rondon, 1971).

O panorama climático, portanto, não foi o fator definidor exclusivo da mudança do café para a soja, nem somente o principal problema para saída de muitos “agricultores” do campo. Com a difusão da soja, acirrou-se a prática da monocultura. O aumento do preço da soja no mercado internacional influenciou, também, a substituição de culturas como a do café e do trigo. Por seu turno, nos meios de divulgação da nova cultura, como a do programa do Frente Ampla, podemos observar certa tendência ao

⁷⁵ Segundo Brum o padrão de produção e consumo baseado principalmente na cultura da soja foi induzido pelos interesses dos grupos econômicos que estavam assumindo o comando da economia (BRUM, 1988, p. 77).

incentivo da cultura da soja em detrimento de outros produtos apresentados como menos rentáveis. Trata-se de uma ação “educativa” e “informativa” de forma complementar ao extensionismo. Senão, vejamos:

Soja está reagindo favoravelmente

Os prejuízos com o trigo são lamentáveis, porém o setor da soja abre alentadoras perspectivas com a notícia de que.....

O mercado da soja está reagindo favoravelmente, mantendo-se em alta, podendo chegar a níveis idênticos aos de dois anos atrás. Ontem, o preço da saca da soja estava em 87 cruzeiros, prevendo-se que pode subir ainda mais. Muitas cooperativas do Estado continuavam segurando seus estoques, esperando preços ainda melhores na bolsa internacional (FRENTE AMPLA DE NOTÍCIAS, Marechal C. Rondon, 1975).

No trabalho dos extensionistas era imperativo difundir esse tipo de cultura que interessava ao mercado internacional. Os extensionistas tinham um papel fundamental na visão das entidades internacionais e multinacionais, pois ficaram responsabilizados pela preparação, treinamento e “doutrinação” dos produtores e produtoras rurais. Os técnicos agrícolas prestavam assistência técnica para o cultivo desses produtos segundo um padrão técnico criado e adaptado pela pesquisa.

Nesse sentido, o trabalho dos extensionistas e dos serviços de extensão em prol da incorporação do capitalismo na agricultura, complementava a ação dos centros de pesquisas e experimentação. Através da solicitação à melhoria da qualidade de vida econômica e social, sob a alegação de que a base da mudança passava pelo aumento da produção e da produtividade, este trabalho foi definido através de algumas premissas e diretrizes. Desta forma, para a ACARPA:

A extensão rural é uma das ferramentas para conseguir o desenvolvimento agrícola. Tem uma porcentagem da responsabilidade em consegui-lo.

Sua preocupação imediata é o agricultor; educá-lo, conseguir o seu desenvolvimento integral para, através de uma assistência técnica – educativa, juntamente com outras funções, conseguir o aumento da produção e o bem estar do homem (DIRETRIZES DA ACARPA, 1975, p. 02).

A assistência técnica e financeira assumiu importante função no convencimento e na instrução dos “agricultores”. Os mecanismos de difusão do projeto, portanto, sob a alegação do desenvolvimento do país, e, é claro, atendendo aos interesses da indústria

de insumos e maquinários, ou seja, do Complexo Agroindustrial. Esse processo é possível visualizar a partir dos anos de 1970, com as modificações da base técnica.

O Estado utilizou esses serviços como principal suporte para convencer os produtores rurais a mudarem seus métodos de cultivo. Esse exemplo pode ser verificado nos anos de 1970, quando houve um aumento dos recursos financeiros destinados à extensão rural e conseqüentemente uma ampliação gradativa da produtividade da soja, milho e trigo.⁷⁶ Denota-se, assim, a intenção do Estado, em mediar e facilitar às condições de disseminação e acesso dos “agricultores” às tecnologias.

Não só o Estado, mas também outras entidades procuraram intervir nas relações de produção do campo, através da disponibilização de grandes somas de recursos para culturas consideradas como prioridade, não para a subsistência das famílias do campo, mas sim, para as demandas do Complexo Agroindustrial.

O projeto de fomento agrícola, executado com recursos da Organização Internacional do Café e repassado pelo Ministério da Agricultura – mobiliza 217 extensionistas da ACARPA na orientação técnica e creditícia a produtores de 192 municípios paranaenses incluídos na área dos chamados “corredores de exportação”. Até o final do ano, o serviço de extensão rural deverá orientar na área, um número superior a cem mil produtores rurais. Este projeto de fomento agrícola ajusta-se à política do Governo Emílio Gomes, de carrear investimentos maciços na tecnificação da agropecuária paranaense. Milho, soja, sorgo e pecuária de corte são as culturas prioritárias do projeto, que visa elevar a produção e produtividade para atender a demanda interna e gerar excedentes exportáveis. As metas fixadas para o próximo ano, na área: aumentar em 237 mil toneladas a produção de milho, 239 mil toneladas a soja, 60 mil toneladas o sorgo e dez mil toneladas a produção de carnes (ACARPRESS, HM/062, Curitiba, 1973).

Nesta citação, nota-se que o Estado preferiu algumas culturas, em especial as denominadas culturas prioritárias das multinacionais, entre elas a soja, o milho e o sorgo fundamentais para a fabricação de rações para dinamizar a pecuária no exterior. As demais culturas básicas importantes para o mercado e consumo interno, como o arroz, feijão, mandioca, hortelã, café, entre muitas outras variedades de produtos deixaram aos poucos de ser prioridade no mercado financeiro e no estado. Essa nova atitude que a ditadura assumiu, conjuntamente com apoio de entidades privadas, refletiu as alterações na base da agricultura paranaense, incluindo a tendência à monocultura, o êxodo rural,

⁷⁶ Consultar dados do IparDES (IPARDES, Curitiba, 1985).

assalariamento e desemprego no campo. Aqui é possível perceber, também, a materialização da política de estruturação dos corredores de exportação de Delfin Neto. Sabe-se que o Paraná, pelo potencial portuário e pela produção adequada as demandas do Complexo Agroindustrial, foi um dos principais polos de implantação desta política.

Porém, outras culturas que não atenderam exatamente a esta perspectiva do CAI também persistiram. A hortelã, por exemplo, foi um produto bastante cultivado no Paraná durante o período. Mas com o processo de modernização as culturas adequadas ao pacote tecnológico foram privilegiadas em termos de financiamento. Isto sufocou a produção de outras culturas. Alguns membros da política regional chegaram a denunciar este quadro de abandono do investimento nas culturas que ficaram de fora do pacote tecnológico. Ainda que não se possa dizer que se tratava de uma resistência propriamente dita, pois, como visto no capítulo anterior, uma das premissas do projeto da modernização se assentou na reivindicação pela ampliação dos investimentos em detrimento do questionamento sobre a distribuição da terra.

Segundo o programa de rádio de Marechal Cândido Rondon, Frente Ampla de Notícias (FAN),

Cultura da Hortelã está em crise

Por solicitação do Deputado Paulo Poli, a Assembleia Legislativa dirigiu ofícios ao Ministério da Agricultura e ao Presidente do Banco do Brasil S/A, pedindo urgentes providencias de amparo à lavoura da hortelã. Esclareceu o parlamentar que o Banco do Brasil não financiará o cultivo da hortelã e o governo jamais amparou essa cultura cuja produção em nosso Estado está caindo assustadoramente (...) (FRENTE AMPLA DE NOTÍCIAS, Marechal C. Rondon, nº15, 1972).

A substituição de algumas culturas pela soja, milho, sorgo e suinocultura foi um indicativo da modernização no Paraná. Contavam, sobretudo, com um amplo aparato desde assistência creditícia, por exemplo, do Banco do Brasil, até assistência técnica e outros recursos adquiridos por empresas como a Organização Internacional do Café, a ACARPA, Aliança para o Progresso, Agrocereis entre outras secretarias e federações.

O outro indício e as características do desenvolvimento do capitalismo no meio rural foi o uso de máquinas e implementos agrícolas, e neste caso, desde a década de 1960 o Paraná apresentou um ritmo acelerado no desempenho da atividade agrícola com aumento gradativo do número de tratores. A tabela abaixo apresenta a expansão desse tipo de força empregado a partir dos anos de 1950 no Paraná.

TABELA 12: Relação de tratores e tipos de força utilizada segundo número de estabelecimentos no Paraná (1950 – 1985).

Uso e procedência da força utilizada nos trabalhos agrários no Paraná entre os anos de 1950 a 1985.				
Confronto dos resultados	Nº Tratores (Total)	Nº de estabelecimentos segundo a força utilizada		
		Animal (Tração)	Mecânica (Tração)	Humana
1950	280	36.759	28	---
1960	Sem dados	68.301	1.998	196.577
1970	18.619	249.333	16.285	256.243
1975	52.498	254.641	122.269	---
1980	81.727	254.380	201.108	---
1985	101.346	257.164	203.490	---

Fonte: IBGE: censo agropecuário do Paraná de 1950, 1960, 1970, 1975, 1980, 1985 (tabela organizada pela autora).

O aumento do uso de tratores no Paraná foi um sinal de transformação na agricultura, mas o uso de instrumentos característicos de uma agricultura de subsistência, como o emprego da força humana, o arado e a enxada no Paraná foi bastante expressivo nas décadas de 1950 e 1970. Esse fator foi um sinal da conservação de práticas tradicionais de produção e até mesmo de um tipo de resistência a modernização. Tratou-se de um período em que o café, a hortelã e outras culturas não incluídas no pacote tecnológico ainda geravam em certa medida a demanda do emprego da força humana e animal.

O uso expressivo do arado neste período também pode ser um indício de que os produtores rurais não estavam interessados em participar desse projeto. Os riscos atrelados ao endividamento pelos produtores rurais, com relação à compra de maquinários, decorrentes das flutuações de preços dos produtos no mercado e os prejuízos na produção pelos fatores climáticos como geadas, seca, enfim são elementos que permitem visualizar a racionalidade desses “agricultores” com relação aos seus modos de vida e trabalho no campo. Esses elementos coadunam com os dados do IBGE sobre os números de instrumentos agrícolas de tração animal e pode ser avaliado a partir das fontes da rádio difusora de Marechal Cândido Rondon:

O Frio Tomou Conta do Paraná

Os mais antigos foram ouvidos hoje, quando diziam ser este de agora o inverno mais frio e a mais intensa geada formada nesta região, especialmente Marechal Cândido Rondon. Ontem a temperatura

chegou a registrar $\frac{1}{2}$ grau abaixo de zero e segurou durante bom tempo em dois graus positivos. Hoje os termômetros caíram ainda mais e a formação de geadas foi sentida em toda a região. Ainda ontem à noite até às 23 horas, acompanhávamos o noticiário da televisão sobre as temperaturas registradas em toda a extensão do Paraná, tendo sido Palmas o registro de um frio mais intenso com até 11 graus abaixo de zero, tendo nevado bastante nesse lugar do Paraná desde a madrugada de ontem, até as últimas horas da tarde. Outros lugares a variação de temperatura chegou a fazer sem que nevasse em lugares onde nunca havia sido registrado o fenômeno. Cascavel e Foz do Iguaçu foram casos típicos na região. Santa Helena também foi duramente castigada pelo frio e, ontem pela manhã houve a formação da chamada geada negra. A vegetação mais sensível ao frio amanheceu com uma coloração verde escura, denotando daí a queima total pelo frio. Como se não bastasse tudo isso, as poças d'água ao longo de ruas e estradas se solidificaram e até as 9,30 horas da manhã de hoje a geada era perceptível em todos os lugares. Aqueles que levantaram bem cedo hoje disseram que não era tão frio, o que aconteceu somente depois quando o sol saiu. O granizo da tarde do dia 14 abateu numa faixa compreendida entre Quatro Pontes e Novo Horizonte, numa extensão de 15 ou até 20 Quilômetros, 5 ou até 10% do trigo já cacheado, agora com a formação de geada ontem e hoje pela manhã mais intensa fazem com que a apreensão do povo esteja voltada para a agricultura, uma vez que a região é estritamente agrícola. Uma pessoa amiga nossa, digna de crédito contava ontem à tarde de volta de Toledo, para onde havia ido a negócios que, somente no banco do Brasil foram pedidos o cancelamento de 11 financiamentos para compra de maquinário em virtude dessas ocorrências. Proprietários de terras e lavouras de trigo na sua maioria ou totalidade que haviam encaminhado pedidos para máquinas colhedoras é que foram pedir o cancelamento de pedido e financiamento (FRENTE AMPLA DE NOTÍCIAS, Marechal Cândido Rondon, 1971).

A presença significativa de instrumentos agrícolas não pertencentes ao pacote tecnológico poderia ser uma alternativa diante das constantes flutuações dos preços no mercado financeiro e internacional. A instabilidade da produtividade devido aos inúmeros fatores como ambientais e de mercado poderia inviabilizar algumas famílias a adquirir tecnologia divulgada pelas agências de extensão rural e até mesmo o cancelamento de financiamentos para compra de máquinas agrícolas do pacote tecnológico.

O acesso aos financiamentos para compra de produtos que faziam parte do pacote tecnológico era limitado por regras e quesitos, sendo que aqueles “agricultores” que não se encaixavam dentro de determinados critérios – ter a propriedade a terra que ocupava comprovada e registrada, por exemplo – não podiam ter acesso ao crédito, logo, não tinham condições de comprar tratores, arados mecânicos e a parafernália tecnológica

difundida pela extensão rural. Assim, o uso significativo da tração animal e da força humana também é expressão disso, bem como implica na intensificação das horas trabalhadas por parte desta população, uma vez que precisam trabalhar mais para manter certo nível de vida e acompanhar o ritmo de produção imposto pelas novas tecnologias.

Se levarmos em conta o número acentuado de arados entre os anos de 1970 e 1985, a preferência por este instrumento de trabalho, também, poderia significar menos custos de produção, logo, a possibilidade significativa de permanência no campo em momentos de “crise” forjada pelo mercado financeiro. Conforme apresentamos anteriormente a compra de maquinários do pacote tecnológico dependia das condições para obtê-lo e nem todos os “agricultores” tinham possibilidades para adquiri-los e/ou financiá-los.

A instabilidade diante do mercado financeiro, os altos custos da produtividade, os financiamentos constituíram nos principais fatores determinante para a permanência ou não desses produtores no meio rural. Porém, nem todos pretendiam fazer parte dessa nova estrutura de produção, ou seja, do projeto, tratam-se de escolhas desses sujeitos e estratégias de reprodução social e de permanência na terra. De um modo geral, os fatores sociais foram o que mais impactou diretamente as decisões e a incorporação tecnológica do que a situação climática.

É importante lembrar que, o processo de modernização, também levou a incorporação de novas áreas, geralmente espaços florestais, que antes não eram destinados à agricultura. A pequena agricultura também fez esta incorporação e como ela não tinha condições de se equipar com tratores e outros implementos, usou do arado e da força animal para fazer tal incorporação.

A transformação produtiva da agricultura, principalmente a partir dos finais dos anos de 1960, como se observou anteriormente, ocorreu pela disponibilização de amplos recursos dos setores públicos e privados, mas também porque foi incentivado pelo trabalho da extensão rural, no que tange a execução de projetos e liberação de créditos. Nesse caso, principalmente para a produção do milho, trigo, sorgo, soja, suinocultura. O número de arados manteve-se estável entre 1970 e 1980, porque além de ser um instrumento que não demandava grandes custos de produção, garantia certa autonomia do agricultor no processo produtivo. Até mesmo pode ser considerado um indício de ações residuais de aversão ao risco de endividamento e/ou perda da propriedade rural.

Se em 1940 e ainda nos anos de 1950, o uso do arado animal, no Paraná, era sinônimo de “progresso”, com o processo de modernização elementos do pacote tecnológico principalmente o trator significou uma possibilidade aos latifundiários de reduzir custos com mão de obra, que em certo sentido, permitia menos custos de produção, aumento da produtividade e lucratividade com uma agricultura cada vez mais especializada. Trata-se, nesse sentido, de um tipo de produção que disponibiliza menos tempo de trabalho, mas intensifica-se a exploração da terra e a ambição de muitos pela incorporação de propriedades cada vez mais submetidas nessa lógica de produção. O que permanece inalterado são as formas de exploração dos trabalhadores que prestam serviços no campo e que não possuem a propriedade para nela sobreviver e/ou que a perderam ao longo do processo. Especialmente, aos camponeses que tentam alternativas para conseguir permanecer na terra, sob uma lógica de produção agroecológica, mesmo que são sugados cotidianamente pela precarização do trabalho na terra.

Paralelamente ao aumento do número de arados, a ampliação expressiva de tratores e as demais parafernalias do pacote, incluindo os insumos, significou praticamente a consolidação da “Revolução Verde” na forma de produzir, gerando mudanças territoriais significativas, como por exemplo, a substituição de mão de obra no campo por instrumentos agrícolas mecânicos sofisticados.

A incorporação de tratores e equipamentos não foi generalizada, os grupos com menos terra e menos capitalizados não tiveram condições de acompanhar o processo, logo, grande parte deles foram expropriados ou tiveram que trabalhar mais tempo para garantir certo padrão de vida. A ACARPA com o incentivo do Estado foi uma das principais instituições responsáveis pelo desenvolvimento e incorporação crescentemente desse pacote no meio agrícola.

Trator e Mecanização Agrícola

Muitas pessoas – principalmente as que moram na cidade – quando ouvem falar em mecanização de lavoura, pensam logo em tratores possantes, fazendo grandes terraços ou puxando enormes arados...

Mas nem sempre é assim.

Para começo de conversa, mecanização não implica em usar trator.

Um arado de aiveca, puxado por um burro, é mecanização; a instalação de um carneiro hidráulico para elevar água a um depósito, é mecanização; uma ordenhadeira no estábulo, é mecanização. O trator, é o estágio mais avançado da mecanização, como também o mais desejável em muitos casos, porém nem sempre é o que resolve.

Vejamos por exemplo, o trator sem implementos, pouco serviço prestará na fazenda. Quando se fala em implementos, nos vem

imediatamente à imagem de um arado ou grade. No entanto não são os únicos. São os mais populares. Pulverizadores, debulhadores, cultivadores, colhedeiças, rolos, adubadeiras, plainas, secadores e dezenas de outros implementos, são fabricados, porém poucos deles usados.

Por isso que dizemos que mecanização de lavoura faz sucesso, porém pleno êxito, só será alcançado quando um trator puder fazer trabalhar seis a oito máquinas diferentes e não apenas o arado e a grade, como agora. Colaboração ACARPA (FRENTE AMPLA DE NOTÍCIAS, Marechal C. Rondon, nº 13, 1971).

É evidente no relato da ACARPA a preferência pela substituição da tração animal e humana pelo trator. Embora fossem duas coisas que cumpriam papéis diferentes na produção, um não substituiria o outro, na verdade o trator é a força motriz, portanto, se ele substitui alguma coisa é o trabalho humano, o boi, o burro ou o cavalo, mas não o arado propriamente dito. O que importa nessa citação é observar que o elemento em questão era o problema da baixa produtividade do trabalho humano, que na visão da extensão era resultante do baixo nível de conhecimentos da tecnologia de produção e comercialização das safras.

Nota-se na citação o esforço em difundir a ideologia da modernização, e tornar o agricultor autossuficiente. A Acarpa discutiu os termos da mecanização de forma a aproximá-la do senso comum. O uso dos termos técnicos é substituído pela comparação com coisas simples ligadas ao cotidiano do produtor, mas, como se pode avaliar até agora, ironicamente tratava-se de um cotidiano combatido pelas agências e agentes de extensão.

A difusão da mecanização produziu modificações na base técnica, aumento da produção de produtos voltados para a exportação. E o estágio mais avançado desse processo foi à aproximação entre a indústria e agricultura. Consequentemente pretendia-se que o setor produtivo tornar-se-ia crescentemente empresarial. Mas, a modernização não deu certo em todos os segmentos de “agricultores”, especialmente entre aqueles que possuíam menor quantidade de terras. Nos anos de 1980, a ACARPA/EMATER passou a incentivar o uso de técnicas agrícolas tradicionais, como tração animal, defensivos naturais, adubos biológicos, buscando atender aqueles grupos que “não conseguiram alcançar os objetivos da modernização”. Ou seja, mais especificamente, aqueles que não tinham se adequadado ao projeto e/ou não desejavam alcançar a modernização.

Em 1959, a Acarpa tornou a sua organização definitiva, passando a expandir-se por todo o Estado. Mas, só em 1980 os dirigentes puderam dizer que realmente estavam em condições de atender as

necessidades de todo o Estado. Em 1966 foi implantado o primeiro projeto específico, em convênio com o IBC, iniciou-se a erradicação dos cafeeiros decadentes. Em 1973, começou o fomento agrícola com vistas aos produtores de exportação. E, em 1976, implantou-se o programa de conservação de solos. A partir daí desenvolveram-se trabalhos voltados ao pequeno agricultor, melhoramento de sementes e mudas, melhoramento genético bovinos, reflorestamentos de pequenas e médias propriedades rurais, difusão do uso de biodigestores e outros de caráter técnico e social (INDÚSTRIA E COMÉRCIO, 1986).

Certa preocupação com a descapitalização crescente dos pequenos produtores rurais, decorrentes desse processo cruel e desigual da modernização, fez com que a ACARPA/EMATER nos anos de 1980, com apoio da Federação das Associações de Engenheiros Agrônomos do Brasil, cujo presidente na época era Valdo Cavalet, desenvolvessem programas e retomassem práticas para diminuir os custos de produção. Além disso, organizaram a Associação de Hortigranjeiros de Agudos do Sul (Hortisul) no Paraná, reunindo vários “agricultores” para melhorar as formas de comercialização e entrega direta dos produtos sem agrotóxicos aos produtores rurais. Tratou-se de uma prática denominada “cestões”, que pretendeu ganhar um mercado fiel e que chegou a ter vários pontos de entrega no estado. Além dos cestões, o cooperativismo passou a ser amplamente difundido no Oeste do Paraná, que, também “objetivavam uma maior participação dos associados nas decisões da cúpula dessas cooperativas, corrigindo, assim, as distorções verificadas nos últimos anos” (Indústria e Comércio, 1986).

De um modo geral, pode-se avaliar que a modernização deu certo a partir de determinado ponto, o qual tem relação com a quantidade de terras sob domínio do produtor. Ao analisar os dados dos censos agropecuários no primeiro capítulo, notou-se que as propriedades maiores de 50 hectares foram as que mais aumentaram no Paraná entre 1970 e 1985. Este aumento poderia significar que as técnicas, meios de produção e formas de relação com o mercado que acompanharam o desenvolvimento do projeto de modernização tiveram maiores condições de encontrarem algum resultado e estabilidade a partir destes estratos de área. A modernização teve seus limites, embora também tenha causado impactos e mudanças profundas naqueles setores que detinham menor quantidade de terras. Mas neste caso foram profundamente negativas para eles e não necessariamente para o projeto, pois um dos problemas desse processo aos pequenos produtores foi à concentração que, ao fim e ao cabo, abriu caminhos para a modernização e introdução de tecnologia agrícola.

Por outro lado, é importante lembrar que uma das metas da modernização (que efetivamente não foi alcançada) era também acabar com o minifúndio, o qual era considerado pouco produtivo. As ações da ditadura, nesse sentido, com apoio de instituições como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), IBRA, IPES e IBAD, foi no sentido de privilegiar os fazendeiros e empresários em detrimento dos pequenos produtores, que faziam parte significativa da população que residia no meio rural, incluindo parceiros, arrendatários, caboclos, posseiros, boias frias entre outros trabalhadores do campo.

Segundo Dreifuss, durante a ditadura civil militar, o complexo IPES/IBAD, encarregaram-se de estudar minuciosamente a Lei da Reforma Agrária. Além disso, empresários e tecnoempresários participaram da formulação e implantação do Estatuto da Terra. Sobre a implantação do Estatuto da Terra, e os planos de desenvolvimento da modernização, Dreifuss complementou que,

Para a implantação do Estatuto da Terra e da reforma da propriedade de terras, foi criado o IBRA, que recebera *status* de superministério, gozando de prioridade entre os departamentos ministeriais, servindo para flanquear, em termos de criação de diretrizes políticas, o Ministério da Agricultura, onde os interesses agrários tradicionais ainda tinham um ponto de apoio. O IBRA foi útil ao esvaziar o controle que a oligarquia e a burguesia cafeeira tinham sobre as políticas agrárias, mudando o local de elaboração da política nesta área vital para outro órgão, composto de tecnoempresários e empresários. Estes estimularam políticos que tentavam integrar o setor agrário dentro dos planos mais amplos de desenvolvimento da grande modernização industrial (CEHELK apud DREIFUSS, op.cit, p, 456). O cerne da análise do Estatuto da Terra era a ineficiência constatada na relação homem/terra, tanto nos latifúndios tradicionais quanto no grande número de minifúndios. Pontos de estrangulamento na agricultura tinham de ser eliminados por uma melhor distribuição dos fatores de produção, modificando formas arcaicas de posse da terra. Foram enfatizados o aumento dos recursos agrícolas, a mecanização e o desenvolvimento de redes de distribuição adequadas para os produtos, o que, conseqüentemente, envolvia o Ministério dos Transportes em uma política de construção de estradas e os grandes interesses industriais em mecanizar a lavoura e fornecer transporte para os mercados rurais (DREIFUSS, 2006, p. 456-457).

Os planos da ditadura para o setor agrícola, apresentado por Dreifuss, permitem constatar o cerne das execuções da extensão rural e o entrelaçamento entre os diversos interesses englobando técnicos, empresários, institutos como o INCRA e outros. Este instituto desenvolveu um papel tremendamente cruel no processo de modernização no contexto da ditadura. Tanto no que concerne ao mapeamento das áreas pelo

recadastramento rural das propriedades, para um maior controle da produção e da garantia da propriedade adquiridas via companhias colonizadoras. Por outro lado, era uma tentativa de contenção das disputas em torno do acesso e posse da terra, envolvendo posseiros e proprietários e a emergência e ampliação dos movimentos de luta armada no meio rural. Vejamos parte das estratégias desenvolvidas pelo INCRA, no jornal *Fronteira do Iguçu*, de 1972, para ser possível difundir os interesses projeto da modernização ligado ao capital multinacional,

Com a colonização das áreas vazias, por exemplo, “nas terras sem homens”, vem o INCRA implantando a política de dar terras àqueles que as queiram de fato trabalhar, em situação completamente regular e com assistência técnica e social, para desafogar regiões densamente povoadas.

E os resultados, felizmente, tem sido os mais animadores, superando prognósticos otimistas e dando aos seus propulsores o incentivo para aumentar ainda mais o seu programa de expansão colonizadora, o que, em última análise, é também, uma solução para o velho problema da invasão de terras (FRONTEIRA DO IGUAÇU, 1972, sem pg).⁷⁷

Através desta citação, podemos observar a posição do INCRA com relação aos conflitos em torno da terra. Esse instituto atuou no sentido de conter movimentos de ocupação e reocupação de terras. Mexer na estrutura da propriedade privada não era objetivo da modernização e do INCRA. Aqueles que não acolhiam ou se enquadravam aos princípios do projeto eram excluídos e/ou realocadas em regiões de menor interesse das multinacionais. Na fala do presidente do Incra, Moura Cavalcanti, ao tratar dos programas de colonização no Centro-Oeste e Norte do Brasil, que está no jornal *Fronteira do Iguçu* de 1972, possui uma relação muito grande aos objetivos do programa, no que se refere a relação homem/terra e a estratégia de um tipo de “Reforma Agrária” projetada pela ditadura:

“Não queremos tomar terra de quem a torna produtiva em todos os seus aspectos. Queremos, isto sim, ocupar os imensos vazios da Amazônia, acabar com os minifúndios no Sul e minorar os excedentes demográficos no Nordeste” (...).

O INCRA, nos últimos anos, está se estruturando para atingir também este objetivo: criar uma classe média rural e conseqüentemente aumento da produção. (FRONTEIRA DO IGUAÇU, 1972).

⁷⁷ Os trechos do Jornal *Fronteira do Iguçu*, apresentados neste trabalho, foram levantados e digitalizados por Danieli Schneidt Gish no Centro de Pesquisa e Documentação sobre o Oeste do Paraná-CEPEDAL.

Podemos abstrair dessa citação que, modernizar o minifúndio não era necessariamente uma meta que preocupava as agências da modernização. O que realmente interessava aos apoiadores do projeto era tornar a região sul, incluindo o Paraná (reconhecido pelas terras férteis, planas e produtivas), uma região grande produtora de culturas de interesse das multinacionais, voltados para exportação. Nesse sentido, para produzir produtos em grande quantidade, barata e necessária para a indústria, difundiu-se o pacote tecnológico, como meio para aumentar a produtividade, reduzindo custos e tempo de produção. Tal estrutura significou possibilidade de enriquecimento especialmente para latifundiários e industriais. Enquanto isso, o minifúndio, composto entre 18 a 20 hectares, isto é, nos termos do INCRA, foi o mais prejudicado como vimos nos dados dos censos e nas bibliografias especializadas nestes temas.⁷⁸

O interesse pelas áreas de fronteiras, como o caso da Amazônia, era pela possibilidade de reassentamento de certas famílias prejudicadas com as ações do projeto da modernização, como no caso do Oeste do Paraná, com a construção da ITAIPU. A construção de agrovilas pelo INCRA na Transamazônica (FRONTEIRA DO IGUAÇU, 1972, sem nº de p.), com apoio da ditadura, pode ser avaliada como uma estratégia e/ou uma tentativa para “pacificar” e/ou evitar as disputas em torno da posse de terras no Paraná, pois era uma região que continha um número significativo de posseiros e ocupantes de terras nos anos de 1960 e 1970.⁷⁹

Mesmo diante da intensificação tecnológica, entre os anos de 1950 a 1980, observou-se que muitos produtores rurais entendiam quais os instrumentos mais adequados para garantir sua subsistência e a permanência no meio rural. A sua substituição pelo trator e sua parafernália poderia ter representado um risco para a permanência na terra. Mas deve-se levar em conta, também que havia propriedades (especialmente as pequenas, ou seja, os minifúndios) em que a perspectiva de adotar instrumentos agrícolas pertencentes ao pacote tecnológico não era nem cogitada e/possível, pois requeria certa condição econômica e territorial para poder adquiri-los.

⁷⁸ Segundo José Graziano da Silva, o cadastro de imóveis rurais, de 1964, classificava os imóveis rurais em quatro categorias: minifúndio, empresa rural, latifúndio por exploração e latifúndio por dimensão. Considerava-se como minifúndio o imóvel rural com área inferior a um módulo. O conceito de módulo correspondia à área da propriedade familiar definida como imóvel rural que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico (...) (SILVA, 1981, p.93).

⁷⁹ José Graziano Silva possui um estudo aprofundado dos dados do IBGE, INCRA e Iparde sobre números de posseiros e ocupantes no Paraná Cf: (SILVA, 1981).

Mesmo o arado sendo um instrumento considerado ultrapassado, significava condições efetivas para a subsistência das famílias rurais (SANTOS, 2008, p.190). O uso do arado era um indicativo de mudanças da base técnica de produção, mas não significou exclusivamente a modernização. O aumento dos implementos de força mecânica, movido pelo trator, somados ao aumento significativo de escritórios de assistência técnica e extensão rural sinalizou as mudanças verificadas em muitos municípios do Paraná e fortes mudanças nas percepções e nas práticas de produção.

A racionalidade e/ou resistência de uma parcela significativa de “agricultores” frente ao projeto de desenvolvimento do capitalismo no meio rural ficou clara, quando se observa através das fontes as caracterizações da extensão rural com relação à população rural, como será visto mais detalhadamente ao longo do texto. Por outro lado, os limites da modernização são perceptíveis quando observamos que com a descapitalização de muitos “agricultores”, em consequência do aumento dos custos da produção e reduzido preço para comercialização, a extensão rural, passou a instruir a família rural a retomar o uso das técnicas que diminuía os custos de produção que passava pelo crivo técnico.

Os “agricultores” que não adentrassem no processo de modernização da agricultura eram vistos como ultrapassados, de uma geração anterior, e suas técnicas de produção deveriam ser substituídas pelas novas. A extensão rural nesse sentido era o órgão responsável por atender esses tipos de produtor, prestar assistência técnica e introduzi-los nos novos rumos da agricultura, guiado pela extensão. As campanhas para o aumento da produtividade, as possibilidades de financiamentos a juros baixos, crédito juvenil e supervisionado eram meios para a integração dessas populações rurais a estratégia de modernização tecnológica. Por outro lado as ações da extensão rural com apoio do Estado procurava preparar a mão de obra para as indústrias.

2.3 O crédito rural: a ferramenta para a organização das empresas rurais e para a materialização do complexo agroindustrial.

No seu mais amplo sentido conceitual de constituir um “instrumento econômico que visa fornecer à agricultura, como um todo (cultivos, criações, florestas, pesca e atividades afins) recursos financeiros necessários ao empresário rural, quando ele carece de capital próprio suficiente”. O crédito rural adequado e de diversas

modalidades, é incontestavelmente um dos mais efetivos estímulos à produção (CETREC, Campinas, sem data, p.05).

A partir da ditadura civil-militar, a extensão rural orientou e supervisionou os “agricultores” em três modalidades de crédito rural: o crédito rural supervisionado, o orientado e o juvenil. O crédito rural educativo/juvenil foi um dos principais mecanismos da extensão rural para implantar as técnicas aprendidas nos campos de pesquisa e experimentações na agricultura, pecuária e economia doméstica paranaense. A estratégia era desenvolver a propriedade em nível de empresa rural. Para tanto, como veremos adiante, disponibilizavam para certa parcela das populações rurais o acesso a créditos com juros baixos, oriundos do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, Banco do Brasil S/A, Banco de Estado do Paraná S/A e outras redes bancárias particulares não citadas nos relatórios da Acarpa.

As modalidades de créditos, doravante nomeadas como o tripé financeiro da produção, difundida no meio social e apresentada enquanto uma estratégia “educativa” foi trabalhada de três formas: crédito rural supervisionado, orientado e juvenil; tinham delimitações com relação à destinação dos recursos.

O triângulo de investimento era definido segundo a expectativa da empresa rural. Portanto, se aplicou da seguinte forma: Supervisionado para o “melhoramento” da propriedade rural tendo em vistas a organização administrativa para a otimização de aplicação do recurso em atividades estudadas e definidas como rentáveis; Orientado, que foi dirigido às famílias que obtinham a prévia organização administrativa da propriedade mencionada anteriormente, com o fito de proporcionar integração da produção na “melhora” das condições de vida da família como um todo; e o mais importante para a efetivação do mecanismo da troca geracional, o “crédito rural Juvenil”, que segundo o relatório da ACARPA de 1964, “é o que visa possibilitar aos jovens do meio rural a aprendizagem da utilização do crédito, criando responsabilidades no cumprimento de culturas e criações técnicas e racionalmente orientadas” (ACARPA, Curitiba, 1964. S/P.). Contudo, é claro, também, o corte de classe presente na delimitação sobre a distribuição dos recursos.

Essas modalidades de crédito foram difundidas pelos técnicos agrícolas, agrônomos e agências de extensão rural e eram também supervisionadas pelos extensionistas rurais com participação dos líderes 4-S. É importante esclarecer que, os extensionistas prestavam treinamento na perspectiva de “ensinar” os “agricultores” a

lidarem com o crédito e também de incentivá-los a entrarem no universo do crédito. A combinação entre Crédito e “educação” eram partes do mesmo rol de interesses do projeto e as características do programa conjugava desde o gerenciamento do crédito rural à orientação técnica, econômica e social, objetivando o “aumento da produção e melhoramento das condições de vida do produtor rural” (CETI, São Paulo, p.33).

Ensinar, educar o nosso rurícola é mais importante que conceder-lhe crédito. Porque dando-lhe educação estamos lhe ensinando meios de melhor aproveitar bem os recursos que têm, estamos realmente atacando as causas de sua pobreza. Dando-lhes educação estamos também lhe ensinando como aplicar bem o crédito, o que é muito importante.

Estamos lhe abrindo novos horizontes, mostrando-lhe uma vida melhor, estamos lhe dando algo duradouro e que lhe será útil para o resto da existência.

Se, porém combinarmos os dois, Crédito e Educação, em esforço conjunto, bem equilibrado, o nosso trabalho será mais proveitoso que quando aplicamos cada um por si, sem conjugá-los, principalmente para aqueles que dispoem de poucos recursos financeiros e intelectuais, necessitam de amo. É o caso dos pequenos lavradores em nosso meio. A combinação fez do crédito um instrumento mais positivo para o incremento da produção e dá um sentido objetivo à educação, já que proporciona ao lavrador os elementos para levar a prática o que está aprendendo. Tornam-se, pois, ambos mais eficazes. Este é o Crédito rural supervisionado (CETI, São Paulo, sem data, p. 28). (CETI, São Paulo, p. 28).

O crédito rural combinado com “educação” rural oferecido pelas agências de extensão e Clubes 4-S, portanto tinha como finalidade agir sobre a “agricultura de subsistência”⁸⁰ ou mais especificamente a camponesa bastante presente nos anos de 1950, 1960 e 1970 que constituíam uma parcela importante da população nos países considerados menos desenvolvidos. O objetivo era sanar a agricultura de subsistência pelo fortalecimento das empresas que praticavam atividades agrícolas economicamente razoáveis. Pretendia-se que as empresas absorvessem as de subsistência, resultando possivelmente em sua desapareção no processo de industrialização (CETI, São Paulo, p.29).

Do mesmo modo, agia-se sobre as propriedades que produziam segundo padrões para a “subsistência” suprimindo os fatores limitantes, a fim de transformar a agricultura em um negócio rentável, ou seja, em verdadeiras empresas, que

⁸⁰ É importante acrescentar que a agricultura de subsistência definida a partir da agricultura comercial pode ser compreendida como um tipo de padrão mais dinâmico da agricultura financeira com características incipientes de um modelo empresarial.

propiciassem aumento dos excedentes, cujo preço recebido pelo produto fosse barato e rentáveis para o setor empresarial.

O relatório de um dos cursos de Extensão Rural intitulado “Noções de Crédito Rural e Aspectos Fundamentais do Crédito Rural Supervisionado” realizado na fazenda Ipanema, em São Paulo, apresentou os principais grupos familiares que poderiam desfrutar do programa de crédito rural difundido e orientado pelas agências de extensão.

TABELA 13: Classificação das famílias beneficiadas com o programa crédito rural supervisionado.

Classificação das famílias rurais em uma determinada área			
CLASSIFICAÇÃO	GRUPO A (Super – Marginais)	GRUPO B (Marginais)	GRUPO C (Sub-Marginais)
1.Posse de terras	Latifundiários, Grandes proprietários. Médios proprietários. Grandes arrendatários. Personalidade Jurídica.	Pequenos proprietários. Médios arrendatários. Médios parceiros. Alguns posseiros.	Minifundiários. Pequenos arrendatários. Pequenos parceiros. Posseiros. Trabalhadores rurais.
2.Capacidade de pagamento	Boa atual	Muito pequena atual, Boa potencial.	Escassa atual e potencial
3.Facilidades de crédito	Boas condições razoáveis. Não sabem como obtê-lo	As vezes conseguem em condições razoáveis. Não sabem como obtê-lo.	Não gozam de crédito em condições razoáveis, e não conseguem obtê-lo.
4. Produção	Boa para negociar, pequena para consumo. Razoavelmente eficiente.	Para vender e consumo, porém ineficiente para os recursos que têm.	Exclusivamente para consumo ou pequeno para venda. Muito escassa. Agricultura de manutenção.
5. Conhecimentos	Bons de administração. Bons ou escassos técnicos.	Escassos técnicos ou de administração.	Ignorados de administração escassos técnicos.
6. Condições de vida	Média ou acima da média. Participam da vida da comunidade.	Ruins, abaixo da média. Pequena participação na vida da comunidade.	Péssima. Má habitação. Má alimentação, má saúde. Escassa participação na vida da comunidade.

Fonte: Centro de Ensaio e Treinamento da Fazenda Ipanema (CETI), São Paulo, sem data. p.49.

O Crédito Rural Supervisionado teve como principal finalidade agir especialmente sobre as propriedades enquadradas no Grupo B (marginais) para não se tornarem parte do grupo C. As agências de extensão rural entendiam que a capacidade de aumento da produtividade deveria partir do investimento neste setor, uma vez que o grupo A já tinha maior participação no plano de modernização, e o grupo C eram praticamente os excluídos, porque seus modos de vida, suas propriedades pequenas e

sua produção essencialmente voltada para o consumo não atendiam aos princípios desejados pelo projeto que era o aumento da produtividade (Cf: CETI, São Paulo, p.49). Por outro lado, a não disponibilização de créditos ao grupo C poderia ser um indício de que esse grupo significava a mão de obra necessária especialmente para o complexo agroindustrial.

A avaliação de que o grupo C significava uma possibilidade de mão de obra nas indústrias pode ser complementado e/ou reforçada com uma passagem presente no encontro para treinamento dos extensionistas brasileiros (CETI, São Paulo). O trecho apresentado a seguir mostra o interesse no fornecimento de mão de obra do meio rural para as indústrias:

A depressão crônica baseia-se em um conjunto de causas, das quais podemos separar como principais, as seguintes:

a) O baixo poder de contratação da agricultura em relação a outras atividades humanas, com as quais a agricultura tem necessidade de realizar trocas.

b) O número excessivo de pessoas que exercem suas atividades na agricultura, sem possibilidade de exercer outra ocupação por falta de desenvolvimento nos outros ramos da economia (...).

(...) Analisando a situação econômica mundial é fácil constatar-se de que o papel ocupado pela agricultura é da maior relevância possível. Mesmo na denominada “fase industrial” de certos países, a importância da agricultura como provedora de alimentos e matérias primas dificilmente poderá exagerar-se. Por mais industrializado que seja um país, terá que manter equilíbrio justo e flexível entre a agricultura e indústria dentro de suas próprias fronteiras ou por meio de exportações. A agricultura, além de fornecer alimentos e matérias primas, provê mão de obra, através da população rural, e serve à indústria, também como consumidora de bens de consumo e de reprodução. O comércio sendo atividades intermediária depende logicamente das atividades primárias (CETI, São Paulo, p. 05-07).

A preferência por “agricultores” do grupo B indicou que era mais fácil conseguir convencê-los a mecanizar a agricultura, pois já possuíam certa relação com o mercado, certo excedente da produção, capital e condições para a quitação do crédito adquirido. O crédito rural era uma ferramenta importante, disponibilizada aos grupos que pretendiam e tinham possibilidades de se tornar “empresários rurais”. Na realidade observou-se que os estratos do grupo C não tinham condições de entrarem no processo, logo, não havia interesse nenhum em convencê-los. Aqui se avalia uma estratégia de ação, certo raciocínio seletivo que, por seu turno, é construído com base na própria experiência dos

técnicos da extensão e os dados produzidos também era utilizado na formação dos próprios extensionistas rurais.

Enquadrar-se no grupo B não era condição suficiente para ser incluso no programa de crédito rural, até porque, havia um limite das famílias que seriam atendidas pelo programa, ou seja, cerca de 75 famílias por equipe de extensionistas e, pretendia-se com o trabalho com tais famílias que esse modelo de produção seguisse pela iniciativa individual (CETI, São Paulo, p.35), servindo como exemplo as vizinhanças, estratégia que gerava menos custo para o programa.

Segundo o relatório do CETI, para serem incluídas nesse plano deveriam apresentar algumas condições, tais como: possuir titulação da terra, trabalhar dentro da área estipulada pelo programa para poupar tempo gasto pelos supervisores, morar na propriedade, serem compreensíveis e desejarem mudar sua vida. E o mais importante, não serem resistentes a mudanças, além de possuir ou arrendar uma área de terra como alternativa de renda suficiente, dedicar todo o seu tempo ou maior parte dele à agricultura (CETI, São Paulo, 50-54).

O beneficiário para ter acesso ao crédito deveria ser chefe de um grupo familiar, ser honesto e trabalhador e ter saúde, cumprir com compromissos, apresentar bom conceito, não possuir muitas dívidas. Para serem incluídas no programa, as famílias não deveriam possuir outros parentes vivendo na mesma casa. Deveria, sim, apresentar aspectos definidos de uma unidade familiar e parental, pois, desta maneira, apresentava melhores resultados nesses programas. Outro aspecto fundamental era o de possuir terras produtivas suficientes para exercer suas atividades durante o ano (CETI, sem data, p. 50). Como se pode ver, tratava-se da aplicação de um modelo de definição restrito sobre condições mínimas para a transformação de uma geração, e consequente substituição dela, para o modelo empresarial de agricultor ligado aos circuitos do mercado.

O tipo de empresário rural que se pretendia formar era aquele ligado aos circuitos do capital, vinculado ao mercado de dinheiro, ampliação do consumo, maior absorção de progressos técnicos, maiores lucros, trabalho com cálculo e administração da propriedade. Procurava-se formar empresas agrícolas ampliando a produtividade pela absorção de técnicas científicas, pelo aumento do rendimento agrícola em termos salariais, dedicação e incentivo a certas culturas que proporcionariam rendas melhores,

maior especialização da empresa para aumentar a produtividade (CETI, sem data, p. 02-03).

Por outro lado é importante lembrar que, o fato do projeto e a modernização buscarem transformar a agricultura de subsistência em empresarial, não significou que todos tenham se transformado em empresários rurais, pois a grande maioria das pessoas passou a viver numa dependência quase que sem limites do mercado e suas flutuações. Nesse sentido, segundo Silva, a “agricultura de subsistência” e as relações de produção não capitalistas em que elas se apoiam “além de ser produto do próprio movimento de expansão do capitalismo, constitui-se num dos pontos de apoio de sua efetivação, na medida em que, ao produzir à base de uma “economia de excedente” podem oferecer produtos e preços mais baixos no mercado” (SILVA, 1978, p. 09). Logo, essas relações de produção ao mesmo tempo em que constituí um limite a expansão da modernização, propicia condições a acumulação de capital pela interação entre os setores “atrasados” e “modernos”.⁸¹

Embora o projeto, por meio, por exemplo, do crédito rural, pretendia agir somente sobre áreas específicas, os extensionistas rurais não só atuaram na difusão e acompanhamento dos produtores ao manuseio e aplicação do crédito. Os extensionistas e economistas domésticas agiram para mudar os modos de vida da população rural e treinavam jovens em diversificadas habilidades características de um modo de vida capitalista ligada ao universo empresarial, tais como administração do lar, e da agricultura e instruções de contabilidade.

A escolha das famílias rurais “beneficiadas” com o programa de crédito rural era feito mediante um processo criterioso, por meio de acompanhamento dos supervisores. Os técnicos agrícolas criavam um conselho consultivo local, mais conhecido como conselho informativo municipal, comitê denominado “Ad-Honore”, comitê do Município, entre outras denominações. Com a finalidade de contar com o apoio da opinião local. Isto ocorria por intermédio dos seus líderes locais para a seleção dos candidatos “aptos” para receber o crédito supervisionado. As escolhas dos candidatos eram feitas pelo conselho, as informações deveriam ficar sobre certo sigilo entre os supervisores e líderes (substitutos dos extensionistas) para não criar opiniões contrárias aos princípios do programa e aos candidatos escolhidos (CETI).

⁸¹ Sobre esse assunto sugerimos procurar mais informações em José Graziano Silva sobre a estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura Brasileira.

Segundo dados do relatório CETI, as informações desses conselhos era o primeiro passo para o início de um programa de Crédito Rural Supervisionado, numa determinada área de trabalho (CETI, São Paulo, p. 53). Só para se ter uma ideia, no Paraná em 1968, dos 36 escritórios locais espalhados por todo o estado, a ACARPA contou com a colaboração de 36 conselhos consultivos locais, composto por 675 membros (ACARPA, 1968, p. 22).

O conselho consultivo local era um meio de controlar o acesso ao crédito, principalmente para os pequenos e médios produtores que se enquadravam aos objetivos do programa. A expectativa já era o de produzir culturas de interesses agroindustriais e introduzir o pacote tecnológico. Por isso, para assumir essa tarefa, deveriam apresentar algumas características que atendessem aos interesses das agências de modernização,

Em geral, os fazendeiros são os preferidos para tomarem parte no conselho; também, os gerentes de Bancos e Farmacêuticos ligados ao meio rural, tem se mostrado bons conselheiros, desde que sejam apolíticos.

Normalmente o número de conselheiros para cada município deve oscilar entre 8 a 12 membros. Este número é função da área de ação do Escritório Local e do município (CETI, sem data, p. 56).

A preferência dada aos extensionistas e líderes para a fiscalização do crédito rural demonstra que esse programa fazia parte de um trabalho com certo sigilo, pois as famílias selecionadas deveriam se tornar um exemplo para a comunidade, influenciar os vizinhos na adoção das práticas difundidas pela extensão rural, tornando-se, também, liderança da modernização. Seus beneficiados eram selecionados levando-se em conta o interesse das famílias rurais em liderar a modernização da agricultura. Seu trabalho de líder incluía organizar e influenciar a comunidade a seguir esse modelo de desenvolvimento. Esta elite era formada por grandes proprietários e comerciantes com formação. Assim, conjugavam-se duas ideias presentes nos aspectos educativos do trabalho de extensão. Por um lado, o sucesso financeiro e a formação técnica.

Um dos pontos apresentados pelo relatório e que demonstra um caráter estratégico de atuação ampla, é a adjetivação “apolítico” usado para se referir ao conselheiro financeiro. Mais uma vez, vemos a estratégia das ações da extensão, além disso, a transferência de encargos aos líderes rurais pelos extensionistas demonstrava certo interesse em fazer com as pessoas adotassem as práticas difundidas pelo projeto. Trata-se de um indício sobre as afinidades necessárias ao conselheiro com relação a modernização, porque se tratava de um projeto e enquanto tal a perspectiva das agências

era de difundir as ações da extensão, e realizar a reforma agrária no sentido de “tecnificar” o meio rural por meio do crédito rural (CETI, São Paulo, p. 12 e 49). Na verdade, pretendiam suprir a necessidade de uma reforma agrária efetiva, que tocasse na propriedade privada.

A política de crédito rural, adulto e juvenil, foi o instrumento efetivo da extensão rural para facilitar a modernização e potencializar a troca geracional. Não bastava só oferecer o crédito, para ser eficiente e conseguir cumprir com os objetivos do programa geral da “Revolução Verde”, combinava-se crédito com “educação”. Como vimos anteriormente, através dessa combinação, pretendia-se que os produtores rurais colocassem em prática as técnicas difundidas.

O crédito supervisionado, oriundo do BRDE, Banco do Brasil, outras redes privadas e do Comitê Nacional de Clubes 4-S destinado à família rural, especialmente aos jovens, foi um instrumento importante empregado pela ACARPA, para mudar os hábitos e os costumes das populações rurais. Afinal, não se podia esperar que da noite para o dia o agricultor fosse inserido na lógica empresarial da produção. Promover o contato com o capital financeiro mediado pelo extensionista e pelas atividades dos Clubes 4-S através das lideranças e conselheiros era uma estratégia de quebra de resistência dos produtores frente à aplicação do modelo empresarial de produção. Outras estratégias completavam este quadro permitindo uma atuação integral.

Através da disponibilização de recursos para o projeto de melhoramento do lar, por exemplo, visava-se a concretização dos interesses do complexo agroindustrial e a dinamização de culturas para a exportação. Pode-se dizer que, através da combinação destes produtos, mantinha-se um diálogo, ainda que estreito, com o costume familiar do agricultor. Quando abordarmos o tema a partir da atuação dos 4-S e da extensão rural na cidade de Marechal Cândido Rondon, no terceiro capítulo, esta questão será retomada.

O crédito rural direcionado ao melhoramento do lar possuía uma estratégia ampla. Sua aplicação, segundo o treinamento recebido pelas mulheres do campo, devia efetivar-se em melhoramento mobiliário e de cômodos tendo em vistas a transformação do ambiente doméstico. Assim, a casa representaria a vitrine da racionalização do processo produtivo. A eficiência e o conforto dos ambientes serviriam como incentivo para a otimização do processo e do tempo de produção. Vinculavam-se aos concursos realizados pela ACARPA para destacar o papel das lideranças no meio rural, e a estratégia de higienização dos ambientes usados pelos “agricultores”. A organização do

espaço doméstico era um princípio importante na visão das agências para a permanência de parte significativa da força de trabalho no campo, pois significariam mais conforto, saúde e disciplinarização do trabalhador. O crédito era o fator potencializador para a efetivação de novos hábitos de consumo e também visava criar certo padrão de convivência nesta modalidade.

A expansão da política de crédito rural foi uma estratégia, que em certa medida estimulou muitos “agricultores” a produzir conforme a demanda da exportação, voltada, principalmente, para a transformação industrial em detrimento de alimentos para o mercado interno. O crédito rural foi uma tática cunhada nos anos de 1957 e dinamizada pela ditadura para transferir recursos de outros setores da economia para algumas parcelas privilegiadas do setor agrícola como a burguesia agrária. Parcelas privilegiadas da produção agrícola como, por exemplo, a produção da soja e para a mecanização da agricultura, formaram o alvo mais alto desse tipo de política.

Essa estratégia pode ser identificada nos dados levantados pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) no ano de 1980, onde cinco dos principais produtos alvos de especulação financeira como o café, soja, cana, trigo e algodão receberam 49,6% do crédito de custeio enquanto produtos básicos e importantes para alimentação interna como o arroz, mandioca, milho receberam apenas 31,7% do total de crédito (IPARDES, 1985, p. 38).

Além da política de crédito rural subsidiado, outro elemento decisivo desse processo, foi à implantação da política de preços mínimos, de seguro agrícola e a de subsídios. Parte desses recursos beneficiou especialmente apenas certos setores, que não eram de forma alguma a pequena propriedade, camponeses, ocupantes e parceiros.

Segundo o IparDES,

(...) uma parcela considerável desses recursos se destinou a operações realizadas por não – produtores rurais – especificamente comerciantes e beneficiadores de produtos agrícolas, o que, aliás, tornou possível reforçar o controle do mercado desses intermediários.

Acoplado ao crédito rural, foi criado um tipo de seguro agrícola (seguro da dívida contraída e não de todas as despesas feitas com a produção) que beneficiou apenas os mutuários do crédito agrícola. Também uma política que se revela altamente concentradora de benefícios.

Houve ainda programas de subsídios diretos as atividades rurais que visaram, basicamente, baratear mais o preço de insumos de origem industrial, máquinas e equipamentos. Parcelado preço do produto industrial é, então, para com recursos do tesouro nacional. Praticou-se também uma política de taxas de juros reais negativas, muitas vezes

iguais à zero, para a compra dos mesmos bens industriais. O subsídio direto – em suma, recursos da sociedade desviados para o setor rural – provocou operações fraudulentas, que tiveram o seu exemplo mais significativo no escândalo do “adubo-papel”. Além dos subsídios ao crédito; os subsídios fiscais também cumpriram o seu papel nesse processo de capitalização de certos setores da produção agrícola, destacando-se o tratamento privilegiado concedido na declaração anual de renda, cujo resultado é uma ínfima participação desses setores na arrecadação tributária (IPARDES, 1985, p. 40).

As regiões apresentadas e selecionadas enquanto mais ricas e “dinâmicas” foram as mais contempladas pelo programa de crédito rural (Sudeste 33,6%, Sul 44, 1%, já o Nordeste apenas 12,5%). A estratégia de modernização, centrado no crédito subsidiado, nunca se afastou da perspectiva de integração de capitais entre o setor industrial e agrícola para a consolidação do Complexo Agroindustrial. Esse Complexo, segundo o IparDES, foi constituído pela indústria processadora da produção de origem rural e pelo setor agrícola, cada vez mais integrado e subordinado aos ramos industriais (IPARDES, 1985, p. 38).

As linhas de créditos possibilitavam o acesso dos “agricultores” aos insumos, adubos e agrotóxicos, através do financiamento das despesas de produção. Através da linha de investimento, vários “agricultores” puderam adquirir máquinas agrícolas e fertilizantes com maior facilidade a juros negativos e prazo para pagamento estendidos. Segundo o IparDES, a tecnificação da agricultura foi permitida pela queda do preço real, durante a década de 1970, e pelos subsídios ao crédito de investimento. O desenvolvimento da produção doméstica de tratores, também, esteve atrelado à internacionalização do capital produtivo de grandes empresas dos Estados Unidos, que manteve sua relação com o Brasil com a implantação de um setor automobilístico (IPARDES, 1985, p. 39-40).

Na década de 1970, o Paraná adquiriu cerca de 63 mil tratores no estado, sendo que 92,7% foram adquiridos pelos “agricultores”, 4,2% por arrendatários, já os ocupantes apresentaram uma participação baixa no volume de compra de tratores no período. Esse contexto coincidiu com o chamado “milagre econômico”, cuja fase era de extensa mecanização e disponibilização de créditos. Os dados do IBGE indicaram que os grandes e médios proprietários foram os mais favorecidos pelos créditos de investimento de ordem governamental e privados. Enquanto isso, podemos apontar como possibilidade deste fenômeno a existência de uma política clara de não liberação de crédito aos que pouco ou nada tinham de terras. Tratava-se de sujeitos que

compartilhavam uma experiência não exitosa nesse campo, avessos a esse tipo de racionalidade, profundamente atentos às transformações impostas ao seu modo de vida. Ser oposto a essas imposições era possível pela sua racionalidade que permitia avaliar, em grande medida acertadamente, o quão prejudicial à nova ordem lhes seria.

TABELA 14: Financiamentos obtidos no Paraná segundo grupos de áreas entre os anos de 1970 e 1985.

Financiamentos obtidos em cruzeiros (Cr\$) segundo grupos de área de lavouras – Paraná				
Grupos de área De lavoura (ha)	1970	1975	1980	1985
Menos de 10	92.056,00	479.933,00	5.099.085,00	290.413,00
10 menos de 100	221.876,00	2.485.039,00	22.657.328,00	1.640.523,00
100 menos de 1000	164.132,00	1.703.789,00	14.757.320,00	1.122.781,00
1000 e mais	10.948,00	173.840,00	1.815.764,00	86.543,00

Fonte: IBGE: 1970, 1980 e 1985. (Tabela organizada pela autora)

A década de 1980 apresentou o auge dos financiamentos obtidos em entidades públicas e privadas. Isso significou intensiva batalha pelo aumento da produção, e os créditos e financiamentos com juros baixos rolavam solto pelos Bancos privados e estatais. Porém, é importante lembrar que os dados fornecidos pelo IBGE possuem a especialidade de apontar sobre os principais grupos beneficiados com a mecanização da agricultura no Paraná.

A partir desses dados pode-se concluir que, entre os anos de 1970 e 1980, a maior parte dos créditos foram destinados para proprietários entre 10 a 1000 hectares, enquanto que os proprietários com mais de 1000 hectares receberam menor quantidade de crédito. Isso se deveu em função desses proprietários representarem a menor parcela de produtores rurais, em comparação dos demais grupos. Além disso, a maior parte das terras estava concentrada nas mãos de poucos. Esses fatores apontam para uma especificidade do projeto no estado. Os médios e grandes proprietários, para não caírem no grupo C, foram os mais incentivados para recorrerem massivamente ao crédito. Quanto mais propriedades os produtores rurais possuíam, e maior confiança e garantia de quitação do financiamento, mais recursos lhes eram disponibilizados.

O acelerado processo de transformação tecnológica no Paraná, durante a ditadura civil-militar, mediante disposição de crédito rural, apresentou ritmos diferenciados entre

as microrregiões. Este modelo de modernização significou um processo intensivo de difusão e fomento de um pacote tecnológico, que por sua vez, foi elaborado sob condições distintas em termos nacionais e regionais. De certa forma, tal distinção permitiu que fossem difundidas pelas associações e empresas que produzem segundo padrões das matrizes em sua maioria localizadas nos EUA e na Europa. Mas o trabalho da extensão era crucial para fornecer o entendimento acerca das especificidades de cada região.

No Paraná as novas tecnologias fomentadas pelas linhas de crédito e extensão rural chocaram-se com uma agricultura dotada de certa configuração socioeconômica e agroecológicas muito específicas. Eram potencialmente distintas daquelas difundidas pela extensão rural e pelo Estado. Os pequenos produtores usavam intensivamente os recursos naturais, praticavam queimadas e a rotação de terras para o cultivo na lavoura, fertilização natural do solo e realizavam o trabalho, com mão de obra especialmente familiar. Para impor o ritmo da modernização sob esta especificidade, os extensionistas invocaram a necessidade de transformação radical da agricultura de subsistência.

A agricultura assentada na pequena propriedade de base familiar sofreu o efeito desse processo. Pela sua diversidade cultural e produtiva, teve dificuldades para se ajustar a este modelo. As consequências desse processo foram sentidas com a expulsão de muitas famílias do campo a partir do aumento do volume de financiamentos e investimentos agrícolas. Nem sempre adequar-se ao novo modelo, garantiria permanência na terra, uma vez que a falta de recursos dos pequenos proprietários para aquisição de equipamentos e insumos inviabilizava a unidade produtiva e tornava-se geralmente antieconômica (BRUM, 1988, p. 96).

Cleide Maria Perito de Bem, produziu um trabalho de dissertação, chamado “Casas, Casebres e Condomínios: Segregação Espacial e Relações sociais nas formas de ocupação de São Braz, Um Bairro de Curitiba”, em 1992. Nessa dissertação, a autora discute o processo de expulsão dos migrantes do campo, principalmente durante um período em que o crédito rural no Paraná, apresentou um extraordinário crescimento.

Segundo Perito de Bem,

Os anos setenta foram promissores para esse mercado popular de terras, que se ampliou consideravelmente. Nesse período, consolidou-se o processo de modernização da agricultura no Paraná, que liberou grandes contingentes da população rural para as cidades. A taxa geométrica de crescimento da Região Metropolitana de Curitiba, no período 1970-80, foi de 5,78% a. a, subindo para 7,28% a.a se foi

considerado somente o crescimento urbano. A região Metropolitana de Curitiba foi a que mais cresceu entre as regiões metropolitanas do país. O crescimento demográfico, contudo, deu-se fundamentalmente em áreas periféricas. Assim, os municípios da Região Metropolitana que mais cresceram nesse período foram aqueles que tem seus limites com Curitiba. O crescimento de São Braz insere-se nesse processo. Enquanto Curitiba crescia a uma taxa de 5,20% a.a, São Braz tinha um crescimento de 13,80% a. a.

Os moradores antigos do bairro foram surpreendidos com a chegada desses novos moradores, que costumavam ser seguidos por parentes ou amigos. Estes, por sua vez, traziam outros conhecidos. Compravam dois, três lotes e chamavam a família, os parentes (fala de um morador antigo). Um aqui, outro acolá, foram formando as inúmeras vilas populares existentes hoje em São Braz: Vila Helena, Vila Rica, Vila Maria, Vila São Braz, Vila Carvalho, Jardim Montana. Jardim Senador entre outros (BEM, Curitiba, 1992, p.62-63).

A dinâmica da expropriação, segundo a autora, foi conjugada com uma estratégia de ocupação do espaço urbano que, de certa forma, já vínhamos discutindo. Tratava-se da conexão entre as necessidades apresentadas pela indústria, em termos de mão de obra, e o processo de seleção proporcionado pela definição do crédito operado no meio rural.

A expulsão de muitas famílias do campo paranaense ocorreu nesse mesmo contexto, em que, o Estado passou a ser o principal financiador do desenvolvimento econômico e conseguiu efetivamente garantir um excedente de mão de obra abundante para os centros urbanizados como o de Curitiba.

Através dos Clubes 4-S e da política de crédito rural, por exemplo, procurou-se intervir nos modos de vida dessa população e as técnicas produção no campo. Mas também, é importante lembrar que o mecanismo da troca geracional conjugado com a estratégia de preparação da mão de obra para a indústria, operada pelos Clubes 4- S, por exemplo, proporcionou este exército industrial de reserva que se instalou nas periferias da capital paranaense.

Com os Clubes 4-S e os créditos rurais, o Estado dispunha de instrumentos que lhe permitiu os meios para aumentar a produtividade, expandir a demanda por máquinas, equipamentos e insumos agrícolas. Esse processo acarretou mudanças expressivas no campo, tais como, a transformação de uma agricultura de subsistência em empresarial, através da mecanização, eletrificação, irrigação, conservação do solo, uso de fertilizantes e agrotóxicos e uso de sementes híbridas, selecionadas e fiscalizadas. Ocorreu, também, o aumento da produção de oleaginosa e em

consequência disso o desenvolvimento de um parque industrial, a dinamização de cooperativas atreladas ao setor de armazenagem, transporte e comercialização.

Nos anos de 1980, o Paraná se tornou o segundo maior produtor nacional da soja, só superado pelo Rio Grande do Sul. Por outro lado, as culturas do algodão, café, arroz, hortelã apresentaram uma grande redução na área plantada nos referidos dez anos. O espaço agrário paranaense, crescentemente disponibilizava extensas áreas de terras antes composta por áreas de pastagens, áreas de mata, bem como espaços antes ocupados por outras culturas, para o cultivo de uma oleaginosa que não substituía os nutrientes necessários da composição alimentar do país, nem mesmo garantiria permanência na terra e maiores distribuições de riquezas.

Além da incorporação de culturas como a soja que antes eram produzidos em poucas quantidades, o consumo de fertilizantes químicos atingiu cifras significativas a partir de 1970. A internacionalização da produção de fertilizantes foi mais demorada e incompleta do que a de tratores, máquinas e implementos agrícolas. O Paraná foi um dos estados com maior emprego de agrotóxicos e máquinas na lavoura. E concomitantemente a esse processo, o estado comprometeu-se em aprimorar a fabricação desse tipo de insumos em fins de 1974 (IPARDES, 1985, p.40).

Embora os limites da discussão, apresentados através da análise das fontes históricas, sobre o contexto agrário paranaense, apresentado pelo IparDES, sejam evidentes, ela nos permitiu avançar em termos de avaliação da especificação do projeto da modernização no Paraná. No próximo tópico, apresentamos uma avaliação sobre o projeto encampado pelo ETA, ACARPA e EMATER no Paraná.

2.4 A modernização e o papel do escritório técnico de agricultura (ETA projeto nº15) no Paraná.

Neste caso, o sistema extensionista começa a dar os seus primeiros passos e nem sempre com formas bem delineadas, ou precisamente determinadas. É o início da aplicação prática da doutrina extensionista. É um período difícil, pois há falta de esclarecimento da opinião pública, falta de pessoal dirigente, falta de experiência, etc. São obstáculos que obstruem a “descoberta” dos melhores caminhos e meios para se realizar o trabalho educativo. Por outro lado, nesta fase erros são cometidos. Porém, são erros quase que normativos, são admissíveis e passíveis de serem corrigidos. Uma das maneiras de se determinar se um país está neste período, com relação à Extensão rural, consistiria em comparar as unidades de ação de sistema extensionista com as necessidades do país, total da população, a

extensão territorial abrangida pelo sistema, etc. (CETREISUL, Campinas, sem data, p.03).

A instalação dos serviços de extensão rural no Paraná foi realizada mediante levantamentos prévios feitos pelo ETA sobre as regiões onde seriam instalados os escritórios e onde os objetivos da extensão poderiam ser supridos. Levantavam-se vários dados sobre a região escolhida para a atuação das agências de extensão. Tais dados se relacionavam a densidade demográfica, a forma da divisão das propriedades, a fixação do homem a terra e as condições legais das propriedades. Além disso, atentava-se para as condições de vida das populações rurais, topografia e clima, culturas predominantes, volume da produção agropecuária. Houve levantamento sobre as condições dos meios de comunicação, condições sanitárias e ausência de surtos infectocontagiosos. Para este órgão era interessante, também, levantar dados sobre a receptividade dos serviços por parte das populações e das autoridades locais, levando em consideração as condições de vida que a região poderia prover aos supervisores e supervisoras. Tudo isso era fundamental para que houvesse êxito no trabalho de extensão rural.

O Paraná foi um dos estados considerados como promissores para o desenvolvimento da extensão, pois atendia quase a todos os requisitos levantados pelos objetivos do programa de cooperação técnica. O processo de Colonização com a atuação das empresas Colonizadoras conjuntamente com as políticas do Estado, prepararam todo o terreno que possibilitou o início desses serviços no estado. O processo de titulação das terras, o desmatamento de extensas áreas de terras, a expulsão de posseiros e indígenas, as seleções feitas pelas companhias colonizadoras dos compradores das terras foram ações que beneficiaram o processo de difusão do pacote tecnológico. É importante dizer que, parte das preocupações levantadas pelos difusores da modernização, já faziam parte do horizonte de expectativas das companhias colonizadoras.

A atuação das instituições, relacionadas ao projeto de extensão, pode ser analisada enquanto instrumentos de base ideológica no Paraná, indicadores da modernização tecnológica e caracterizadores da “Revolução Verde”. O programa geral do Paraná era eminentemente assistencial de feição produtivista voltada não só para a qualificação da mão de obra, mas também para a organização e treinamento dos pequenos, médios e

grandes produtores para mudar seus costumes, para serem bons consumidores, administradores dos lucros e dos gastos.

Em vários estados do Brasil, antes mesmo da década de 1940, já existiram atividades isoladas que tinham como missão desenvolver o meio rural. A partir da década de 1940 com a intensificação dos interesses por parte das entidades governamentais e privadas estadunidenses, como a Associação Internacional Americana (AIA) de Nelson Rockefeller, bem como com o IBEC, pode-se dizer que ambas com ajuda da Fundação Ford e o Banco Mundial, foram um marco para o aprofundamento do capitalismo da agricultura no país.

O programa piloto, de Santa Rita do Passo Quatro em São Paulo e a Fundação da Associação de Crédito Rural, em Minas Gerais intermediadas pela AIA, repercutiram nacionalmente, influenciando na criação de experiências semelhantes em outros estados. Para possibilitar a modalidade de crédito rural supervisionado, a ACAR firmou acordo com a Caixa Econômica, entidade que contou com uma ampla rede de agências no interior.

Com a ampliação dos serviços de extensão no país, através do ETA, multiplicaram-se as sociedades de agricultura, exposições agropecuárias nacionais, as semanas ruralistas, as campanhas, os Clubes agrícolas, os cursos para fazendeiros, os cursos femininos, as missões rurais, o cooperativismo e outras. O governador do Paraná, ligado a autoridades municipais pretendia acompanhar a tendência nacional e a extensão rural desde a década de 1950 foi um ponto fundamental do plano de governo do estado. Segundo mensagem apresentada pelo governador Bento Munhoz da Rocha Neto⁸² (Membro da União Democrática Nacional (UDN), para a Assembleia Legislativa do estado do Paraná, o meio rural vivia um momento propício para o desenvolvimento da assistência rural (TAVARES, 2010, p.65)).⁸³ Bento governou o Paraná de 1951 a 1955, e chegou a ser Ministro da Agricultura, no período entre 1955 e 1958. Trata-se de um exímio quadro da oligarquia paranaense.

⁸² Segundo o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC/FGV) Bento Munhoz da Rocha Neto fez parte do departamento de engenharia da Caixa Econômica Federal, foi a favor da deposição de Getúlio Vargas. Verbete disponível no site <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/bento-munhoz-da-rocha-neto> acesso em Abril de 2016.

⁸³ Mensagem apresentada à Assembleia Legislativa do Estado por ocasião da abertura da sessão legislativa ordinária de 1957 pelo Senhor Bento Munhoz da Rocha Neto, Governador do Paraná. Curitiba – Paraná, 1951, p.06. file:///C:/Users/Marcos/Downloads/32114-118033-1-PB.pdf

Envolvido no projeto de modernização da agricultura do Paraná, Bento Munhoz criou um tipo de serviço similar ao da extensão rural, que era o das “casas rurais”. Observando as transformações na agricultura brasileira, os resultados positivos de aumento da produtividade com a inserção de outras culturas diferentes da do café, através das ações das agências de extensão, aproveitou a onda da colonização e procurou inserir o Paraná na “revolução agrícola moderna”⁸⁴

No contexto da ingerência das Fundações estadunidenses no país, Bento Munhoz enviou técnicos aos Estados Unidos e procurou implantar medidas para tecnificar a agricultura e a modalidade de trabalho desenvolvido na agricultura regional. Antes mesmo de o Paraná ter firmado o contrato com o ETA, o governo do estado desenvolveu medidas para envolver-se no projeto de modernização da agricultura propagado pelos Estados Unidos desde a década de 1950.

Segundo a EMATER-Paraná, o citado governador,

(...) implantou medidas visando à melhoria das condições de vida da população rural, tais como a criação da Fundação de Assistência ao Trabalhador Rural, à implantação das Casas Rurais e a lei do Fundo de Equipamento Agropecuário, dentre outras.

A Fundação, nesse período, era a principal organização voltada para o agricultor. Ela desenvolvia atividades como cursos de horticultura, corte e costura, habilidades domésticas e trabalhos manuais. Ministrava ensino religioso, alfabetização, higiene e recreação. Oferecia crédito para a aquisição de sementes, pequenas máquinas, adubos, inseticidas, fungicidas e meios de transporte. Por fim, prestava assistência veterinária, jurídica e médica e organizava Semanas Ruralistas e Clubes Agrícolas (EMATER, Curitiba, 2006, p16).

A difusão da modernização iniciou, portanto durante o governo de Munhoz da Rocha Neto. Em 1956 durante o governo de Adolfo Oliveira Franco⁸⁵, escolhido para

⁸⁴ Denominação usada pela EMATER para se referir a Revolução Verde.

⁸⁵ Eleito em 1º de maio de 1955 e presidiu o governo do Estado do Paraná até 31 de janeiro de 1956. Em 1938 foi consultor jurídico e procurador-geral da Caixa Econômica Federal do Paraná. Foi presidente do conselho regional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), paralelamente foi diretor-presidente do Banco Comercial do Paraná. Empossado em virtude da morte de Getúlio Vargas para dirigir a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil. Em 1956 reconduziu a presidência do Banco Comercial do Paraná. Ainda em 1956, foi designado membro da comissão consultiva bancária da Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc). Em 1961 foi nomeado membro do conselho de administração do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE). Em 1962 elegeu-se senador do Paraná pela (UDN). Foi escolhido representante do Senado no Congresso Nacional dos Municípios, realizado em Curitiba, e vice-líder de seu partido, função que exerceu até 1965. Em 1965 ocupou a presidência do diretório regional da UDN. Com a extinção dos partidos políticos pelo Ato Institucional nº 2 (1965), filiou-se à Aliança Renovadora Nacional (Arena). Em agosto de 1967 compareceu à Conferência Internacional do Café, em Londres, e em outubro seguinte participou no Rio

governador (1955-1956) pela Assembleia Legislativa do Paraná. Foi membro do conselho da Fundação de Assistência ao Trabalhador Rural. Nesta época, firmou-se um contrato entre Fundação de Assistência ao Trabalhador Rural com o Escritório Técnico de Agricultura (ETA), com a finalidade de dinamizar a produtividade agropastoril com o mesmo argumento e pretexto da extensão, que era “melhorar” as condições de vida da população rural.

Parte desse programa geral do projeto foi apresentado no relatório do ETA de 1956. Tratava-se de,

- a) Prestar assistência técnica aos lavradores e criadores, nos moldes de um serviço de extensão;
- b) Auxiliar os agricultores no levantamento da sua situação organizando planos para melhorar o aproveitamento de seus recursos;
- c) Orientá-los, tecnicamente, na execução desses planos;
- d) Instruí-los como obter crédito;
- e) Supervisionar o uso do crédito;
- f) Orientá-los na colocação de seus produtos;
- g) Promover a organização de sociedades de classe e atividades sociais;
- h) Assistir às famílias dos agricultores em economia doméstica;
- i) Treinar agrônomos, veterinários e supervisoras domésticas para execução desses trabalhos;
- j) Manter estreita ligação entre os agricultores e os serviços técnicos oficiais de forma que aqueles se beneficiem da assistência deste;
- k) Promover a obtenção de informações que permitam a apuração das necessidades da agricultura e dos progressos conseguidos;
- l) Manter um programa de propaganda audiovisual;
- m) Executar outros trabalhos que foram julgados necessários pelas partes contratantes (ETA, Curitiba, 1956, p.02-03).

O projeto contou como descrito acima, com diversas atividades que não só eram direcionados ao proprietário rural, mas a toda a família rural. De certa forma, como se pode observar, boa parte destas estratégias apareceu posteriormente na atuação dos extensionistas. Aqui, já se tratava de estreitar os laços entre os extensionistas e economistas domésticas, com as comunidades rurais. Estas ações eram fundamentais para alcançar as metas do programa. Através deste contrato, a extensão, então passou a

de Janeiro na XXII Reunião Anual da Junta de Governadores do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), conhecido como Banco Mundial, a principal agência financeira da Organização das Nações Unidas (ONU). Foi membro efetivo das comissões de Finanças e de Indústria e Comércio do Senado, foi ainda suplente das comissões de Economia, do Distrito Federal, de Projeto do Executivo, de Segurança Nacional, de Agricultura, de Ajustes Internacionais, de Legislação sobre Energia Atômica, de Constituição e Justiça, de Relações Exteriores e de Legislação Social, exercendo em 1970 a presidência desta última. É importante lembrar que foi membro do conselho da Fundação de Assistência ao Trabalhador Rural, presidente de Finasa Paraná-Santa Catarina Crédito e Investimento (CPEDOC, disponível no site <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/adolfo-de-oliveira-franco>).

atuar no Paraná, com a finalidade de criar mecanismos para adentrar no cotidiano dos produtores rurais.

É importante lembrar que, neste mesmo ano de criação do ETA projeto nº15, os serviços de extensão rural passaram a ser gradativamente nacionalizados. A constituição da ABCAR,⁸⁶ foi um exemplo claro disto, e os Estados Unidos cobiçavam que os países adotassem para si esses ofícios. Esta entidade permitiu um controle maior do acompanhamento das diretrizes e a preservação dos princípios da extensão, seguindo um padrão de extensão dos EUA.

Integrar a população brasileira ao modelo de desenvolvimento do capitalismo internacional foi objetivo do projeto político de JK, como se observou no primeiro capítulo. O Paraná seguiu esse modelo a partir dos anos de 1950 e assumiu o trabalho de extensão cuja, premissa passou a ser a “educação” rural atrelada ao fomento agrícola prestado anteriormente pelas chamadas “casas rurais”.

Os difusores da modernização recebiam treinamento técnico “educacional” especializado para exercerem suas funções. Os extensionistas precisavam definir quais os diferentes métodos a serem aplicados no campo de acordo com as peculiaridades de cada região e do processo de aceitação das mudanças pelos diferentes proprietários rurais.

Segundo um dos primeiros extensionistas rurais do Estado, Rubens de Moura Resende,

Em dezembro de 1956, recebe-se na faculdade de Agronomia a notícia de que um serviço novo seria implantado no Paraná. Não se sabia o que era somente que fazia parte de um convênio com os E.U.A., e o Ponto IV. O primeiro contato dos interessados foi entre o norte americano Jack Hansel [...], quando ficou explicado o que seria esse trabalho, já existente em Minas Gerais e Estados do Nordeste e iniciado há seis meses no Rio Grande do Sul. Era a Extensão Rural. De grande sucesso nos Estados Unidos da América. O único serviço similar na época era as “casas rurais”, no entanto os serviços que prestavam eram basicamente de fomento. Após uma seleção foi realizada um treinamento de cerca de três meses em Sorocaba, na fazenda Ipanema, do Ministério da Agricultura, da qual participaram além dos agrônomos também as moças que iriam prestar orientação às donas de casa do meio rural. Neste “pré-serviço” contamos com as orientações de grande número de técnicos norte americanos, funcionários do ETA (escritório técnico da agricultura) a maioria das aulas era através de tradução espontânea. Neste período tomamos

⁸⁶ A ABCAR passou a coordenar os serviços de extensão brasileira fundada pela confederação rural brasileira, o ETA, a AIA, o Banco do Brasil e outras entidades nacionais por convênio com o Ministério da agricultura. (EMATER, Curitiba, 1971).

conhecimento da filosofia da Extensão Rural (ACARPA/EMATER – PR, 1981, p.2).

Alguns pontos já discutidos nessa pesquisa são retomados nesse depoimento. Entretanto, para a proposta deste subitem, é importante esclarecer a apropriação da fonte no que concerne aos primórdios da extensão rural no Paraná. Além de mencionar o programa “Casas Rurais”, como modelo próximo ao que foi desenvolvido pela extensão, Rubens Rezende destaca que no Paraná, de certa forma, houve uma ampliação do serviço de extensão, que já era realizado em outras regiões do Brasil. Sobretudo, destaca-se a apropriação, por parte do extensionista, das premissas da extensão rural. Rubens dá o nome de “filosofia da Extensão Rural” a instrução recebida. O que denota sua dimensão “educativa”, além do que foi realizado pelo programa das “Casas Rurais”. Tal distinção, para além de um argumento de autoridade para o estabelecimento do trabalho extensionista, revela a dimensão doutrinadora da extensão.

A extensão rural, diferentemente de um trabalho de fomento, como os das “Casas Rurais”, teve algumas especificidades. Devido às experiências anteriores, o fomento agrícola não estava dando conta de modernizar a agricultura do país. Na visão da extensão, o meio rural não conseguia gerar matérias-primas, nem mesmo disponibilizar mão de obra suficiente e barata durante o processo de intensificação crescente da industrialização. Nesse sentido, não bastava somente propagandear a mecanização, difundir tecnologia. Para, além disso, a extensão e os difusores da modernização perceberam que era necessário criar mecanismos para adentrar na vida cotidiana da família rural.

Os extensionistas para cumprir essa função, foram preparados nos centros de treinamento, inicialmente no Centro de Teste e Treinamento da Fazenda Ipanema (CETI) em Sorocaba- São Paulo. O centro recebeu especialmente extensionistas do Paraná, Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, mas não só extensionistas como também padres da Igreja Católica (RIBEIRO, 2000, p.108).

A Fundação Assistência ao Trabalhador Rural, por exemplo, foi criada no início da década de 1950, pelo governador Bento Munhoz da Rocha Neto, para oferecer cursos de formações variadas aos “agricultores”. Os cursos iam desde o âmbito técnico formativo, como cursos de melhoramento agrícola, corte e costura, horticultura, habilidades domésticas e trabalhos manuais, até a difusão de cursos relacionados ao ensino religioso, alfabetização higiene e recreação. Além disso, a Fundação oferecia

crédito para aquisição de insumos e máquinas agrícolas. Organizava semanas e exposições ruralistas, e Clubes agrícolas.

Já em 1956 o ETA e a Secretaria de Agricultura do Estado do Paraná firmaram um acordo para distribuição de recursos para o desenvolvimento de trabalhos relacionados à extensão rural no Estado. Além dessas instituições, participaram do acordo o extinto Departamento de Fronteiras, que se ocupou da vigilância e monitoramento da região de fronteira do Brasil, e a Fundação de Assistência ao Trabalhador Rural. Cada uma das instituições disponibilizaria Cr\$ 1.000.000,00 valor estipulado no contrato que selara o acordo.

Porém, na realidade, cada instituição destinou “apenas” Cr\$ 200.000,00. Através do “novo” acordo, o ETA e as referidas instituições do Paraná, planejaram usar os recursos estipulados entre as partes contratantes, para incrementar o projeto de modernização, através do programa de extensão rural e economia doméstica. No entanto, segundo o relatório de 1956, os recursos combinados entre as partes nem sempre eram integralizados conforme o estipulado pelas instituições contratadas, como foi descrito anteriormente.

No primeiro contrato firmado pelo ETA, Secretaria de Agricultura do Estado do Paraná, Departamento de Fronteiras e a Fundação de Assistência ao Trabalhador Rural em 1956, o total estipulado entre as partes somaram-se 4.200.000,00 cruzeiros, no entanto os recursos realmente efetivados foram um total de 3.095.207,50 cruzeiros, sendo que cerca de Cr\$ 1.095.207,50, do total relacionado anteriormente foi adiantado pelo ETA (RELATÓRIO-ETA, 1956). Cabe lembrar que estes recursos foram repassados ao Estado do Paraná pelo Ministério da Agricultura, pois estamos nos referindo ao período anterior ao início do trabalho com o crédito rural.

Em 1957 estipularam-se recursos de 7.200.000,00 cruzeiros para o projeto, no entanto foram fornecidos cerca de 5.594.507,30 cruzeiros para sua execução, bem abaixo do esperado pelos agentes de extensão rural no Estado, pois exceto o ETA Brasil-Estados Unidos, segundo o relatório, as partes contratantes não integralizaram as cotas devidas ao fundo conjunto.

Observou-se nos relatórios que até 1959, grande parte dos recursos era advinda especialmente do projeto ETA: Brasil - Estados Unidos e Secretaria de Agricultura. E em menos proporção pelas Fundações de Assistência ao Trabalhador Rural e o Departamento de Fronteira. Essas informações demonstram que as agências dos Estados

Unidos foram as principais fomentadoras do projeto de modernização da agricultura regional.

Cabe destacar que estes recursos eram empregados na logística da implantação do projeto no Brasil. Boa parte destes recursos foram destinados aos deslocamentos de extensionistas, viagens, compra de materiais, pagamento de despesas com recursos humanos. Nos gastos mencionados nos relatórios de 1960, constam contratações de seguros, pagamentos de aluguel e diversos outros itens de expediente e custos de palestras. O saldo em conta mencionado pelo relatório, dividido entre as diversas instituições era de 20.490.916,00 cruzeiros.

Sob direção de Lívio Luiz de Almeida, o ETA projeto nº15 iniciou no Paraná a partir da instalação de 7 escritórios locais, sendo que três foram localizados no extremo Oeste do Paraná e os demais na região Centro Sul do Estado (ETA, 1956, p. 49). Ou seja, em Toledo, Foz do Iguaçu, São Mateus do Sul, Rebouças, Prudentópolis, Campo Largo e União da Vitória.

Foi a partir de 1957 que o programa de assistência técnica rural no Paraná observou que não bastava somente estimular os “agricultores” a comprar insumos e máquinas. Agora era necessário “educar” a família rural pelos métodos de extensão rural. Assim, ainda em 1957 o ETA projeto nº 15 criou, a partir da experiência dos Estados Unidos, uma metodologia que era os Clubes 4-S no Paraná, voltado para o treinamento da Juventude rural, para conseguir promover a aceitação por parte da população rural, principalmente das pessoas adultas avessos ao projeto de modernização. Os objetivos que baseavam seus trabalhos estavam relacionados à tentativa de convencimento das populações rurais, a mudarem seus hábitos de vida, alimentares, e sua cultura. Além disso, introduzir técnicas e tecnologias modernas na agricultura.

Muito além do que incentivar o uso de tecnologia, outras práticas agrícolas e hábitos, o programa de Clubes 4-S difundia o desenvolvimento da compreensão para trabalhar coletivamente junto à família e comunidade. Segundo o livro Clubes Agrícolas,

(...) Quanto maiores à amizade e a camaradagem entre os elementos do mesmo grupo, mais garantido se torna o sucesso dos respectivos empreendimentos. Possuindo, todos, a consciência formada em torno dos seus deveres e obrigações, cada qual se sentirá mais feliz em trabalhar e obedecer para realizar e construir, pois, dessa forma, o princípio de desigualdade entre chefes e subordinados desaparecerá absorvido pelo amor à disciplina. Somente assim se aprende a mandar

e a ter a noção perfeita das obrigações assumidas com um cargo de confiança e responsabilidade (LAVOR, 1958).

A constituição de “novos” sujeitos é o que a extensão pretendia desenvolver. Ou seja, o bom trabalhador, aquele que serviria o patrão e que colaboraria para a manutenção da disciplina, ou seja, da estrutura da dominação. Mas que ao mesmo tempo, preparavam sujeitos para se adequar as transformações tecnológicas e culturais decorrentes do desenvolvimento do capitalismo.

Além disso, atuaram na preparação de jovens responsáveis por conduzir e liderar o projeto de modernização. Trata-se de sujeitos cujas características principais, assinalavam aos extensionistas e economistas domésticas que era mais fácil conseguir convencê-los a mudar de mentalidade, adotar novas práticas e apoiar o projeto de modernização. A família rural era o centro a partir do qual se esperava efetuar as transformações, mas os jovens foram identificados pelo método como principais sujeitos capazes de transformar a agricultura de subsistência em modernizada e mecanizada.

Era de extrema importância para o sucesso do projeto, convencer cada uma das pessoas que compunham uma família: o lavrador, sua esposa e os filhos. Para convencer e congregar a família rural nos princípios do desenvolvimento da agricultura a extensão rural preparou e selecionou líderes,⁸⁷ procurou doutrinar os jovens, regular e disciplinar as relações entre os sujeitos do meio rural.

A ênfase na organização é definida da seguinte forma pelo ETA,

A atuação educacional da extensão rural, não visa o homem como simples unidade de produção, ou apenas como indivíduo isolado, mas sim, como participante de uma comunidade, onde possui responsabilidades e para cujo bem estar deve influir e colaborar, o que, é evidente, requer uma organização específica, que embora sem características formais, venha contudo disciplinar e regular as relações do indivíduo com a sua comunidade, e desta com os indivíduos que a constituem.

Infelizmente, na sua quase totalidade, as comunidades rurais do Estado possuem tão somente uma organização incipiente, quando não se verifica a ausência total de organização. O nosso homem do campo, mercê do tradicionalismo paternalista que reduz o espírito comunitário à menor unidade social – a família - vive normalmente num

⁸⁷ A partir da análise do relatório da Acarpa produzido em 1966 verificou-se que a preparação dos líderes era feito mediante treinamentos tecnológicos e doutrinários porque eles eram à base do trabalho de extensão rural. No caso dos jovens rurais os líderes prestavam cooperação voluntária e auxiliavam na organização dos Clubes 4-S e na manutenção das atividades prestadas pelas mesmas.

isolacionismo quase total, alheio aos problemas que requerem solução conjunta.

Em consequência, os supervisores do Escritório Técnico de Agricultura - projeto nº 15, procuram, com todos os meios ao seu alcance, desenvolver uma intensa ação educativa, visando despertar e desenvolver o espírito comunitário, ressaltando os aspectos de relações de vizinhança, conceitos de civismo, cidadania e democracia, e a sua conseqüente aplicação no desenvolvimento da comunidade, cooperação com organizações cívicas, educativas, recreativas, agrícolas, cooperativistas, etc, e ainda princípios de justiça e compreensão mútua (ETA, 1957, sem nº pg).

Como mencionado anteriormente, a ênfase na organização é clara. Os objetivos organizativos foram destacados tendo em vistas as premissas relacionadas ao que se pode nomear de “exercício da cidadania”. Porém, mais do que isto, ao adentrar nas especificidades destas premissas, percebe-se um esforço incontornável em organizar a sociedade civil a partir de determinados padrões e modelos. Assim, tal esforço seria conduzido, conforme se pode abstrair do trecho citado, a partir do desenvolvimento e aplicação de certa cordialidade nas relações com a sociedade.

O ETA e posteriormente a ACARPA, como veremos a seguir, no caso paranaense, apresentavam-se como agentes capacitados para “educar” os “agricultores”. Era a voz da “verdade” frente ao contexto de modernização, combinado com o capital internacional, o que procurava romper com o “atraso” rumo ao “progresso”. Essas agências constituíram-se enquanto legítimos representantes de certo ideal de “desenvolvimento”, até mesmo enquanto autoridades capacitadas para promover as transformações.

As principais atividades realizadas nestes primeiros anos são apresentadas pela tabela abaixo:

TABELA 15: Relação de atividades realizadas pelo ETA projeto nº15 no Paraná, entre os anos de 1956 e 1959.

Métodos	1956	1957	1958	1959
Contatos efetuados produtores rurais (escritório e/ou fora)	333	1.636	1.576	2.866
Visitas às famílias rurais	1.775	4.422	4.651	4.718
Demonstrações (individuais e/ou em grupo)	252	1.340	1.876	2.381
Reuniões	148	229	258	665
Excursões	8
Divulgação (Boletins, folhetos, imprensa, rádio).	86	4.715	8.712	12.031
Projeções cinematográficas	71	38

Fonte: Relatório do ETA projeto nº15 de 1959.

É importante assinalar que nesses primeiros anos da extensão rural, além dos métodos para modernizar agricultura atrelada aos estabelecimentos de contatos, vários projetos passaram a fazer parte do itinerário da extensão rural no Paraná. Os projetos eram divididos em Agricultura, Economia Doméstica e contavam com visitas às famílias e demonstrações.

Os projetos de agricultura voltaram-se para construções e melhoramento de casas rurais, conservação do solo, correção do solo, adubação, mecanização agrícola, melhoramento de culturas, horta e pomar, combate a pragas e doenças das plantas, melhoramento de rebanhos, armazenamentos e conservação, entre outros. Na área de economia doméstica eram realizadas atividades para o melhoramento do lar, vestuário, alimentação, indústria caseiras, relações familiares. Já as atividades em conjunto compreendiam a organização e planejamento da propriedade, saúde e saneamento entre outros.

Essas atividades continuaram, embora durante o processo de “nacionalização” da extensão rural houvesse mudanças de nomenclaturas das agências e até mesmo dos projetos. Ao longo dos anos, houve muitas transformações na estruturação dos serviços de extensão, tendo em vista que estes passaram a ser organizados a partir das agências governamentais, apesar de manterem uma organização interna autárquica. É importante dizer que, apesar das mudanças de nomenclaturas, conservaram-se as premissas de organização já estabelecidas em períodos históricos anteriores. Algumas destas transformações serão abordadas a seguir.

2.5 A Acarpa e a “velha” retórica do aumento da produção

Neste caso, o sistema extensionista, tendo em vista as experiências, dificuldades, percalços, etc., encontrados no primeiro período, começa a se desenvolver em base mais uniforme, com organização característica, etc. Este período tem seus problemas peculiares, próprios a qualquer fase de desenvolvimento de um sistema. A expansão será feita com base no complexo de fatores ligados à realidade rural e organização político-administrativa do país, inclusive, a sua formação histórica, características de sua herança cultural, etc. Em consequência disto, o sistema de extensão rural em um país não poderá ser a cópia fiel do que neste sentido, se realiza em outro país. Embora possamos aprender muito com as experiências que estão sendo realizadas alhures, não estamos livres de modificá-las, inclusive nas suas conclusões, para, posteriormente, adaptá-las às circunstâncias do meio em que ora operamos. Neste período, a

Extensão Rural, sem que contrarie seus princípios filosóficos e doutrinários, começa adquirir “feições” próprias ao país ou regiões em que está sendo aplicada (CETREISUL, Campinas, sem data, p 03).

Com a criação da Acarpa, em 1959, a extensão rural passou a contar com 14 escritórios no Paraná. Dentre eles, destacamos o de Campo Largo, Irati, Prudentópolis, Rebouças, Rio Azul, São Mateus do Sul, União da Vitória, Clevelândia, Foz do Iguaçu, Pato Branco, Toledo, Campo Mourão, Londrina, Maringá.

A partir de 1959, o ETA projeto nº 15 e a Acarpa, ganharam maior receptividade e contaram com abertura de espaços por alguns municípios através dos convênios feitos com as prefeituras municipais de Londrina, Campo Mourão, Pato Branco, Irati, Toledo e Clevelândia. Tratou-se de uma possibilidade de ampliação dos serviços de extensão, da manutenção e sua continuidade no estado (ETA-projeto 15, 1959, p. 02).

Nesse contexto, com a maior abertura e ampliação das receptividades municipais, também aumentou o saldo existente para financiamento dos serviços, somando em 1959, cerca de 18.087,60 cruzeiros arrecadados. A partir de 1959, a Acarpa contou com apoio da Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural, Secretaria de Agricultura do Estado do Paraná. A Secretaria intercambiou informações técnicas e forneceu sementes e materiais agrícolas para demonstrações.

Também a Divisão Florestal da Secretaria de Agricultura, Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas, Departamento de Produção Vegetal, Departamento de Ensino Superior, Técnico e Profissional, Campanha Nacional de Educação Rural, Escola Superior de Agricultura e Veterinária do Paraná ofereceram cooperação técnica e científica à Acarpa.

A Federação das associações Rurais do Paraná através do intercâmbio técnico, e o Conselho Regional do Serviço Social Rural, Conselho Coordenador do Plano de Desenvolvimento Econômico do Paraná, também intercambiaram técnicos e administradores. A United States Information Service (USIS), que existiu aproximadamente entre os anos de 1953 a 1999, por sua vez, forneceu cessões de filmes “educativos” para serem divulgados nas áreas de atuação dos serviços de extensão. Tratou-se na realidade de uma agência, cuja função era “racionalizar” os programas de informação na América Latina e defender e influenciar internacionalmente as políticas dos Estados Unidos.

Além disso, o Serviço Especial de Saúde Pública e a Inspetoria Regional do Fomento Agrícola no Paraná cooperaram com a ACARPA, através do fornecimento de sementes e máquinas agrícolas para fins de demonstrações. A Inspetoria Regional de Defesa Sanitária Vegetal do Paraná forneceu inseticidas, fungicidas, pulverizadores e polvilhadeiras, para demonstrações. Participaram do suporte a extensão rural nesse período, os agrônomos que faziam parte da Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná (ETA projeto 15, 1959).

O programa de extensão envolveu a execução de contatos através das visitas às famílias rurais, demonstrações, reuniões técnicas e divulgações na imprensa, especialmente na rádio, excursões, bem como programa médico mantido pela Acarpa em conjunto com os postos da Secretaria de Saúde Pública, atendia-se a população do meio rural.

Para dar maior impulso aos serviços de extensão do Estado e prosseguir com as atividades do projeto, em 1960, a ACARPA realizou um convênio com o poder executivo estadual, mediante fornecimento de grande soma de recursos financeiros. Este contrato estipulou cerca de 1.400.000,00 cruzeiros, empregados ao serviço de extensão rural. Inclusive, a partir de 1960, o Instituto Brasileiro do Café, começou a investir neste setor, além de outras entidades privadas (ACARPA 1960).

A partir de 1963, a Acarpa passou a trabalhar com 3 escritórios regionais e 15 escritórios locais, abrangendo 23 municípios do estado. Cada escritório era composto por um engenheiro agrônomo, uma supervisora doméstica e uma secretária. Lapa, Irati e Toledo passaram a compor os escritórios regionais. Com relação aos escritórios locais faziam parte os municípios: Lapa, Pilôto, Araucária, Campo Largo, Rio Negro, Irati, Imbituva, Palmeira, Rebouças, S. Mateus do Sul, União da Vitória, Toledo, Cascavel Marechal Cândido Rondon e Guaíra (ACARPA, 1963).

Entre os anos de 1956 e 1963 os serviços de extensão rural eram executados com algumas barreiras. Os relatórios da Acarpa do Paraná indicavam grandes dificuldades em termos de financiamento, acessibilidade às populações rurais aos recursos que pudessem viabilizar o projeto de modernização. A retirada da AIA do cenário financeiro da extensão rural brasileira, já mencionado no primeiro capítulo, é um dos indícios de que a maior parte dos recursos vinha de fora. Quando a AIA deixou de atuar no Brasil, a extensão enfrentou vários problemas de ordem financeira, principalmente no que concerne a contratação e demissões de funcionários locais.

Além dos serviços prestados pela Acarpa até 1962, havia somente quatro Clubes 4-S destinados aos jovens do meio rural. Entre esses Clubes havia um em Campo Largo e outro na região Oeste do Paraná, mais especificamente no município de Toledo. Neste município, o Clube 4-S, denominado “Avante”, criou uma sede própria em 1960. Tratou-se, segundo o relatório da Acarpa, de um grande empreendimento no Brasil. Mas também é um indício de que parte da população rural no Oeste do Paraná começou a assimilar o projeto de modernização.

Segundo a ACARPA,

Sede própria do Clube 4-S “Avante”

O Clube 4-S “avante”, constituído na localidade de Nova Concórdia, Município de Toledo, por iniciativa da equipe de supervisores locais da ACARPA, inaugurou em data de 29 de maio de 1960, a sua sede própria. Trata-se da primeira realização dessa natureza, em todo o Brasil, e cuja consecução, que foi decorrência da colaboração espontânea e desinteressada de agricultores, comerciantes, indústria e autoridades do Município de Toledo, constitui um edificante exemplo de quanto é capaz a colaboração e o espírito comunitário de uma coletividade rural (ACARPA, 1960, p.04).

Não é pouca coisa que o primeiro Clube a contar com sede própria tenha se constituído no Oeste do Paraná. Se tomarmos por base o acúmulo de discussões que realizamos até agora, trata-se de uma parceria de longo fôlego que já nos estertores da extensão rural foi assimilado pela região. Como se sabe, a metodologia de trabalho dos Clubes 4-S previa aproveitamento de recursos próprios. Ou seja, a constituição de um Clube com sede própria, o primeiro da modalidade a contar com tal recurso no Brasil, é um indício importante da força de assimilação da doutrina dos Clubes na região.

Os Clubes 4-S na região Oeste do Paraná constituíram-se num projeto que recebeu grande apoio por parte das autoridades municipais, além de gozar do apoio de certos “agricultores” e associações locais. Inclusive, quando ocorreu o encerramento de alguns escritórios locais, em 1961, entre eles Foz do Iguaçu, Campo Mourão, Londrina, Pato Branco e Toledo, houve reação por parte das autoridades e sociedade civil de Foz e Toledo pelo interesse em manter a execução dos projetos na região, como comentado no início do capítulo. Porém, havia notórias dificuldades na prestação do serviço de extensão local.

Segundo o relatório da ACARPA, produzido em 1961,

Os principais fatores que exerceram predominante influência na decisão de encerrar os trabalhos de Extensão naquelas áreas foram:

- a) Concordância com as conclusões da comissão de avaliação da ABCAR, que esteve no Paraná em 1959;
- b) Má distribuição geográfica em relação ao escritório central;
- c) Localização de difícil acesso, não permitindo normal supervisão;
- d) Precários meios de comunicações
- e) Elevado custo de manutenção em relação ao valor-produção das atividades (exceto Toledo cujo ilhamento contrariou sua manutenção mesmo sendo área de excepcional alcance econômico) (ACARPA, 1961).

As dificuldades de supervisão desses serviços e a falta de investimento no setor foram as principais justificativas para a manutenção da extensão rural em algumas localidades no Oeste do Paraná em 1961. Como apresentado em discussões anteriores, o fechamento desse escritório coincidiu com a retirada da AIA da ABCAR. Em Toledo, por exemplo, já havia sido criados Clubes 4-S e isso significou um avanço com relação à incorporação do projeto. Ao mesmo tempo, notamos, na citação acima, que neste contexto, uma das dificuldades mencionadas era a difícil supervisão por conter extensas áreas e distritos longínquos. Dentre outros problemas e/ou justificativas, dizia-se que o projeto poderia gerar resultados não esperados e certa distorção dos princípios da ideologia extensionista baseado no modelo difusionista inovador.⁸⁸ Ou seja, a resistência dos produtores, também considerados como agentes do processo, portanto, é mencionada como potencialmente importante. Trata-se de um dos óbices ao projeto de modernização, mencionado por Linhares e já tratado no primeiro capítulo.

De qualquer modo, embora os documentos da Acarpa sejam permeados de contradições e meios para justificar o fechamento dos mencionados escritórios, o propósito não era culpabilizar a Fundação Rockefeller, Fundação Ford, Aliança para o Progresso pelas demissões em massa de funcionários contratados pelas Associações de Créditos no Paraná e pelo encerramento dos atendimentos técnicos no meio rural. Enfim, o que temos visto é que, a partir da entrevista realizada com Rodolfo Steindorf, em 1963 foi reaberto o escritório regional da Acarpa no município de Toledo no Paraná, e um dos motivos que levou a isso foi à presença de um extensionista que tinha domínio da língua alemã, uma vez que a grande maioria da população residente do meio rural da região Oeste, por exemplo, somente se comunicava através dessa língua. Além disso, Rodolfo tinha facilidade de aproximação junto às famílias rurais.

⁸⁸ EMATER. 2006, p. 35.

O trabalho do extensionista justificou suas atividades através da noção de que os métodos modernos e racionais iriam aumentar a produtividade, o bem-estar das famílias e evitar, com isso, o êxodo rural. A meu ver, a principal finalidade de trabalhar com a população do campo, não constituiu simplesmente em controlá-los ou mantê-los no campo, mas sim na formação de novos hábitos e de um novo sujeito tendo em vistas a troca geracional no meio agrário brasileiro.

Os Clubes 4-S e os diversos eventos organizados que vão desde exposições, excursões, projeções de filmes, até torneios esportivos, encontros culturais, comemorações cívicas e demonstrações de resultados eram parte do programa que pretendeu promover mudanças das técnicas de trabalho e produção dos “agricultores”. A demonstração de resultados era o carro chefe da atividade de supervisão técnica da extensão rural.

Segundo o relatório da ACARPA de 1963,

“Demonstração de Resultados” é um método comparativo provando que determinada prática é melhor e mais produtiva que outra. O agricultor sob a supervisão do extensionista realiza esta demonstração dentro de sua propriedade servindo de exemplo assim aos vizinhos e amigos que por ventura ainda não adotam métodos racionais.
(...) Também as esposas dos agricultores realizam sua “demonstração de resultados” mostrando às vizinhas os melhoramentos do seu lar que executaram sob a orientação da supervisora doméstica, incentivando desta maneira, suas amigas a seguirem seu exemplo (ACARPA, 1963, p. sem pg).

Podemos dizer que estamos diante dos “primórdios” do que hoje conhecemos como “Dia de Campo”. A citação apresentada anteriormente permite visualizar que a ênfase na doutrinação é relativamente clara. Estabelecer métodos de comparação entre vizinhos, significava em alguma medida a tentativa de capturar a subjetividade dos pequenos e médios produtores rurais para o projeto da modernização segundo certo espírito de comunidade.

O espírito de comunidade, na visão daqueles que implementaram o processo de modernização era importante, porque oportunizava a difusão das novas técnicas com maior facilidade, gerando, assim, maior aceitação entre vizinhos e amigos. Porém, o espírito de comunidade poderia ser importante justamente para o contrário, ou seja, compartilhar a experiência e fortalecer a não aceitação da difusão de técnicas, costumes e hábitos. É bom lembrar que a união entre a comunidade poderia, por outro lado, tornar uma família ainda mais impermeável às novas técnicas, a partir do momento que lhe

permite compartilhar com seus membros a importância de conservar o modo de vida que lhes é comum e partilhado há muito tempo. Portanto, a extensão usava ferramentas para atingir as comunidades, seja através das demonstrações, exposições, competições e formações de lideranças. Era um meio de despertar o interesse em adquirir modernas práticas (ACARPA, 1963).

Havia apenas 10 Clubes existentes em 1963 no Paraná. Já em 1964 o estado passou a contar com 54 Clubes, sendo que 38 desse total estavam localizados na região de Toledo envolvendo os municípios de Cascavel, Marechal Cândido Rondon e Guaíra. Em 1969 chegou ao número máximo de Clubes 4-S existentes no estado apresentando uma estimativa de 328.

TABELA 16: Relação de Clubes 4-s no Paraná, entre 1956 e 1977.

Ano	Nº de Clubes 4-S	Ano	Nº Clubes 4-S
1956	0	1967	164
1957	4	1968	226
1958	4	1969	328
1959	4	1970	134
1960	4	1971	164
1961	Sem dados	1972	157
1962	6	1973	217
1963	10	1974	112
1964	54	1975	109
1965	63	1976	95
1966	65	1977	Sem informação/ algumas cooperativas Assumem o trabalho com a juventude.

FONTE: Relatórios do ETA projeto nº15 e da Acarpa (1956-1977).

Com o golpe civil-militar ocorrido em 1964, o Estado viabilizou a liberação de maiores recursos financeiros para execução e ampliação desses serviços no Paraná. O projeto de Crédito Rural Orientado, Supervisado e o Crédito Rural Juvenil possibilitaram o salto para o empreendimento da extensão rural.

Os créditos foram considerados o meio mais eficiente de “melhorar as condições socioeconômicas das famílias rurais” e aumentar os rendimentos e exploração rural.⁸⁹ As fontes de crédito dos projetos com os jovens provinham do Banco do Brasil S/A, Banco Regional de Desenvolvimento Econômico e do “fundo rotativo” do Comitê

⁸⁹ Ver ACARPA, Curitiba, 1964.

Nacional de Clubes 4-S. Ainda recebiam apoio do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário, o INDA, e prefeituras.

O modelo difusionista e o método de aprender fazendo, característico da sociologia rural estadunidense, ampliaram-se profundamente, inclusive vários projetos foram executados pela ACARPA a partir da ditadura. Dentre eles, destaca-se o projeto da cultura do arroz, café, erva mate, batata, feijão, milho, trigo, horticultura, pomar comercial, suinocultura (em maior parte no Oeste do Paraná), gado leiteiro, organização e planejamento, alimentação, melhoramento do lar, higiene, saúde e vestuário.

Difundidos de diversificadas maneiras como cinemas, jornais, palestras, folhetos, rádios, folders, informações verbais e, principalmente, nos eventos realizados pelos Clubes 4-S, como veremos no próximo capítulo, a soja, o sorgo, o milho e a suinocultura passaram a constituírem nos principais produtos incentivados na região. Inclusive, no Oeste do Paraná nos anos de 1970, contaram com festas, cursos e encontros da soja, programas governamentais como “dia da produção” para incentivar a sua produção e implantação.

A partir de 1967 o projeto de economia doméstica passou a desenvolver atividades atreladas a utilização da soja na alimentação e ampliação dos projetos relacionados à construção de privadas, melhoramento dos poços, confecções de colchões e reforma das casas. A Acarpa com incentivo da USAID conduziram em 1966 experimentos sobre a cultura do sorgo no Oeste do Paraná, além disso, participou de treinamentos na área extensionista. Os experimentos com o sorgo, na época, demonstraram que havia boas perspectivas para a agricultura e suinocultura local. Principalmente pela rentabilidade e uma possibilidade de complementação ou em épocas de escassez do milho. Tratava-se de culturas de interesse empresarial e industrial que visavam a exportação, que inclusive eram apoiados com recursos do OIC.⁹⁰

A Acarpa também atuou na organização e assessoramento de Sindicatos e Cooperativas. No Paraná vários sindicatos de empregados rurais foram formados a partir do convênio entre a Federação de Agricultura do Paraná, tendo a Acarpa como executora. Cabe observar que em Marechal Cândido Rondon o Sindicato Rural foi organizado a partir do convênio com a Acarpa em 1966 (ACARPA, 1966). Além dos sindicatos a Acarpa contou com um projeto de associativismo para reorganização de cooperativas e doutrinação de técnicos e líderes para sua formação. A maior parte dos

⁹⁰ Ver ACARPRESS, nº08/01/73.

recursos disponibilizados para o aprimoramento dos projetos agrícolas e para a formação das cooperativas era adquirida pela ACARPA.

Várias empresas comerciais como Quim Brasil, Adubos Paraná, Singer, Agrocere e a Bayer apoiaram o projeto e ofereceram premiações aos quatroessistas que se destacavam nas exposições e competições. Além disso, eram oferecidos diplomas de “melhor agricultor do ano” e os mais variados prêmios oferecidos por autoridades estaduais e entidades particulares àqueles que tinham interesse pelo projeto da modernização da agricultura (Cf: ACARPA, 1964)

A Shell, Bayer, Dupont também prestavam auxílio na divulgação de técnicas e tecnologias através dos meios de comunicação que atingiam um grande público, tais como o setor de projeção de filmes. A Agrocere ofereceu ao programa de extensão rural sementes de milho híbrido para execução dos projetos de milho nos Clubes 4-S (ACARPA, 1965).

Eram inúmeras as instituições públicas e privadas que articuladas a ACARPA participaram e apoiaram o projeto de modernização da agricultura. Em 1969 a ditadura civil-militar, lançou a campanha da soja e os Clubes 4-S executaram exposições para incentivar os médios, mas principalmente os pequenos produtores a introduzir a soja no meio rural. É interessante observar que a soja é nomeada de “feijão soja” porque embora era um produto ainda pouco conhecido na região, o modo como era exposto nos meios de comunicação poderia ter menos impacto e maior aceitação no momento das visitas feitas pelos extensionistas no meio rural e também nos Clubes 4-S.

Segundo a Rádio Difusora,

Governo lança a campanha do Soja

O feijão soja é uma das principais culturas de nossa região. (...). Desde há muito tempo se espera a palavra oficial do governo de incentivo e explicação à nossa gente que deve saber mais sobre a importância da cultura do soja. O soja tem recebido boa colocação entre os gêneros alimentícios e, especialmente no setor industrial vem tendo um aproveitamento incrível. Por isso, plantar soja não é arriscar. (...). Dia 12 de outubro, domingo, na localidade de São Miguel município de Toledo haverá uma exposição 4-S, levada pelos Clubes 4-S daquela região. Nesta ocasião, estarão presentes os senhores secretário da agricultura do Paraná, o diretor executivo da acarpa e ainda outras autoridades estaduais e municipais. Na oportunidade será oficialmente lançada esta campanha a qual já comentamos agora, sobre o plantio e melhor aproveitamento da soja. A meta é mais soja como melhor técnica. Com maior plantio de soja todos darão maior riqueza ao Brasil e a si própria, pois esta cultura é fácil e por demais rendosas, e as indústrias precisam demais destes produtos para a produção de

óleos e outros produtos. Valorização de terras com plantio de soja e, o uso de sementes selecionadas para maior rendimento na colheita. Nossa emissora também estará colaborando decisivamente durante essa campanha do plantio do feijão soja, uma das riquezas de nossa região. Esta argumentação não é somente para o nosso município, mas sim para a região, à todos os colonos, à todos os senhores agricultores que deverão fazer do soja a grande riqueza do Brasil (DIFUSORA, Marechal Cândido Rondon, 1969).

A soja foi nomeada “feijão soja” na matéria da rádio porque, dessa forma, poderia ser identificado pelo agricultor como produto assimilável à base alimentar. O que é bastante curioso, se levarmos em conta de que é uma estratégia para introduzir a soja na região, uma vez que era um produto pouco conhecido localmente, pouco aceitável e não produzido para o consumo local. Essa substituição de uma cultura, como o feijão por outra desconhecida localmente, não tinha sentido para a agricultura tradicional, pois não fazia parte dos costumes locais. Foram inúmeras as tentativas para sua incorporação, também pela resistência dos produtores.

A importância dos 4-S, por seu turno, se encontrava na estrutura de organização dos jovens do meio rural para o incentivo ao produto. Pode-se dizer que, nesta ocasião, o papel dos 4-S foi o de dinamizar o incentivo à produção da soja. Como se pode abstrair da fonte, os eventos organizados pelos 4-S tinham bastante credibilidade no meio regional, pois conseguiam atrair a presença de autoridades, técnicos e público em geral.

A política de incentivos do Estado e a existência de interesses das indústrias de insumos, máquinas, equipamentos agrícolas são outros fatores que impulsionaram o processo de modernização. A soja contou desde o início com um pacote tecnológico, gerado no exterior e já testado com êxito em outras regiões do Brasil incluindo o Rio Grande do Sul. O interesse em aumentar os lucros e reduzir os custos possibilitou a grande parte dos produtores rurais, no Oeste do Paraná, o aproveitamento dos estímulos oficiais, principalmente durante a disponibilização de crédito rural (BRUM, 1988, p. 92-93).

Nos Clubes 4-S foram desenvolvidos projetos com a soja e os jovens aprendiam técnicas de produção dessa cultura. Nas exposições, os resultados da produção eram apresentados para a comunidade, amigos, vizinhos e para a população rural de outras localidades. A fase de grande difusão da soja no Paraná coincidiu com o aprofundamento da internacionalização da economia brasileira. Nessa fase a economia

se integrou mais ao capitalismo internacional e a estratégia de orientação dos países centrais, principalmente dos Estados Unidos (BRUM, 1988, p. 78).

Na década de 1970 a extensão rural no Paraná, apresentou o seu auge. Esta é a década da consolidação do capitalismo no campo, do “milagre econômico”, do “exportar é o que importa”. A extensão rural participou desse crescimento acelerado, tendo a disposição de dinheiro, oferecido pela OIC para a Acarpa, entidades bancárias, Secretaria de Agricultura, etc. O projeto se engajou em programas, tipo “Corredores de Exportação” e “Dia da Produção”, que investiu em produtos considerados de maior interesse para o desenvolvimento do país com preços mínimos, garantia de comercialização e assistência técnica (ACARPRESS, Curitiba, 1972).

Esse projeto, para o fomento agrícola, esteve atrelado ao financiamento de adubos e insumos aos “agricultores” sem quaisquer juros, bem como a ampliação da disponibilidade de orientação técnica e creditícia que foram, neste contexto, executados com recursos da Organização Internacional do Café. Eram repassados pelo Ministério da Agricultura, para o aprimoramento desses serviços aos produtores rurais, incluídos na área dos chamados “corredores de exportação”.

Segundo informações da ACARPRESS,

Este projeto de Fomento Agrícola ajusta-se à política do Governo Emílio Gomes, de carrear investimentos maciços na tecnificação da agropecuária paranaense. Milho, soja, sorgo e pecuária de corte são as culturas prioritárias do projeto, que visa elevar a produção e produtividade, para atender à demanda interna e gerar excedentes exportáveis. As metas fixadas para o próximo ano, na área: aumentar em 237 mil toneladas a produção de milho, 239 mil toneladas a soja, 60 mil toneladas o sorgo e dez mil toneladas a produção de carnes (ACARPRESS, Curitiba, 06\09\73).

O programa “corredores de exportação” resultou na implantação de um subprojeto “campos de demonstração” um dos aspectos da infraestrutura do projeto. Extensionistas da Acarpa responsabilizaram-se pela sua execução atendendo a política agrícola do governo. No trecho citado acima, retirado do jornal da Acarpa, vê-se claramente a junção dos interesses empresariais com o incentivo da difusão de uma nova cultura de grãos por parte do Estado.

Com recursos da OIC, por seu turno, o subprojeto previa a instalação de 68 campos de demonstrações no Paraná. Esses campos destinaram-se para demonstrações de bovinocultura de corte e melhoramento genético de animais para abate, bem como

das referidas oleaginosas. As instalações foram realizadas em algumas propriedades selecionadas, cujo tamanho deveria compor cerca de 50 e 60 hectares. E que praticassem culturas que aspiravam ser desenvolvidas dentro das mais modernas técnicas, com orientação da ACARPA.

Através dos campos de demonstrações objetivava-se,

(...) franquear as portas das propriedades rurais paranaenses modernas tecnologias agrícolas. E bons resultados a ser alcançados deverão ser erradicar às demais propriedades, respondendo assim a tecnologia às necessidades, atuais de aumento da produção e produtividade agrícola (ACARPRESS, HM-056, Curitiba, 1973).

O Paraná experimentou sensível crescimento econômico a partir da década de 70, em parte devido ao rápido avanço da modernização da agricultura, pelos programas de fomento agrícola abalizado especialmente na grande expansão do crédito rural. Além disso, em parte também, pelo desenvolvimento de projetos do milho, trigo, soja e suinocultura, seja nos Clubes agrícolas, voltados para os jovens, bem como nos projetos de acompanhamentos da produtividade voltados para os adultos.

A assistência técnica e toda a rede de cooperativas formadas e organizadas para dar suporte à produção, contou com os extensionistas rurais e membros da ACARPA como apoiador, indutor e organizador do projeto. Além disso, a pesquisa e a extensão, junto com “agricultores” que desejavam e/ou tinham condições⁹¹ de transformar suas propriedades em empresas rurais⁹² deram espaço para a introdução do pacote tecnológico, difundidos pela extensão rural especialmente nos Clubes 4-S.

Nas diretrizes da Acarpa de 1976, encontra-se a seguinte descrição:

Os pacotes tecnológicos objetivam levar aos agricultores, combinações de técnicas adequadas à realidade regional e às características dos agricultores, definidas através de conhecimentos fornecidos pela Pesquisa e observação de agricultores e extensionistas, com a finalidade de aumentar a produção e a rentabilidade da unidade produtiva. Os pacotes serão elaborados por cultura ou criação (ACARPA, 1976, p.90).

⁹¹ Nas fontes consultadas referentes à ação da extensão rural no Paraná, notou-se que no contexto de intensa modernização, muitas famílias de “agricultores” para poderem permanecer no campo ou tiveram que modernizar a agricultura, aumentar a produtividade, bem como, aprender técnicas de empresa rural, ou seja, administração da propriedade como o cálculo.

⁹² A partir da análise das fontes pode-se compreender as empresas rurais como a constituição de uma agricultura que pratica métodos “racionalizados”, difundidos pelas agências de extensão. Tratam-se de insumos, maquinários e práticas da administração rural, além disso, tendem a aumentar os excedentes agrícolas para a comercialização e suas propriedades seja pela compra ou arrendamento de outras áreas.

O acelerado processo de transformação tecnológica no Paraná apresentou ritmos diferenciados entre suas várias microrregiões e uma ampla tendência à difusão tecnológica. A tecnologia difundida pelas empresas que produziam segundo padrões das matrizes das grandes indústrias, não eram tecnologias que consideravam as técnicas e práticas de produção locais (IPARDES, 1985, p.43). Para poder praticar os novos métodos de produção, era preciso modificar essas práticas fundamentadas na agricultura de subsistência.

Tratou-se da tentativa de introduzir métodos e técnicas importadas dos Estados Unidos e por alguns países da Europa que não levava em conta as peculiaridades da produção local, mas sim os interesses das indústrias e das multinacionais. Trata-se de um paradoxo, se levarmos em conta as premissas dos trabalhos de extensão na região. Ou então, a estratégia da extensão era simplesmente adentrar-se no universo rural através dos jovens para criar incentivar as famílias a empregar novas tecnologias seja, pela mudança na mentalidade dos pequenos e médios produtores, ou pela troca geracional e treinamento/ “doutrinação” / “adestramento” dos jovens rurais.

A partir de 1979, com a segunda alta do petróleo no mercado internacional, a economia mundial entrou em crise. Neste contexto, acentuou-se a queda dos preços dos produtos primários no mercado internacional, elevaram-se os preços dos produtos industrializados que o Brasil importava. Além disso, o aumento dos custos de produção, combustíveis, insumos e os juros bancários foram elementos que influenciaram no empobrecimento de muitos produtores rurais.

É importante lembrar que a difusão da modernização, a substituição de tipos de produtos agrícolas, técnicas e práticas de produção, formas de conservação do solo por uma agricultura cada vez mais mecanizada, industrializada, impactou diretamente os modos de vida no campo. Estas ações implicaram não só na redução das áreas ocupadas por indígenas e posseiros, mas sim de áreas propícias para o cultivo de produtos para a subsistência dessas populações. De um modo geral, observou-se também, a incorporação de um modelo de agricultura cada vez mais subordinado aos ditames do complexo agroindustrial.

O abandono e/ou diminuição de culturas como o feijão, café, mandioca, hortelã e arroz, obrigou o país a importar produtos para abastecimento interno. Somados a esses fatores os problemas ecológicos, foi necessário repensar a agricultura na região. A alternativa foi maior incentivo à diversificação agropecuária. Não se tratou de um

retorno à fase anterior ao processo de desenvolvimento do capitalismo no campo, mais sim de um avanço do projeto de modernização. Estimulou-se a diversificação com a produção de vários produtos com integração entre lavoura e pecuária para o mercado interno e principalmente para a exportação (BRUM, 1988, p. 79).

2.6 O universo rural segundo as agências de extensão rural

As mudanças tecnológicas, que se deseja obter com assistência fomentista, podem ser inibidas por razões de ordem sociocultural. Cientificamente, já está comprovado que as mudanças tecnológicas não são problemas simplesmente de conhecimento de novas técnicas e os meios de aplicá-las. O desenvolvimento da agricultura irá depender, realmente, de uma mudança cultural (...) (CETREC, Campinas, sem data, p.08).

Na região Oeste do Paraná, a modernização da agricultura foi edificada a partir da desconstrução das formas de cultivo, dos costumes e hábitos das populações rurais, principalmente dos “agricultores” mais velhos. A desconstrução da agricultura de subsistência teve, de forma direta ou indireta, a participação dessas entidades apresentadas anteriormente, adeptas da “Revolução Verde”.

Um dos principais empecilhos era como adentrar no cotidiano dessas populações, pois os camponeses demonstravam possuir um saber próprio, síntese de um aprendizado próprio feito no processo de criação e recriação de suas condições de existência material e social. O saber de muitos “agricultores” era constituído, sobretudo, das experiências de trabalho e de vida. O seu saber era, especialmente experimental, um conjunto de práticas e explicações transferidos de pais para filhos, ou seja, de uma geração para outra e que tinha como base o conhecimento empírico de sua realidade. Tal saber apresentava sua própria lógica, decorrentes das possibilidades de experiências acumuladas em sua luta pela própria reprodução. Trata-se assim de uma cultura com uma racionalidade própria de trabalho na agricultura.

Muitos “agricultores” por praticarem a agricultura tradicional, baseada na não geração do lucro, acumulação e aumento da produção foram alvo de desqualificação por parte das agências de extensão rural no Paraná, porque o projeto apresentava outros planos que não era difundir a agricultura camponesa e/ou agroecológica. A extensão rural no Paraná pretendia difundir resultados das pesquisas científicas realizadas nos

centros de estudos nacionais e internacionais, cujo objetivo era racionalizar o trabalho no meio rural.

Ao longo dos primeiros anos a agência procurou legitimar-se junto aos “agricultores”, para isso procurou aplicar métodos para se aproximar dessa população que vivia no campo. Nos Clubes 4-S demonstrava-se aos jovens que uma prática “moderna” rendia mais do que as formas de produção de tipo camponesa e/ou de subsistência.

O meio rural, portanto, para a Acarpa, significava um lugar do tradicionalismo, do primitivismo e, portanto um lugar em que prevalecia o empirismo, que desencadeava o “atraso” e que, portanto, deveria ser substituído pelo jeito “moderno” de se produzir, baseado no cientificismo, para a construção de um modelo de desenvolvimento produtivista, em prol da modernização como forma de superação das antigas formas de produção no campo.

Segundo o Relatório do ETA projeto nº 15,

Não resta dúvida, que os efeitos de sua atuação, vêm se fazendo sentir apenas lentamente. Aliás, nem poderia ser diferente, pois a extensão rural, que objetiva elevar as condições de vida das populações rurais, através da substituição da maneira rotineira e primitiva da família rural viver, por métodos modernos e práticos, encontra no tradicionalismo que impera no ambiente rural, um forte obstáculo a ser transposto. Mas, não deixa de ser menos verdade que os processos específicos de trabalho da extensão rural e economia doméstica já atingiram grande número de famílias rurais, que já vem utilizando, conscientemente, os seus próprios recursos em benefício do progresso de suas comunidades (ETA projeto nº15, 1957).

Nessa fonte, nota-se uma incompatibilidade de saberes que entram em choque, onde um (o “científico”) seria considerado como o único possível de tirar o Brasil e sua agricultura da condição de “atraso”. O suporte para o padrão de desenvolvimento, centrado na economia e no “progresso”, tem na dimensão política e cultural sua base de sustentação. O Estado e órgãos privados tiveram um papel preponderante para a materialização da forma moderna de se produzir através da implantação de políticas que pudessem promover mudanças na base técnica. A atuação dos técnicos e extensionistas e economista doméstica significaram, evidentemente, uma revelação do movimento mais geral, em benefício da chamada “Revolução Verde”.

Para as agências de extensão, a desconfiança dos produtores rurais não era considerada uma possibilidade de resistência ao projeto de modernização, uma defesa

dos seus modos de produção, a ética da subsistência. Para a extensão, era decorrente do chamado “tradicionalismo primitivo” e da influência de uma mentalidade dos antepassados sobre os adultos e jovens. A superação do modo de vida camponês, a aculturação e difusão de uma cultura vista como superior, fez parte dos princípios do projeto de modernização, iniciado com o ETA projeto nº 15.

É importante não perder de vista a presença da racionalidade dos produtores frente à imposição do projeto. Na maioria das vezes tais dados aparecem obscuros nas fontes consultadas, dando a entender muitas vezes que as ações da extensão, o uso de tecnologia, a modernização eram verdadeiramente racionais. De um modo geral, esses “agricultores” que cultivavam uma agricultura tradicional não podem ser considerados como vítimas passivas diante do projeto. Embora os dados sobre as resistências não sejam aparentes nas fontes, não significa que ela não existiu. Até porque tanto nas entrevistas, quanto nas fontes oficiais, o elemento em questão não era ter como foco o problema da modernização e suas consequências, mas sim identificar e incentivar pequenos resultados, ações dos sujeitos que foram assumindo o papel de destaque, de liderança e iniciativa para introdução do projeto. A extensão não agia sobre os “agricultores” resistentes ao projeto, mas sim sobre aqueles que apoiavam, colaboravam, incentivavam os membros da comunidade a se adequarem aos preceitos da modernização.

(...) o trabalho dos Supervisores do Escritório Técnico de Agricultura – Projeto nº. 15 não é fácil. Requer uma grande dose de desprendimento e até mesmo idealismo, pois os obstáculos a vencer, decorrentes de um tradicionalismo primitivo e hábitos rotineiros são inúmeros, e geram por vezes desconfiança e até mesmo hostilidade (ETA projeto nº15, Curitiba, 1957).

Constituiu-se a ideia do “atraso” e da necessidade de mudanças técnicas e tecnológicas, como única forma possível para melhorar a produção e as condições de vida. As discussões sobre a agricultura no Paraná apresentavam a necessidade de intensas alterações no meio rural, pois, sem o rompimento com a estrutura “arcaica” do campo, não poderia ser aproximada a relação entre agricultura e industrialização da sociedade brasileira.

Segundo a ACARPA,

No entanto, uma ligeira visita a qualquer família das inúmeras que são orientadas pelas equipes da ACARPA, nos mostrariam a satisfação do

povo rural pelas coisas simples e práticas, que lhes são ensinadas. Poderíamos sentir a alegria de um agricultor que desde muito persistia, numa agricultura rotineira, atrasada e antieconômica, transformar com uma simples adubação seus temores em lucros. A satisfação de uma dona de casa que vê seus filhos bem vestidos, apenas com algumas aulas de costura, ou ainda um jovem de Clubes 4-S, entusiasmado com os resultados obtidos no seu primeiro projeto (ACARPA, 1962).

A citação anterior apresenta algumas aspirações das agências com relação ao desenvolvimento do meio rural. Para os apoiadores do projeto, durante a atuação das agências de extensão rural, muitos “agricultores” eram considerados como preguiçosos, primitivos, anti-higiênicos, antieconômicos e que deveria ser amparado pelas agências da modernização.

No contexto da “Revolução Verde” começaram a desenvolver ações na agricultura que pretendiam a conquista de lucros e maior introdução dos produtores rurais na lógica de produção voltada para o mercado, seja internacional e nacional. As principais justificativas para o aumento da produtividade era a “falta de alimentos”. Tratou-se de uma tática para gerar lucros, especialmente para as indústrias comercializadoras de insumos e maquinários agrícolas. E claro, para possibilitar o acúmulo de capital.

No Paraná o universo rural também era visto enquanto um lugar de isolamento e, portanto, a extensão rural caberia o papel de disciplinar, regular as relações entre os sujeitos com sua comunidade. O “saber” que as agências queriam transmitir aos produtores rurais era totalmente desvinculado da realidade social do campesinato e apresentou necessariamente outra lógica.

Tratou-se de um saber sistematizado obtido nos centros de pesquisa agrônoma, pelos técnicos especializados do ETA e Communications Media Office Operations Mission to Brasil, em Institutos de Ciência Agrícola como no caso de Curitiba, e na Universidade Rural como a de Viçosa – MG e por agências Norte Americanas de treinamento dos extensionistas (ETA, 1957).

O agricultor, apesar de toda a evolução alcançada pela moderna técnica agrícola, aferra-se à rotina herdada dos seus antepassados, obtendo desta maneira, baixa produção. A terra esgota-se e as colheitas são sempre mais fracas. É o trabalho do extensionista engenheiro agrônomo de ensinar aos lavradores métodos modernos e racionais para aumentar a produtividade, o bem estar da família e evitar com isso o êxodo rural (ACARPA, 1963).

O problema do êxodo rural era atribuído ao “atraso” da população rural, na época, não se mencionavam outras causas para esse acontecimento. A meu ver, a finalidade do trabalho extensionista no campo especialmente dos Clubes 4-S não foi no sentido de evitar o êxodo rural. Mas sim no sentido de “modernizar” a lavoura. Se havia esgotamento das colheitas era em função do desmatamento, do encurtamento do pousio, da exploração cada vez mais acentuada da terra, entre outros fatores do processo de modernização.

Durante a ditadura civil-militar a ACARPA retomou o problema do êxodo rural e julgou a “irracionalidade” do agricultor como principal entrave para o progresso do meio rural. Além disso, acusou a esses sujeitos de serem os principais responsáveis pelas suas condições de pobreza como se o projeto não tivesse impactado essa realidade. Além disso, o plano da modernização desconsiderava as técnicas alternativas de produção e por isso acabava desqualificando-as como se fossem “irracionais”.

Segundo a ACARPA,

Existe no meio rural um círculo vicioso, com consequências desastrosas para os produtos e a produção.

O agricultor sem recursos de ordem administrativa de sua empresa rural, desconhecendo as técnicas racionais de agricultura e pecuária ainda sem recursos de ordem financeira dada sua condição de semi-isolamento, não pode desenvolver uma exploração racional que lhe traga maiores recursos, devido ao baixo rendimento de seu trabalho. Diante disto, há uma diminuição gradativa de meios e conseqüentemente diminuição de exploração e rendimentos, ficando o produtor e sua família sem possibilidade de progredir, quando não regridem totalmente abandonando a agricultura para tentar a vida nos grandes centros (ACARPA, Curitiba, 1964).

A baixa produtividade do trabalho humano era considerada como resultado do baixo nível de conhecimento da tecnologia de produção e comercialização das safras somando a falta de recursos financeiros. O principal instrumento de política agrícola durante a ditadura foi o crédito agrícola. O Estado passou a ser o agente financiador e estimulador da modernização da agricultura, porém, ao observarmos as qualificações dos pequenos e médios produtores presentes nos relatórios do extensionismo, revela-se certa falta de confiança no trabalho do agricultor. Isolado, ele precisaria, portanto, de um incentivo técnico a mais. Se juntarmos essa realidade com a proposta na melhora dos hábitos, e até na maneira de se vestir, haveria uma tentativa de mudança cultural e

de hábitos, cujo resultado seria um sujeito mais confiável, capaz de apresentar tal confiabilidade desde seus hábitos, até o seu modo de se vestir.

Para conseguir crédito o agricultor precisava: “trabalhar dentro das áreas de programa e morar na propriedade”; “ser compreensivo e desejar melhorar sua vida”; “possuir ou arrendar uma área que lhe possa dar renda suficiente”; “dedicar o seu tempo ou maior parte dele à agricultura”; “ser chefe de família”; “ser honesto e trabalhador e ter saúde”. Para receber o crédito rural o agricultor deveria ter em dia seus compromissos financeiros, “não possuir muitas dívidas”. E, também saber vestir-se de forma adequada a responsabilidade de solicitar crédito.

Além disso,

Também o solicitante ou candidato deve ser um homem trabalhador. Isto não só para economizar despesas com mão de obra, como também evitar que preguiçosos entrem no programa, pois estes mudam de atitudes desde que isto convenha a sua preguiça. Muitas vezes eles se sentem tentados a tomar empréstimos para pagamento de mão de obra que poderia ser perfeitamente suprida por si e sua família. Devemos desconfiar sempre daqueles pedidos de empréstimos unicamente para pagamentos de salários. Entretanto, não devemos rejeitar sumariamente e pela aparência os preguiçosos. Muitas vezes essa atitude sua é determinada por doença e neste caso devemos procurar encaminhá-los ao médico. Outras vezes esta sua atitude é determinada porque perdeu esperanças de uma vida melhor. Devemos procurar julgá-los em relação ao meio em que vivem e não com um meio distinto. Devemos pesquisar se esta sua atitude é realmente preguiça incurável ou se é apenas uma manifestação de desespero por não saber como viver uma vida melhor. Entretanto devemos lembrar sempre que estes solicitantes necessitam de um trabalho mais intensivo e uma supervisão mais cuidadosa (CETREC - ATA, Campinas, p. 52).

A avaliação dos sujeitos de empréstimo, ou até mesmo adaptados ao moderno ritmo de produção, é instigante. A preguiça é para o senso comum, um dos sete “pecados capitais”. Na citação observa-se a categoria de atribuição externa burguesa aos “agricultores” tradicionais, expressada numa visão sobre o campo negativo, “atrasado”, antieconômico, anti-higiênico e até mesmo ocioso. Tratou-se de atribuição externa para qualificar ou classificar de forma pejorativa aos camponeses “tradicionais” que possuíam uma agricultura de subsistência, diferente do universo urbanizado, industrializado e modernizado. As referidas atribuições para qualificar o campo representava um claro exemplo de tentativa de legitimação do projeto da modernização pela desconstrução da racionalidade econômica camponesa que era ativamente lançada

como algo relativo à ignorância, ao residual, ao inferior, ao atraso, ao local e ao improdutivo.

A imagem construída pela extensão rural sobre os produtores rurais e sobre o meio rural, as formas de produção paranaense é apresentada com uma visão negativa. A desqualificação dos modos de vida no campo pode ser entendida enquanto um mecanismo do projeto da modernização que transferia aos produtores rurais o “ônus de sua pobreza” a fim de despolitizar o problema da estrutura fundiária, as antigas estruturas de dominação, a propriedade privada e desviar o foco do problema e do projeto.

Ao tratar da preguiça como uma enfermidade pode-se perceber que os extensionistas e secretários(as), colocavam-se enquanto autoridade para intervir no campo e mudar os modos de vida da população. As várias interpretações sobre o campo, difundidas pelas agências, significavam um olhar de uma cultura, abalizado nos interesses das multinacionais, dos tecnoempresários e empresários que diferia dos costumes locais. Para ser possível proliferar o projeto da modernização as agências simplesmente apresentavam uma visão desqualificadora sobre o campo sem reconhecer em sua profundidade os modos de vida do camponês, pois não era lucrativo e nem permitia a ampliação dos interesses dos capitalistas.

Outros discursos perpassavam a tecnificação e o crédito agrícola. Segundo as agências de extensão para ser possível o aprimoramento de uma agricultura transformando-a em “nova” e produtiva as mudanças deveriam começar pelos próprios sujeitos, pelo próprio agricultor, sejam nas modificações na habitação, nos hábitos, costumes, alimentação, vestimentas. A racionalidade que inspirava a crítica extensionistas e das economistas doméstica sobre o meio rural era, inegavelmente, originária de uma ordem com características fundamentadas no saber científico apresentados como superiores, que possuía ligações com a classe dominante que pretendia promover a racionalidade da organização da habitação higiênica.

Um dos grandes problemas do meio rural é o de habitação. As supervisoras domésticas incentivam as donas de casa a reformarem suas casas, principalmente as cozinhas que se encontram na maioria das vezes, em condições das mais precárias. Mas nem só do melhoramento do lar tratam as supervisoras, também da alimentação, puericultura, higiene e saúde, assim como das próprias vestimentas. Enfim, tudo que abrange as atividades domésticas da família do agricultor (ACARPA, 1963).

A implicação imediata das exigências higiênicas consistiria na prosperidade das indústrias de eletrodomésticos, de insumos, implementos agrícolas e das multinacionais, bem como, do desenvolvimento material dos técnicos e agrônomos. A extensão rural engrossou a pressão para a modificação dos costumes do modo de vida no campo fazendo com que os produtores rurais passassem a consumir louças, panelas, tecidos, látex, máquinas de costura, outros instrumentos mais “modernos”, instalações sanitárias. Além desses materiais toda a massa de acessórios e ornamentos que compunham o ambiente interno de uma casa “moderna” apresentavam características de um modo de vida burguês.

Nem sempre essas aquisições favoreciam a higiene e/ou a saúde defendida pelos técnicos agrícolas e economistas domésticas. Essa modernização dos hábitos, difundidos nos Clubes 4-S e nos trabalhos dos extensionistas faziam das habitações um lugar de acumulação de coisas muitas vezes caras e desnecessárias, mas também contrários à saúde.⁹³ Cabe também observar que o melhoramento das casas significaria para a extensão, melhor status social e boa constituição moral familiar, especialmente, um estímulo ao agricultor para produzir mais. A difusão e uso do agrotóxico, por exemplo, tão difundido pelo projeto de modernização como defensor agrícola contra o mato e ervas daninha, custou à vida e a saúde de muitos produtores rurais.

Segundo o Centro de Treinamento de Campinas - CETREC,

Devem, também procurar educar a mãe de família, isto é, a esposa do agricultor, para que ela conheça, aprenda e adote as práticas destinadas a melhorar os hábitos de vida da família, em alimentação, higiene, vestuário, moradia, etc, porque isto serve de estímulo, de motivação, para que o agricultor produza mais. Não se compreende pois um Serviço de Extensão onde não haja um forte trabalho educacional em Economia Doméstica.

(...) a Extensão deve proporcionar ensinamentos práticos de novos métodos de exploração da terra e de direção de um lar, para que eles não aprendam com seus pais, pois isto seria a perpetuação da rotina (CETREC, sem data, p.11).

O futuro dos filhos estava ligado à vida anterior dos pais e pelas condições físicas e materiais dos mesmos. Por isso as ações da extensão rural deveriam atingir a família por completo. Tornar os pais dotados de uma constituição forte e saúde vigorosa para

⁹³ Jurandir Freire Costa possui um trabalho interessante sobre ordem médica e norma familiar e discute o disciplinamento e racionalização imposta por uma ordem científica superior sobre as residências e famílias coloniais no Brasil. O autor problematizou o processo de higienização que ocorreu no país influenciado por uma cultura europeia diferente das culturas e modos de vida da população que aqui existiam (COSTA, 1989).

engendrar filhos robustos, vigorosos, além disso, originar terras prósperas, produtivas, lucrativas e tornar o ambiente da comunidade “harmonioso” (ACARPA, 1963). A solução das agências para atingir altos níveis de desenvolvimento e aceitação era através do “adestramento” dos jovens nos Clubes 4-S. Nesses Clubes as jovens também eram doutrinadas sob técnicas de higienização.

Mas era exclusivamente o adulto rural o principal alvo dos serviços de extensão rural. Era o agricultor que o projeto pretendia alcançar por meio de diversos métodos aprendidos nos cursos de aperfeiçoamento extensionista influenciado por treinamento e experiências norte Americanas.

Ainda segundo o CETREC,

Vive o adulto rural em condições de meio peculiar. Tais condições influem e dirigem sua vida espiritual e sua atividade. O pensamento e a ação são influenciados pelo meio natural, como pela integração mental dentro do grupo.

Em regra, a mentalidade rural é mais estreita e mais intransigente, que a citadina.

Iremos citar algumas características peculiares ao adulto rural e que interferem ou interrelacionam-se com a sua educação tecnológica. Entre estas características temos:

a) É eminentemente conservador. Isto dificulta a sua educação, pois o que produz a evolução das ideias, o que renova é o atrito continuado entre indivíduos, a interação mental dos grupos, modificando as bases das instituições e dos conceitos. Por outro lado, a mentalidade conservadora constitui no meio rural, um excelente anteparo às modificações exóticas que possam vir a afetar a normalidade da vida de uma região ou país.

b) Tem mais confiança em si do que o da cidade. E isto se compreende. Seu trabalho é sempre um trabalho direto, cujo resultado, pode-se dizer se dirige muito pela capacidade de ação e pela atividade pessoal.

c) É propenso ao fatalismo. A dependência muito direta dos fenômenos naturais, principalmente em algumas regiões geoeconômicas, leva o adulto rural à formação de uma mentalidade fatalista, a par da sua confiança pessoal.

d) Desconfia dos estranhos. O hábito de ver no alienígena um inimigo em perspectiva, ainda é muito corrente em alguns centros rurais. Dificilmente o rurícola recebe, imediatamente em sua casa, alguém que não seja pelo menos conhecido de um conhecido seu. Os amigos, esses sim, são tratados com toda a sinceridade de que é capaz a tradicional hospitalidade do homem do campo. Entre os fatores responsáveis por esta desconfiança, pode-se citar o isolamento em que vive o homem rural, a existência de malfeitores ou ludibriadores, a divulgação de fatos acontecidos contra a propriedade (roubos), honra etc.

e) Vivem em isolamento social. O fato de normalmente viver isolado, já que na maioria do Brasil, as comunidades rurais são do tipo dispersivo (um núcleo central e as unidades agrícolas dispersam pela

área de influência do núcleo central), cria no adulto rural uma atitude de espírito que caminha facilmente entre os extremos. É vulgar encontrarmos em certos meios rurais uma alta dose de superstição e de fanatismo, contrastando com o desenvolvimento acentuado do instinto de combatividade, de agressividade e até de banditismo. A solidão, a incerteza da vida dentro de um ambiente incerto, as injustiças, o ódio de famílias e de grupos (políticos, religiosos, etc.), e a propensão à misticidade, são causas dos extremos que podem atingir a mentalidade no meio rural. O “beato” e o “cangaceiro” são produtos do mesmo ambiente natural e do mesmo meio social.

f) Tem desinteresse mais ou menos completo pela moda, pela influência externa sobre a vestimenta, mobiliário, relações sociais, etc. Em certos meios com acesso fácil às cidades, essa influência externa começa a manifestar-se em virtude da ação do cinema e do rádio (CETREC - ATA, Campinas, sem data, p. 05-06).

Nos centros de treinamento extensionista difundia-se um tipo de visão acerca dos camponeses e sobre seus modos de produção que muitas vezes não condizia com os modos de vida dessas populações. Foram várias as formas de desqualificação apresentadas pelas agências sobre o modo de vida camponês: conservador, rotineiro, intransigente, desinteressado, fatalista, desconfiado, isolado, tradicional, primitivo entre outras designações. Na realidade a agricultura tradicional não pode ser vista como expressão de indolência, atavismo cultural retrogrado, como espaço de solidão, agressividade, injustiça, mas como um sistema coerente e racional, cuja compreensão econômica é perfeitamente possível. Se o camponês apresentava-se avesso às propostas de modernização e isso requeria maior dose de empreendimento extensionista para convencer essas pessoas, era porque eles agiam de forma racional, uma vez que o seu modo de produção garantia condições suficientes para a manutenção de sua família e excedentes suficientes para comercialização local.

Segundo Abramovay não há conservadorismo no comportamento do camponês tradicional, se ele não investia recursos na agricultura era porque seu lucro era seu móvel, ou seja, a terra, o trabalho, a enxada e o estrume. Eles percebiam que não adiantava trabalhar mais com retornos decrescentes. As mudanças das condições materiais, o aumento da produtividade, seriam possíveis mediante incorporação de tecnologia, mas na maior parte dos casos era inacessível a grande parte dos produtores rurais pelos parâmetros institucionais de mercado (ABRAMOVAY, p.77-78).

Neste caso, o preço da transformação da agricultura tradicional para a “moderna” poderia ter levado muitos “agricultores” a não aderirem às normas do projeto de modernização, a não aceitarem as propostas difundidas pelos extensionistas e se

valerem de projetos sociais e até políticos que contemplavam o modo de vida tradicional. Sua racionalidade levava em conta o acesso a terra, a preservação da natureza, a medicina caseira, instrumentos alternativos de trabalho na agricultura, alimentação baseada nos costumes e preparos alternativos e de acordo com a disponibilidade dos mesmos, entre outros.

Abramovay também apresenta os fatores de riscos e a incerteza que poderiam fazer com que os “agricultores tradicionais” não se norteariam pelo comportamento maximizador de lucros. O camponês, portanto, não era um maximizador de lucros, mas sim de oportunidades de sobrevivência. Evitava riscos, era avesso a penosidade, além disso, a família visava atingir um mínimo de subsistência e requeria um tempo de trabalho necessário para o equilíbrio microeconômico (ABRAMOVAY, p. 88).

A existência de um mercado de trabalho segundo Abramovay era capaz de alterar significativamente a racionalidade camponesa, mas também indicava uma possibilidade de adquirir a obtenção de seu equilíbrio econômico.

A principal virtude da ideia de camponês avesso a penosidade é a integração num modelo único da produção familiar e do consumo doméstico. As decisões sobre o consumo tem especial influência sobre a produção. Em outras palavras, há um tipo especial de motivação característico do campesinato que efetivamente faz dele uma forma social particular (ABRAMOVAY, p.95).

O universo rural para essas agências da modernização deveria ser normatizado e em seu discurso, notou-se que se apresentavam enquanto os principais especialistas capacitados e treinados para alcançar os objetivos do projeto. Conseguir interferir nessa realidade, no modo de vida dos produtores era função da extensão. Tornar a terra produtiva, evitar o êxodo rural, “elevar o nível de vida da população do campo”, gerar lucro, possibilitar o consumo eram sinônimos de riqueza e de país desenvolvido.

Em todos os países se encontram, em maior ou menor escala, este tipo de agricultor. É um produtor autônomo colocado a margem dos incentivos que movem a economia moderna. Uma análise financeira de sua empresa rural revelara que sua atividade não é um negócio. Não obstante sua qualidade de empresário está “trocando” seu trabalho por rendas inferiores a um salário corrente. Emprega muito pouco capital, mas aplica grande quantidade de mão de obra, usualmente a sua própria e de sua família. Este esforço, muito mal retribuído, é em parte energia desperdiçada.

Do ponto de vista econômico é um sub-empregado, não obstante o grande trabalho que emprega. Do ponto de vista social é um servo, mesmo quando possui sua terra; trabalha neste caso em servidão com

a mesma e com as adversidades das condições ecológicas que a cerca (Curso de extensão rural – CETI, São Paulo, p.26).

A partir da leitura da citação de Abramovay, avaliamos que o discurso da extensão rural desqualificava a agricultura familiar tradicional, porque ela não vinha cumprindo e negando as normas e práticas, impostas pela extensão. A desqualificação das práticas de produção da agricultura tradicional se deu a partir de um tipo de imposição de visão de mundo, de um projeto social que intensificaria o aumento do trabalho agrícola e renda sem, contudo, considerar as aspirações e práticas de produção regionais.

A extensão evidenciava que os produtores rurais apresentavam um tipo de trabalho com características em que prevalecia a servidão, pobreza, uma condição de escravidão. Na realidade o campo tem sido um dos lugares da reprodução das relações não capitalistas, com características do trabalho familiar e/ou camponesa, cuja produção era especialmente voltada para a subsistência. Inclusive em certos momentos para manter a estabilidade os produtores rurais, muitos tendiam a limitar suas atividades produtivas e as aspirações de consumo e conseqüentemente empregar pouco ou nenhum capital como um meio de garantir a permanência no meio rural, diante da ampliação dos interesses capitalistas. Trata-se de um modo de produção, em que os produtores não estavam submetidos (inteiramente) ao mercado financeiro, e nem condicionados pelas flutuações de preços estipulados pelos bancos e pelo FMI.

Por isso conseguir convencer os camponeses a modificar seus hábitos era uma tarefa extremamente dispendiosa. Além disso, tratava-se de um processo lento que demandou a execução de métodos específicos e treinamento de técnicos e líderes rurais de acordo com as necessidades locais para alcançar os objetivos do projeto. “É sabido, que a extensão rural, pelos seus princípios e métodos específicos, e ainda pelas suas características, necessitou de pessoal especializado e altamente treinado” (ETA projeto nº15, 1957).

Foram amplos os investimentos neste setor e a ACARPA começou a perceber conquistas de melhores resultados em seus trabalhos. O enfoque nitidamente fomentista dos programas governamentais fez com que grande parte da população do campo passasse a se deslocar para os centros urbanos disponibilizando grande massa de mão de obra nas indústrias e um exército industrial de reserva que favorecia especialmente os interesses agroindustriais e do desenvolvimentismo.

Por outro lado, grande parte dos produtores rurais acabou aproveitando o acesso ao crédito a juros baixos e acatando certas propostas de modernização, consumindo agrotóxicos, sementes selecionadas, fertilizantes para aumentar a rentabilidade do solo e máquinas agrícolas. Isso possibilitou aumento da produção sem necessariamente ampliação das terras. As características do trabalho familiar no campo é uma das características que permaneceram de forma ampla no Paraná. Por outro lado ocorreu também a formação de pequenos grupos capitalizados que começaram a explorar mão de obra alheia. Junto às transformações que começaram a se observar no campo, as visões sobre o campo também se modificaram:

O desempenho da Agropecuária Paranaense no ano de 1973, foi certamente exemplo digno de um estado em evolução constante. Esse ano registrou-se expansão em quase todos os produtos, ratificando a posição de destaque de nosso Estado na composição do abastecimento interno e exportação brasileiras.

Para atingir esse resultado, somaram-se Governo e iniciativa privada numa unidade de trabalho, vencendo sucessivas etapas para o atingimento de objetivos comuns (ACARPA, Curitiba, 1973, p.01).

Embora visivelmente o aumento da produtividade tornou-se um fator de lucratividade e as consequências desse processo, se fizeram sentir aos produtores rurais principalmente nos finais dos anos de 1970 e início de 1980, contexto da crise do chamado “milagre econômico” brasileiro. A morte de peixes, poluição dos rios, destruição da natureza, intoxicação pelo uso de veneno, desapropriações com a construção da Hidrelétrica de ITAIPÚ, êxodo rural são consequências desastrosas desse processo. Tal “racionalidade” imposta pela extensão, era em sua essência ações irracionais, fraudulentas, expropriador e explorador da mão de obra rural e urbana.

A imposição do pacote tecnológico inadequado às condições agroecológicas locais, a perda de autonomia do agricultor e introdução de técnicas internacionais diferentes das demandas locais, o fomento a exportação agrícola, e as expropriações resultaram na organização dos trabalhadores. Alguns agrônomos da Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná (AEAPR), por exemplo, bem como técnicos e extensionistas passaram a repensar os problemas resultantes desse processo de modernização para a economia interna e para o meio ambiente.

Algumas vozes isoladas de agrônomos começaram a questionar essas concepções e práticas simplificadas de conservação do solo e as consequências dos agrotóxicos a

natureza e para a saúde humana. As novas propostas coincidiram com a fase da grande expansão de soja no Paraná, com a saída de muitos camponeses do campo, com a corrida pelos ganhos financeiros que acabava impedindo a difusão de novas ideias e propostas para o meio rural, a concentração fundiária e a assistência técnica voltada para a grande exploração para exportação e difusão de tecnologia importada (tanto diretamente, quanto pelas versões adaptadas pelas industriais nacionais).

(...) Acreditamos também que o sistema de agricultura que devemos procurar seja o que assegure uma produtividade satisfatória, sem uso de adubos químicos, agrotóxicos e processos excessivamente automatizados, extensivos e anti-naturais, procurando dar autonomia total ao agricultor e libertando-o de trabalho desnecessário, e que pratique a defesa do solo, da terra e da natureza, conservando o equilíbrio ecológico, integrando o homem na obra da natureza. Acreditamos assim porque também observamos que o uso e abuso de fertilizantes e agrotóxicos tem empobrecido biologicamente o solo. Por isso o tão alardeado incremento dos rendimentos produtivos que se pretendia conseguir com a Revolução Verde tornou-se mau negócio a médio prazo, já que o solo perdeu fertilidade.(...)

(...) Quando defendemos a Agricultura Alternativa, não temos em mente apenas produção e produtividade agropecuária. Agricultura alternativa é parte de uma ideologia alternativa de vida, em contraposição à ideologia do consumismo que induz a uma economia (agricultura dentro dela) predatória, rapineira, desgastante e perdulária, se colocando a serviço de lucros imediatistas e especulativos (...).

Uma visão unilateral da questão vai nos rotular de demagógicos ou retrógrados, adjetivos que não podemos aceitar e por isso reagimos, ainda mais quando dito por uma pessoa que respeitamos e admiramos pelos trabalhos realizados de reconhecimento internacional. Porém, temos a nosso favor resultados concretos de muitas experiências. Agricultura Alternativa é um trabalho de pioneiro e a opção é de cada cabeça (AEAPR, 1982, p. 07).

Embora uma parcela de agrônomos e extensionistas rurais apresentassem a partir dos anos de 1980, maior percepção sobre a realidade do campo e as formas alternativas (que eram já conhecidas pelos camponeses), o desenvolvimento de um saber técnico em base científica e a sua difusão aos camponeses era visto como necessário para garantir níveis de produtividade elevados e lucratividade. O conhecimento científico ainda era sobreposto ao conhecimento do campesinato como se essas populações não tivessem aspirações próprias e uma racionalidade competente nas suas formas de produção.

Há muita possibilidade de reduzir o uso de insumos químicos, mas isso deve ser feito em base científica (...).

(...) temos que procurar condições científicas para adotar um sistema de agricultura que possa ser tão produtivo quanto o atual e com possibilidades de ganhos de produtividade (AEAPR, 1982, p. 07).

De qualquer maneira, foi intensa a tentativa de interferir e controlar os conhecimentos e ações dos “agricultores tradicionais” seja por meio de propostas científicas, doutrinárias, ou de adestramento. O caráter fomentista, recomendado pela extensão rural, através da estratégia chamada “educação” rural, não apresentou uma proposta que levasse em conta o saber dos produtores rurais que viviam na terra. A pesquisa científica era apresentada como um meio de resolver as condições regionais, mas subestimavam e desqualificaram mesmo assim os aprendizados tradicionais, os seus valores, seus costumes e as suas táticas de sobrevivência.

O que pretendiam era tornar a agricultura rentável para o desenvolvimento do capitalismo e introduzir os “agricultores” no mercado altamente competitivo e financeiro, seja pelo caminho da modernização, seja pela via “alternativa” de caráter “sustentável”, através da combinação de conhecimentos entre técnicos e produtores rurais. Os “agricultores tradicionais” no período em estudo foram alvos de diversos grupos que os queriam controlar, normatizar os costumes e o seu corpo através de diversas técnicas e métodos. É importante lembrar que o outro meio de inserir estas populações no projeto de modernização era transformando-os em trabalhadores urbanos, força de trabalho qualificada para as indústrias.

Os Clubes 4-S constituíram, numa dessas estratégias para intervir nos modos de vida, através do trabalho com os jovens, que passaram a ser vistos como principal canal para impor o projeto. No próximo capítulo, analisaremos mais detidamente as especificidades da atuação da extensão rural e dos Clubes de jovens no Oeste do Paraná, especialmente em Marechal Cândido Rondon.

CAPÍTULO 3

A modernização da agricultura no Oeste do Paraná, a Extensão Rural e os Clubes 4-S

“A agronomia não ensina somente como o agricultor deve plantar, como aproveitar ao máximo a rentabilidade do solo para conhecimento da terra, até o momento da colheita, empregando termos técnicas aliadas às práticas de cada região. Dentro desse novo Brasil, cresce assustadoramente o trabalho empreendido por jovens que lutaram muito tempo, na tentativa de mudar a visão brasileira com respeito á implantação de novos costumes, aprimorando e dando inclusive muito mais beleza aos verdes campos produtores de cereais” (FRENTE AMPLA DE NOTÍCIAS, 1973).

Neste capítulo, analisamos o contexto histórico em que a extensão rural desenvolveu seus trabalhos, sobretudo no Município de Marechal Cândido Rondon-PR, junto aos agricultores, especialmente com a juventude, mediante a metodologia dos Clubes 4-S. A intenção é avaliar a intervenção dessas agências, bem como do quadro técnico especializado na extensão⁹⁴, no sentido da formação dos jovens na mentalidade modernizadora via Clubes 4-S, bem como a busca pela racionalização produtiva, pensada em âmbito da sociedade rural-urbano e agroindustrial, mas não sem levar em consideração que esta prática não foi experimentada sem certa dose de resistência.

É importante dizer que o estudo de caso aqui proposto, qual seja, o de Marechal Cândido Rondon, foi possibilitado pela disponibilidade de fontes para realizar a pesquisa, sendo que boa parte delas não mencionam a resistência por parte dos produtores rurais ao processo histórico da modernização da agricultura por meio do trabalho da extensão rural. De certa forma, esta resistência foi organizada quando da construção da Itaipu, Usina Hidrelétrica Binacional. Embora não seja necessariamente

⁹⁴ Nesse sentido, é necessário um esclarecimento. O uso do conceito de “especialista”, remete ao trabalho “especializado” na extensão, e não na agricultura propriamente dita. Nesse sentido, consideramos que ambos os sujeitos envolvidos com a modernização da agricultura, quais sejam, extensionistas (especialistas no trabalho extensionista) e “agricultores” (especialistas na agricultura local), dentre outros, apresentam certa carga de especialização. Por entender que o pequeno proprietário era especialista também, cujo conhecimento serviu aos extensionistas, chamar somente extensionista de especializados na agricultura poderia desqualificar tanto o trabalho, quanto o conhecimento dos “agricultores” e, por consequência, seus valores, visão de mundo vivida e, por vezes, compartilhada, mas não teorizada formalmente. Como sugere Edward Palmer Thompson, no livro “*A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser*.”: “Os valores não são “pensados”, nem “chamados”, são vividos, e surgem dentro do mesmo vínculo com a vida material e as relações materiais em que surgem as nossas ideias. São as normas, regras, expectativas etc necessárias e aprendidas (e “aprendidas” no sentimento) no “*habitus*” de viver; e aprendidas, em primeiro lugar, na família, no trabalho e na comunidade imediata. Sem esse aprendizado a vida social não poderia ser mantida e toda a produção cessaria.” (THOMPSON, 1981, p.194).

parte de outro contexto histórico, discutir a questão da Itaipu exigiria um estudo à parte, devido à abrangência do problema, e não ignoramos que o objeto estudado ganhou contornos particulares a partir da construção da usina.

Mesmo que houve a organização dos trabalhadores somente com a construção da Itaipu, de forma alguma, significa que não houvesse resistência antes da organização dos movimentos sociais envolvidos com a oposição à expropriação de terras com a construção da barragem.

Entretanto, em nossas fontes não foram detectados registros dessa resistência que, de forma alguma significa que elas não ocorreram. Há várias formas de resistência que não aquelas “organizadas”, e tal tema foi amplamente analisados por autores renomados no âmbito das ciências humanas, como James C. Scott e do Edward Palmer Thompson. Tais autores produziram discussões importantes sobre as formas de resistências cotidianas gestadas nas relações de poder em que foram envolvidas, a economia moral, bem como as formas de lutas não anunciadas pelas fontes oficiais, como: roubos, fugas, sabotagens, o trabalho lento etc. Trata-se de um tema possível de ser analisado por outra pesquisa.

O movimento quatroessista foi fundamental para a formação de um novo sujeito da produção agrícola. Esses Clubes, enquanto parte da metodologia da extensão, diziam-se voltados aos jovens, mas pretendiam atingir toda a família do sócio, vizinhos, amigos enfim. Ao longo do trabalho procuramos não deslocar os jovens de seu espaço social, mas compreender o processo inserido numa relação com extensionistas, família e comunidade.

O material institucional e oficial produzido pela Acarpa/Emater e um vasto número de propagandas dos Clubes 4-S e da Acarpa produzidas pela Rádio Difusora e pelos jornais locais como: “Rondon Comunicação”, “O alento” e “Informativo Copagrill”, nos demonstraram os mecanismos de implantação de uma nova racionalidade na agricultura de Marechal Cândido Rondon. Ao longo da pesquisa, verificou-se a necessidade de romper com a narrativa oficial do processo de modernização da agricultura, através da análise das ações dos Clubes 4-S, enquanto um mecanismo de preparação de uma geração voltada para a implantação do projeto da modernização.

As informações presentes nas fontes sobre os Clubes 4-S de forma alguma estão desvinculados das declarações da extensão. Tratava-se de ideias e expressões que,

embora considerassem os jovens como “mais fácil de moldar a mentalidade”, procuraram envolver toda a família e todos os membros da comunidade. Nesse sentido, a avaliação por esse ângulo, amplia o campo de discussão, visão e análise proposto nesta pesquisa.

Com relação ao recorte regional, é importante dizer que se tomássemos por base um contexto mais amplo, pela sua abrangência e heterogeneidade, certamente dificultaria maiores entendimentos e aprofundamentos acerca das ações da extensão rural e dos Clubes 4-S. Além do mais, a partir da análise de contextos regionais é possível avançar na perspectiva de desconstruir visões homogeneizantes, as quais tendem a mascarar conflitos sociais, relações de poder e interesses de classes.

Segundo Francisco de Oliveira, o estudo regional é completado e significado no quadro amplo de outras conexões possíveis, dentre elas, com a própria dinâmica do capital em que “a especificidade de cada região, completa-se, pois, num quadro de referências que inclua outras regiões, com níveis distintos de reprodução do capital e relações de produção” (OLIVEIRA, 1981, p. 56). A região pode ser entendida como um espaço dotado de práticas sociais específicas, e por isso históricas, que articulam cultura e política e dentro deste ocorrem processos de produção e reprodução de um determinado modelo de convivência social.

No próximo tópico, iniciamos a discussão a partir de uma análise do processo de incorporação dos 4-S no Brasil e, posteriormente verificaremos como esse programa se solidificou nos estados, mais especificamente no Paraná, especialmente no Município de Marechal Cândido Rondon.

3.1 Clubes 4-S e extensionismo rural no Brasil: a juventude no centro da construção de uma memória e história oficial da agricultura brasileira de acordo com as necessidades da modernização.

O DESTINO DO BRASIL

Por muitos anos a fora, o Brasil permanecerá no seu destino rural. A conquista de seu imenso território, ainda por fazer, e a organização da vida social em seu interior, como em todas as épocas e entre todos os povos, serão resultantes necessárias da expansão da economia rural. O industrialismo e a elevação do nível de vida de suas populações rurais e urbanas, exigem essa ampla base agrícola e que maior avulta se levarmos em conta, como não pode deixar de ser, de alimento, de trabalho, de vestuário, de habitação, enfim, de vida e alegria (GRUPOS E CLUBES, p. 02).

O trabalho com a juventude rural no Brasil foi parte da estratégia de ação das Associações de Crédito e Assistência Rural num contexto em que o Estado passou a investir no desenvolvimento nacional e na modernização da agricultura. O sistema de extensão rural, portanto, era responsável pela difusão do pacote tecnológico e pela prática de intervenção geracional no meio rural. Mas como esses Clubes foram eleitos como um dos principais meios para transformar práticas “tradicionais” em “modernas”? Como chegaram os Clubes 4-S ao Brasil e em que momento foram difundidos no contexto dos estados e municípios? Para aprofundar tais questionamentos, e acessar algumas respostas, revisaremos a história do tipo de extensão rural criada nos EUA e, posteriormente, difundida nos países da América Latina, em especial no Brasil, mais especificamente no município de Marechal Cândido Rondon-PR.

Nos Estados Unidos, desde o século XVIII, uma modalidade de ensino agrícola foi organizada nas escolas e/ou colégios agrícolas em função do interesse dos fazendeiros em aumentar e melhorar a produtividade. Segundo Bechara, em razão do interesse dos fazendeiros foram criados institutos agrícolas em 1863. Nesses institutos eram realizadas conferências e os conhecimentos eram compartilhados entre estudantes e fazendeiros “bem sucedidos” (BECHARA apud SOUZA, 2003. p.116).

É importante lembrar que neste período, também se realizavam semanas ruralistas e se formaram sociedades agrícolas na Filadélfia e Massachussets, onde se referiam a “educação da população rural” e sobre a importância da propaganda para difusão de novas práticas. Além disso, no Estado de Ohio e Nova York, criaram-se conselhos de agricultura com a finalidade de difundir entre os produtores rurais conhecimentos técnicos e práticas de modernização (CETREISUL, Pelotas, 1962).

Nas semanas ruralistas nos EUA já eram utilizados métodos de extensão, também utilizados posteriormente no Brasil, tais como: reuniões, demonstrações, palestras e cartas circulares. De certa forma, podemos dizer que esses métodos foram testados e aprovados nos Estados Unidos e que foram exportados para a América Latina. Nos Estados Unidos, para incentivar os serviços de extensão, o Estado doava terras às escolas agrícolas para desenvolverem as experimentações, demonstrações e semanas ruralistas (CETREISUL, Pelotas, 1962).

Porém, o início da extensão rural nos EUA, segundo Bechara, é atribuído ao professor de agronomia Seaman Knaap. Este, por sua vez, realizou as primeiras demonstrações do algodão em Lousiana com a participação dos agricultores locais.

Teve reconhecimento e incentivo do Estado que disponibilizou capital público para a extensão. Segundo o relatório do Centro de Treinamento Extensionista, cerca de 40.000 dólares foram fornecidos pelos EUA ao Knaap para possibilitar a continuação dos seus serviços realizados junto aos produtores rurais (CETREISUL, 1962).

O ano de 1904 é o marco de organização do sistema de trabalho junto à juventude rural nos Estados Unidos, mas só no ano de 1948, foi constituído o serviço de extensão rural no Brasil, por meio da Associação Internacional Americana (AIA). Foi a partir de 1948 que houve a difusão crescente de várias associações de Crédito e Assistência Rural pelo Brasil, incluindo a organização de Clubes 4-S. As primeiras experiências e testes da AIA ocorreram em conjunto com prefeituras municipais e produtores rurais em Santa Rita do Passo Quatro, em São Paulo, e posteriormente foram inseridas em Minas Gerais (CETI, p.32).

Segundo Claiton Marcio, os Clubes em Santa Rita, seguiam o modelo próximo aos 4-H, e eram chamados de Clubes AIA, pois, foram organizados justamente pela American International Association for Economic and Social Development, de Nelson Rockefeller. Em 1952, no município mineiro de Rio Pomba, a ACAR fundou, oficialmente, o primeiro Clube 4-S no Brasil (SILVA, 2011, p. 60). Tratou-se de um fato amplamente lembrado e divulgado tanto pela documentação oficial quando nos meios de comunicação nas várias regiões que desenvolveu esses Clubes.

Em Marechal Cândido Rondon, por exemplo, notamos através da análise das fontes da rádio local, a tentativa de consolidar e divulgar essa história da fundação do primeiro Clubes 4-S do Brasil e na região.

(...) Foi no dia 15 de julho de 1952, fundado e organizado o primeiro Clubes 4-S (SIC). **Jovens idealistas e sabedores de seus compromissos** da localidade de Igrejinha, município de Rio da Pomba, região de Ubá em Minas Gerais, **deram muita agitação ao meio rural com a implantação desse Clube**. Daí pra cá então, supervisionados e orientados pelas instituições de assistência à trabalhadores (SIC) rurais, citando como exemplo em nossa cidade e município os **trabalhos executados pela acarpa**, que não somente atende a parte rural como a assistência aos trabalhos domésticos. Enviamos hoje nossas felicitações a todos (SIC) os Clubes 4-S de nossa vasta região, especialmente aos associados líderes do Clube do trevo verde que simboliza muita riqueza e sorte, baseados nos dísticos Saber, Sentir, Servir e Saúde. Durante esta semana, como já tivemos hoje, teremos ocasiões de ouvir pela nossa emissora no espaço ponto de vista, palestras proferidas por várias pessoas e autoridades municipais sobre a fundação dos 4-S, e o incentivo à família rural especialmente a juventude rural. Nossa gente da colônia não deve

perder a oportunidade de ouvirem a todos que falarão por conhecimento sobre o valor dos Clubes 4-S (FRENTE AMPLA DE NOTÍCIAS, Mal. C. Rondon, vol. 06, 1969). [Grifos meus].

Na documentação consultada, de divulgação dos 4-S, percebe-se a construção de uma memória sobre a origem dos Clubes, considerando a juventude como o principal canal de comunicação entre extensão rural, método de extensão e os saberes do universo rural, representado pelo modelo tradicional de prática agrícola. Inclusive, houve certo esforço de construir a história dos Clubes, a qual tentava suplantar, silenciar e até mesmo refundar a história da agricultura tradicional, para estabelecer certa história oficial direcionada à modernização, inclusive com uma linguagem adaptada ao senso da juventude.

Essa memória oficial sobre a fundação do primeiro Clube foi difundida em várias regiões a partir da década de 1960, momento de maior crescimento do número de Clubes e de sócios em todo o país. Segundo o anuário para a juventude rural das Américas organizado por Henry Ford, os anos de 1960 significaram um momento propício para a organização empresarial, e pelas lideranças internacionais, em torno do trabalho dos Clubes 4-S:

Os anos de 1960-61 serão lembrados pelos Clubes da Juventude Rural como os anos em que várias forças se congregaram para **apoiar o jovem rural**. Durante estes anos de importância vital para os **Clubes, associações cívicas, fundações internacionais, bancos e governos nacionais** formaram fortes consórcios visando o melhoramento da vida rural, pela assistência ao trabalho dos **Clubes da Juventude Rural** (...).

(...) No Brasil, onde o trabalho dos Clubes 4-S foi introduzido em apenas dois ou três Estados, em 1959, o programa já se difundiu em doze Estados e o país apresenta um aumento global de 55%. Foi estabelecido como meta, nesse país, quadruplicar em 1965 o seu atual número de sócios que atinge a cifra de 4.060. Com os escritórios de Extensão Agrícola funcionando em 12 Estados, espera-se que os resultados excedam à expectativa (FORD MOTOR COMPANY, Vol II, 1962, p. 05). [Grifos meus].

No Paraná não foi diferente. Ney Braga, membro do Partido Democrata Cristão (PDC),⁹⁵ com sua base aliada especialmente com a União Democrática Nacional

⁹⁵ Foi fundado em São Paulo pelo professor da USP Antônio Ferreira Cesarino Júnior em 9 de julho de 1945, foi extinto durante a ditadura pelo AI-2 em 1965. No Paraná e em São Paulo que o partido teve maior crescimento, tendo como os militantes: Ney Braga, Plínio de Arruda Sampaio, Álvaro Valle, José Richa, Nelson Marchesan. Em 1985, o partido foi refundado e fundiu-se junto ao Partido Democrático Social (PDS), ao Partido Progressista Reformador (PPR), em 1993, ao Partido Progressista Brasileiro

(UDN), Partido da República (PR)⁹⁶ e Partido Trabalhista Nacional (PTN),⁹⁷ nos anos de 1960 (BATISTELLA, 2015), procurou ampliar os serviços de Clubes 4-S no estado. Nesse sentido, o golpe civil-militar de 1964 concretizou a possibilidade para expandir ainda mais essa modalidade de serviço, uma vez que era um programa aliado de primeira ordem aos interesses do projeto da ditadura. Basta lembrar, também, que em 1964 foi criado o Comitê Nacional de Clubes 4-S, para angariar fundos para o trabalho com os jovens rurais, e que contou com integrantes públicos e privados, como AIA, ABCAR, USAID, Bancos, Confederação Nacional de Agricultura (CNA), ETA, INDA, Ford Motors, Massey Ferguson, INDA, Cargill, Singer entre muitas outras entidades e firmas (GOMES, 2015, p. 60).

No caso do Oeste do Paraná, a extensão rural iniciou suas atividades com a participação do ETA. Como vimos anteriormente houve o estabelecimento de um convênio entre o governo federal dos Estados Unidos e governo federal do Brasil. A maior quantidade de verba que mantinha no início os serviços de extensão nesta região provinha do Ponto IV, o qual, como foi demonstrado no capítulo 1, foi lançado durante a gestão Truman, e que pretendia reproduzir no mundo os altos níveis de industrialização e urbanização, através da tecnificação da agricultura, desenvolvimento dos padrões de vida e adoção de novos e “modernos” padrões e valores culturais.

Esse programa, implantado no Brasil, serviu para “dar um impulso para os serviços se desenvolverem sozinhos nos estados e especialmente nas municipalidades.

(PPB) e Partido Progressista (PP). A doutrina pedecista, apresentava como um dos principais pontos de seu programa, a defesa da propriedade privada.

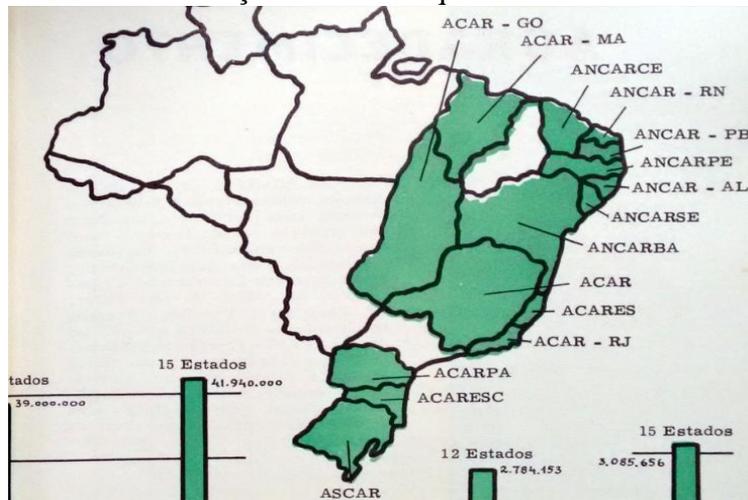
Sites visitados <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-democrata-cristao-pdc-1985-1993> e http://democratacristao.blogspot.com.br/p/quem-somos_30.html acesso em novembro de 2016.

⁹⁶ Partido criado em 1945 e extinto pelo AI-2. Nascido, pela ação de Artur Bernardes, ex-presidente da República (1922-1926). Durante o governo de Eurico Dutra (1946-1951), o PR aliou-se à UDN e ao Partido Social Democrático (PSD), partido pelo qual se elegeu o presidente, com o apoio do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Nas eleições de 1955 para a sucessão presidencial, o PR uniu-se ao PSD para apoiar a candidatura de Juscelino Kubitschek. Em 1961 o PR formaria junto com o Partido Trabalhista Nacional (PTN), o Partido Democrata Cristão (PDC) e o Partido Socialista Brasileiro (PSB). Site pesquisado: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-republicano-pr> acesso em novembro de 2016.

⁹⁷ Fundado em 1945, pela inspiração de Getúlio Vargas, vinculado ao Ministério do Trabalho. Extinto, também, pelo AI-2, em 1965. Firmou seu apoio, nos anos de 1950, à candidatura de Juscelino Kubitschek, foi coligado ao PDC, em 1958, apoiou a candidatura de Jânio Quadros, junto a UDN, o PDC, o Partido Libertador (PL) e uma dissidência do PSB. Também, formou coligações com o Movimento Trabalhista Renovador (MTR). Em 1986, o PTN foi rebatizado com a denominação de Partido Trabalhista Nacional, mantendo a mesma sigla, e realizou coligações com o PMDB. Sites pesquisados: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-trabalhista-nacional-ptn-2> e <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-trabalhista-nacional-ptn> acesso em novembro de 2016.

Por isso, nos Estados foram fundadas associações civis que tomaram os nomes de ACARPA, ACAR, ACARESC, ASCAR, etc” (CETREISUL, Pelotas, 1962).

FIGURA 5: Relação de estados que desenvolveram a extensão rural



Fonte: Relatório da Acarpa, Curitiba, 1963.

Segundo Souza, o dia 15 de julho passou a ser denominado desde 1960 como dia Nacional dos Clubes 4-S, relembrando sempre o início de criação dos 4-S, realizando comemorações festivas em todo o país (SOUZA, 2003). O trevo verde de 4 folhas passou a representar esses Clubes no Brasil, conforme ilustração abaixo:

FIGURA 6: Emblema dos Clubes 4-S do Brasil



Fonte: EMATER – RS, Manual para extensionistas. Porto Alegre, 1979.

No uniforme dos sócios quatroessistas, também havia um crachá com o trevo. Nos encontros e exposições dos Clubes e festas locais, as meninas vestiam a saia e camisa e os rapazes a calça e camisa conforme a fotografia a seguir:

FIGURA 7: Padrão de uniforme dos grupos de jovens quatroessistas



Fonte: Fotografia de Fraia Fiedler, Mercedes - Paraná. Sem data.

Assim como numa instituição escolar, o uniforme servia para identificar os sócios, e o trevo verde, simbolizava o movimento e união mundial da juventude rural, claro, a favor e a serviço da construção de um modelo de sociedade e de produção intensificado pela “Revolução Verde”. Além disso, havia o hino 4-S, o chamado “Hino da Juventude”, era cantado nos encontros e também se prestava juramento às bandeiras dos 4-S e do Brasil nas atividades realizadas (SOUZA, 2003, p.141).

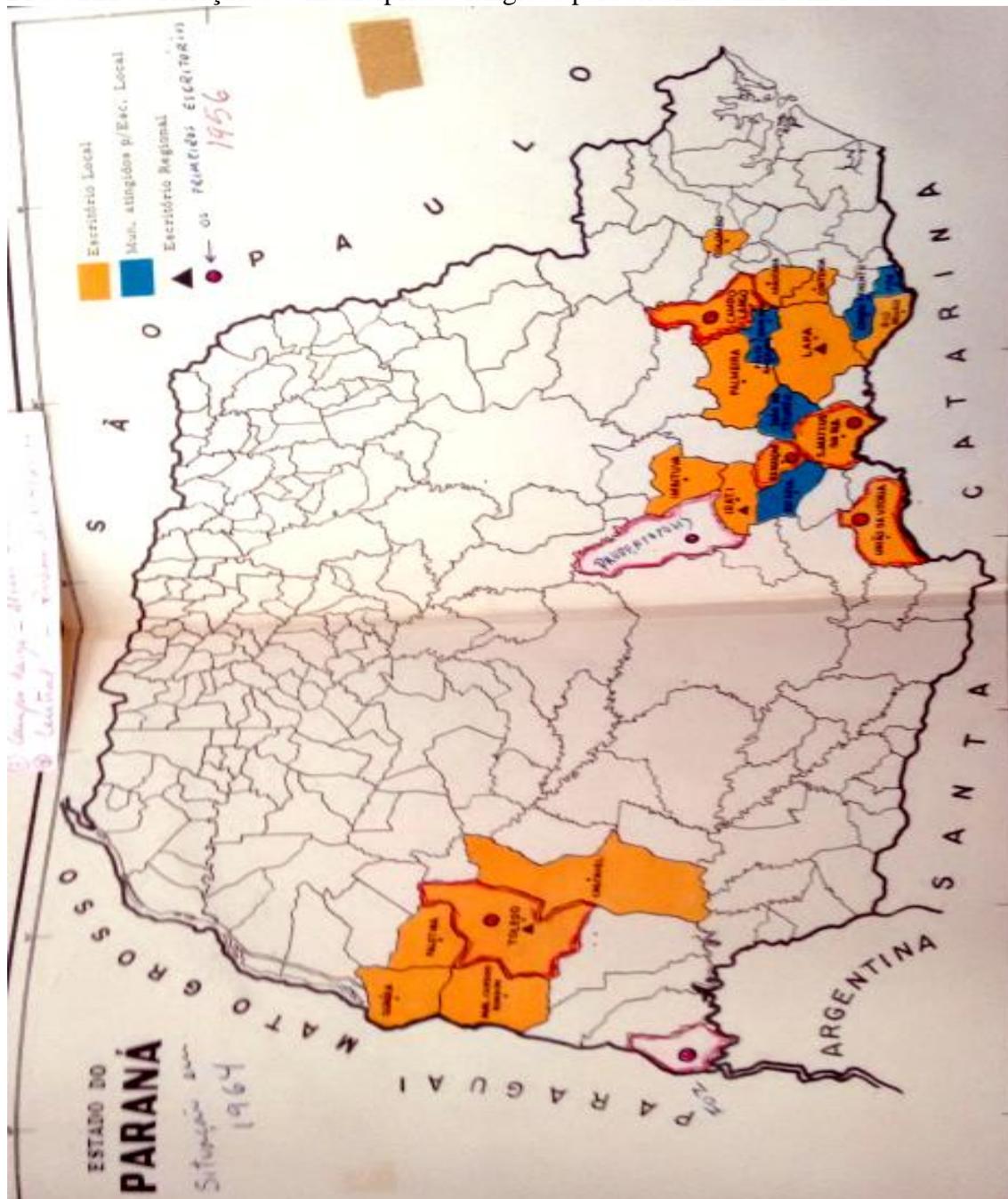
São quatro esses gravados a ouro
 Em nossas almas com amor
 Saber e sentir saúde e servir
 Cantamos pois com fervor
 Um trevo verde mostrando esperança
 Da juventude rural
 Que desta terra tão grande e tão linda quer
 Fazer um Brasil melhor ainda (CETREISUL, Pelotas, 1961, p.49).

Eleições de diretoria, escolha de lideranças, juramentos a bandeira, hino e uniformes, lema, crachás compuseram ao longo do período de trabalho extensionista a mística quatroessista, que significou não só a identificação dos sócios dos Clubes, mas também formas de divulgação do trabalho com a juventude rural.

Com o intuito de estimular a adoção de outras práticas no meio rural e no ambiente doméstico e acelerar o processo de modernização da agricultura, o programa se espalhou por vários estados, municípios e distritos. No Paraná, o primeiro Clube iniciou suas atividades no município de Campo Largo, em 1958, e foi denominado “Clube 4-S dos Pinheirais”. Nele, os participantes desenvolviam projetos de suinocultura, apicultura, hortas domésticas, melhoramento do lar, nutrição e vestuário (ACARPA, 1981).

Como podemos observar no mapa abaixo, os primeiros escritórios do ETA projeto nº 15 foram constituídos em Campo Largo, Foz do Iguaçu, Prudentópolis, Rebouças, São Mateus do Sul, Toledo e União da Vitória.

FIGURA 8: Relação dos municípios abrangidos pela extensão rural em 1964



FONTE: The origin and development of Brazil's cooperative agricultural extension service. Usaid mission to Brazil, 1965.

Com o golpe ocorrido em 1964, o Estado propiciou mecanismos para a criação de diversos Clubes em várias localidades ainda não abrangidas pela extensão, e preparação de técnicos para o atendimento de diversos jovens do meio rural em fase escolar.

Difundia-se, assim, crescentemente não só a filosofia da extensão, mas também os símbolos e significados da modernização. No próximo tópico analisaremos mais detidamente o desenvolvimento dos Clubes 4-S no Oeste do Paraná.

3.2 Extensão Rural e Clubes 4-S no Oeste do Paraná

Segundo registros que obtivemos da EMATER de Curitiba, as primeiras experiências com o trabalho voltado para a juventude rural no Oeste do Paraná iniciaram em 1960, na localidade de Nova Concórdia, em Toledo (ACARPA, 1960). O município de Toledo foi a sede da companhia colonizadora Maripá nos finais dos anos de 1940, e em 1956 estabeleceu o primeiro escritório local do ETA. Esse escritório atuou em vários distritos e municípios próximos da região de Marechal Cândido Rondon. Além da companhia colonizadora Rio Paraná Ltda (Maripá) ter sido um dos propulsores da ocupação e ampliação dos espaços à iniciativa privada, as agências de extensão rural também aproveitaram a estrutura de organização local.

Nesses primeiros anos de atuação do escritório, as fontes analisadas indicam que ocorreram vários entraves para a ampliação do projeto. As dificuldades podem ser resumidas em falta de recursos municipais para a ampliação do projeto localmente, principalmente no que se refere à logística da estrutura de circulação. As limitações de acesso aos distritos e municípios devido às estradas não asfaltadas, bem como o número reduzido de técnicos e economistas domésticos treinados para difundir o projeto, são algumas das justificativas em torno das ações da extensão rural anteriores ao golpe militar (ACARPA, 1981).

De um modo geral, os primeiros anos de atuação da extensão rural no Oeste do Paraná, de 1956 a 1963, foram restritas, também em função da retirada da Associação Internacional Americana (AIA) em 1961, como vimos no capítulo anterior, e, conseqüentemente, o encerramento de vários escritórios locais, incluindo o de Toledo. Como se sabe, tais ações tinham como objetivo transferir para os Estados e municípios a responsabilidade pela administração e manutenção desses serviços.

Somente a partir de 1963, a ACARPA, com apoio do conjunto de autoridades, ditadores e empresas envolvidas no projeto da modernização, passou a ampliar gradativamente sua área de ação em função do interesse pela ampliação de escritórios em vários municípios, incluindo Marechal Cândido Rondon. E com o Golpe de 1964, o

Estado se tornou um dos principais financiadores da extensão rural, o que propiciou a multiplicação de escritórios regionais.

Os dados da tabela abaixo, ao quantificar uma dada realidade, possibilitam visualizar que a partir de 1963, os serviços de extensão rural tiveram um aumento expressivo de escritórios locais, agentes de extensão e, conseqüentemente, um aumento do número de Clubes 4-S.

TABELA 17: Relação de escritórios regionais e locais, agentes de extensão e Clubes 4-S no Paraná

Período	Número de escritórios de extensão no PR.		Número total de agentes de extensão/técnicos.		Número de Clubes 4-S e membros.	
	Regionais	Locais	Locais	Escritórios centrais	Nº Total de Clubes	Número de sócios
1956	-	7	14	-	--	-
1957	-	10	22	7	-	-
1958	-	13	31	8	7	238
1959	1	14	29	9	4	106
1960	1	12	21	5	4	99
1961	1	8	15	4	2	30
1962	1	9	22	5	5	104
1963	3	15	33	6	10	219
1964	3	17	39	5	19	1.005
1965	4	22	-	-	63	1.258
1970	9	69	128	16	134	3.346
1975	13	131	374	70	109	3.677
1980	17	245	1.062 técnicos		-	Os 4-S foram incorporados por outras associações.
1985	20	289	-		-	Nº de jovens assistidos pela Acarpa/Emater: 13.444.

FONTE: The origin and development of Brazil's cooperative agricultural extension service. Usaid Mission to Brazil, 1965. Relatórios de Atividades anuais da Acarpa e Emater (1956-1985).

O baixo número de escritórios de extensão rural no início da atuação da extensão, foi um indicativo de que, além de serem poucos os recursos de ordem financeira, tratava-se, segundo Sepulcri, de uma recomendação de uma comissão da ABCAR (SEPULCRI, 2005, p. 70), que pretendia que os municípios e estados se apropriassem e multiplicassem por conta própria a filosofia da extensão. Deve-se levar em conta, também, que era um momento de teste, aprovação e experimentação da extensão em

certas localidades. Prova disso, são as discussões com relação à localização e o agrupamento dos escritórios e o dos Clubes 4-S após a saída da AIA da ABCAR, para facilitar a comunicação e reduzir os custos com deslocamento e manutenção (ACARPA, 1981).

A partir da década de 1970 houve uma grande expansão de escritórios, e a partir da segunda metade da década de 1980, a extensão rural estava presente praticamente em todos os municípios paranaenses. Neste período, também se observou, que foi o ápice do número de funcionários. Especialmente nos municípios, espalhou-se a quantidade de escritórios e o quadro de funcionários. A partir de 1980 aumentou o número de “agricultores” e cooperativas assistidas pela extensão rural.

Na medida em que se ampliaram os escritórios locais e regionais, bem como o número de funcionários, conseqüentemente o quadro de jovens atendidos pela Acarpa/Emater no Paraná, também teve um grande acréscimo. As décadas de 1970 e 1980 foi o momento de intenso trabalho da extensão, isso se deveu a grande expansão da “Revolução Verde” no Paraná, a internacionalização da pesquisa agrícola com a criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER),(Cf: BRUM, p. 48-49).

O aumento dos recursos financeiros fornecidos pelos estados e municípios ao projeto, especialmente o aumento da contribuição importado da “USAID mission to Brazil” para a ABCAR, e de outras entidades internacionais, apresentadas no primeiro capítulo, certamente colaboraram para o incremento de escritórios regionais e locais. O otimismo do projeto, frequentemente apresentados nos relatórios do ETA, da Acarpa, nos jornais locais e regionais⁹⁸, evidencia que as metas estipuladas pelos organizadores, embora em ritmo às vezes insatisfatórios nas localidades, e na visão dos agentes da modernização, estavam conseguindo dar conta das expectativas gerais do processo.

Do mesmo modo, o plano contou com membros estratégicos envolvidos, especialmente da classe patronal rural, em diversas agências do Estado, com a finalidade de defender, organizar, apoiar e aprovar projetos específicos para o setor. Alguns políticos da época se transformaram em sócios difusores das multinacionais no

⁹⁸ Os jornais “Rondon Comunicação”, “O Alento”, “Hoje” e o “Informativo da Copagril” realizaram ampla propaganda do processo de modernização da agricultura. Essa propaganda foi complementada pelo programa de notícias “Frente Ampla de Notícias”, da “Rádio Difusora” de Marechal Cândido Rondon.

Paraná. De certa forma, isso facilitou a introdução das empresas no meio rural, da mesma forma que foi um negócio rentável para alguns empresários⁹⁹.

A partir de 1963, o estado passou a contar com três escritórios regionais compreendendo o município da Lapa, Irati e Toledo, além de quinze escritórios locais. Marechal Cândido Rondon, Cascavel, Guaíra e Toledo fizeram parte do quadro de escritórios da região estudada. Cada escritório atendia a um ou mais municípios próximos.

O município de Marechal Cândido Rondon, que foi emancipado na década de 1960 e compunha vários distritos em seu entorno que também eram atendidos pela extensão, passou a contar com o serviço de extensão nesse período. A região Oeste do Paraná, especificamente o município de Rondon, era particularmente organizada em torno da agricultura familiar. As ações dos precursores da modernização, a extensão e os Clubes 4-S foram os canais de difusão da modernização. De certa forma, a estrutura da agricultura familiar mencionada proporcionou certo êxito nesse contexto da modernização.

A seguir será abordada a história dos Clubes 4-S e também analisaremos os fatores que levaram ao aumento significativo de participantes e sócios, bem como de Clubes, entre os anos de 1963 a 1977, em Marechal Cândido Rondon. Além disso, verificaremos a metodologia empregada pelos extensionistas e a integrações das comunidades em atividades promovidas pelos sócios.

⁹⁹ Como é o caso de Paulo Cruz Pimentel, que segundo Valentine, foi convidado para ocupar funções de honra na Sociedade Rural do estado do Paraná (VALENTINI, 2014, p.66). além disso, Paulo Pimentel assumiu a Secretaria de Agricultura, entre 1961 a 1965 a convite do governador Ney Braga. Foi representante da junta administrativa, do Instituto Brasileiro do Café (IBC), instituição que, como vimos no primeiro capítulo, disponibilizou recursos para a modernização da agricultura brasileira. Além disso, de 1961 a 1965, foi presidente da junta administrativa da ACARPA. E nos anos de 1970, representante da Massey Ferguson no município de Palotina.

3.3 A década de 1960: O início dos trabalhos dos Clubes 4-S em Marechal Cândido Rondon.

*“Tradição – vivendo como no passado, e orgulhoso disto sem disposição para mudar. É tão comum escutar-se; o que era bom para o pai é bom para o filho.
 Costume - estes são os mais difíceis de serem mudados, uma vez que o pensamento e o físico tornam-se acostumados a uma rotina que é difícil ou trabalhosa de ser mudada.
 Portanto mesmo que aquilo que vai ser ensinado seja o que o povo necessita, é necessário que se considerem as características acima mencionadas, sem que, o ensinamento poderá ir água abaixo”
 (CETREISUL, Pelotas, 1962).*

Até o momento pouco se sabe sobre as estratégias usadas pela extensão rural para a modernização da agricultura no Oeste do Paraná. As táticas de difusão dos recursos de origem estrangeira, para controlar a articulação dos produtores rurais ao processo, à introdução de novas culturas, de técnicas de cultivo e manuseio do solo, bem como à orientação alimentar, pouco ou quase nada foi discutido pelos pesquisadores da questão agrária. Tal situação faz com que algumas pessoas, em seu senso comum, defendam o período da ditadura como uma época de mobilização dos jovens para o “progresso” técnico da agricultura na região. Além disso, a atuação dos Clubes 4-S, até então, é praticamente desconhecida nos dias de hoje pela geração de jovens do campo e da cidade no Oeste do Paraná, embora muitas associações de classe tenham aproveitado do trabalho histórico dos Clubes 4-S e apresentado uma visão positiva e sem discussão sobre sua atuação.¹⁰⁰

A tecnologia e os insumos do pacote tecnológico, difundidos desde a atuação das agências de extensão rural e Clubes 4-S, continuam sendo apresentados localmente como solução para os problemas agrícolas, entre eles, a saída dos jovens do campo, controle de pragas, aumento da produção, lucratividade, melhoria da qualidade de vida no meio rural. Se estas fossem soluções eficientes para tais problemas como o discurso oficial sobre o processo busca fazer crer, por que até hoje não foram solucionados?

Em Marechal Cândido Rondon, os Clubes 4-S foram um dos principais instrumentos da extensão rural para inserir os “agricultores” no processo de

¹⁰⁰ O site “Memória Rondonense” organizou certa memória oficial sobre a importância dos Clubes 4-S para a estruturação de organizações, voltadas para o interesse dos produtores rurais da região. A proposta do site é divulgar fotos e dados sobre o passado do município, mas conhecer uma dada realidade a partir de informações elegidas como principais para ser rememorada, privilegiando datas e determinados fatos de caráter oficial. Cf.: <http://www.memoriarondonense.com.br/calendario-historico-single/07/25/> acessado em outubro de 2016.

modernização da agricultura. Os Clubes iniciaram suas ações na região estudada na década de 1960, contexto de colonização e ocupação do território que hoje conforma o município. Sobre o início do trabalho da extensão rural em Marechal Cândido Rondon, Rodolfo Steindorf, o primeiro extensionista que trabalhou na região durante o contexto de elaboração e difusão das técnicas modernas, bem como dos Clubes 4-S, avaliou que:

Quando trabalhei lá em Marechal Cândido Rondon ainda tinha muita floresta e muitos dos agricultores vindos do RS e de SC moravam em clareiras abertas na mata. Imagino que os poucos capões de mato ainda existentes hoje correspondem às clareiras abertas na mata para o início de instalação das famílias de agricultores. Imagine o contrassenso, na época se faziam ainda projetos para desmatamento e implantação de lavouras e, as plantações em grande parte eram verdadeiros consórcios de milho, feijão e mandioca, a soja era insignificante (RODOLFO, entrevista, 2015).

O processo de ocupação do território local foi fortemente estimulado pela companhia colonizadora Maripá, em meados dos anos de 1950. Segundo dados do IBGE, “a busca do alargamento da fronteira agrícola, aliada à proposta de exploração da erva mate, a policultura de subsistência, dentre outros fatores econômicos, foram determinantes à formação do núcleo populacional que deu origem ao município” de Marechal Cândido Rondon (IBGE).

Depois de esgotadas as possibilidades de ampliação e acesso as áreas produtivas nas regiões Sul do país, como no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, o Oeste do Paraná, reconhecida fronteira agrária, tornou-se uma possibilidade viável para um número significativo de população excluída do campo e ou interessada em aumentar a produtividade numa região de terras férteis e produtivas. A influência da concentração fundiária nas regiões de origem e a divisão das terras em pequenas propriedades no Paraná são alguns fatores que levaram a migração de rio-grandenses e catarinenses para este estado.

Embora o grosso da migração foi composta por rio-grandenses e catarinenses, os dados dos censos demográficos do IBGE revelam a vinda de nordestinos, paulistas, pernambucanos, baianos e mineiros, entre outras populações da fronteira como os paraguaios e argentinos. Grande parte dessa população tornou-se força de trabalho nas propriedades rurais e foram se estabelecendo em maior parte nas localidades em processo de urbanização. Outras foram migrando para outras regiões em busca de melhores condições de vida e trabalho.

Boa parte da população proveniente de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, já tinham um conhecimento sobre algumas técnicas de produção, alguns já traziam de lá pequenos instrumentos agrícolas e técnicas de cultivo. O Rio Grande do Sul foi a região de colonização mais antiga de fluxo migratório de alemães e italianos no Sul do Brasil. Boa parte deste contingente foi atraído para região Oeste do Paraná por meio da propaganda da Maripá, nos anos de 1940.

Os “agricultores” usavam intensivamente os recursos naturais e praticavam uma agricultura empregando mão de obra familiar. Segundo SOUZA, em 1948, no Rio Grande do Sul, também, já era praticada uma agricultura nos moldes empresariais, que se acentuou nos anos de 1950, com a participação de fundações e instituições estadunidenses (SOUZA, 2003, p.33-35).

O processo histórico de concentração fundiária, naquele estado, se acentuou nas décadas de 1940/1950. Tal situação, agregado ao aumento populacional, e limitação dos lotes, gerou a expulsão e acentuada migração de gaúchos para outros estados. Segundo Brum (1988, p.91), desde as décadas de 1920/1930, contexto da quebra da bolsa de Nova York, foi bastante intenso o êxodo de gaúchos, mas principalmente nos anos de 1940 e 1950, período de introdução das agências de extensão no país.

Os migrantes do Sul foram considerados mais eficientes e melhores colonizadores. Apresentavam uma tradição e experiências de trabalho na agricultura, aliada ao espírito migratório e acentuado grau de iniciativa e capacidade empreendedora, além de possuírem mão de obra exclusivamente familiar e certos recursos econômicos e financeiros próprios (BRUM, 1988, p. 92).

Portanto, os migrantes que vieram para o Paraná, já eram conhecedores de algumas práticas consideradas, na época, como modernas, e isso, de certa forma, facilitou a difusão do pacote tecnológico no Oeste do Paraná. Lembrando que as companhias colonizadoras que atuaram no Paraná, também tinham preferência justamente pelos migrantes do Sul. Mas essa migração não transferiu mecanicamente os métodos de produção experimentados no Rio Grande do Sul.

No Paraná, especificamente em Marechal, constatamos que no início da extensão rural, a maior parte da população vivia no campo, e a produção era especialmente voltada para a subsistência. Desenvolviam técnicas de produção de cultivo múltiplo, ou seja, numa mesma área/propriedade, misturavam culturas como o feijão, mandioca, alfafa e milho, além disso, desenvolviam criação de porcos, com sistema de alimentação

simples, que compunha a junção de vários alimentos cozidos como batata, mandioca e milho (STEINDORF, 2015).

Segundo relatório da Acarpa de 1968, em Marechal, boa parte da aquisição dos bens de produção e agropecuária pelos produtores rurais, eram adquiridas via sindicato rural, e pelo comércio varejista. A venda da produção de grãos e suínos, em sua maioria, era realizada na propriedade, e a comercialização do milho entre suinocultores, do próprio município. Já os chamados suínos eram vendidos tanto para frigoríficos, quanto para intermediários, conhecidos como “porcadeiros”. A maior fonte da renda provinha da criação dos porcos. Em menor escala produzia-se bovinos, soja, trigo, arroz e o comércio era bem reduzido (ACARPA, Realidade rural, MCR, Curitiba, 1968).

Na imagem a seguir, podemos visualizar que a estrutura do chiqueiro, seguia um padrão e modelo, diferente da criação tradicional, soltos no pátio e ou presos em piquetes¹⁰¹. As famílias que se estabeleceram em Marechal e que possuíam forte relação com a comercialização dos suínos para outros estados reproduziam técnicas de produção praticadas anteriormente no Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Outras, também desenvolveram o modelo de criação tradicional, até então pouco e/ou quase nada relatado nas fontes oficiais da época, pois eram destinadas em sua maioria para o consumo interno e familiar.

FIGURA 9: Produção de porcos em Marechal Cândido Rondon



Fonte: IBGE: Chagas, Hernondino; Domingues, Alfredo José Porto, Conjunto, residências com galpão e chiqueiro: Município Marechal Cândido Rondon (PR). Disponível no site: <http://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=421399>

¹⁰¹ No meio rural, principalmente na região Sul, o piquete é entendido como um pequeno potreiro, ou área cercada de pastagem, que limita o acesso dos animais e que impede a fuga e/ou roubo de criação.

Como vimos anteriormente, essa população que se estabeleceu na região em estudo, tratava-se de uma geração que já tinha um contato prévio com uma agricultura em processo incipiente de modernização, uma vez que a Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural (ASCAR), por exemplo, no Rio Grande do sul, já tinha desenvolvido a extensão antes do que o Paraná. Além disso, já possuíam certa relação com o mercado nacional e forte produção da pecuária.

A imposição da racionalidade técnica e científica na agricultura brasileira e especificamente no Oeste do Paraná foi um processo que articulou dinâmicas de acesso ao universo rural pela metodologia dos Clubes 4-S. O crédito “educativo” e infiltração nos meios de comunicação e organizações sociais são parte da estratégia usada pela extensão. Ou seja, não foi só o trabalho diretamente realizado com os produtores. De certa forma, a estratégia de difusão do projeto, por meio dos jornais locais, incluía o contexto social mais amplo. Foi, nesse sentido, um projeto de grande amplitude.

Esses Clubes foram um dos principais recursos da extensão rural para a mudança dos costumes locais, para tanto, usaram do adestramento e doutrinação da população do meio rural. Mas também, constituiu num mecanismo para introduzir outras técnicas de agricultura, e uma possibilidade, para o desenvolvimento do “espírito associativo” (GRUPOS E CLUBES) abalizado no sentido de lucratividade, isto é, na valorização da união no significado da produção do lucro, da renda, da exportação. Há, portanto o interesse e ações que não priorizavam necessariamente o bem estar do grupo, mas os interesses individuais em tornar os produtores rurais em “agricultores modernos”, “empresários”, “bem sucedidos financeiramente”.

Podemos observar nas práticas da extensão, uma ação de individualização, pois o interesse é garantir que os membros do grupo sejam compensados particularmente por participarem dele. Não que isto não existisse antes, mas a partir da extensão o objeto final é o sucesso individual, fato que, pouco a pouco, levava a extinção das formas costumeiras de organização e ao estabelecimento das cooperativas empresariais. Ou seja, tratou-se de uma prática que servia como instrumento de intensificação da subordinação da pequena produção ao capital comercial, bancário, bem como a agroindústria e as cooperativas capitalistas.

3.4 Os primeiros anos de atuação da extensão e dos Clubes 4-S (1963-1965)

Antes de começar o trabalho nesta região, os técnicos observavam as estruturas locais que poderiam oferecer condições favoráveis para a formação de um Clube 4-S, mas principalmente verificando a manifestação de interesses das pessoas em criar um Clube. A existência de adultos interessados e o potencial dos jovens em levar adiante o projeto (CETREISUL, 1961).

A inserção da extensão rural na região foi motivada por lideranças políticas locais, e pelo empreendimento privado, pois o planejamento fazia parte da proposta do governo nacional-desenvolvimentista desde os anos de 1950, de avanço sobre as áreas de fronteira para exploração agrícola. Nesse sentido, o movimento extensionista procurou, a partir dos anos de 1963, adentrar no universo rural, conquistar os “agricultores” e principalmente adquirir apoio social. Nesse momento uma das principais figuras que deu suporte para a instalação da extensão foi Arlindo Alberto Lamb¹⁰² que na época era prefeito do município (1961-1965).

Segundo Rodolfo Steindorf, formado em agronomia pela Universidade Federal do Paraná, em 1962, a ACARPA o enviou para o escritório de Marechal Cândido Rondon porque ele tinha um bom conhecimento da língua alemã, e assim poderia facilmente se comunicar com muitos produtores rurais que, segundo Rodolfo, muito pouco falava ou entendiam o português. Iniciou o trabalho em 1963 e permaneceu no município por cerca de dois anos, até 1965 (RODOLFO, 2015).

No primeiro ano, os extensionistas dedicavam-se ao levantamento da área de trabalho, no estabelecimento de contatos com a população rural e membros da comunidade. Também faziam um levantamento da quantidade de pessoas interessadas em participar dos Clubes. Em Marechal Cândido Rondon, segundo o extensionista, houve ampla receptividade e auxílio nesse período de atuação, principalmente de um dos professores da escola da localidade de Curvado, chamado Elmo Lauro Gall, liderança importante no processo da modernização no contexto do município.

¹⁰² Após sua chegada ao Paraná nos anos de 1950, assumiu o cargo de vereador no município pelo partido PTB. Além disso, possuía um amplo patrimônio, desde a maior empresa de transportes rodoviários do Oeste chamada Empresa Rio Paraná Ltda, além de amplas áreas de terras, como em Pato Bragado, Entre Rios do Oeste e Bela Vista, somando num total de 772 alqueires (ZIMMERMANN apud KOLING, p.356). Além disso, adquiriu a Rádio Difusora do Paraná, um dos principais meios de divulgação das ações da extensão rural local. Foi o primeiro diretor presidente da Copagril.

Após a escolha da comunidade, os extensionistas difundiam a ideia ao visitar as famílias, faziam reuniões, com jovens para a escolha de líderes voluntários, explicavam o que eram os Clubes 4-S, quais eram os seus objetivos e que indicassem pessoas responsáveis pela organização e efetivação das reuniões dos Clubes (SOUZA, 2003, p. 137).

Os professores eram os principais escolhidos pelos extensionistas para poderem conquistar credibilidade diante das comunidades rurais. Era uma possibilidade para se aproximar das famílias. Normalmente eram bastante aliados dos extensionistas. A escola, enquanto local de sociabilidade, era uma boa possibilidade para estabelecer uma aproximação maior e/ou integração com os filhos e a família de “agricultores”, que muitas vezes não se mostravam de início tão receptivos as ações da extensão. Além disso, a escola era considerada o espaço do conhecimento formal. E no caso de Marechal os professores foram elementos importantes de acolhimento do projeto.

Nesses primeiros anos da sua atuação em Marechal, foram atendidos cerca de dez Clubes 4-S, sendo que o primeiro denominado “Flor da Serra” foi inaugurado em 1963, na comunidade de Iguiporã. Nesta localidade, a extensão teve uma ampla atuação, mantendo uma das maiores expressões de trabalho junto à extensão rural. Receptividade essa atribuída, também, as ações dos primeiros líderes locais, tais como o casal Jorge Figur, Rosa Figur e o próprio Elmo Lauro Gall, entre outros. Além disso, neste período também foram criados outros Clubes no distrito de Curvado e em Margarida (STEINDORF, 2015).

FIGURA 10: 1º Clube 4-S em Marechal Cândido Rondon, localidade de Iguiporã



Fonte: Álbum de fotografias do extensionista Rodolfo, produzida em 1964 no distrito de Iguiporã em Marechal Cândido Rondon.

Nesses primeiros anos da extensão rural em Marechal, os extensionistas também realizaram um processo de convencimento dos pais para que pudessem permitir a participação dos filhos nos Clubes 4-S. Procuravam convencê-los, realizando reuniões, palestras, visitas nas residências, com indicações dos “benefícios” que o Clube poderia trazer para o melhoramento da produção, aumento da lucratividade e para o bem estar da família. Contavam com o auxílio dos professores nesse processo inicial de convencimento, como podemos verificar na citação a seguir:

Esse mesmo professor que também nós tínhamos organizado um Clube na comunidade dele, ele chegou um dia pra mim e disse:

--Rodolfo tem uma família ali que tem dois meninos interessados e tudo, mas havia uma rixa entre o professor e aquela família, e a família não deixava os meninos ir no Clube.

E ele disse:

--Poderíamos ir conversar com ele. E eu digo:

--Puxa que fria, mas vamo, vamo sim, vamos marcar.

Aí fomos lá, tinha uns cachorrões lá e eu digo se o homem for meio brabo mesmo, aí é capaz de nós termos que correr pra não apanhar. (risos).

Mas chegamos lá, estava à esposa dele mais um parente. E eu disse:

--Pois é pessoal, nós da Acarpa não somos aqui cobrador de imposto, nós não somos pra mudança de política, o nosso interesse e nossa função que o estado nos orienta é trabalhar para ajudar os agricultores poder usar melhor o adubo, usar melhor o veneno, não usar demais, saber qual semente da melhor fazer análise da terra, pra saber o que falta nessa terra, se bem que era terra nova em Marechal Cândido Rondon naquele tempo. Então praticamente, não usava adubo, não usava calcário, não usava quase veneno, e as plantações naquela época. Então naquela época fazendo essa conversa com eles, eu disse:

--Nós queremos ver aqui com vocês como é que vocês estão fazendo, se está bom, se da pra melhorar e a intenção dos Clubes 4-S é que os filhos de vocês comecem a também não só estudar o que precisa no ABC, mas estudar a agricultura um pouco melhor. Então, o senhor está meio não querendo deixar os meninos participar, mas o senhor pode deixar participar que é serviço de interesse de vocês. Aí conversando até aí tudo bem, até tomamos um cafezinho ai com eles, ai foi tudo bem. Então são coisas que você como técnico às vezes chega numa enroscada de repente você tem que ajudar a resolver (RODOLFO, 2015).

Para conseguir a aproximação da comunidade, outra importante ação da extensão foi a formação de lideranças. As reuniões iniciais possibilitaram formar e conhecer as lideranças locais, as famílias atendidas e, principalmente, os jovens, buscando apoio e confiança das famílias para poder aos poucos introduzir o projeto. O relato do extensionista demonstra muito bem a estratégia da Acarpa para conquistar a

população. Em várias partes da entrevista, Rodolfo demonstrou como eram os primeiros contatos com a comunidade local e as principais limitações para atingir o maior número de pessoas possíveis:

(...) a nossa inteligência de serviço achou que nós tínhamos que começar com liderança. Criar lideranças, para que os serviços pudessem render mais. Então aí nas comunidades nós explicamos: ___ Olha, nós somos só eu, e a moça, a Roseli que era da parte social. Então o município daqui tem tantas comunidades e nós não vamos chegar a todo mundo. Então nós gostaríamos que ver com vocês aqui de eleger alguns representantes. Por exemplo, chegava em Iguaporã. Iguaporã tinha linha pra cá, pra cá, pra cá, pra cá. Tinham umas quatro cinco linhas. Eu digo olha. Pra eu chegar, até a linha Norte, e chegar na linha Sul, e chegar nas linhas, não me lembro os nomes. Disse pra chegar em todas eu não vou chegar. Então se vocês aceitarem a ideia de nós termos aqui um grupo de vocês que aceitem ser representantes daquele lugar, então nós fazemos a reunião com vocês representantes. E vocês voltando para o lugar de vocês, vocês fazem uma reuniãozinha com os vizinhos, pra conversar o que nós conversamos aqui. E até por um bom tempo, no começo ficou um pouquinho assim, então depois o pessoal, não... Vamos colaborar. Aí tinham uns colaborando mais outros menos. Uns poucos não iam. Inclusive criamos, um tal de relatório de líder, então fizemos uma folha, pra não precisar escrever muito, né. Folha onde dizia: Comunidade de Iguaporã, linha tal, agricultores do lugar 20, e reunião feita sobre milho híbrido. Apareceram 8 pessoas (RODOLFO, Curitiba, 2015).

A escolha de lideranças foi um dos principais meios para aproximar as comunidades locais junto à extensão. Além disso, essa prática constituiu num dos principais passos para expandir a aceitação da agência de extensão rural nesta região. Segundo Souza, uma das principais dificuldades dos extensionistas era atender todas as famílias os líderes em sua amplitude, a escolha de lideranças auxiliava então os técnicos a executar o trabalho de extensão dentro de cada região e linha rural. Eles eram os intermediários entre os agentes e as famílias rurais e um canal de acesso aos “agricultores”.

Formaram-se inúmeras lideranças locais de projetos agropecuários, economia doméstica e de projetos 4-S que atuavam voluntariamente. A escolha dos líderes locais era feita com participação da comunidade, de preferência deveria ser um adulto, com certo destaque na comunidade e interesse pela modernização. Em seguida, partia-se para a organização de um Clube 4-S, elegendo a diretoria, através dos sócios. A diretoria de um Clube era composta pelo presidente, vice-presidente, secretário e

tesoureiro que deveriam dar concreticidade para a realização de encontros, reuniões, exposições, recreações etc.

O presidente, segundo o manual para extensionista, era o principal representante do Clube, organizador e preparador das reuniões regulares, dirigente das reuniões, mantenedor da ordem nas reuniões. Também era quem decidia as votações quando havia empate, autorizava pagamento de contas, depois de aprovadas pelos demais membros da diretoria. Mantinha contato com extensionistas e líderes.

Ao Vice-presidente cabia ajudar os demais membros da diretoria. O secretário realizava as anotações do livro da secretaria, anotava o que acontecia nas reuniões, realizava a ata, dirigia as reuniões na ausência do presidente e do vice. Já o tesoureiro, mantinha as anotações do livro de tesouraria, controlava as contas, fazia pagamentos e cobranças (CETREISUL, 1961, p. 20).

Aos jovens sócios de um Clube 4-S era necessário apresentar em média entre 10 a 20 anos de idade e estar interessado em participar das atividades feitas pelos membros organizativos. Além disso, escolher ao menos um projeto individual ou coletivo, selecionado pelo extensionista para desenvolver localmente, para poder ser inserido num Clube. No caso de Marechal Cândido Rondon, os meninos eram orientados para desenvolver trabalhos com o milho híbrido, trigo e suinocultura. Na área de economia doméstica, as meninas desenvolviam trabalhos ligados à alimentação, higiene, saúde e habitação: costura, horta doméstica, melhoramento do lar, confecção de receitas contendo trigo, milho e a soja, ornamentação de pratos, entre outros.

As primeiras ações de Steindorf e da primeira economista doméstica chamada Roseli,¹⁰³ foram nesse sentido, qual seja, o da “conscientização” para incorporação de novas técnicas e hábitos no meio rural. De maneira geral, os Clubes desenvolviam diversas atividades: lavoura demonstrativa, reuniões, palestras, treinamentos, desfiles, visitas, seminários e encontros com aplicação de técnicas recreativas para demonstrar as vantagens que a modernização da agricultura poderia proporcionar aos “agricultores”.

Em Marechal, os sócios desses Clubes eram filhos de pequenos, médios e grandes produtores rurais. Como foi mencionada a condição para ser membro de um Clube era a de desenvolver um projeto que envolvesse agricultura “moderna”, higiene, costura,

¹⁰³ Nas fontes não identificamos mais informações acerca da atuação da economista doméstica chamada Roseli no Oeste do Paraná.

decoreção do lar, horta doméstica e alimentação. Na época, essas atividades eram muito atrativas, e por isso incentivavam muitos jovens a participar e formar Clubes.

A demonstração era considerada pela extensão rural como um dos melhores meios empregados em Marechal Cândido Rondon para construir confiança nos extensionistas. Isso é perceptível pelas inúmeras atividades com essa qualidade nos Clubes. Ela também possibilitou encontrar líderes importantes para a ampliação do programa. As demonstrações foram realizadas desde a atuação do primeiro extensionista local. Uma das principais ações dos extensionistas foi a organização do chamado “campinho do aluno”, que se constituía numa pequena área cedida pelo pai ao sócio quatroessista, onde o jovem fazia os experimentos ensinados pelos extensionistas. Tratava-se de pequenas áreas destinadas para experimentações, demonstração, aquisição de experiência e acompanhamento da produtividade.

Nelas realizavam-se testes com o plantio do milho híbrido, conservação do solo, experiências com a produção da soja, trigo, controle de “pragas”. Além disso, realizavam-se observações do solo e clima apropriados para o plantio. Os campos serviam como um meio de demonstração aos demais jovens, famílias e comunidades. Era uma estratégia de incentivo, também aos pais para introduzir uma prática em sua propriedade.

Na fotografia abaixo, podemos observar o acompanhamento do extensionista num desses campos em Marechal Cândido Rondon. Tratou-se de uma experimentação e teste com o milho melhorado, ou seja, o híbrido amplamente propagandeado e incentivado pela extensão.

FIGURA 11: Fotografia de campo do aluno acompanhado e organizado pelo extensionista Rodolfo



FONTE: Fotografia e Rodolfo Steindorf representando a produção de milho no “campinho” de um aluno, Marechal Cândido Rondon, anos de 1960.

O principal interesse na criação do campinho era demonstrar aos jovens, familiares e comunidade que “para melhorar a qualidade de vida”, não era necessário alterar a estrutura da propriedade privada e/ou fazer uma redistribuição da terra, bastava aumentar a produtividade sem, necessariamente, ampliar as áreas de cultivo. Essa era uma tática para manter tanto a estrutura da dominação sobre o meio rural, como a estrutura de produção e reprodução capitalista.

Alguns dados da rádio difusora, ao fazer uma retrospectiva das ações do movimento quatroessista, indicaram alguns caminhos percorridos pelos Clubes.

O início desses Clubes foi tomado com certa surpresa em nossa região, tivemos ocasião de saber que no mesmo espaço de terra, um velho pai plantando de acordo com que lhes ensinavam seus avós mantinham com certa dificuldade uma certa quantia. Seu filho, baseado nos ensinamentos racionais colhia no mesmo espaço de terra o triplo do que colheu o velho pai e em qualidade superior. Esse foi o início (FRENTE AMPLA DE NOTÍCIAS, Vol. 06, 1969).

Além dos campinhos de experimentações dos sócios 4-S, Rodolfo desenvolveu outros projetos voltados para criação de paióis de tela “econômicos”, pois segundo o extensionista, “muitos produtores não tinham dinheiro para construir um paiol”. Como possibilidade de armazenar a produção, o projeto previa formas iniciais de estocagem. Segundo Rodolfo, nos centros de pesquisa da Secretaria de Agricultura inventou-se uma técnica para que os produtores pudessem estocar sua produção. A estrutura do paiol era novidade e permitiu conservar por maior tempo o milho, diante da infestação dos ratos (RODOLFO, entrevista, Curitiba, 2015). Além do mais, fazia-se propaganda sobre a importância da boa armazenagem da produção como garantia de lucro certo.

FIGURA 12: Modelo de Paiol de Tela desenvolvido pelos extensionistas em Marechal Cândido Rondon



FONTE: Fotografia de Rodolfo, paiol de tela, centro de Marechal Cândido Rondon na associação dos agricultores, anos de 1960.

Segundo Rodolfo (2015), o paiol apresentado na figura anterior, foi construído no centro da cidade, próximo ao Clube Aliança, e se tornou muito atrativa entre muitos jovens e “agricultores”, porque não bastava aumentar a produtividade, era preciso garantir espaço para conservação e armazenagem. O intuito era demonstrar resultados obtidos com o trabalho quatroessista e extensionista a toda a comunidade. A construção dos paióis, no contexto em que ainda não existiam as cooperativas, para muitos era uma boa possibilidade para conservar o produto até o momento da comercialização.

Aos poucos eram criados os meios para a propagação da racionalidade da modernização, vinculada ao mercado e ao lucro. Enquanto que a racionalidade anterior, costumeira em seus princípios, que tinha por meta a manutenção da unidade familiar frequentemente era alvo de desqualificação, desconsideração das experiências de vida e trabalho no meio rural. A demonstração de resultados, enquanto mecanismo de propagação da tecnificação era uma das práticas constantes na região, e positiva do ponto de vista de obtenção de resultados de incorporação do projeto. Segundo relatório da CETRISUL, os propósitos das demonstrações eram,

(...) apresentar uma prática recomendada, de um modo interessante e convincente, afim de que o possa apreciar sua necessidade e sua aplicação prática, de acordo com as condições locais. Uma pessoa pode duvidar daquilo que houve, mas raramente duvida daquilo que faz. Aquilo que os olhos vêem é muito melhor do que um milhão de palavras que ouvidos possam ouvir. As demonstrações são importantes, por oferecer oportunidade de combinar três princípios fundamentais de aprendizagem: ouvir, vê e fazer. Quando pessoas podem ser estimuladas a tomar parte numa demonstração, fazendo, a adaptação de uma prática é quase que automática. A finalidade primordial de uma demonstração de resultado é mostrar resultado. É um dos melhores métodos para construir confiança no extensionista e no povo (CETREISUL).

Nos Clubes 4-S esse tipo de demonstração requeria tempo, análise de resultados e comparação. A demonstração poderia ser realizada por um líder 4-S, família, acompanhada pelo técnico, por um produtor rural adepto do projeto da modernização, ou até mesmo por um especialista do serviço ou por alguém da comunidade que tivesse instruções das agências para executá-la.

Nos Clubes 4-S, além do “campinho do aluno”, outra atividade destacada pelo primeiro extensionista nos primeiros anos de atuação da extensão local, foi a criação do relatório do líder, Segundo Rodolfo:

Então a gente fez uma folha, para não precisar escrever muito né, folha onde dizia: comunidade: Iguiporã, linha tal, agricultores do lugar: 20, e reunião feita sobre o milho híbrido, apareceram: 8 pessoas. Então a gente tinha uma ideia de que tinha levado pelo menos a notícia para 8 pessoas daquela comunidade (STEINDORF, 2015).

O relatório era um meio de controle das ações dos líderes em cada comunidade. O intuito era atingir o máximo de pessoas possíveis, e nem todos os extensionistas conseguiam esse empreendimento. Conquistar líderes e convocá-los para essa tarefa era uma boa possibilidade não só para conquistar mais “agricultores”, mas também diminuía tempo e gastos da extensão. Durante a atuação do Rodolfo foram criados cerca de 8 Clubes 4-S.

A partir de 1965, outro extensionista passou a atuar em MCR, trata-se do engenheiro agrônomo Polan Lacki, formado pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Além disso, durante 23 anos trabalhou na Organização das Nações Unidas para a Agricultura e na FAO/ONU para a Alimentação, também como especialista em educação agrícola e extensão rural. Permaneceu no município de 1965 a 1967. Segundo o extensionista Polan Lacki, antes de iniciar o trabalho em Marechal, realizou um curso de pré-serviço em Florianópolis. As capacitações e recebimento de informações eram efetivados mensalmente, na sede da região que era em Toledo (LACKI, 2015).

Além disso, Polan Lacki desenvolveu regionalmente trabalhos voltados para a incorporação de novas técnicas de criação de porcos.

Nós estávamos na época lá de criar o porco como se criava a 50 anos atrás, é produzindo abobora, mandioca, batata doce, milho, fazendo aquele cozimento nos panelões. E então, aquilo era uma fonte de contaminação de sujeira, de transmissão de doenças. E nós da Acarpa, aí sim fui um protagonista importante. Começamos a lançar a ideia de que nós devêssemos melhorar a alimentação dos suínos, para que ao invés de vender os suínos com 18 meses pudéssemos vender por 6 meses de idade, um terço de idade. E formulamos, nós, os extensionistas da Acarpa, alguns de nível superior e outros de nível médio, formulamos uma primeira ração balanceada da Acarpa, chamava-se, para que eles pudessem fabricar tostado e torrando a soja e triturando a soja com alfafa seca e com o milho e fazendo sal mineral com sal, com farinha de ossos, com cal, e então fazíamos as chamadas demonstrações de resultados, botando dez leitões alimentados com a lavagem deles e dez leitões com a ração chamada da Acarpa na época e instalávamos essas demonstrações dávamos a capacitação pra eles vinte dias voltávamos pra ver os resultados, era impressionante a diferença primeiro pela limpeza o ambiente e tudo, e pelo tamanho dos leitões, né. A tal ponto que, vários dos criadores colocaram a perder essa pesquisa, se se pode se chamar de pesquisa,

essa comparação, porque eles com cinco dez dias de diferença já misturavam os porcos todos, não queriam perder tempo em continuar dando lavagem (LACKI, 2015).

Embora o extensionista priorize uma narrativa que o coloca como o principal agente da modernização, foram os sujeitos, a maior parte deles “agricultores”, que produziram a transposição da agricultura tradicional para a de tipo modernizada. Não se pode dizer, simplesmente, que o trabalho dos especialistas foram definidores do processo. É evidente que, em meio a tanta divulgação de resultados, os “agricultores” aderiam de forma consciente à proposta dos extensionistas. Afinal, como se sabe, praticando novas técnicas, com melhores resultados de produção, os “agricultores” poderiam projetar maiores excedentes. A reboque deste processo, que tem relação com a otimização do trabalho, a racionalização, como premissa, introduziu e aprofundou novas culturas. No entanto, o método de demonstração só surtiu o efeito desejado porque esses “agricultores” experimentaram os benefícios das renovadas práticas.

A intensificação da produção da soja e do milho na região era fundamental para a fabricação da ração. Como a criação de porcos, embora muitos ainda criados de forma tradicional em Marechal Cândido Rondon eram uma prática já antiga e forte na região, o aumento da produtividade tornou-se algo muito atrativo para os “agricultores” que já comercializavam para outros estados como São Paulo. Especialmente porque as possibilidades de lucros com o aumento da produtividade por conta da diminuição do tempo de comercialização com a “ração balanceada”. O relato do extensionista demonstrou que a recepção ao projeto, mais uma vez foi positiva na região, até certo ponto, uma vez que nesse contexto, outras técnicas foram empregadas para incorporar o projeto.

Na visão do primeiro extensionista Rodolfo,

(...) o Polan era mais de uma linha de resolver o problema de rompante. Por exemplo, ele chegava, por exemplo, os agricultores naquela época pra tratar os porcos naquela época eles tinham seu tacho e ali cozinhavam a mandioca, o milho. Enfim pra deitar lá no cocho pro porco, né. E o Polan, contam, até não sei se chega ser verdade, diz ele: ---- Não, vamos acabar com esse negócio de cozinhar lavagem pra porco.

Chegava lá com o jipe do lado do fogo e derrubava aquele negócio e dizia:

--Isso aqui você não vai fazer mais. Diz que ele usava essa estratégia né (STEINDORF, 2015).

A declaração anterior fornece importantes elementos de análise. Nesse momento, além dos Clubes 4-S, verificou-se que muito mais do que conscientização pela demonstração e atividades em grupos, havia certas imposições das novas técnicas. Como vimos anteriormente, o argumento da extensão, baseado na dificuldade de mudanças dos costumes, poderiam ser indícios de resistências à modernização. São poucos os indícios que permitem a análise no nível da resistência. Embora nossas fontes pouco ou quase nada tratam delas, é importante apresentar as brechas nas informações que muitas vezes tentam ocultar outras versões sobre o processo da modernização. Com isso, acabam criando uma memória positiva do processo. De qualquer modo, vimos que o projeto deu certo para certo grupo social. Enquanto outros foram excluídos do processo.

A racionalização com foco no lucro e exportação de suínos iniciou nos primeiros anos de atividades da extensão local, mas que se estendeu por décadas posteriores até a sua total incorporação. Na década de 1970, por exemplo, houve diminuição da suinocultura, segundo notícia da rádio difusora,

Continua sendo realizado em nossa cidade um curso sobre suinocultura especialmente para os jovens 4-S, de nosso município. Muita gente com a febre da Hortelã, trigo e soja, não planta mais milho e em consequência, o abandono da criação de suínos. Por que os técnicos insistem em tal atividade, o de criar suínos? O Agrônomo, Técnico, Veterinário acham o abandono do plantio de milho e criação de suínos, uma imprudência por parte dos senhores agricultores. Vejamos os efeitos catastróficos originada pela chuva de pedras que se abateu sobre 4 Pontes. Por certo os que somente plantaram trigo, hoje sofrem as consequências, por terem somente uma safra e que foi totalmente destruída (FRENTE AMPLA DE NOTÍCIAS, Vol. 14, 1971-1972).

A partir dessa citação podemos observar que uma das formas de imposição da suinocultura foi à transferência aos “agricultores” o fracasso das frustrações de safras decorrentes de fatores climáticos. A única saída nestes casos apresentada pelos técnicos era a diversificação. A suinocultura, além de ser elemento essencial para atender não só as demandas do mercado e consumo local eram de interesse internacional. Bem como possibilitava a fabricação de rações que geraria maiores lucros para as indústrias e ainda intensificaria ainda mais a exploração e aproveitamento da força de trabalho familiar do meio rural. Tratava-se, portanto, da disseminação da racionalidade capitalista que estava sendo imposta sobre o campo, onde os “agricultores” poderiam eventualmente empregar

a força de trabalho externa ao ambiente familiar, tornando-se empresário. Ou até mesmo constituía-se num meio de agregar valor e ampliação da jornada de trabalho de acordo com as demandas disponíveis no meio rural. Além do mais, era uma boa possibilidade para aqueles que desejavam complementar sua renda em tempos de escassez de dinheiro e má produtividade e para adquirir maior facilidade e garantia de financiamentos.

Transformar os produtores rurais tradicionais em “agricultores modernos” fez parte dos princípios iniciais da extensão, ações que se estenderam por anos posteriores na região estudada. Do mesmo modo que “derrubar” conhecimentos de uma geração pode ser um termo apropriado para complementar a análise do processo. Por outro lado, a extensão também agia pela desconstrução do modo de vida habitual, sobre a crítica ao “atraso” e ao arcaico, para acelerar o processo de modernização.

(...) Fazíamos uma palestrazinha pra eles, seguida de uma chamada demonstração de método, que era fazendo ali, olha tem que botar cada semente de milho, cada grão de semente 20 centímetro, o espaçamento entre uma linha e um metro e tal. E às vezes se implantava a chamada demonstração de resultado, esse foi o caso que eu falei dos porcos. Separava dez leitõezinhos alimentando com a comida tradicional e os outros dez pela famosa ração balanceada da Acarpa. 30 ou sessenta dias depois se pesava e se chamava a comunidade e se mostrava o resultado (LACKI, 2015).

Neste segundo momento de atuação da extensão (1965-1967), Lacki desenvolveu a assistência à agricultura, plantio de milho, soja, de alfafa, criação de porcos, e pecuária leiteira, bem como na dinamização dos Clubes 4-S. Além disso, desenvolveu os primeiros projetos de crédito rural na região, financiados pelo BRDE, para construir pocilgas, para os “agricultores” comprarem/financiarem trilhadeiras e trituradores de grãos, para fazer a ração. Nesse sentido, a produção da ração não era tão barata assim, embora os extensionistas difundissem o contrário. Mesmo que na prática e nas demonstrações de resultados era visível o aumento da produtividade, não bastava produzir milho, soja e alfafa, era preciso adquirir os meios de fabricação da ração, ou seja, a máquina para triturar os grãos. Assim, organizavam-se, aos poucos, a expansão dos interesses da indústria no meio rural.

Segundo informações disponibilizadas pela Rádio Difusora,

Um grupo de agricultores recebeu ontem as importâncias de empréstimos encaminhado por intermédio da Acarpa. No Clube aliança, com a presença de autoridades municipais e estaduais, gerentes de bancos e representantes desta emissora, procedeu-se a entrega dos cheques. Foram distribuídos 80 milhões que servirão para impulsionar o progresso rondonense, aumentando a produção e trazendo mais bem estar e prosperidade. Felicitamos a Acarpa, na pessoa de seu dinâmico diretor, o nosso amigo dr, Polan Lacki, e aos agricultores que saberão fazer bom uso do numerário que lhe foi entregue (FRENTE AMPLA DE NOTÍCIAS, Vol N° 02, 1967).

Além de servir como mecanismo de aproximação entre indústria e agricultura, os créditos eram instrumentos com sentido pedagógico para impulsionar a tecnificação rural, e um meio de expropriação da renda do pequeno proprietário necessário ao processo de modernização da agricultura. A organização dos “agricultores” em cooperativas era parte desse processo. Segundo Polan, como na época só havia a cooperativa de Palotina e Cafelândia, ele atuou como organizador da cooperativa em Marechal Cândido Rondon. Além disso, ativou a cooperativa de Palotina e realizou inúmeras palestras em Toledo e Marechal Cândido Rondon e outras localidades para a organização e formação cooperativista (LACKI, 2015).

O sindicalismo e o cooperativismo também foram amplamente trabalhados localmente nos anos seguintes por Edison Mena Dutra, Engenheiro Agrônomo formado na UFRGS-Porto Alegre. Ele permaneceu por pouco tempo na região, e logo foi substituído pelo agrônomo Joaquim Felipe Laginski, médico veterinário, que atuou como chefe regional da Acarpa na região Oeste (1970-1974).

Laginski foi Presidente da Coopavel, Diretor do Sicredi e da Cotriguaçu e vice Presidente da Sociedade Rural do Oeste do Paraná. Além disso, depois do trabalho desenvolvido em Marechal C. Rondon, tornou-se chefe regional da Acarpa em Cascavel, cidade em que reside atualmente e é considerado um dos latifundiários da região. Além disso, foi também um dos membros fundadores do Rotary Club desta cidade.

A economista doméstica, Creoní Maria França, com auxílio dos sócios 4-S, formados e preparados pela extensão, também teve uma ampla atuação na área escolar, sobre alimentação, higienização, saúde, bem como atuou junto às mulheres e jovens do meio rural. Desenvolveu cursos de parteiras e palestras sobre produção de hortas.

Laginski e Creoní também desenvolveram um amplo trabalho junto à juventude rural. Laginski foi o extensionista que permaneceu no município entre os anos de 1968 a

1970. Foi um contexto de intensificação da modernização da agricultura, também pelas propagandas da soja e do trigo, pelos intensos levantamentos de previsão de safras, com a criação da Comissão de Estudos de Previsão de Safras do Paraná (CEPRES), bem como de difusão da mecanização, através dos Clubes 4-S e pela divulgação de filmes “educativos” voltados para a racionalidade do lucro.

Como resultado das ações dos extensionistas da ACARPA, os primeiros contatos, criação e treinamento de lideranças rurais, reuniões com famílias, jovens e comunidade, notamos que houve uma grande dinamização de Clubes 4-S a partir dos finais dos anos de 1960. O ano de 1969 foi o auge dos Clubes no Paraná, como vimos no capítulo anterior. Em Marechal Cândido Rondon, neste ano havia, segundo a rádio difusora, 13 Clubes em funcionamento “já funcionam no município 13 Clubes, mas os diretores da ACARPA esperam até o fim deste ano fundar mais 17, completando o amplo número de 30 Clubes” (FRENTE AMPLA DE NOTÍCIAS, Vol. 06, MCR, 1969).

Nesse contexto, ocorreram viagens de intercâmbios de jovens quatroessitas para a Alemanha com bolsas de estudo para desenvolverem estágios na agricultura alemã. Esse tipo de atividade fazia parte do método da Acarpa, para integrar os sócios ao novo modelo de produção e desenvolvimento, em fase de construção na região estudada. A escolha dos jovens para o estágio era feita pela prefeitura e dava-se preferência a sócios quatroessitas (FRENTE AMPLA DE NOTÍCIAS, Vol.03,1968). Além disso, em 1969, Marechal também recebeu um jovem dos Estados Unidos, através do intercâmbio entre Clubes 4-S do Brasil e 4-H do Estado de Ohio. Foi justamente em Ohio que se criou o primeiro Conselho da Agricultura com a finalidade de difundir aos “agricultores” dos Estados Unidos as técnicas formuladas nos centros de pesquisa.

Segundo informações da Rádio Difusora,

Está em nosso município já há alguns dias o jovem Eric Johnson, americano, que pertence aos Clubes 4-H, que vem significar o mesmo que os 4-S do Brasil. O jovem americano, está em uma viagem de conhecimentos de costumes, meios de vida, e a lida rural no Brasil. Já ficou alguns dias em Toledo na casa de um agricultor, e, veio ao nosso município estando hospedado na casa do senhor Daniel Smiloni na localidade do Curvado. Domingo, dia 14, às 13 horas, os Clubes 4-S de Iguaporã estarão reunidos na igreja católica, com a finalidade de receber o jovem americano. Este rapaz é de North Lewisburg no estado de Ohio, na América do norte. Elogiamos o espírito de hospitalidade dos Clubes 4-S de Iguaporã, que através de seus sócios farão a recepção ao rapaz norte americano. Os Clubes de Iguaporã, vem por nosso intermédio convidar todos os sócios, pedindo à nós

para que reforçássemos o convite, deixando bem claro que não podem ser anotadas nenhuma falta nessa festividade (FRENTE AMPLA DE NOTÍCIAS, Vol. 07, 1969).

Os intercâmbios, não só era uma forma dos jovens conhecer outras realidades e modos de vida, como também um meio de demonstrar as possibilidades proporcionadas pelo projeto, seja nos termos do aumento do lucro, enriquecimento “melhoria da qualidade de vida”. Ou seja, ver e conviver na prática com pessoas que viessem de lugares em que o projeto dos 4-S, ou no caso do jovem Eric, os 4-H, já demonstrasse um trabalho consolidado e apresentasse os resultados almejados para a região.

Era muito mais do que uma viagem de aprimoramento dos conhecimentos sobre os modos de vida e de trabalho no campo regional. A presença do jovem Johnson, e a difusão do modelo de técnicas de produção e de trabalho empregadas no meio rural estadunidense, seja nos meios de comunicação, ou pelo contato com os Clubes 4-S, poderia até ser um incentivo para modernizar o meio rural local. Tratava-se de um modo vida, que a extensão projetava e servia como um modelo a ser seguido em Rondon, uma vez que a tecnificação ainda era novidade na região.

(...) Contou-nos que o seu estado é uma região onde se mistura agricultura e indústria e o pai dele possui uma fazenda de 200 hectares onde é plantado o milho, trigo, soja, alfafa, e, dedica-se ainda a criação de gado para corte e ovelhas. O leite colhido na fazenda é entregue às fabricas, voltando dali pasteurizado para uso na fazenda. Na mesma trabalham 5 tratores com todos os implementos necessários á uma fazenda organizada. Contou-nos que sendo o seu estado uma zona de bastante frio, está muito em uso o feno que alimenta os animais durante os períodos de neve. No presente momento na sua terra, faz frio e esse frio pode descer até a 15 ou 20 graus abaixo de zero cobrindo tudo com uma grossa camada de neve (FRENTE AMPLA DE NOTÍCIAS, 1969).

A troca de experiências entre os membros filiados de diferentes estados colaborava para a criação de mais confiança no projeto. Na entrevista realizada com Eric, é perceptível que as tecnologias já eram empregadas há muito tempo pelos “agricultores” dos Estados Unidos. E a diversificação de culturas, era uma prática difundida como lucrativa e adequada às condições de clima, solo e quantidade de terras idealizadas pela “Revolução Verde”.

Já nos anos de 1970, notou-se um aumento crescente do número de Clubes 4-S, a meta fixada nos anos de 1960 para a fundação de Clubes 4-S realmente se concretizou nos anos 70. Conforme notícia da ACARPRESS “No município de Marechal Cândido

Rondon existem 29 Clubes 4-S, com um total de 650 associados” (ACARPRESS, Nº HM-025, 1972).

A partir do levantamento das fontes da rádio Difusora, realizamos um mapeamento de alguns dos principais Clubes que atuaram neste município, entre os anos de 1960 e 1970, e que divulgavam nos meios de comunicação local vários eventos de demonstrações das atividades.

TABELA 18: Relação dos Clubes 4-S que atuaram na região de Marechal Cândido Rondon, entre os anos de 1963 a 1977.

Localidade	Nome do Clube
Esquina Guaíra	Progridir e Vencer
Esquina Botafogo	Por um Brasil Maior; Avante Rondon
Linha Boa Vista	Unidos Venceremos
Arroio Fundo	Avante Paraná; Força e Poder
São Cristovão	Paraná para frente
Mercedes	União; Progresso; Mercedino
Iguaporã	Flor da Serra
Novo Horizonte	Palmeiras; Progresso; Floresta
Margarida	Campo Verde
Quatro Pontes	
(Linha São José)	Ordem e Progresso
Palmital	Treze de maio – Fundado em 1972
Bom Jardim	Flor do Oeste; Avante Brasil
Linha Concórdia	Força e Poder
Flor da Serra	Não identificado
Novo Três Passos	Não identificado
Não identificado	Tudo faremos para o Progresso; Amizade e Progresso.
Não identificado	Estrela Dalva
Não identificado	Aqui se trabalha

Fonte: Frente Ampla de Notícias e Informativo Copagril (1960 e 1970).

Havia orientação para a escolha do nome de um Clube no momento da fundação. A constituição dos nomes era influenciada tanto pelo lema do estatuto dos Clubes “Fazer melhor ainda”, ou seja, “fazer os membros, suas famílias e suas comunidades melhores ainda” e mais engajadas no programa da extensão. A característica dos nomes dos Clubes atrelados à valorização do trabalho, ordem, poder, progresso, união, consumo, a propriedade privada, da estabilidade política e social, era aproveitada como uma espécie de bandeira a ser defendida. Isso nos faz perceber que a composição dos

nomes estava em sintonia com a crença de progresso difundida no contexto da ditadura brasileira, marcada por um sentido ufanista.

Outro elemento empregado para enaltecer a ordem e o progresso era a bandeira nacional, usada nos momentos de solenidade de prestação do compromisso dos sócios 4-S nas reuniões com as comunidades (CETREISUL,1961, p.11). A aproximação dos Clubes na comunidade nos eventos criados pelo programa era com o intuito de ampliar o número de sócios, inclusive, para poder fundar um novo Clube, devia funcionar com no mínimo oito pessoas.

O aumento do número de Clubes resultou, inclusive, na premiação dos extensionistas, Laginski e Creoní no Palácio do Planalto em Brasília, a convite do presidente o ditador Emílio Garrastazu Médici, nos anos de 1970, pela colaboração na ampliação dos serviços de extensão prestados na região Oeste do Paraná. Tal ação servia também como incentivo para a ampliação e intensificação dos serviços técnicos locais.

FIGURA 13: Entrega do relatório anual ao presidente Médici em Brasília em 1971



Los socios 4-S de Brasil entregan su informe anual al Presidente Emílio Garrastazu Médici. La socia 4-S Zeny José Nascente entrega el informe al Presidente en una ceremonia celebrada en Brasilia.

Brazil 4-S members present their annual report to President Emílio Garrastazu Médici. It was given to the President by 4-S member Zeny José Nascente in a ceremony at Brasilia.

FONTE: (PIJR, 1971, p.16). Disponível no site:

<https://books.google.com.br/books?id=nH8OAQAIAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q=laginsky&f=false> acessado em Outubro de 2016.

É importante lembrar, também, que os sócios e líderes que visitaram o Palácio e foram recepcionados pelo ditador Médici, foram os ganhadores nacionais de projetos, lideranças e trabalho comunitário do III Encontro Nacional dos Clubes 4-S. Tratou-se exatamente do contexto em que o presidente iniciou a campanha de aumento da

produtividade no País. Segundo o relatório do Programa Interamericano para la Juventude Rural,

El Presidente Garrastazu Médice durante la visita de los 4-S, anunció oficialmente la iniciación de una campaña destinada a aumentar la producción agrícola en el país, siguiendo el ejemplo de los jóvenes 4-S que con la aplicación de mejor tecnología estaban trabajando por el engrandecimiento de la patria (PIJR, 1971, p.16).

Como complemento as apresentações e discussões, os jovens 4-S visitaram órgãos de imprensa e estações de rádio e televisão. Tratava-se de instrumentos que permitia a ampliação da difusão do projeto. Além disso, foram entregues prêmios aos extensionistas destacados em suas atividades nas respectivas regiões de atuação. Seja pela dinamização de lideranças, técnicas agrícolas, iniciativa comunitária, entre outros. Segundo o relatório:

Reconocimiento e triunfadores

Com ocasião de este acontecimento fueron entregados prêmios a los siguientes ganadores nacionales: Dulce Terezinha Borges, de Santa Catarina, Registro; Maria das Graças e Silva, de Goiás, y Severino Henrique de Lima, de Paraíba, Liderazgo Juvenil; Maria das Mercês de Aquino, de Pernambuco y Antonio Pereira da Costa, de Ceará, Liderazgo Voluntario, Zeny José Nascente de Minas Gerais Y Armando Rui Rusch de Rio Grande do Sul, Logros, el Club 4-S Trébol de El Esperanza del Estado de Espírito Santo fue premiado por trabajos comunitarios y los extensionistas Joaquin Felipe Laginsky y Creoni Maria franca de Paraná por trabajos técnicos (PIJR, 1971, p.16).

As principais estratégias de ação dos Clubes 4-S eram integrar-se nas diferentes instituições da comunidade, como na família, Igreja, grupo de jovens, bailes da soja, festa da lavoura e da colheita, bem como nas festas do município, entre outros espaços de convivência social, como as escolas.

As fontes locais indicam uma série de eventos que ocorreram em Marechal Cândido Rondon que incluíram exposições desses Clubes, desfiles, escolha da rainha e premiações. A ampliação crescente desses Clubes e suas ações influenciaram intensamente para a tecnificação da agricultura. Seja pelo teor das propagandas e principalmente por trabalhar uma geração vista com mais capacidade de ser moldada para modernizar o meio rural. Segundo a Rádio Difusora “Crianças, vós sois os herdeiros de uma geração maravilhosa, onde o homem domina a natureza! Jovens, em

vós repousa a responsabilidade do dia de amanhã e está em vós, melhorar este mundo ou destruí-lo” (FRENTE AMPLA DE NOTÍCIAS, Vol. 13, 1971).

Não eram somente os Clubes 4-S que se integraram nas instituições da comunidade e deram seguimento ao projeto da modernização. Para incrementar e dar suporte ainda mais as ações da extensão, como vimos anteriormente, alguns sócios e líderes, também assumiram cargos políticos e empresariais estratégicos que favorecia para formação de uma classe que garantiria a manutenção dos interesses ruralistas no Estado. Nesse caso, observamos a formação de um tipo de “ossatura material e institucional” conforme o próprio Nicos Poulantzas avaliou na sua obra “O Estado, Poder e Socialismo”. Procurando entender o motivo que levava a burguesia geralmente recorrer, com a finalidade de dominação, a este Estado nacional-popular, Poulantzas avaliou que esse Estado é mediado por uma série de aparelhos (tanto ideológicos, quanto repressores) reprodutores de uma lógica de privação das massas do poder (POULANTZAS, 2000, p.29).¹⁰⁴

Nesse sentido, a extensão rural ao preparar os sujeitos para assumir o papel de líderes e condutores na sociedade, atuava na organização da classe dominante no Estado. Alguns dos quatroessistas que assumiram cargos públicos no Estado e municípios, e nas empresas foram: Elmo Lauro Gall, como vereador, Ricardo Chapla, presidente da Copagrill, além disso, a Cremilde Andreolli que atuou por muitos anos como assessora de cooperativismo e instrutora dos Comitês de Jovens Cooperativista na Copagrill. Além disso, o Rudi Libino Gerhardt filiado no Partido Progressista (PP), foi sócio e tesoureiro dos Clubes 4-S de Novo Três Passos, assumiu cargos bancários em Marechal Cândido Rondon depois de um longo e intenso período de participação como membro quatroessista.

Na tabela abaixo, apresentamos um exemplo de que os Clubes 4-S foram protagonistas importantes ao projeto, pela formação de lideranças locais e de treinamento voltados ao cooperativismo, sindicalismo patronal e ao setor empresarial.

¹⁰⁴ Segundo Poulantzas, o peso da organização do conteúdo de classe da dominação estará, invariavelmente impresso na ideologia organizada pela burguesia e seus intelectuais orgânicos. Porém, o que garante a reprodução da dominação são estruturas materiais do Estado. Estas sim, de certa forma, garantem que a massa seja alijada (excluída) do exercício de poder à frente do Estado.

TABELA 19: Exemplo de lideranças e sócios que ocuparam um papel de destaque no município de Marechal Cândido Rondon

Membros quatroessistas	Funções que ocuparam ou ocupam na região	Participação nos Clubes 4-S
Ricardo Sílvio Chapla	Atual diretor da Copagril, formado em Estudos Sociais pela Universidade de Presidente Prudente/SP. Pós-Graduando em Agronegócios pela UFPR. Administração pela NBA da Fundação Getúlio Vargas; Formado pela FARMACOP (Formação de Dirigentes de Cooperativas), etc. 1980 – trabalhou Banco Itaú MCR. -Assumiu presidência da ACJC-Copagril. - 1988 foi diretor da Credilago, hoje denominado Sicredi.	- líder 1º presidente do Clubes 4-S Linha Palmital.
Elói Darci Podkowa	Vice Presidente Copagril	Sócio 4-S
Valdemar Eduardo Kaiser	Presidente Sindicato patronal (atual)	Sócio 4-S
Pedro Rauber	Vereador eleito em MCR pela Coligação DEM e PSD.	Sócio 4-S em Iguaporã.
Elmo Lauro Gall	Ex vereador do distrito administrativo de Iguaporã-MCR, pela Arena, Compôs a Câmara Municipal de MCR, da 3ª legislatura, entre os anos de 1969 e 1973.	Líder 4-S em Curvado, apoiou os trabalhos junto ao primeiro extensionista local.
Plínio Ari Schütz	Empresário. Em 1969 elegeu-se vereador em MCR, representando distrito de Quatro Pontes, Compôs a Câmara Municipal de MCR, da 3ª legislatura, entre os anos de 1969 e 1973. Em 1971 ingressou no Rotary, entre 1978 a 1979, foi presidente dessa associação internacional. 1986- Foi incentivador para a criação da Associação Comercial Industrial, Nova Santa Rosa. Presidiu a Acinsar. Em 2013 recebeu título de cidadão honorário.	Presidente dos Clubes 4-S de Quatro Pontes.
Laurentino Backes	Professor	1969 – Líder dos Clubes 4-S de Mercedes
Gentil Fávero Forlin	1970 – primeiro subprefeito de MCR.	1970– Presidente dos Clubes 4-S de Novo Horizonte.
Olmiro Wenzel	1969 – escolhido vereador pela Arena.	1970–Presidente dos Clubes 4-S de Margarida.
Valdir Strohhaecker	Filiado ao PDT	Presidente dos Clubes 4-S de São José, Quatro Pontes.
Cremilde Andreolli	Acessora de cooperativismo da Copagril.	Membra dos 4-S.

Fonte: <https://www.facebook.com/FarmaciasGloboeMaripa/photos/a.248902131885955.53685.246931345416367/445375578905275/?type=1&theater>. Entrevista com Jorge Figur, Iguaporã, 2015. Entrevista com Rodolfo Steindorf, Curitiba, 2015.

Mas também os extensionistas integraram-se nas entidades locais. Este é o caso do médico veterinário da Acarpa, chamado Laginski, que em 1970 candidatou-se como

secretário do Rotary Club, sustentáculo dos interesses da sociedade rural e da Acarpa local. Outro apoiador desses Clubes, sempre próximo a Acarpa, foi o Leopoldo Piotrowski, médico veterinário do sindicato patronal, membro diretor de protocolo e um dos fundadores do Rotary de Marechal C. Rondon, quando eleita a primeira diretoria, com a participação de Laginski.¹⁰⁵ Leopoldo foi o técnico do convênio INDA e sindicato rural local. Desenvolveu inúmeras atividades junto com Laginski, como palestras na comunidade e escolas sobre cooperativismo e sindicalismo. E também, foi eleito presidente da Copagril (1974-78).

Nos anos de 1970, com o extensionista agrônomo Argeu Ortiz Kerber,¹⁰⁶ sucessor de Laginski na Acarpa, houve intensa difusão da tecnificação. Demonstrações de plantio direto da soja, cursos de soja para membros 4-S, de mecanização, bailes da soja, exposições e outros eventos. A incorporação desse produto, seja na alimentação, como fonte de renda, foi amplamente divulgada. O período coincidiu com a criação da cooperativa local, de um crescente aumento da produtividade e de condições de estocagem da produção, e que foi destacado pela própria rádio Difusora.

Colheita do soja

Prossegue no município a colheita do soja. Os agricultores estão aproveitando os dias de tempo bom que tem registrado para colher o produto que neste ano deu excelentes resultados. Prova disso é que diariamente dezenas de caminhões chegam a cooperativa Agrícola Mista de Rondon LTDA, para descarga do produto. Segundo opiniões colhidas, junto a pessoas que chegam e outros municípios e mesmo de outros estados, os mesmos tem se mostrado admirados com a excelente colheita que se registra em nosso município, o que não vem acontecendo em outras localidades, com a produção em tamanha abundancia. Informam ser a mais bela plantação existente na região. A produção deste ano deverá ultrapassar todas as expectativas. Ao mesmo tempo já está sendo iniciado o preparo das lavouras para a plantação do trigo, que todos esperam dê uma excelente safra em 1973 (FRENTE AMPLA DE NOTICIAS, Vol. 18, 1973).

Não só houve grande produtividade da soja, mas do trigo também. Em 1972, Argeu, além de extensionista da Acarpa, prestava assistência técnica a cooperativa, e fez parte da comissão estadual de sementes de trigo no Paraná, cuja Copagril era

¹⁰⁵Disponível para consulta no site: <http://www.memoriaronдонense.com.br/calendario-historico-single/01/30/> acesso em dezembro de 2012.

¹⁰⁶Foi empresário e presidente do partido Verde na chapada dos Guimarães no MT, e foi listado como candidato com ficha suja no estado do Mato Grosso. Além disso, é importante observar que seu irmão Gedi Rui Kerber, foi presidente do Rotary Club em MCR (1985-86), dono do restaurante Delícia caseira de MCR, também foi agrônomo em Marechal Cândido Rondon nos anos de 1970.

credenciada pelo sistema Nacional de Crédito Rural. A preferência maior era pela difusão da produção da soja, voltada especialmente para exportação e extração do óleo. Inclusive tinha-se uma prioridade a um tipo específico de produtor. Isso ficou evidente numa das fontes da difusora.

Curso de soja será realizado nessa semana

Será realizado nos dias 4,5 e 6 próximos, um Curso de Soja, destinado a líderes de Clubes 4-S e produtores de Sementes da Copagril, para ser produtor de sementes de soja, o associado da Copagril deverá ter no mínimo 12 alqueires seguidos de lavoura de soja, quanto a inscrição para frequentar o curso o associado produtor de sementes poderá procurar o Eng. Agr. Argeu Kerber junto a Copagril para fazer a sua inscrição (FRENTE AMPLA DE NOTÍCIAS, Vol. 14, 1971-1972).

A preferência era por um tipo de proprietário de soja, instruído no ramo da produção agrícola “moderna”. Os 4-S, portanto, demonstraram um papel importante, pela instrução, convencimento e seleção de líderes aptos a por em prática os testes e experimentos acompanhados pelos técnicos. A ideologia do “aprender fazendo” complementava-se nesse contexto ao dar seguimento nas pesquisas e experimentos de acordo com as especificidades locais. Como vimos anteriormente, o processo foi seletivo, organizativo, uma vez que era imprescindível que no minifúndio se produzisse alimento barato para o consumo interno. Enquanto nas propriedades maiores, produzisse integralmente para exportação.

A integração dos 4-S nos eventos sociais em Marechal Cândido Rondon era parte desse processo, e elemento propulsor do pacote tecnológico. No próximo tópico, verificaremos inúmeras atividades em que os 4-S participaram e organizaram.

3.5 Clubes 4-S: Apoio institucional e suas realizações

O grau a que o povo é exposto às informações da Extensão determina sua aceitação. Não é possível dizer que qualquer dos métodos deveria ser utilizado para determinado programa. O grande trabalho dos extensionistas é ensinar de maneira que a aceitação por parte do povo rural seja a máxima possível. Ao contrário do que acontece ao ensinar numa classe de escola, os extensionistas devem pensar antes de tudo, em alcançar o maior número de pessoas, de maneira mais eficiente. Tudo isto é importante e deve ser conhecido pelo extensionista, afim de que possa saber que combinação de métodos utilizar (CETREC, Pelotas, 1962).

A integração nacional foi uma das preocupações constantes do programa da ditadura. Como a sociedade é formada por diversas etnias, culturas e classes sociais distintas entre si, precisaram-se criar alternativas que integrasse, a partir de um projeto, essa diversidade social (ORTIZ apud SILVA, 2013, p. 11). O Estado, através da extensão criou metodologias para sua introdução no meio social. A participação dos Clubes 4-s nos bailes da colheita, da lavoura, da soja, do trigo, nos desfiles cívicos, foram ações complementares na tentativa de integrar a diversidade social. Seja, a de empresários e “agricultores”, da sociedade rural com as multinacionais.

Para além do interesse pela introdução, a participação dos Clubes 4-S nos eventos locais, era um meio de divulgação e propaganda da organização. Segundo Rodolfo Steindorf (2015) o primeiro encontro regional dos Clubes 4-S da região ocorreu numa das comunidades de Palotina, município referência na produção e exportação da soja. Tal encontro reuniu cerca de 150 jovens, número extremamente significativo para o período.

A partir de 1969, pela disponibilidade de fontes que possibilitam estudar os Clubes 4-S em Marechal Cândido Rondon, verificamos inúmeros eventos de exposição com participação dos 4-S, nas várias localidades da região.

Clubes 4-S com exposições marcadas

Os Clubes 4-S em nossa região, que tem por lema progredir sempre, terão para apresentar seus trabalhos grandes ocasiões, quando por ocasião das mostras e exposições quatro esses em vários lugares de nosso município. Recebemos dias atrás um gentil convite para que possamos assistir a estas exposições, convite que nos foi formulado pelo dr. Laginski extensionista rural da ACARPA. As ditas mostras, começarão dia 6 domingo que vem, tendo por local a localidade de Margarida. Dia 13 será em Linha Gaúcha. Dia vinte Novo Horizonte, dia 27 em Curvado e dia 3 de agosto em Mercedes Nova (FRENTE AMPLA DE NOTICIAS, Vol.06, 1969).

Com o lema “progredir sempre” pretendia-se não só romper com o modo de vida tradicional, mas, sobretudo criar um agricultor adequado às exigências do mercado nacional, mas principalmente internacional. Era, inclusive, este o lema e a motivação que visavam à sensibilização dos jovens para o trabalho no meio rural. Os 4-S não só constituía em um espaço de reuniões, palestras e encontros. O seu ambiente poderia ser a Igreja, o campo de futebol, a própria casa do proprietário rural, a lavoura, o frigorífico entre outros espaços. A informação que importa aqui é a de que a extensão não pretendia criar uma sede própria para esses Clubes 4-S. Esse era o elemento menos

importante. Segundo a ABCAR, a realização das reuniões em vários ambientes possibilitava mais facilmente “vender à ideia”, ou melhor, conquistar apoio das famílias, bem como propiciava conhecer melhor os sujeitos, o ambiente em viviam e suas reações diante do projeto (Cf: ABCAR, 1962).

As atividades realizadas nos Clubes 4-S se estenderam para os ambientes de lazer e festas locais. Afinal, não só os projetos individuais ou coletivos legitimavam todo o programa modernizador, portanto, criaram formas locais de fazer-se legítimo, usando formas de lazer como estratégia de aproximação da juventude rural.

No início da formação dos Clubes não havia outras entidades trabalhando no meio rural de Marechal Cândido Rondon. Os extensionistas eram responsáveis por aplicar atividades diferenciadas, extraescolares, que incentivassem os “agricultores” a modificar suas técnicas de trabalho. Segundo entrevista realizada com uma das participantes dos Clubes 4-S de Sanga XV, distrito de Mercedes, chamada Verônica Knopf, a criação desses Clubes era uma novidade na região e um espaço para a diversão:

(...) Tudo que se aprendia, tudo que se aprende é bom pra gente, né? sempre é uma coisa nova, um desafio novo. Não se tinha o que aprender. A não ser assim ó. Você ia na escola, aí fora da área escolar, era o que? Eram as atividades e em casa, né. Hoje, aqui na cidade, os jovens tem algum lugar, ou vai dar uma volta na praça, ou vai fazer alguma coisa, tem algum lazer ou uma coisa diferente. Mas no interior não tem isso, tanto que poucos dias eu fui na casa de um primo meu, e perguntei pra prima:

--Escuta, o que aqui os jovens fazem o que? Aqui em Mercedes tem um salão pra fazer um baile uma matinê como na época se tinha?

--Não não tem.

--Tá e o que os jovens fazem hoje em dia?.

--Nada.

Então quer dizer, falta um incentivo, alguma coisa, né? De repente alguma coisa pra chamar a atenção dos jovens para se acordar além da vida do dia a dia, despertar pra alguma coisa. Na época a gente tinha esses Clubes 4-S, apesar de ser lá cada uma vez por mês os encontros mas a gente ficava ansioso até chagar aquele dia (KNOPF, 2015).

Muitos jovens interessaram-se em participar desses Clubes pelas atividades de lazer que eles proporcionavam, além das “aprendizagens” extraescolares, uma vez que se aprendia fazendo, ou seja, pelas atividades práticas. Sejam na costura, preparação de conservas, pratos decorativos, pela plantação de verduras na horta, cultivando milho híbrido, entre outras atividades. Essas atividades, também eram um atrativo para a

família desses jovens, que em sua maioria apoiavam a participação dos filhos (as) nos Clubes (KNOFF, 2015).

Em Marechal, as exposições dos Clubes 4-S, dentro da estratégia recreativa, contavam com a participação de várias autoridades municipais, estaduais, do ministério da agricultura, onde vários Clubes de outras localidades desfilavam na avenida principal.

A EXPOSIÇÃO DE IGUIPORÃ FOI FRANCO SUCESSO

Realizou-se com o mais pleno êxito domingo passado em Iguiporã a exposição de Clubes 4-S unindo os 4-S de Iguiporã bem como de Margarida. É a primeira de uma série de exposições que servirão para aferir o que há de melhor para a exposição do dia 25 de Julho nesta cidade. A organização dessa comissão esteve a cargo a Comissão de Juventude, sendo o seu coordenador o Sr. Auro Backes, chefiando a turma que fez parte desta comissão que se saiu maravilhosamente bem. As 9 e meia começaram as cerimônias de culto ecumênico, tendo sido oficialmente o Pastor Egon e o Padre Antônio, numa bela demonstração de unidade religiosa. Finda a celebração ecumênica, foi rezada publicamente a oração do Lavrador. Dalí todos dirigiram-se ao palanque oficial, que ficou assim constituído – Vereadores Gall, Feiden e Pidd, Auro Becker sub prefeito – Pastor Egon Mattes – Dr. Joaquim Felipe Laginski, veterinário da Acarpa - Creoní Maria França, extensionista da Acarpa, Dr. Leopoldo Pietroski, veterinário do sindicato – Dr. Geraldo Luiz de Souza e Maria Aparecida de Oliveira, ambos da Acarpa de Toledo – Alberto Meier, delegado de Policia e Reubaldo Fuck, professor municipal. Constituído o palanque oficial, foi realizado o hasteamento das bandeiras, pelo sr. Auro Becker, e pelos sócios 4-S Miguel Rosso e Ingrid Becker (FRENTE AMPLA DE NOTICIAS, Vol.09, 1970).

Durante o evento, também eram realizadas entregas de prêmios aos jovens destacados nos projetos de milho híbrido, de economia doméstica, desenvolvidos nos Clubes. A competição era bastante incentivada, também como meio de constituir lideranças que se destacassem em suas comunidades.

Após o almoço as firmas e representantes de máquinas e implementos agrícolas realizaram demonstrações, mostrando a necessidade e proveito na mecanização da lavoura. Um dos fatos que maior atenção chamou foi a técnica de inoculação da soja, feita como demonstração pelos Quatro-essistas Darci Ribeiro e Mario Schuster, prática esta pouco dispendiosa e que faz aumentar a produção em 30 a 40 por cento. Como demonstração as sócias 4-S Ingrid e Dagmar Becker e Noelí Viderker realizaram uma palestra sobre vitaminas, fazendo uma

demonstração de uma salada com vitaminas totais. A festa que reuniu umas duas mil e quinhentas pessoas, teve o mais franco êxito, considerando-se como uma bela vitória dos 4-S em Iguiporã e Margarida aos quais enviamos os parabéns desta emissora (FRENTE AMPLA DE NOTÍCIAS, Vol.09, 1970).

Empresários e particulares patrocinavam a organização das exposições, bem como a concessão de estímulos financeiros e bolsas de estudos aos jovens integrantes dos Clubes 4-S. Mais do que permanecer com os jovens no meio rural, as ações nos Clubes 4-S, pretendiam garantir aos seus sócios instrumentos de ação para que fossem protagonistas importantes na sociedade. Além do apoio da Igreja, contavam com a participação de comerciantes, políticos locais, cooperativas e colaboradores para as demonstrações de máquinas, como: Giombelli & Locatelli Ltda; Cascavel Máquinas Agrícolas Ltda; Industrial Agrícola Santa Rosa S.A; Agro Rondon de Máquinas e motores; Otto Batschke – implementos agrícolas e motores; Comercial e importadora Riger de Ferragens Ltda e Rima – Rondon Implementos e Máquinas Agrícolas Ltda são apenas algumas revendedoras de implementos da região que participavam ativamente destes eventos.

Na fotografia abaixo, produzida na avenida principal do município de Marechal Cândido Rondon, podemos observar a integração entre empresas da região com os Clubes 4-S. Esse episódio demonstra a relação entre a esfera pública e a privada no desenvolvimento do projeto de modernização.

FIGURA 14: Vinculação dos Clubes 4-S com a esfera privada



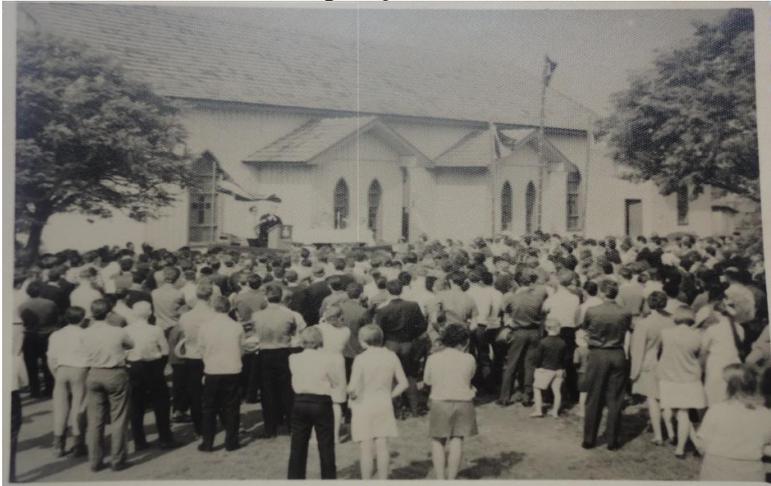
FONTE: Fotografia do desfile dos Clubes 4-S na Avenida Rio Grande do Sul, na festa do colono e do motorista de Marechal Cândido Rondon, camioneta da família Groff de Mercedes. Sem data. Indicação

das placas: “Mercedes saúda colonos e motoristas”; “Comercial Mercedes e os sócios 4-S saúdam colonos e motoristas”. Acervo: Fraia Fiedler.

Havia uma ação integrada entre o serviço de extensão rural, Clubes 4-S, sindicato, cooperativas, Igreja, empresas de máquinas agrícolas. Os 4-S, portanto, tinham vinculações mais amplas com o capital privado, além de receberem financiamento do Ministério da Agricultura, contavam com recursos como as taxas dos associados, também, com recursos dos bancos públicos e privados, como BNCC, banco do Brasil e firmas locais.

Na fotografia abaixo, podemos observar que as exposições reuniam inúmeras pessoas da comunidade tanto local, quanto regional.

FIGURA 15: Missa e exposição dos Clubes 4-S em Mercedes



FONTE: Fotografia Disponibilizada por Fraia Fidler, líder do Clube 4-S União Mercedino e Progresso de Mercedes. 1970. Evento: exposição dos Clubes 4-S.

Como se tratava de uma região que tinha grande influência religiosa, com destaque ao catolicismo, atraía grande participação da comunidade em geral nesses eventos. Ocupar esses espaços era uma boa possibilidade para que a extensão pudesse congrega pessoas e divulgar o trabalho dos Clubes 4-S.

FIGURA 16: Colaboração e vinculações entre Clubes 4-S e multinacionais



FONTE: Fotografia Disponibilizada por Fraia Fidler, líder do Clube 4-S União Mercedino e Progresso de Mercedes. 1970. Desfile dos Clubes de Mercedes com demonstrações de máquinas agrícolas. Indicação do cartaz “Para progredir mecanize sua lavoura com o trator MF”.

As empresas ao oferecer apoio e colaboração aos jovens dos Clubes 4-S aproveitavam a oportunidade para propagandear as máquinas agrícolas, uma das mais divulgadas era da multinacional Massey Ferguson. Tratava-se de outro elemento do pacote tecnológico, além do milho híbrido da Agrocere, adubo e veneno testados nos projetos dos sócios nos “campinhos do aluno”. Além do mais, era o trator, naquele contexto, o principal sinônimo de que a “modernidade” estava ao alcance do proprietário rural. Nesses eventos, observou-se que pelo método da demonstração, era muito mais fácil conquistar “agricultores” do que simplesmente falar, palestrar, fazer reuniões.

Os “agricultores”, também eram convidados para demonstrarem suas máquinas nos desfiles.

O desfile de ontem, o desfile da mocidade.

(...) Aplaudimos a representação dos Clubes 4-S, as firmas com a venda de máquinas e implementos agrícolas, e indústrias de Mal. Cândido Rondon que fizeram a demonstração de seus produtos com a maior satisfação. Alguns colonos, que dentro do pelotão dos 4-S, trouxeram suas máquinas e demonstraram com satisfação ao público presente (FRENTE AMPLA DE NOTÍCIAS, Vol. 07. Marechal C. Rondon, 1969).

Os adultos, ao desfilarem com suas máquinas, mostravam tanto o seu apoio e entusiasmo com a modernização, quanto incentivo à juventude para liderar o projeto. Além disso, a juventude não significava só uma questão biológica, de idade, mas estar apto a aceitar as inovações técnicas introduzidas no meio rural.

Outros elementos do pacote tecnológico, como o milho híbrido da Agroceres, foram amplamente divulgados nas exposições. Segundo, Tércio José Gerhardt, proprietário rural, residente no Município de Santa Helena, antigo sócio dos Clubes 4-S de Novo Três Passos,

Plantava-se o milho, escolhia-se as melhores espigas, a Acarpa trazia para a exposição, para os que participavam da exposição uma tábua. Uma tabuinha mais ou menos de meio metro, de trinta ou quarenta centímetros, com alguns pregos. Dai a gente colocava as espigas de milhos cravadas, descascadas né, pra demonstra quais eram as mais bonitas espigas. A mais bonita era escolhida. Inclusive teve ainda participação na festa do município. Os Clubes 4-S apresentavam o resultado do seu trabalho. A Acarpa desenvolveu e incentivou bastante isso daí. A Acarpa ajudou e implantou e os Clubes 4-S foram um elo de desenvolvimento entre o colono e a agricultura moderna hoje. Talvez um pontinho um inicial pra isso (GERHARDT, 2014).

A Acarpa fornecia aos jovens sementes melhoradas, a grande maioria era doada pela Agroceres, bem como, adubos e davam para os jovens, sem custo, para poder produzir nos “campinhos de experimentações” (GERHARDT, 2014). Essa prática, não foi só comum na região estudada, mas nos Clubes de outros estados. Segundo Souza (2003, p.145), os sócios 4-S, recebiam não só adubos, como sementes e calcários de empresas renomadas do ramo agroindustrial. Trata-se de outra estratégia utilizada pela extensão rural, conquistar os jovens, apresentar-se enquanto humanitárias diante das comunidades. Ou seja, eram estratégias que fizeram parte do arsenal para incorporação do projeto. Inclusive “divulgar, ensinar, ou formar opinião” (GRUPOS E CLUBES, ABCAR, 1962).

Eram comuns na região exposições dos Clubes nas festas dos municípios. Essas festas de emancipação, contavam com representantes e/ou governadores, deputados, secretários executivo da Acarpa, representantes da Secretaria Estadual da Agricultura. Um exemplo foi à comemoração do 10º aniversário do Município, que segundo dados do site da “Memória Rondonense”, além de contar com importantes representatividades, foram coroadas rainhas dos 4-S deste município.

FIGURA 17: Desfile da rainha 4-S



FONTE: Fotografia, Memória Rondonense. 10º aniversário de emancipação. Desfile da rainha Terezinha Ritt Haab, a 1º princesa Odete Tomm e a 2º princesa Iraci Koch. Marechal Cândido Rondon. 1970. Disponível no site: <http://www.memoriaronдонense.com.br/calendario-historico-single/07/25/>

Segundo o site “Memória Rondonense”, nesta festa todos os Clubes 4-S desfilaram em carros alegóricos preparados por um grupo de artistas de Curitiba, contratados pela Acarpa. O evento contou com a presença de Zacarias Seleme, representante do governador Paulo Pimentel, e do futuro governador Haroldo Leon Peres. Também com o deputado estadual Paulo Poli e de Duílio José de Paola, secretário-executivo da Acarpa, representando o Secretário Estadual da Agricultura (“Memória Rondonense”).

A escolha da rainha 4-S também era muito comum, principalmente quando ocorriam boas safras, especialmente da soja e do trigo. O álbum da Acarpa possui registros fotográficos da escolha da rainha 4-S durante o baile da soja ocorrido em 1973 em Marechal Cândido Rondon.

FIGURA 18: Baile de escolha da rainha 4-S.



FONTE: Álbum da Acarpa, Marechal Cândido Rondon, 1973.

Segundo a entrevistada Verônica Knopf, para poder participar da escolha da rainha dos Clubes 4-S,

(...) a representante, quase tinha que ser conforme o bolso dava, é porque essas coisas normalmente é quem pode e tudo custa dinheiro, fazer um vestido, fazer a roupa e os 4-S, era só o nome, a gente tinha que ir lá por o distintivo e usar, mas apoio financeiro de lado nenhum. Então, vamos supor que não era qualquer um agricultor participantes desses Clubes 4-S que poderia enfeitar a filha, e tudo contava ponto (KNOPF, 2015).

O embelezamento das participantes dos desfiles, além da imposição da competição entre as jovens, servia como um entretenimento e comemoração pelas boas perspectivas da produtividade da soja. A escolha da rainha e o desfile era um meio de demonstrar a sociedade um modelo de beleza do campo, status, prestígio o cortejamento da mulher do campo num status burguês. Tratava-se de parte das estratégias do convencimento. O desfile, ao recrutar somente mulheres, evidencia a manutenção das tradicionais diferenciações de gênero principalmente nas ações e na metodologia da extensão. Professores e pastores elementos apoiadores do projeto, eram alguns membros da comunidade que faziam parte da comissão de escolha da rainha (Cf: KNOPF, 2015).

A escolha da rainha, os campos de demonstrações, as exposições, os eventos locais, viagens, intercâmbios, encontros estaduais e municipais, também eram os locais para apresentar os resultados realizados pelos Clubes 4-S e funcionavam como uma forma de entretenimento, mas também de motivação para a permanência, integração e

ampliação da participação da juventude rural nas associações locais como no Clube Aliança, Concórdia, na comunidade Evangélica Martin Luther, Rui Barbosa, Comunidade Weiss entre outros. Segundo as diretrizes a Acarpa deveria “envolver os Clubes de serviços (Lions Club e Rotary) nas programações dos Clubes 4-S” (DIRETRIZES DA ACARPA, 1975, p. 47).

Na fotografia abaixo, podemos observar a exposição dos projetos de economia doméstica. A divulgação de trabalhos artesanais gerados e criados nos Clubes pelas mulheres. A diferenciação de gênero pela extensão rural era difundida na comunidade. Pode ser observada na própria configuração da divisão dos projetos de agricultura voltado para os rapazes e economia doméstica para as mulheres.

FIGURA 19: Exposição de produtos dos serviços de economia doméstica.



FONTE: Fotografia da 3ª exposição dos Clubes 4-S. Da esquerda para a direita: técnico agrícola Pedro Martins Kokuszka, extensionista local da Acarpa; Maria Rosa Brasil, extensionista da Acarpa; Levi Martis Gomes, presidente local da comissão dos festejos do sesquicentenário da Independência; professor Carlos Vanzin, diretor de educação e cultura de Marechal, e senhora ao lado não identificada. Local da exposição sem precisão da localização (Colegio Rui Barbosa de M.C.R ou Quatro Pontes), 1972. Disponível no site: <http://www.memoriarondonense.com.br/calendario-historico-single/07/25/>

O aumento do trabalho com os jovens rurais foi paralelo ao processo de modernização. Objetivavam difundir, legitimar e capitanear investimentos para o trabalho dos Clubes. A dinâmica desses Clubes também era marcada pelos encontros regionais, estaduais, interestaduais e nacionais onde aconteciam concursos de produtividade, exposições, convenções, gincanas e palestras. Geralmente eram os selecionados os sócios, líderes que concorriam nesses encontros. Ou seja, aqueles mais interessados nos projetos individuais e que conseguiam maior produtividade nas experimentações. A Rádio Difusora divulgou vários desses encontros. Um deles ocorreu em Curitiba e contou com patrocínio de várias empresas multinacionais.

Está sendo realizado em Curitiba, tendo por local o Colégio Madalena Sofia, o 3º encontro de Clubes 4-S reunindo líderes do Paraná, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. O conclave começou dia 26, domingo passado e terminará no dia 1º de maio. Foi organizado e patrocinado pela Acarpa com a presença de líderes, extensionistas e coordenadores de progresso de juventude nos três Estados. Como líderes participaram Josefina Carraro de Rebouças, Paraná; Gaspar Luiz Reck de Vera Cruz, Rio Grande do Sul; Aldair Vicente Busatto, de Frederico Vesfalen, Rio Grande; Maria Lorini de Frederico Vestfalen/ Reneu Goeks de Santa Cruz do Sul; Alice Froelich de Santa Cruz do Sul; Laurentino Backes de Mercedes no nosso município; Iris Bratz de Ibirama, Santa Catarina; Nelson Pereira de Mercedes neste município; Nilce Silva de Mosquito, Santa Catarina; Dulca Terezinha Borges de Trombudo, Santa Catarina; Lori Schmidke de Ijuí, Rio Grande do Sul; Armando Rui Rosch de Santa Cruz do Sul. Esse encontro tem o apoio financeiro de Produtos alimentícios Fleischmann e Roial – Arbos Ácros Aviicultura S/A – Esso Brasileira de Petróleos S/A – refinações de Milho Brasil S/A – Séars Rubéck S/A – Massey – Fergusson S/A – Sementes Hosticores S/A – Singer do Brasil S/A – Banco Lar Brasileiro S/A e Ford – Willis do Brasil S/A. Além dos funcionários da Acarpa de promoção para a nossa região Oeste do Paraná (FRENTE AMPLA DE NOTÍCIAS, M.C.R, Vol.08, 1970).

A iniciativa pela modernização, como analisamos no primeiro capítulo e no segundo, foi de um grupo econômico privado que começou a receber consecutivamente apoio e participação de órgãos do governo, de outros grupos, de multinacionais, empresas nacionais e locais. À medida que o programa avançava, com a integração entre capital privado e público, as autoridades estaduais e locais, “agricultores”, mas principalmente os jovens do meio rural foram incorporando a ideia, assumindo progressiva responsabilidade na sua implantação.

Além de serem momentos de trocas de experiências e um espaço para busca da legitimação perante a opinião pública, a escolha dos campeões de produtividade, ou seja, dos sócios que se destacavam nos projetos individuais, era um meio de conquistar os jovens e incentivá-los a querer produzir ainda mais, no modelo da agricultura “moderna”. Além disso, era uma possibilidade para mostrar resultados.

Mas também, pretendia-se que os jovens se sentissem valorizados. Aqueles que tinham melhores resultados produtivos, recebiam bolsas de estudos, troféus, medalhas e viagens de intercâmbio. Este foi o caso do quatroessista Nelson Pereira, de Marechal Cândido Rondon, presidente do Clube 4-S União de Mercedes e em 1967 e 1968 e campeão municipal e interestadual do projeto do Milho Híbrido em 1969. Na época recebeu como premiação uma bolsa de estudos patrocinada pelo banco Bamerindus e uma viagem de intercâmbio para a Suíça para realizar estudos em torno de tecnologia e

técnicas modernas de produção. Esse tipo de método servia como um exemplo para a comunidade como um todo.

Os Clubes 4-S enquanto metodologia da extensão rural foi, no contexto da consolidação da “Revolução Verde” no Brasil, um dos instrumentos eficientes para uma articulação mais eficaz da produção de alimentos, dos “agricultores” à introdução de novas culturas, de técnicas de cultivo, manuseio do solo, e orientação alimentar. Os Clubes eram importantes e faziam parte da estratégia de modernização, mas a extensão não se resumia a eles. Extensão significava “educação”. Seu objetivo geral era a “ensinar” as famílias a reproduzir as técnicas “modernas”. Tratava-se de uma estratégia estatal de desenvolvimento do capitalismo no campo.

Os Clubes 4-S, não eram a extensão em si, mas sim, como avaliamos anteriormente, uma metodologia para “educar” a família rural nos moldes do projeto. Além do mais, é importante lembrar que os 4-S não eram os únicos meios de difusão da nova matriz tecnológica. Os jornais, programas de rádios, o crédito, os convênios entre Acarpa, sindicato rural e prefeituras, e com cooperativas capitalistas, exposições e demonstrações, faziam parte do arsenal ideológico e prático da extensão. Portanto, esses Clubes estavam inseridos em uma diversificada teia de estratégias para mudar os costumes, hábitos e para inseri-los no processo de tecnificação.

A extensão rural e os Clubes 4-S foram parte importante para o desenvolvimento do capitalismo no campo. Foram mecanismos para elevação da produtividade e do trabalho, visando aumentar a apropriação da mais-valia, diminuir custo da produção, aumentar o lucro com elevação da capacidade de trabalho dos agricultores com a tecnificação. Nesse processo formou-se uma verdadeira rede onde se congregou empresas, governos e bancos ocupados também por membros quatroessistas em torno de um mesmo objetivo: a modernização da agricultura.

No próximo tópico, analisamos a aplicação do crédito rural como um importante instrumento pedagógico para administração racional da agricultura e sua relação com os Clubes 4-S de Marechal Cândido Rondon.

3.6 Modalidades de Crédito Rural: Juvenil e Orientado

Neste tópico, analisamos a incorporação do crédito rural juvenil em Marechal Cândido Rondon. No Brasil, essa modalidade foi instituída inicialmente em Minas Gerais em 1960, através da Caixa Econômica do Estado de Minas (CEE-MG). É importante destacar que nesse período grande parte das modalidades de financiamentos era originária dos convênios entre USAID e Ministério da Agricultura. Além do mais o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), também realizou inúmeros acordos que financiavam a ABCAR, e disponibilizaram recursos para o crédito rural, pelo repasse aos bancos públicos nos estados (OLIVEIRA, 2013, P. 115).

O crédito rural foi aplicado em cada região, de acordo com as particularidades financeiras de cada localidade. O processo de intensificação da “Revolução Verde” no meio rural criou o ambiente propício para o crescimento das linhas de créditos destinados ao aporte técnico aplicado à produção rural. Embora o crédito juvenil já fosse uma prática para modernizar a agricultura no Paraná durante a ditadura militar, em Marechal temos indícios de que o ano de 1970 expressou o início desse tipo de serviço local. Tratou-se, portanto, como vimos nos dois primeiros capítulos desta dissertação, de um período em que o estado e municípios, tornaram-se os principais organizadores e financiadores da extensão e dos Clubes 4-S.

CRÉDITO JUVENIL BAMERINDUS – ACARPA

Com a presença de altas autoridades do banco Mercantil e da Acarpa, realizou-se sábado em Toledo o lançamento da Campanha de crédito juvenil para jovens associados aos Clubes 4SS. O crédito será na importância de um milhão, novecentos e 50 mil cruzeiros antigos e com esse dinheiro os jovens de 12 até 18 anos poderão construir pequena pocilga, piquete, e adquirir duas criadeiras e um reprodutor. O pagamento desse empréstimo será de dois anos, pelo Bamerindus, sob controle e fiscalização da Acarpa. Quarta feira será o lançamento oficial desse crédito nesta cidade no Bamerindus, com a presença de 48 jovens inscritos. O ato está marcado para as 9 horas da manhã, depois de uma visita dos jovens ao frigorífico local onde assistirão ao abate às 7 e meia da manhã. Uma bela novidade no setor de assistência financeira aos futuros agricultores de amanhã que assim já agora começarão a conhecer a fundo a técnica de investimento e financiamento para gerar progresso na agricultura (FRENTE AMPLA DE NOTÍCIAS, M.C.R, VOL.08. 1970).

O fornecimento de crédito para alguns membros da juventude rural estava condicionado à realização de melhoramentos dentro do planejamento da extensão rural.

No caso de Marechal, por ter sua economia bastante atrelada à produção de porcos, a Acarpa investiu intensivamente para a doutrinação juvenil, a fim de mudar as formas de produção de porcos, gado de leite, e no sentido de aumentar a produtividade. Os extensionistas acompanhavam os jovens em todo o processo de construção de um modelo de curral para porcos e/ou confecção de piquetes para gado, seguindo procedimentos apresentados enquanto higiênicos e lucrativos. Tratava-se de ações que objetivavam o aumento da produtividade para destinar a produção “adequada” para o abate nos frigoríficos e comercialização. Desta forma, conectava-se todo o processo de produção e emprego da força de trabalho aos interesses do mercado.

Nesse sentido, notou-se o quanto o projeto de desenvolver e modernizar a agricultura estavam atrelados às transformações de outros setores que se responsabilizariam por beneficiar a produção agrária. Como vimos ao longo deste trabalho, os cursos de suinocultura oferecidos pela Acarpa aos quatroessistas, também indicaram o interesse pelo investimento em produtos adaptados as condições locais, com expressivo barateamento da força de trabalho. Essa modalidade de produção de mercado gerou a necessidade de consumo da chamada “ração balanceada”, com ampliação da produção do milho, e de consumo dos produtos da indústria veterinária.

O estudo efetuado pelo pesquisador Gomes (2013, p.88) sobre a modalidade de crédito juvenil em Minas Gerais, ajuda a compreender que a concessão de crédito aos jovens quatroessistas, visava fazer com que experimentassem a administração do dinheiro, o senso de responsabilidade com os compromissos assumidos. Para que os quatroessistas voltassem a contar com empréstimos no ano seguinte, eles deveriam efetuar os pagamentos das parcelas em dia. Além disso, esperava-se que os seus projetos dessem resultados positivos e, para isso, recebiam acompanhamento dos técnicos.

Como vimos anteriormente, a formação de lideranças em Marechal Cândido Rondon, era um ponto fundamental para o projeto. Depois de ter uma organização consistente de lideranças locais e Clubes 4-S “multiplicadores de tecnologia” os agentes de extensão rural faziam reuniões, palestras com os “agricultores”, tendo como tema principal possibilidades de financiamentos e crédito rural, inclusive alertando a todos sobre os riscos de inadimplência. Segundo informações da rádio difusora “A ACARPA, através de seu extensionista rural Dr. Laginski, depois de ter levantado os Clubes 4-S através de seu trabalho intensivo, cabendo à parte doméstica a senhorita Maria Creoní

França, vem agora movimentar a parte de crédito rural aos agricultores” (FRENTE AMPLA DE NOTÍCIAS, Vol. 05, 1968-1969).

Os líderes formados nos Clubes 4-S eram normalmente convocados a participar das reuniões que envolviam decisões sobre utilização e difusão do crédito rural. A perspectiva presente no projeto de modernização e executada por meio dos 4-S, procurou desenvolver conjuntamente o financeiro, o agrícola e o industrial. O lugar que os 4-S ocuparam foi central. Os esforços da extensão não só foram voltados para a produção agrária, mas para a aplicação prática das instruções, seja no processo de experimentações dos diferentes tipos de cultivos, criações e práticas.

As comissões de crédito na região eram compostas por lideranças locais, treinados pela ACARPA através de encontros e reuniões. Estes por sua vez colaboravam na escolha dos beneficiários de crédito juntamente com os extensionistas. Após levantamento nas reuniões do número de pessoas interessadas em financiamentos, a ACARPA, então, organizava os planos de crédito rural, orientado especialmente para a produção da soja e do trigo e para os “agricultores” adquirirem máquinas agrícolas, através de financiamentos obtidos tanto via banco do Brasil, quanto pelo Sul-BRDE e pelo BADEP (FRENTE AMPLA DE NOTÍCIAS, Vol, 08, 1970).

Em 1969, líderes locais dos Clubes 4-S, como Elmo Lauro Gall, professor durante o início da extensão rural em Marechal Cândido Rondon, entre outros membros da comissão de crédito rural, participavam de reunião realizadas pelo Diretor do BNDE e com representantes do Banco Central (BID). Tais reuniões visavam à aplicação de financiamentos não só para a agricultura e pecuária, mas para a instalação da Copagril. Enfim, a importância dos 4-S nesse contexto se deve ao fato de ter propiciado a formação e doutrinação de líderes para assumirem o papel de executores da extensão rural local.

Nas fontes da Rádio Difusora encontramos uma série de “agricultores” divulgados pela ACARPA que utilizavam o crédito para financiar a produção seja para a produção do trigo e/ou da soja, seja para aquisição de implementos agrícolas. Nos anos de 1968, conforme dados da rádio, cerca de 70 planos de créditos foram concretizados em Marechal Cândido Rondon e levados até Toledo (FRENTE AMPLA DE NOTÍCIAS, M.C.R, Vol. 06, 1969).

Nesse contexto só existia a agência do Banco do Brasil, em Toledo que recebeu propostas para o financiamento de custeio, tanto de agências de extensão, quanto de

“agricultores”. Segundo o site “memória rondonense”, somente em 1976 foi inaugurada a agência do Banco do Brasil, em Marechal Cândido Rondon, instalada no prédio do Sindicato Rural Patronal, à Rua D. João VI.

Portanto, a agência do Banco do Brasil de Toledo, administrava os empréstimos, enquanto os extensionistas da Acarpa realizavam os planos de cada produtor e orientavam a sua aplicação no meio rural. Conforme avaliado no segundo capítulo, as pessoas eram escolhidas por membros locais, geralmente reconhecidos por sua atuação na localidade, com cargos de confiança para receber os empréstimos. Tratava-se dos que podiam quitar o financiamento.

Segundo o projeto da extensão “o minifúndio limita o trabalho de Crédito Rural Supervisionado com uma família” (CETI, 1952, p.73). Por isso, investia-se em quem possuía condições para acumulação de capital, para obter não só insumos e máquinas do pacote tecnológico, mas para garantir a continuidade do modelo de produção capitalista.

É importante lembrar que essa não foi à única forma de crédito disponibilizado via banco público para agricultura. Havia o crédito orientado habitacional, voltado para o melhoramento do lar que serviu, também, como um meio para incentivar a comunidade e possibilitar os “agricultores” a modernizar o lar, os móveis e especialmente as cozinhas vistas pelas agências de extensão como local anti-higiênico e arcaico.

Um dos grandes problemas do meio rural é o de habitação. A supervisora doméstica incentiva às donas de casa a reformarem suas casas, principalmente as cozinhas que se encontram na maioria das vezes, em condições das mais precárias. Mas nem só do melhoramento do lar tratam as supervisoras, também da alimentação, puericultura, higiene e saúde, assim como das vestimentas. Enfim tudo que abrange as atividades domésticas da família do agricultor (ACARPA, 1963).

Os agentes de extensão entendiam que a modernização da agricultura passava também pela reforma da casa, da cozinha, da alimentação, higiene e saúde. Esses elementos eram importantes para garantir a permanência de parte dos “agricultores” no campo durante o processo crescente de urbanização e industrialização. Um plano de trabalho, segundo as agências, deveria ser considerado como um todo, para evitar erros de planejamento. Segundo o relatório CETI, um plano em conjunto, envolvendo toda a família, envolvia conhecimentos de organização da exploração agropecuária, manejo da

fazenda e do lar, compra e mercado, aspectos financeiros dos negócios da fazenda (CETI, 1952, p. 72).

No caso de Marechal Cândido Rondon, por ter sido local que predominava o trabalho familiar, o projeto nessas situações em que predominava uma forte unidade agrícola familiar, demandava certo tempo para adoção das novas práticas.

Com relação aos melhoramentos do lar é preciso ter em vista que os hábitos e costumes de vida não foram criados pela família com a qual estão trabalhando.

Eles representam uma herança cultural que se sedimentou através das gerações. Muitas coisas que precisam ser feitas no lar de um mutuário não poderão se concretizar de um momento para outro, pois, normalmente o aspecto econômico limita um determinado melhoramento (CETI, 1952, p. 78).

Como podemos observar, a família como um todo era atendida pela extensão em Marechal Cândido Rondon. Inclusive, segundo os extensionistas, o trabalho, com características familiares, possibilitou grande “vantagem” em termos socioeconômicos, além da disponibilidade de força de trabalho, acumulação de capital, e produtos com preço inferior. A agricultura familiar, nesse contexto, ou se adequava as exigências da extensão ou era excluída desse processo. Em Marechal, para inserir os “agricultores” nesse processo, a Acarpa realizou cursos sobre administração rural.

O projeto da extensão visava à permanência de quantidade significativa de “agricultores” no meio rural, por isso também a educação sobre administração e crédito rural teve destaque significativo nos anos de 1970, contexto de ampliação de agências, funcionários, agrônomos e investimentos.

O crédito rural, como analisamos no segundo capítulo, era destinado a alguns do grupo B, compostos por “agricultores” que utilizavam a mão de obra familiar. Abaixo podemos observar a preferência do projeto por esse tipo de produção rural, pois era a solução para tornar as terras da região Oeste mais produtivas, seja pela incorporação de áreas não cultiváveis, seja pela tecnificação.

Suponhamos 1ha, com milho, produzindo 20 sacos que serão vendidos ao preço de Cr\$ 120,00 e que a conta cultural apresente os seguintes dados:

a, numero de serviços gastos: 40

b, mão de obra Cr\$ 30,00 por dia

c, gastos diversos: sementes, adubos, Cr\$ 600,00

O simples empreendimento comercial apresentaria os seguintes resultados:

Lucro brutoCr\$ 2.400,00

Despesas da fazenda.....” 600,00

Salários.....” 1.200,00

Lucro Líquido.....” 600,00

Caso esta operação seja realizada a pequena propriedade, o trabalho da família remunerada por:Cr\$ 2.400,00 menos Cr\$ 600,00, isto é, Cr\$ 1.800,00 ou Cr\$ 45,00 por dia.

Onde se conclui que a família ao executar o próprio trabalho teve um lucro de (45,00 - 30,00) vezes 40 = Cr\$ 600,00.

Se o preço do milho descer Cr\$ 90,00 a empresa comercial passa a não ter mais lucro, ao passo que um dia de serviço de cada membro da família ainda é remunerado por Cr\$ 30,00. Se não vejamos:

Renda bruta $90 \times 20 = 1800$

Outras despesas: 600

Trabalho da família: 1200 ou Cr\$ 30,00 por dia

Eis a razão, porque a pequena unidade agrícola está menos sujeita a depressões econômicas e a causa porque a depressão tem maior influencia sobre os empreendimentos especulativos da agricultura feita em maior escala. Este exemplo ainda nos serve para mostrar o quanto é importante o uso da mão de obra disponível na família (CETI, 1952, p.77-78).

Na região estudada, as ações da extensão rural processaram-se de forma que ficassem claro que era possível conseguir melhores garantias de renda apenas pelo uso de rações balanceadas, sementes melhoradas, adubos, “defensivos agrícolas” e máquinas, incluindo a base fundamental da agricultura familiar. Portanto, o trabalho das agências de crédito e extensão atuavam no sentido de tornar a agricultura o principal meio de produção de alimentos para a população; abastecer as indústrias de matérias primas; proporcionar mercado para outros setores; fornecer divisas para a importação de bens de consumo (GRUPOS E CLUBES, p. 04).

No entanto, ao difundirem um dado modelo de desenvolvimento, as instituições de extensão, por intermédio dos extensionistas e economistas domésticas, em muito se adequavam aos interesses dos grupos dominantes agrários brasileiros. Segundo Sonia Regina de Mendonça, tratavam-se de “co-participes do deslocamento dos conflitos de classe da cena real, para o âmbito da reeditada dicotomia entre “arcaico” *versus* “modernos” (MENDONÇA, 2007, p. 110)”.

Nesse sentido, no caso de Marechal, a disponibilidade de crédito para o melhoramento do lar, bem menos empregado localmente em comparação ao crédito rural, foi um dos caminhos projetados.

Diretores dos bancos B.R.D.E e Banco Central voltaram entusiasmado Estiveram em nossa cidade em data de ontem os senhores Alceu Machado diretor do Banco Regional de Desenvolvimento do extremo sul, o senhor Mario de Paula Soares representante da diretoria do Banco Central acompanhados de agrônomos dos citados Bancos e ainda várias autoridades da ACARPA. Em nossa cidade mantiveram contatos com o senhor prefeito municipal em exercício, em longa palestra ontem após as 14 horas. Na ocasião estiveram presentes também os vereadores Pidd e Campos. Após esse contato com autoridades de nosso município, estiveram reunidos com as lideranças agrícolas no prédio da escola Normal próxima a prefeitura. Os agricultores que estiveram presentes são os componentes das comissões de crédito Rural. Ao final de tudo, as autoridades visitantes não puderam conter as palavras elogiosas com referência ao trabalho rural e das autoridades realizado em nosso município, incluindo mais em suas palavras de despedidas que estariam deixando Mal. Cândido Rondon muito entusiasmados, frisando bem o que esperam de Mal. Candido Rondon. Suas senhorias deram a conhecer sobre financiamentos, o credito rural orientado lançado em Mal. Cândido Rondon que atingiu quase 700 milhões de cruzeiros antigos, mas que segundo suas primeiras previsões o nosso município poderá receber aproximadamente 1 bilhão e 500 milhões de cruzeiros antigos dentro do próximo ano agrícola, inclusive auxilio doméstico. Nosso diretor teve oportunidade de palestrar com os visitantes quando fez uma gravação que será lançada ao ar no domingo dia 20 no espaço da crônica da semana para conhecimento de todos os colonos de nossa região, para que estejam a par dos acontecimentos. Finda a visita ao nosso município, às autoridades seguiram à Palotina, onde em contato com as autoridades palotinenses manterão contato seguindo a mesma risca dos entendimentos tomados ontem em nossa cidade. Domingo no espaço da crônica da semana, num trabalho de nosso diretor os senhores agricultores poderão ouvir as palavras do senhor Alceu Machado, um moço que pensa bem sobre o futuro de Mal. Cândido Rondon, e as outras autoridades que aqui estiveram em data de ontem (FRENTE AMPLA DE NOTÍCIAS, M. C.R. VOL. 06. 1969).

O uso de crédito rural é um dos indicadores principais do grau de modernização das atividades agropecuárias. A Acarpa realizou inúmeras reuniões com participação de autoridades bancárias e municipais em várias localidades regionais com a presença de “agricultores” líderes, para orientar a utilização do crédito. Além disso, verificamos que a Acarpa também se reuniu junto aos produtores rurais nos distritos e municípios próximos, para tratar do crédito rural e incentivar os “agricultores” a adquiri-los.

Mas havia restrições com relação à aplicação do crédito. No caso de Marechal, o banco, atuando conjuntamente com a Acarpa mediante convênio com BNDE e Banco de Desenvolvimento do Estado do Paraná (BADEP), que financiava, especificamente, produtos como soja e trigo, máquinas colhedoras e outros implementos, bem como a suinocultura, visando aumentar a produtividade, como podemos observar a seguir:

Agora Crédito Rural Orientado

Conforme o que noticiamos ontem, estivemos hoje conversando com nosso particular amigo Dr. Lagisnki sobre o Crédito Rural orientado. O banco de Desenvolvimento do Extremo Sul-BRDE e o Banco de desenvolvimento do Paraná – BADEP, através da ACARPA, estão financiando a cultura de trigo e soja. Este financiamento é um suplemento de recursos financeiros ao produtor rural, para a aplicação exclusiva em atividades rurais, para suprimir as necessidades financeiras de custeio e investimento, a fim de possibilitar o emprego de melhores técnicas de a produção, visando aumento da produtividade; a melhoria da condição de vida das populações rurais e adequada defesa do solo. O financiamento está aberto para a compra de automotrizes e combinadas para a colheita de soja e trigo. Existe também o crédito aberto para a compra de tratores: Valmet, Massey Ferguson, C.B.T, Deutz ou qualquer outra marca que o financiamento venha preferir. Também para a compra de microtratores Agrale, Iseki, Tobata e outros, cuja marca o agricultor preferir. Para a aquisição de grades, arados, pulverizadores, distribuidores de calcário, carretas, semeadeira, adubadeira, roçadeira, cultivador e outros implementos. Acontece, porém que o financiamento aberto, atinge também o setor de destoca para a lavoura de trigo de no mínimo 10 hectares, construções de armazéns, silos e secadores, compra de sementes e adubos, isso para os agricultores que possuam a lavoura mecanizada. Os interessados nestes financiamentos deverão procurar o escritório da ACARPA o quanto mais breve possível onde poderão colher melhores informações, trazendo consigo o título de eleitor, recibo de contribuição sindical e escritura da terra (FRENTE AMPLA DE NOTÍCIAS, M.C.R, Vol. 08, 1970).

Os anúncios das ofertas dessas modalidades de crédito orientado e habitacional na rádio local ocorreram a partir do momento em que a extensão já tinha feito uma breve seleção das famílias que poderiam fazer um “bom uso” dessa técnica. Nesse sentido, avaliou-se que a extensão passou a dar mais atenção aos “agricultores” que tinham maiores condições de usufruir dos recursos disponibilizados. O objetivo principal passou a ser a tecnificação da agricultura, e não mais melhorar as condições de vida dos “agricultores” que vivem no campo. Uma mudança importante no paradigma da modernização que coincide com a ampliação do espaço de influência das multinacionais na produção rural local.

Se observarmos com cuidado, nos finais de 1970 e início dos anos de 1980 durante o auge da modernização, o número de instrumentos agrícolas empregados nas lavouras aumentou e os dados do IBGE proporcionam notar as transformações:

TABELA 20: Número de tratores no Oeste do Paraná entre os anos de 1970-1985

Número de tratores em alguns municípios do Oeste do Paraná				
Municípios	1970	1975	1980	1985
Marechal Cândido Rondon	273	1040	1645	1991
Toledo	270	1658	2101	2619
Cascavel	197	1226	1811	1829
Palotina	265	1181	1447	1758

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário de 1970,75,80 e 85.

O aumento do número de tratores é um indício da modernização, mas não o único. Observamos nos dados do censo do IBGE, o aumento de implementos para a colheita, ampliação de pessoas atendidas pela assistência técnica, acréscimo do uso de adubos, colhedeiças, de depósitos da produção de grãos a granel e acondicionado, silos para forragens entre outras. O crescimento do número de tratores pode ser atribuído também pela ação quatroessista, pois, como vimos anteriormente, o que importava ao projeto a partir dos anos de 1970 eram as adoções das práticas difundidas.

Os créditos eram fundamentais para que os “agricultores” pudessem inserir-se no processo de maquinização da agricultura, mas também haviam modalidade de créditos disponibilizados para o melhoramento genético das criações dos suínos e bovinos. Um dos contemplados com os financiamentos da Acarpa foi Henrique Bellé (FRENTE AMPLA DE NOTÍCIAS, Vol. 07, 1969), primeiro proprietário da Granja Samollé que hoje possui “clientes em todo o Brasil, comercializando diversas raças, se destacando principalmente com o MS 115,¹⁰⁷ que é a terceira geração do chamado “suíno light” (Embrapa)” (Granja Samollé).¹⁰⁸ Podemos observar, assim, que a base do agronegócio local foi tecida, à época, com grande influência do trabalho extensionista.

Nessa etapa dos anos de 1970, a extensão continuou com o seu papel estratégico “entendido como instrumento financeiro, que usa esta condição para introduzir novas

¹⁰⁷ Segundo o site da Embrapa A partir da década de 1970 os consumidores brasileiros passaram a demandar por carne magra. Com isso os suínos “tipo banha” perderam mercado. Para atender esta demanda a Embrapa começou a desenvolver novas linhagens de suínos, buscando reduzir a espessura do toucinho e aumentar a quantidade de carne magra. Em 1996 a Embrapa lançou o MS58, com uma carcaça com 55% de carne. A linhagem ficou por volta de quatro anos no mercado e foi substituída pelo “suíno light” MS60, sem o gene halotano, responsável pelo estresse dos animais terminados. O MS58 e o MS60 eram abatidos com 90 quilos. Em 2008, a Embrapa lançou o MS115, terceira geração do “suíno light” que pode ser abatido com 115 quilos, mantendo a mesma conversão alimentar da versão de 90 quilos e acompanhando a exigência da cadeia produtiva visando o abate de animais mais pesados.

¹⁰⁸ Cf: site <http://www.granjasamolle.com.br/sobre.php> acessado em junho de 2017.

técnicas nas atividades dos estabelecimentos agrícolas” (DIRETRIZES ACARPA, 1975, p.31). Mas não era só isso, o plano era também o de “promoção socioeconômica do estabelecimento agrícola beneficiado pelo Crédito Rural deverá constituir-se como princípio a ser observado na utilização do instrumento” (IDEM, p.31).

De um modo geral, no Brasil desde a década de 1960, foram executadas várias transformações no modo de produção existente e o próprio Graziano da Silva (1982) nos ajuda a identificá-las. Pretendia-se que os agricultores de baixa produção deixassem antigas práticas de autoconsumo e passassem a produzir para o mercado, tornando-se consumidores de adubos, máquinas agrícolas e agrotóxicos.

Neste estudo, notou-se que houve uma adequação ao sistema capitalista e um avanço significativo na produção de grãos, especialmente da soja, que recebia um tipo de financiamento direcionado que excluía outras possibilidades de cultivos adequados aos modos de vida da população rural. O grande capital se aliou ao latifúndio sob a proteção do Estado (SILVA, 1982, p.126-127). Enquanto isso, esse processo acarretou na exclusão dos agricultores de baixo poder aquisitivo, por não conseguirem se adequar ao novo cenário agrícola, marcado pelo uso dos pacotes tecnológicos.

A Rádio Difusora difundiu nos anos de 1970 a seguinte notícia:

Com a introdução da mecanização agrícola e a infusão do trigo e soja, binômio que ao mesmo tempo pode resultar lucros ou frustrações, os pequenos proprietários rurais são relegados a um segundo plano, por não poder competir com médios e grandes produtores. Começa a evasão e as pequenas áreas de terras são vendidas e incorporadas às grandes áreas. Muitos se perguntam, qual seria a solução no meio rural para aqueles detentores de títulos de terra de pequena proporção deixando de lado a possibilidade de criação de suínos, pois tem gente que até fica braba com esse assunto, a resposta ou uma opção poderá ser conhecida a partir de amanhã, quando estaremos realizando uma série de entrevistas. Nosso entrevistado de amanhã s.r. José Santos, gerente do Banco do Brasil (FRENTE AMPLA DE NOTÍCIAS, 1976).

Como se pode observar, houve certa transferência para o próprio trabalhador rural do ônus do seu fracasso. Os Clubes 4-S, Acarpa, sindicato, sociedade rural local, empresas, prefeitura, banco se juntaram para atender especialmente os interesses atrelados ao progresso e desenvolvimento do capitalismo no meio rural. A Acarpa não só desenvolveu um convênio com o sindicato, mas também com a prefeitura e cooperativa para acelerar o processo de modernização da agricultura (FRENTE AMPLA DE NOTÍCIAS, Vol, 08, 1970). Outro plano voltado aos “agricultores” expropriados do

campo foi à qualificação e preparação de um exército industrial voltado para o desenvolvimento das indústrias.

Algumas transformações e consequências sociais, econômicas e culturais podem ser visualizadas no tópico a seguir, momento em que discutimos as principais transformações na extensão em decorrência do projeto incluindo a construção da Usina Binacional da Itaipu e o êxodo rural.

3.7 “Mudanças” no projeto, mas permanência da filosofia: o chamado “modelo 80” e as redefinições do trabalho da extensão e consequências em Marechal Cândido Rondon.

Nos finais dos anos de 1970, a imprensa rondonense praticamente passou a silenciar-se quando tratava das atividades realizadas pelos Clubes 4-S. Mas esse silenciamento pode nos dizer muito sobre o projeto. Já não era mais tão interessante o trabalho conduzido pelos Clubes 4-S naquele momento, com características explícitas da influência estadunidense, porém as assistências aos “agricultores” e jovens em Clubes passaram a ser prestados por outras entidades locais, o que não significa, entretanto, que a influência estadunidense tenha desaparecido.

Verificamos que neste contexto de encerramento das ações dos Clubes 4-S, surgiram várias críticas ao modelo de extensão baseado no produtivismo e no fomento, anterior aos anos de 1980. Nesse novo contexto, iniciou outro ciclo de cortes de funcionários da Acarpa, maior conscientização dos problemas desencadeados com relação às ações da extensão rural e a modernização da agricultura da forma como havia acontecido. E esse processo coincidiu com a efervescência dos movimentos sociais e políticos ligados com as pastorais e movimento de luta pela terra.

É importante lembrar que a redefinição que ocorreu na extensão a partir dos finais dos anos de 70, sucedeu paralelamente ao resultado das desapropriações realizadas pelo governo para a construção da barragem da Usina Hidroelétrica de Itaipu. A partir daí, as discussões de políticas em torno desse problema tomaram a cena histórica. Além do alto índice do êxodo rural regional, em função do processo de modernização, e o assalariamento da força de trabalho agrícola, muitos “agricultores” passaram a residir nos centros urbanizados.

Não foi só o binômio trigo e soja que prejudicou os “agricultores”. Em função da construção da Usina entre os anos de 1975 a 1982 a região Oeste do Paraná perdeu

grande parte das terras agricultáveis. Nesse processo houve grande evasão de mão de obra rural. Em função da ação autoritária do Estado e do projeto da modernização, muitos produtores rurais, sem terra, arrendatários, posseiros, meeiros da região Oeste do Paraná, prejudicados com os empréstimos dos bancos, e com a construção da Usina, passaram a se organizar com apoio das Igrejas através da CPT e com auxílio de pastores locais.

Foi então que os “agricultores”, jovens e velhos, se reuniram para criticar o modelo de desenvolvimento que estava sendo consolidado no período.

FIGURA 20: Juventude contra a Usina de Itaipu



FONTE: MAZZAROLLO, Juvêncio. A taipa da injustiça Itaipu X Agricultores despejados, Oeste do Paraná, 1980.

Em decorrência desse processo, várias autoridades municipais passaram a se posicionar diante dos conflitos envolvendo as desapropriações, inclusive a Rádio Difusora emitiu um noticiário sobre as reclamações de muitos “agricultores” em 1977 com relação às ações golpistas da Itaipu.

Proprietários rurais reclamam contra a matrix

Matrix é uma companhia empreiteira da Binacional Itaipú, ligada aos assuntos da área a ser inundada com a construção da barragem da poderosa fonte de energia, de outro lado também é encarregada do setor de desapropriação com orientação que se prestam aos proprietários rurais. Há algum tempo, há mais de trinta dias, proprietários rurais da área de Porto Mendes ficaram desgostosos, tendo em vista a marcação de uma reunião, convite veiculado por esta emissora durante vários dias, tendo a reunião tão badalada, sido suspensa no último dia. Muita gente se deslocou de vários lugares para Porto Mendes com a finalidade específica de assistir tal reunião,

suspensa de uma hora pra outra sem mesmo ter sido apresentado por motivo que justificasse. Agora são os proprietários da região de Entre Rios, conforme nos explicou o ex-vereador Lauro Rohde, pois, meses atrás, funcionários da Matrix ocuparam seus escritórios em Entre Rios para fazer coleta de documentos, no caso escrituras que foram levadas para anotações e deveriam ser devolvidas imediatamente. De todo o numero de escrituras que foram levadas, somente a metade foi devolvida e, os proprietários cujos documentos não foram devolvidos ainda, tem procurado insistentemente o escritório do Sr. Lauro Rohde para saber onde se encontram suas escrituras (FRENTE AMPLA DE NOTÍCIAS, M.C.R, 1977).

A construção da Itaipu foi outro fator deflagrador do processo, mas na base de tudo estava à existência de contingentes expressivos de populações que sofriam as consequências da modernização. Várias fases demarcam o contexto de expropriação realizado pela Itaipu. Num primeiro momento, o roubo/sumiço de escrituras, em seguida, o forçoso e agressivo desalojamento de “agricultores” que viviam nas áreas que seriam alagadas e tinham ali estabelecido sua família, plantações e, por fim, muitas memórias, projetos e sonhos foram roubados com a construção da Usina.

Na tabela a seguir, podemos visualizar que durante a construção da barragem houve grande diminuição da população residente no meio rural, enquanto os centros urbanos cresciam substancialmente.

TABELA 21: Intensificação do êxodo rural no Paraná

Censo demográfico	Número populacional em 1970		Número populacional em 1980	
	Rural	Urbano	Rural	Urbano
MCR e regiões distritos e ex distritos.	36 756	7 281	31 134	25 076
MCR	6 301	3 713	4 459	19 866

Fonte: IBGE Censo demográfico 1970 e 1980 do Paraná.

Nesse período de 1970 e 1980 não só ocorreu a decadência do número populacional rural, mas também as propriedades menores se diluíram, enquanto que as médias e grandes propriedades sofreram menores transformações, mas o processo de concentração fundiária foi intensificado na região. É importante lembrar que a construção da Itaipu também impactou muitos “agricultores” que procuraram adquirir outras áreas em outros estados, e muitos que tiveram que sair do campo e morar na cidade. A tabela abaixo demonstra a mudança na estrutura fundiária em Marechal C. Rondon.

TABELA 22: Estrutura fundiária em Marechal Cândido Rondon (1970-1985)

Grupos de área total segundo nº de estabelecimentos MCR				
Dec.	1970	1975	1980	1985
Menos 10 há	2712	2605	2532	1959
10 menos de 20 há	2088	2035	1892	1700
20 menos de 50 há	1650	1553	1536	1458
50 menos 100 há	145	253	273	269
100 menos de 200 ha	23	41	57	52
200 menos de 500 ha	9	8	15	17
500 menos de 1000 ha	3	5	2	2
1000 menos de 2000 há	0	1	1	0

Fonte: IBGE 1970, 1975, 1980, 1985. (Tabela organizada pela autora).

Assim como em outras localidades do Estado do Paraná, Marechal Cândido Rondon também sofreu as consequências desse processo. Não se pode, portanto, dizer que neste município, o que ocorreu foi um caso isolado. A concentração fundiária, embora com as perdas de terras produtivas em decorrência da modernização e da construção da Itaipu, provocou transformações no enredo geral da propriedade fundiária na região, e acentuou a concentração, que levou a formação de grupos de “agricultores” a contestarem o projeto.

Mas não foi só isso que provocou concentração fundiária e de capital. Nos anos de 1960 e 1970 houve grande estímulo do estado via extensão rural para a incorporação especialmente da produção da soja e do trigo, através da economia doméstica e pelas ações dos extensionistas, e pelos projetos de financiamentos, entre outros. A alta dos preços desses produtos para venda levou muitos “agricultores” a deixar de produzir porcos e milho. Tratou-se de culturas com destaque econômico local nos anos de 1960 que começou a dar espaço para a soja e trigo.

Diante dos altos prejuízos e queda da produtividade decorrentes das geadas, secas, intensas chuvas, mas principalmente por conta das variações e baixa dos preços dos produtos do pacote tecnológico no mercado financeiro, e o aumento dos custos da produção, as propagandas de diversificação intensificou-se nos anos da crise do “milagre econômico” em 1974 a 1980. Observamos grandes incentivos à produção dos suínos e do milho e criação de gado leiteiro.

A Acarpa com ajuda do Estado através do Programa Intensivo de Preparação de Mão de Obra (PIPMO), do Ministério de Educação e Cultura, que foi idealizado nos anos de 1960 e executado durante a ditadura, e também com auxílio da MOBREAL

intensificou cursos e treinamentos para criações de suínos, como possibilidade para incremento tanto da produção do milho, como também uma solução para os “agricultores” conseguir quitar os financiamentos obtidos. Tratava-se na realidade de uma solução para a continuidade da estrutura agroindustrial.

A Rádio Difusora anunciou nos anos de 1970, várias notícias que demonstram os problemas decorrentes do modelo de desenvolvimento imposto localmente. No entanto, os adeptos do projeto acabavam individualizando as consequências sociais do processo, como se fossem das inconstâncias climáticas, escolhas pessoais, dos “agricultores”, de uma política, dos preços baixos.

(...) o grande mal é que a preocupação na lavoura é apenas num sentido, trigo e soja e o ano não correndo bem as consequências se farão sentir. Quem está bem está bem e quem está mal, que se dane! E os compromissos bancários? Serão pagos como o soja? Se forem, bem muito bem e a lacuna deste tempo? O dinheiro do soja deverá pagar o banco e o nosso comércio como ficará? Por esta razão, uma vez que a natureza sempre nos dá uma nova oportunidade, o agricultor deve para o próximo ano, plantar milho e criar suínos, criar, galinhas, ter sua horta, plantar mandioca, batatas, afinal, não somente depender de trigo e soja. Porque o agricultor sempre foi e será o esteio da humanidade e se o mesmo somente se preocupar com dinheiro aos montes, é natural que uma lição deverá ser aprendida. E esta lição nós vamos enfrentar este ano! (FRENTE AMPLA DE NOTÍCIAS, Vol 17, 1972-1973).

Com a modernização agrícola, os “agricultores” voltaram-se para a monocultura, em detrimento da tradicional diversificação, que fazia parte da economia familiar da região. A “quebra dos colonos” na década de 1970 é atribuída ao novo modelo que sugava de todas as formas possíveis os recursos produtivos dos “agricultores”. Portanto, não foi só um vetor que influenciou para o empobrecimento de muitos “agricultores”.

Enquanto isso, as visões do projeto, ao darem grande ênfase aos aspectos técnicos, diversificação da agricultura e quitação dos empréstimos adquiridos nos bancos, transferiam aos próprios “agricultores” o problema da descapitalização e empobrecimento no campo. Tratava-se de uma ação autoritária da modernização, pois acrescentava a intensificação da exploração da mão de obra do meio rural, criava e difundia meios para garantir a estrutura da dominação e acumulação de capital. Nesse contexto, ou os “agricultores” se adequavam as imposições do projeto ou eram dolorosamente excluídos. Percebeu-se então que as cooperativas de trigo e soja se tornaram um dos principais instrumentos para o avanço do processo modernizador.

A partir da segunda metade da década de 1970, observou-se numa das fontes consultadas na Rádio Difusora algumas reclamações feitas por um dos Clubes 4-S locais com relação à destruição das placas confeccionadas pelo grupo. Tratou-se de uma das últimas notícias divulgadas pela rádio local com relação aos Clubes 4-S do município.

Clube 4-S faz sua reclamação

Com a orientação recebida da Acarpa, funcionam no município vários Clubes 4-S, a multiplicidades da finalidade do funcionamento desses Clubes visa dar aos jovens a oportunidade de um aprimoramento em todos os sentidos, especialmente voltado para a agricultura. Não muito raro o aparecimento de placas indicativas pelo interior mandada confeccionar com despesa dos próprios Clubes e que são colocadas em lugares estratégicos para servir de auxílio a motoristas e qualquer pessoas que transite pela região. O Clube 4-S Ordem e progresso de Linha são José – Quatro Pontes também partiu para essa, colocando várias placas de indicação pelas estradas, mas tem uma reclamação à fazer. Uma de suas placas indicando o trajeto para Mal. C. Rondon mandada confeccionar pela prefeitura e colocada para servir de auxílio aos transeuntes pela localidade já foi destruída várias vezes. A placa em folha galvanizada amanhece enrolada ao seu suporte demonstrando que a pessoas que faz isso não tem a capacidade suficiente de prestar a mais restrita colaboração, podendo ser denominada de vândalo. Uma pequena placa sobre um suporte não ocupa lugar, não atrapalha e ao contrário, presta uma grande ajuda. Consta que há poucos dias a placa foi virada propositalmente e, um caminhão que seguiu errônea indicação que a placa explicava acabou por cair dentro de um grande buraco, Dirigentes do Clube 4-S Ordem e progresso estão dispostos a recorrer até a polícia dando conta desses fatos (FRENTE AMPLA DE NOTÍCIAS, M.C.R, Vol 32, 1977).

Como se tratou de outra fase da modernização, de acirramento da exclusão de muitos “agricultores” rurais, endividamento, de descontentamento local com relação às transformações ocorridas no campo, nas relações de trabalho, nos meios de produção, os Clubes se transformaram em um mecanismo obsoleto. Tal situação influenciou para o incremento desses “agricultores” em organizações contestatórias as desapropriações e expropriação que se intensificaram após a evasão forçada com a construção da Usina de Itaipu. Nesse sentido, a preocupação a perda da propriedade ultrapassou o interesse pela modernização.

Além disso, a crise da Acarpa, assim como a da ACARESC ainda nos anos de 1970, cujo tema foi analisado por Claiton Marcio em sua dissertação de mestrado sobre o caso de Santa Catarina, coincidiu, também, com o momento em que o governo federal extinguiu a associação ABCAR, sistema responsável pela distribuição nacional de

grandes somas de verbas de origem estrangeira principalmente estadunidense para a implantação e adaptação do programa da “Revolução Verde” no Brasil.

Afinal, quando foi extinta e incorporada por outra entidade, no final da década de 1970, grande parte do processo já tinha atingido sua maturação e seus objetivos já tinham sido concretizados localmente, ou seja, modernizar, inovar, produzir técnicas voltadas para a racionalidade do lucro, formar vínculos associativos. De um modo geral, a base do trabalho já havia se consolidado, só era necessário à monitoração e incentivo para a sequência. Os Clubes 4-S tiveram um papel importante para a maturação do projeto.

Segundo Odílio Sepulcri:

(...) A ABCAR vivia uma crise de relacionamento com o Ministério da Agricultura, prejudicando o repasse de recursos; assim, os estados não recebiam suas verbas federais. A ABCAR foi extinta, sendo criada a Embrater para sucedê-la, o que foi facilitado também por interesse do governo militar da época, por fazer parte de sua estratégia política para a modernização da agricultura (SEPULCRI, p.61).

A criação da Embrater significou a estatização dos serviços de extensão rural no país. O governo federal passou a ter a responsabilidade pela sua continuidade e financiamento. Esta empresa manteve os convênios assinados durante a atuação da ABCAR. Consecutivamente nos estados passou a ser criada a Empresa Brasileira de Reforma Agrária e Extensão Rural (Emater(s). Enquanto a ABCAR refletia uma cópia do modelo estadunidense, a Embrater passou a atuar de forma estratificada por categorias de “agricultores”, dando maior ênfase aos que se adaptavam e respondiam com maior facilidade ao pacote tecnológico (SEPULCRI, p. 61).

A partir de 1977, a Emater paranaense passou a absorver as atividades da Acarpa que iniciou seu processo de extinção que perdurou até os finais dos anos de 1980 com o nome ACARPA/EMATER, mediante críticas, greves e protestos realizados pela Associação de funcionários da Acarpa (AFA), pelas ocorrências de demissões nos municípios, transferências realizadas pela Secretaria da Agricultura, bem como houve protestos entre lavradores em decorrência das demissões em algumas localidades como em Marmeleiro (GAZETA DO POVO, 1988).

É importante lembrar, também, que o contexto de “maior abertura política”, com as reivindicações e pressões sociais pelas diretas já, pelo retorno da democracia, reforma agrária e equiparação adequada das indenizações aos flancos da especulação imobiliária

acompanhou esse processo. A situação deflagrada das contestações foi especialmente com a organização dos “agricultores” com ajuda da CPT na região Oeste do Paraná nos anos de 1980.

Em decorrência de todos esses acontecimentos anteriores, a ACARPA/EMATER então passou a rever seu posicionamento, dando ênfase a constituição de um modelo de extensão que passou a ser considerado mais “humanista” e “educativo”, centrado nos pequenos e médios produtores, no seu bem estar e sua renda e em alternativas tecnológicas apropriadas as condições econômicas das famílias. Passou então a trabalhar junto a esses “agricultores” e colocar a suas disposições alternativas tecnológicas apresentadas como apropriadas as condições de cada produtor rural, desenvolvidas pela pesquisa, pelos extensionistas e “agricultores”.

Além disso, extensionistas e técnicos de extensão rural começaram a questionar o modelo de trabalho anterior aos anos de 1980, como podemos verificar a seguir:

(...) Até 1980 a extensão teve uma função mais fomentista, produtiva e mecanicista, fruto das prioridades do governo federal de produção para a exportação. O produtor era visto como um objeto de interesse do governo, embora fosse beneficiado na maioria das vezes pelos programas de incentivo a produção.

Em 1980 a Acarpa implantou um modelo mais humanista, educativo, centrado no homem e visando acima de tudo o seu bem estar, e sua renda. O objetivo do Modelo 80 de extensão foi ver a propriedade de cada um como um todo, onde o agente de mudanças será o produtor, que optara pelas novas tecnologias conscientemente. A empresa volta-se, pelo modelo, principalmente aos pequenos e médios produtores, procurando fazer o máximo uso dos fatores de produção da unidade produtiva. O objetivo é retirar o máximo da propriedade, comprando o mínimo de fora. Visa a autossuficiência alimentar e a venda dos excedentes (INDÚSTRIA E COMÉRCIO, 1986).

Como pudemos observar na citação anterior, o “novo” modelo de extensão rural passou a se apresentar enquanto inovador em comparação ao anterior. Mais uma vez observamos que “o novo já nasce velho”. Antigas práticas ainda permaneceram e eram alvo de intensos conflitos de interesses políticos. Alguns grupos, adeptos da filosofia estadunidense do “aprender fazendo”, defendiam que a ACARPA/EMATER deveria atuar como promotora da modernização e ser produtivista, já outros, críticos do modelo importado, nacionalistas, afirmavam seu caráter de organização social e política e criticavam a influência externa no processo de modernização.¹⁰⁹ No caso do município

¹⁰⁹De um lado observamos certos interesses nacionalistas de grupos como José Richa, Álvaro Dias, Roberto Requião e outros, e do outro lado temos Nei Braga, Emílio Hoffmann Gomes, Jaime Canet

em estudo, a filosofia dos 4-S permaneceu sob uma nova forma, através das Associações dos Clubes de Jovens Cooperativistas. Além disso, muitos líderes formados nos 4-S tornaram-se diretores, líderes, comerciantes.

Os Clubes 4-S, nesse contexto, foram consecutivamente desestimulados localmente. Os principais problemas vivenciados pela ACARPA/EMATER, difundidos nos jornais locais, foram atribuídos ao panorama político da época, seja pela influência política dos extensionistas no meio rural e/ou pela difusão dos movimentos de base como aqueles relacionados às Comissões das Pastorais da Terra (CPT) bastante influente no Oeste do Paraná.

O que gerou muitas críticas entre sindicatos, prefeitos e cooperativas foi o envolvimento ideológico de extensionistas. É claro, quem tem uma visão destoante no meio de um grupo, se sobressai e atrai críticas. O próprio Paulo Carneiro, reconhecendo que o “cooperativismo e a agricultura não estariam no nível que está, no status que desfruta no Brasil, se não fosse o trabalho sério e competente da Acarpa”, critica o envolvimento político havido. “Desde o momento que o técnico tome uma posição política ele já cria uma área de atrito, já cria restrições. O universo onde ele trabalha é um universo onde ele tem que se dar bem com todo mundo.

Também Benjamim, funcionário da Acarpa licenciado para exercer cargos diversos de alta responsabilidade, como diretor do BNCC, tem suas observações sobre a extensão. “Hoje se vê que muita coisa que a gente fez é contestada. Se tentou tirar a Acarpa da extensão rural e da Assistência técnica. Eu fico preocupado com o que se quer da Acarpa. Acho que ela mudou. Ela tinha um papel definido e começou a incentivar, dali a pouco, agricultores a saírem de suas propriedades e beirarem o asfalto em acampamentos. Eu sei que essa posição hoje esta sendo revista e merece melhor análise”. Apesar disso, que classifica como “um tufão, algo nefasto que passou aí a nível de uma administração da Agricultura”. Benjamim reconhece que a Acarpa, em 30 anos, “foi bem aceita, tomou seu espaço, fez época, fez técnicos e elevou o nível nacional a extensão rural do Paraná” (INDÚSTRIA E COMERCIO 1986).

Mais uma vez, observaram-se tentativas de individualização do problema, cujo alvo agora foram os extensionistas, numa época de contestação devido ao empobrecimento crescente de muitos produtores rurais com a modernização. Como pano de fundo, verificou-se exatamente o que o projeto pretendia transferir aos “agricultores” e as associações locais a principal missão de seguir as práticas aprendidas durante a atuação da Acarpa. Mas não era somente isso. Vejamos a notícia de jornal

Júnior que destacavam a importância das entidades e dos recursos estrangeiros para as transformações no país.

difundida em 1981, momento em que Hans Guinther Hanscher, foi reeleito presidente da Acarpa, sendo que há seis anos já estava no cargo:

O presidente da Acarpa disse estar satisfeito de poder continuar o trabalho que vem realizado á frente do órgão, com a prioridade da linha de Governo de Ney Braga, aos pequenos e médios agricultores, a racionalização da assistência técnica e o fortalecimento das cooperativas e associações de produtores. Ele diz que o certo seria que a Acarpa não fosse mais necessária, que o agricultor não mais precisasse do apoio do Governo, mas esses objetivos podem ser alcançados (DIÁRIO DO PARANÁ, 1981).

No modelo de 1980, a empresa de assistência técnica passou a atuar nesse sentido de estimular a iniciativa das associações locais para dar seguimento com a mesma filosofia da extensão rural. Ao mesmo tempo em que o projeto dos anos de 1980 apresentava-se como um modelo novo, velhas práticas da filosofia estadunidense baseada no “Aprender fazendo” ainda permaneciam. Neste momento, também, o associativismo e o cooperativismo amplamente incentivado desde os anos de 1970, passou a ser apresentado como principal solução para os “problemas de comercialização da produção”.

A Cooperativa local, Copagril, por sua vez, passou a se dedicar aos projetos de juventude e bem estar social, exercendo atividades culturais, palestras, encontros voltados para a juventude rural, gincanas entre Clubes, competições, visitas aos campos experimentais voltados a pesquisa agrícola entre outras atividades para restaurar os Clubes que ainda existiam. Segundo dados do Informativo Copagril, alguns antigos Clubes 4-S quase desapareceram já nos anos de 1975 a 1977 pelo desinteresse de muitos jovens e extensionistas da Acarpa, e a cooperativa foi responsável por recomeçar os Clubes (INFORMATIVO COPAGRIL, Nº 31, M.C.R, 1980, p.10).

Inclusive é bom lembrar que a cooperativa manteve um convênio junto a Acarpa/Emater e sob coordenação geral do INCRA (INFORMATIVO COPAGRIL, M.C.R, 1977) que visava difundir o sindicalismo e cooperativismo, como o programa “Sindicalismo em Marcha” na rádio Difusora, que contava com a participação ativa do Sindicato Patronal Rural. Porém, nosso propósito não será abordar esse novo cenário do cooperativismo e associativismo, pois demandaria uma vasta pesquisa em torno desta temática. Embora os Clubes 4-S já tivessem iniciado alguns projetos nesse sentido, como forma de preparação do terreno para dar espaço à iniciativa privada para

dar seguimento à modernização. Além disso, com esses programas, pretendia-se que se formasse uma classe rural unida, organizada para amenizar conflitos sociais latentes no meio rural.

Nos anos de 1980, o enfoque educacional do trabalho da extensão foi substituído pelo econômico. A Emater deu sequência à orientação dos “agricultores”, mas a preferência eram aqueles que já exploravam comercialmente sua propriedade, enfatizando planos regionais de integração de vários órgãos.

Em linhas gerais, avaliou-se que o projeto, embora atacasse os pontos mais frágeis para fazer acontecer à modernização, Segundo Ianni, “No Brasil, o capitalismo beneficiou-se bastante das desigualdades e desequilíbrios regionais, tanto em termos econômicos como políticos” (IANNI, 2004, p.171). Além disso, acrescentou que:

O que está em questão é algo mais, além da subordinação da agricultura a indústria, do campo à cidade. Não se trata apenas de “desenvolvimento” econômico, social ou outro, mas de desenvolvimento capitalista, acumulação do capital, transformação da agricultura em indústria produtora de capital. Ao desenvolverem-se as relações capitalistas de produção no campo, sob a influência do capital industrial, estão em curso também a expansão e o fortalecimento do grande capital financeiro e monopolista; capital esse que articula os capitais industriais, bancário e comercial em um poderoso bloco de poder. Nessas condições, e em simultaneidade, formam-se as desigualdades e os desequilíbrios, tanto em termos da estrutura do subsistema econômico brasileiro como das regiões (IANNI, São Paulo, 2004, p. 171).

Em termos locais e regionais, o processo de expropriação no meio rural possibilitou o acirramento da concentração fundiária e a monopolização da terra. Portanto, a formação dos desequilíbrios e desigualdade no Oeste do Paraná foi fruto de uma ação articulada entre bancos, com o Estado, via extensão rural, Clubes 4-S, sindicato rural e cooperativas capitalistas que conjuntamente contribuíram para o fortalecimento do capital financeiro e monopolista, bem como para a permanência dos interesses voltados para a modernização da agricultura.

Trata-se de um contexto específico de desenvolvimento do capitalismo, de infiltração do imperialismo no campo, e de formação de uma geração, enquanto a burguesia industrial, bancária e comercial expropriaram largamente os trabalhadores assalariados, sitiantes, colonos, posseiros, parceiros arrendatários e boias – frias. Boa

parte desses trabalhadores acabava por fornecer sucessivos contingentes de mão de obra para a indústria, comércio entre outras atividades centradas nas cidades.

Os 4-S e a Acarpa também tiveram esse papel de preparação da mão de obra qualificada junto a organizações governamentais como o Programa Intensivo de Preparação de Mão de Obra (PIPMO) do governo federal, bem como pelos Fundos das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) que também patrocinava os cursos de treinamentos de força de trabalho local.¹¹⁰ Os treinamentos referiam-se a criação racional de suinocultura, gado leiteiro, custo dos suínos, criações modernas, curso de costura, conservas, tratorista para aqueles que tinham adquirido trator via financiamento, parteiras, conservação do solo, entre outros.

Nesse sentido, a agricultura tem servido não somente a indústria, como também se tornou num lugar de estoque e preparação de grande parcela de produção barata, para serem fornecidas aos centros urbanizados, como também possibilitou a formação de um exército industrial de reserva, importante para incrementar a acumulação capitalista. Ainda é importante lembrar que uma parte desses trabalhadores (reserva do capital industrial), tem sido aproveitada para “ocupações” na Amazônia, Paraguai e no norte do país, bem como para “colonização”, e até mesmo expansão da fronteira interna do capitalismo (IANNI, São Paulo, 2004, p. 161). E os Clubes 4-S, instrumento utilizado pelo Estado, não só colaborou para o preparo desse contingente de mão de obra, mas contribuiu para a difusão e treinamento de um tipo específico de produtor rural, racional e modernizado.

No período de decadência e transformação dos Clubes 4-S, a partir de 1976, os Clubes já tinham cumprido com uma das principais funções, que era a formação de uma geração de “agricultores” atuantes, capazes por eles próprios de darem seguimento ao projeto. A modernização foi muito além do que incorporação de tecnologia no meio rural. Não bastava difundir máquinas e insumos, era preciso conscientizar os “agricultores” sobre os resultados das mudanças de práticas. A modificação dos hábitos e costumes começou a se transformar a partir do trabalho junto aos jovens, nas reuniões, demonstrações, exposições, gincanas, encontros, treinamentos em economia doméstica e projetos rurais.

¹¹⁰ Somente a partir das fontes locais é que foi possível identificar a participação desses programas da UNICEF e PIPMO junto à extensão rural, cujo foco passou a ser a preparação da mão de obra. Não que essas ações não fossem empregadas pelos Clubes 4-S anteriormente. Mas a fundação desses programas significou a materialização estatal da ideologia do “Aprender fazendo”.

Eletrrodomésticos, produtos de higiene, tecidos, máquinas, linhas e uma infinidade de produtos comercializados por multinacionais também foram propagandeados nas ações dos 4-S. Assim, no período delimitado para este estudo, os “agricultores” do município de Marechal Cândido Rondon foram inseridos no processo de modernização agrícola em razão da grande influência da juventude rural através dos Clubes 4-S e vivenciaram transformações econômicas e capitalistas. Porém, nem tudo se desenvolveu perfeitamente sob a égide do progressismo técnico do extensionismo estadunidense, implantado no período. Ainda que seus resultados tenham sido positivos na avaliação de muitos “agricultores” da região, muitos problemas e interesses diversos e contraditórios se fizeram presentes.

CONCLUSÃO

Analisamos o papel dos Clubes 4-S no processo de modernização da agricultura no Oeste do Paraná, especificamente em Marechal Cândido Rondon, nas décadas de 1960 e 1970. Para tanto, consideramos as transformações operadas no sistema produtivo brasileiro decorrente da influência da “Revolução Verde” na agricultura do país.

No primeiro capítulo, estudamos sobre a política, economia e a história da formação e inserção da “Revolução Verde” no Brasil, que esteve intimamente ligada com os conflitos envolvendo interesses hegemônicos tanto da União Soviética quanto dos Estados Unidos no pós Segunda Guerra Mundial, justamente no contexto de construção da Guerra Fria. Tratou-se de um programa cujo padrão de implementação acabou criando contradições que contrastam com demandas específicas das regiões. Tais contradições puderam ser evidenciadas nas seguintes oposições: modernização *versus* modo de vida tradicional, racionalidade do lucro *versus* racionalidade rural de subsistência, aumento da produção *versus* cultura de subsistência, monocultura *versus* policultura, o complexo agroindustrial *versus* complexo tradicional.

Na primeira parte deste estudo, o mapeamento realizado nos relatórios do Ministério da Agricultura, dos anos de 1950, evidenciou a intensa relação das políticas públicas do Estado brasileiro com as propostas do programa “Revolução Verde” organizado e financiado pelo grupo Rockefeller e Ford no contexto do pós II Guerra Mundial. Pode-se abstrair que se construiu certa *História Oficial* referente à intensificação da produção de alimentos, mediante o uso de inovações tecnológicas, pesquisas e mecanização agrícola, como demanda apresentada por meio do aumento da produção de alimentos. O principal interesse era modernizar a agricultura sem mudar a estrutura da dominação e alterar profundamente o modo de distribuição da terra, a ponto de a propriedade privada ser contestada, por exemplo. Observamos, também, que houve relação entre propagadores do programa no país no interior do Estado brasileiro, pois estes sujeitos assumiram cargos no Estado. Ou seja, analisamos o Estado enquanto um meio de conseguir concretizar os interesses de um determinado grupo social, neste caso, o dos ruralistas.

Nos finais dos anos de 1950 e início dos anos de 1960, houve um processo de materialização das ideias da “Revolução Verde” no país, passando a etapa seguinte do projeto. Com o objetivo de aumentar a produtividade, algumas medidas passaram a ser

executadas, tais como: a intensificação de propagandas de mecanização, difusão de créditos bancários, assistência técnica, serviços de extensão rural, Clubes agrícolas (4-S), organização de patrulhas rurais, encontros entre sociedades rurais e “agricultores” etc.

Além do ETA, outras entidades como o IBEC e a AIA foram fundadas pelo grupo Rockefeller durante o período compreendido entre 1946 e 1961. A AIA foi responsável pelo financiamento e oficialização da Extensão Rural no Brasil e desenvolveu projetos de cooperação técnica, principalmente em agricultura e conservação do solo, além de programas de saneamento e alfabetização. Nesse sentido, observou-se que o processo de modernização da agricultura brasileira teve amplo apoio de instituições nacionais e internacionais, especialmente as de origem estadunidense. Inclusive, recebeu capital internacional para a efetivação do programa no país.

Para além da iniciativa privada binacional, o Estado brasileiro aos poucos foi assimilando o projeto de modernização da agricultura e esse processo ficou mais evidente a partir da criação da ABCAR, instituição que tinha como desígnio uniformizar os trabalhos extensionistas a partir da gestão Kubitschek em 1956. Durante o governo Kubitschek ocorreu um aumento da participação do governo e do capital estrangeiro para o financiamento de investimentos e também a participação do setor público e privado na economia.

Durante o período da ditadura, o modelo de desenvolvimento associado ao capital externo foi imposto definitivamente e as políticas agrárias voltadas para a juventude rural foram aprofundadas. Isso se deveu tanto por interesses de frações agrárias brasileiras quanto por grupos industriais internacionais. Nesse contexto, a ditadura orientou-se para a inserção da agricultura no modelo de desenvolvimento orientado pelo grande capital monopolista. Sobre a estratégia denominada “Batalha da produção”, o Estado lançou mão de instrumentos ideológicos e financeiros para garantir o aumento da produção e modernização.

Na primeira parte do trabalho, também verificamos que o processo de modernização da agricultura foi muito mais complexo e complicado do que propunha a literatura clássica sobre a modernização conservadora. Observamos que nesse processo, alterou-se o quadro da estrutura agrária tanto pela incorporação de tecnologia, quanto de novas áreas de fronteira, ao mesmo tempo acentuou-se o quadro da concentração fundiária e o latifúndio apropriou-se das pequenas propriedades onde prevalecia a

agricultura tradicional. Os que foram expropriados passaram a ter somente a força de trabalho como mercadoria para ser vendida. A única situação que não se modificou foi a à estrutura de dominação. Além do mais, a abolição da propriedade privada nunca foi tema posto em discussão, nem mesmo a distribuição igualitária da terra.

Na segunda parte deste trabalho, compreendendo os dois últimos capítulos, analisamos o processo de modernização da agricultura no Paraná, mais precisamente o momento em que a extensão rural começou a atuar no estado. Dessa segunda parte verificou-se que o processo de “modernização” da agricultura paranaense iniciado nos anos de 1950 foi realizado mediante o treinamento de técnicos nos Estados Unidos, através da divulgação de melhoramentos das práticas de produção com a expansão dos serviços de extensão rural a partir de 1958. Ou seja, entre os anos de 1950 e 1960, o trabalho de Extensão Rural procurou “preparar o terreno” e legitimar-se enquanto melhor maneira de levar tecnologia ao campo através da verificação dos melhores métodos de difundir tecnologia no estado.

Na ampliação da agricultura no Paraná, tem-se a década de 1960 e 1970 como um marco em que a agricultura sofreu um processo transitório, saindo praticamente da preponderância produtiva da cultura do café e substituindo-a pelo soja, milho e trigo. O processo transitório da agricultura paranaense coincidiu com o início da atuação da Fundação Rockefeller, a Fundação Ford, o ETA e a “Aliança para o Progresso”. A crise do café abriu caminho para a desconstrução do modelo desenvolvimentista existente na época e para o fortalecimento de introdução da “Revolução Verde”.

A extensão rural no Paraná que se instalou no estado nos finais dos anos de 1950 procurou desde seu início modernizar a agricultura local através da estratégia da “educação” da família rural, pela mudança dos hábitos cotidianos, e desestímulo das práticas “antigas” de produção. A “doutrinação” e o “adestramento” fez parte da metodologia do programa nesse estado. E pelo desestímulo dos métodos tradicionais. Portanto, a extensão ficou encarregada de preparar essas populações para usar as tecnologias, e inclusive instruir os jovens desde cedo sobre as “modernas” técnicas, para que eles se tornassem agricultores “promissores” e as jovens “boas” donas de casa e administradoras do lar. Conseqüentemente punha-se um conflito geracional no meio rural, onde os “agricultores” mais velhos passaram a ser considerados “atrasados”, “jecas”, “rígidos”, “carrascos”, “intransigentes”, entre outras denominações influenciadas pelo projeto da modernização.

Ao mesmo tempo, observou-se os limites da modernização com a retomada e incentivo de técnicas menos onerosas de produção nos finais dos anos de 1970 e início de 1980, em função da descapitalização de muitos “agricultores” no contexto de intensificação do projeto no estado.

O crédito rural, tanto juvenil quanto supervisionado/orientado, foi uma das principais ferramentas para a materialização da modernização. A finalidade do crédito era tornar os “agricultores” em empresários rurais ligados e dependentes dos circuitos do capital, diretamente vinculados ao mercado, com o objetivo de ampliar o consumo, absorver progressos técnicos e gerar maiores lucros. O fato do projeto e a modernização buscar transformar a agricultura de subsistência em empresarial não significou que todos se transformaram em empresários rurais. A maior parte dos “agricultores” passaram a ficar subordinados ao mercado e suas flutuações.

Além do crédito, os Clubes 4-S, enquanto metodologia da Associação de Crédito e Assistência Rural, foi fundamental para a formação de um “novo” sujeito da produção agrícola. Esses Clubes, diziam-se voltados aos jovens, mas pretendiam atingir toda a família do sócio, vizinhos, amigos e comunidade, atuando de forma a racionalizar o projeto da “modernização”. Observamos a tentativa da extensão em criar um tipo de conflito geracional no meio rural ao evidenciar os jovens como principais agentes capazes de fazer com que a modernização atingisse em cheio o ambiente rural e transformasse antigas práticas em modernas. Nessas ações havia o interesse de romper a continuidade histórica anterior, ou seja, com o modo de vida tradicional pela demarcação do “antes” e o “depois” na vida coletiva e privada.

Portanto, a escolha pelos jovens como um grupo etário crucial para a implementação da modernização, pôde resultar na satisfação dos interesses do projeto, pois como acrescenta Carles Feixa e Carmem Leccardi, nessa geração “o processo de socialização não foi concluído, pelo menos no seu período crucial, e os esquemas utilizados para interpretar a realidade não são ainda totalmente rígidos ou - como coloca Mannheim - quando essas experiências históricas são primeiras impressões ou experiências juvenis” (FEIXA, LECCARDI, 2010).

Era sobre as noções de moderno, progresso e do novo que a extensão atuava. “O novo já nasce velho”, pois na realidade reproduziam-se antigas práticas, quais sejam, a reprodução da velha estrutura de dominação sobre uma nova configuração da organização capitalista burguesa, cuja tecnologia, insumos, pesquisas e racionalidade do

lucro passaram a ser o novo elemento difundido pela extensão rural e praticado na região estudada.

Assim, conclui-se que o movimento quatroessista constituiu-se numa estrutura de apoio para a implantação da “Revolução Verde” em larga escala no país. Como consequência, verificamos que os Clubes 4-S atuaram como base de sustentação para o fortalecimento da produção da soja, que se tornou o principal produto no estado e no país, a consolidação do complexo agroindustrial, tornando não só a produção agropecuária, mas também a classe trabalhadora cada vez mais dependente da indústria, do mercado financeiro e dos bancos. Junto a esse processo, ressalta-se que a intensificação do êxodo rural, o aumento da especulação da terra na região estudada e a concentração fundiária, foi aprofundada a partir das ações da extensão rural, dos programas governamentais voltadas para o meio rural, da influência dos diretores da Fundação Rockefeller, Fundação Ford e Aliança para o Progresso, alimentada por outras instituições regionais e locais, cujo projeto de classe coincidiu com o programa da “Revolução Verde”, tais como: as sociedades rurais, sindicatos patronais, Cooperativas Agroindustriais, Associações de Crédito e Extensão Rural, Rotary Club, Lions Club, prefeituras, rádios, escolas entre outras instituições.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E FONTES

ABRAMOVAY, R. *De Camponeses a Agricultores*. Campinas. (1990).

AGUIAR, Ronaldo Conde. *Abrindo o pacote tecnológico: Estado e pesquisa agropecuária no Brasil*. São Paulo: Polis; Brasília: CNPq, 1986.

ALVES, C. T. *A Revolução Verde na Mesorregião Noroeste do RS (1930-1970)*. Porto Alegre: Letra & Vida. (2013).

ARAPIRACA, José Oliveira. *A USAID e a Educação Brasileira: um estudo a partir de uma abordagem crítica da teoria do capital humano*. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1982.

BALSAN, Rosane. *Impactos decorrentes da Modernização da Agricultura brasileira*. CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária, v. 1, n. 2, p. 123-151, ago. Rio Grande do Sul, 2006. Disponível em file:///C:/Users/Marcos/Downloads/11787-55073-1-PB.pdf

BATISTELLA, Alessandro. *O Partido Trabalhista Brasileiro no Paraná (1945-1965)*. Topoi (Rio J.) vol.17 no.32 Rio de Janeiro Jan./June 2016. Disponível no site http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2237-101X2016000100257

BEM, Cleide Maria Perito de. *Casas, Casebres e Condomínios: Segregação Espacial e Relações sociais nas formas de ocupação de São Braz, Um Bairro de Curitiba*. Curitiba, 1992.

BOURDIEU, P. *Contrafogos: Táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Rio de Janeiro: Zahar. (1998).

BOSERUP, Ester. *Evolução agrária e pressão demográfica*. São Paulo: Hucitec, Polis, 1987.

BRUM, A. J. *Modernização da agricultura: trigo e soja. Rio Grande do Sul*. Rio Grande do Sul: Vozes. (1988).

CARDIM, Sílvia Elisabeth de C. S; VIEIRA, Paulo de Tarso Loguércio; VIÉGAS, José Leopoldo Ribeiro. *Análise da Estrutura Fundiária Brasileira*. Artigo disponível no site: http://www.incra.gov.br/media/reforma_agraria/analise_de_estrutura_funcionaria_brasileira.pdf

CPDOC/FGV. Verbete disponível no site:

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/bento-munhoz-da-rocha-neto> acesso em Abril de 2016.

CPEDOC, disponível no site <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/adolfo-de-oliveira-franco>.

COLBY, G. e DENNETT. *Seja feita a vossa vontade*. Rio de Janeiro: Record, 1998.

COSTA, Jurandir Freire. *Ordem Médica e Norma Familiar*. Rio de Janeiro, 1989.

DREIFUSS, R. A. *Transformações: Matrizes do Século XXI*. Rio de Janeiro: Vozes. (2004).

_____. *1964 A conquista do Estado: Ação política, Poder e Golpe de Classe*. Rio de Janeiro, 2006.

FAVARO, Jorge Luis. *Comunicação como diálogo: Estudo comparativo de casos da empresa paranaense de assistência técnica e extensão rural*. Dissertação de Mestrado em Extensão Rural – UFSM. Santa Maria, RS. 1996.

FEIXA, Carles & LECCARDI, Carmem. *O conceito de geração nas teorias sobre juventude*. Soc. estado. vol.25 no.2 Brasília May/Aug. 2010. Disponível no site http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922010000200003 Acessado no dia 06 de Janeiro de 2017.

FONSECA, M.T.L. da. *A extensão rural no Brasil, um projeto educativo para o capital*. São Paulo: Loyola, 1985.

GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. v. 2.

GRAZIANO DA SILVA .J. *O novo mundo rural brasileiro*. Campinas: Unicamp, 2000. 151 p. Série Pesquisas.

IANNI, O. *Origens Agrárias do Estado Brasileiro*. São Paulo: Brasiliense. (2004).

IPARDES. *Consequências sociais das transformações Tecnológicas na agricultura do Paraná*. Curitiba, 1985.

KOLING, Paulo José. *Sociedade e Política em Marechal Cândido Rondon*. Artigo disponível no site: e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/download/1237/1024

LIGUORE, Guido & VOZA, Pasquale (Orgs). *Dicionário Gramsciano*. 1 ed, - São Paulo: Boitempo, 2017.

LINHARES, M. Y., & SILVA, F. C. *Terra Prometida: Uma História da Questão Agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus. (1999).

LINHARES, M. Y., & SILVA, Teixeira, F. C. *História da Aricultura Brasileira: Combates e controvérsias*. São Paulo: Brasiliense. (1981).

MANNHEIM, Karl. “O problema sociológico das gerações” [tradução: Cláudio Marcondes], In: Marialice M. Foracchi (org), Karl Mannheim: *Sociologia*, São Paulo, Ática, 1982.

MAURÍCIO, Dinalva Rosa Neves. *Governos Lupyon e Ney Braga: um estudo comparativo*. Monografia apresentada a Universidade Federal do Paraná – UFPR. Curitiba, 2011. Disponível no site:

<http://acervodigital.ufpr.br/bitstream/handle/1884/33136/DINALVA%20ROSA%20NEVES%20MAURICIO.pdf?sequence=1>

MEMÓRIA RONDONENSE. Site disponível em:

<http://www.memoriaronдонense.com.br/calendario-historico-single/07/25/> acessado em outubro de 2016.

MENDONÇA, Sonia Regina de. *Estado e Educação Rural no Brasil: Alguns Escritos*. Niterói/ Rio de Janeiro: Vício de leitura/FAPERJ. 2007.

_____. *Extensão rural e hegemonia norte-americana no Brasil*. Unisinos, 2010. Artigo disponível no site

https://www.google.com.br/?gfe_rd=cr&ei=M5zUVcfDG4WC8Qe9rp64Aw&gws_rd=ssl#q=Extens%C3%A3o+rural+e+hegemonia+norte-americana+no+Brasil acessado em 19/08/2015.

_____. *O Patronato Rural no Brasil Recente*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2010.

NETO, W. G. *Estado e Agricultura no Brasil: Política agrícola e modernização econômica brasileira 1960-1980*. São Paulo: Hucitec. (1997).

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Agricultura brasileira: transformações recentes*. In. ROSS, Jurandy Sanches (org.). *Geografia do Brasil*. São Paulo: Edusp, 1996.

_____. *A geografia das lutas no campo*. São Paulo: Contexto, 1996.

OLIVEIRA F. de, *Elegia para uma Re(li)gião*. Sudene, Nordeste, Planejamento e conflito de classes, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

OLINGER, G. *Ascensão e decadência da extensão rural no Brasil*. Florianópolis: EPAGRI, 1996.

OLIVEIRA, Mauro Marcio. As circunstâncias da criação da extensão rural no Brasil.

In: *Cadernos de Ciência & Tecnologia*. Brasília, v. 16, n. 02, maio-ago 1999.

Disponível em <http://webnotes.sct.embrapa.br/pdf/cct/v16/cc16n204.pdf> acessado em 2016.

OLIVEIRA, M.M. “As circunstâncias da criação da extensão rural no Brasil”. In: *Cadernos de ciência e tecnologia*, Brasília, v.16, n.2, maio/ago. 1999.

ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira*. Cultura brasileira e indústria cultural. São Paulo: Brasiliense, 1988.

PALMEIRA, Moacir. *Modernização, Estado e questão agrária*.

Estud.av. vol.3 no.7 São Paulo Sept./Dec. 1989. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141989000300006.

PINHEIRO, Camila Fernandes. *Estado, extensão rural e economia doméstica no Brasil (1948-1974)*. Dissertação de Mestrado apresentada a Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 2016.

PIJR, Programa Interamericano para a Juventude Rural. 1971. Disponível no site: <https://books.google.com.br/books?id=nH8OAQAIAAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR#v=onepage&q=laginsky&f=false>

POULANTZAS, Nicos. *O Estado, O Poder, O Socialismo*. Rio de Janeiro – Paz e Terra, 2000.

PRIORI, Ângelo; POMARI, Luciana Regina; AMÂNCIO, Silvia Maria; IPÓLITO, Verônica Karina. *História do Paraná: Século XIX e XX*. Maringá, 2012.

RENK, A. *Sociodiciéias às Avelhas*. Chapecó: Grifos. (2000).

RIBEIRO, José Paulo. *A saga da extensão rural em Minas Gerais*. São Paulo: Annablume; Minas Gerais: CPP/Emater, 2000. Disponível em: https://books.google.com.br/books?id=6taXr0yb8yMC&pg=PA108&lpg=PA108&dq=fazenda+ipanema+extens%C3%A3o+rural&source=bl&ots=XjQ3iY2p8Y&sig=_-Y76jR1fnKKKjWprDy-FQezfE0&hl=pt-BR&sa=X&ved=0ahUKEwjP74GTqPPMAhWHDpAKHfdyDl4Q6AEIJjAC#v=onepage&q=fazenda%20ipanema%20extens%C3%A3o%20rural&f=false

RIPPEL, Ricardo. *Migração e desenvolvimento econômico no Oeste do Estado do Paraná: uma análise de 1950 a 2000*. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Doutorado em Demografia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual De Campinas. Campinas, SP, 2005.

SEPULCRI, Odílio e PAULA Nilson de. *A Emater e seu papel na difusão de tecnologia nos seus 50 anos*. Artigo disponível no site: http://www.emater.pr.gov.br/arquivos/File/Biblioteca_Virtual/Premio_Extensao_Rural/2_Premio_ER/02_A_Emater_papel_Dif_Tec.pdf

SCHLOSSER, M. T. (2005). *Rádio, consensos e dissensos: o reverso do discurso e a crise da especialização agrícola (extremo Oeste do Paraná 1980-2000)*. Presidente Prudente.

SINGER, Paul. *Evolução da Estrutura Social Brasileira: 1950 a 1976*, São Paulo, CEBRAP, 1979.

SILVA, José Graziano. *Estrutura Agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira*. São Paulo, 1978.

_____. *A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Rio de Janeiro, 1981.

SILVA, Claiton Marcio da. *Saber, Sentir, Servir e Saúde: A Construção do Novo Jovem Rural nos Clubes 4-S, Sc (1970-1985)*. Dissertação de Mestrado em História pela Universidade Federal de Santa Catarina, 2002. Disponível no site:

<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/83610/189082.pdf?sequence=1>

SORJ, B. (1980). *Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar.

SOUZA, Sirlei de Fátima. *Tradição x modernização no processo produtivo rural: os Clubes 4-S em Passo Fundo (1950-1980)*. Rio grande do Sul, 2003.

THOMPSON, E. P. *A Miséria da Teoria*. Rio: Zahar, 1981.

TRINTIN, Jaime Garciano e VIGNANDI, Rafaella Stradioto. *As transformações na agricultura paranaense e seus efeitos sobre a expansão agrícola no Noroeste do Estado*. VI Ecopar – Encontro de Economia Paranaense. Disponível em <http://www.pce.uem.br/producao/fb1ba757ec066d28c3ec458f69af757c.pdf> acesso em Maio de 2016.

VALENTINI, Juliana. *Associação Rural de Londrina – ARL: compondo os alicerces civis para o golpe civil-militar de 1964*. Anais do V Simpósio Internacional Lutas Sociais na América Latina- Gepal, 2013. Disponível no site http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/v16_juliana_GII.pdf

ZAGO, Luciana Grespan. *Fronteira e Segurança Nacional no Extremo Oeste Paranaense: um estudo do município de Marechal Cândido Rondon*. Dissertação de mestrado em História pela Universidade Universidade de Passo Fundo. Passo Fundo, 2007. Disponível no site: http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/2010/Historia/dissertacoes/8zago_dissertacao.pdf.

FONTES

ACARPA, ETA projeto nº15. Relatório de atividades 1960.

_____. Relatório de atividades 1961.

_____. Relatório de atividades 1962.

_____. Relatório de atividades 1963.

_____. Relatório de atividades 1964.

_____. Relatório de atividades 1965.

_____. Relatório de atividades 1966.

_____. Relatório de atividades 1967.

_____. Relatório de atividades 1968.

_____. Relatório de atividades 1969.

_____. Relatório de atividades 1970.

_____. Relatório de atividades 1971.

_____. Relatório de atividades 1972.

_____. Diretrizes para ação ACARPA, 1973.

_____. Relatório de atividades 1973.

_____. Relatório de atividades 1974.

_____. Relatório de atividades 1975.

_____. Diretrizes para ação ACARPA, 1975.

_____. Relatório de atividades 1976.

_____. Relatório de atividades 1977.

_____. Relatório de atividades 1980.

ACARPRESS: Associação de Crédito e Assistência Rural Impressa, Curitiba, 1972.

_____: Associação de Crédito e Assistência Rural Impressa, Curitiba (ACARPRESS, Nº HM-025, 1972).

_____: Associação de Crédito e Assistência Rural Impressa, Curitiba, 1973.

ÁLBUM DA ACARPA, Marechal Cândido Rondon, 1973.

CARGIL: http://www.cargill.com/150/pt_br/BP_LEADERSHIP-JOHN-JR.jsp

http://www.cargill.com/150/pt_br/BP_AGRICOLA-PROJECT-BRAZIL.jsp

http://www.cargill.com/150/pt_br/BP_PILARS-OF-PLENTY.jsp

CETI: Relatório do Centro de Ensino e Treinamento da Fazenda Ipanema, São Paulo, sem data.

CETREC: Relatório do Centro de Treinamento de Campinas

CETREISUL: Relatório do Centro de Treinamento e Informação do Sul, Pelotas, 1961.

CRL: Center for Research Libraries: Global Resources Network”, disponível no site:

<http://www-apps.crl.edu/brazil>.

DIÁRIO DO PARANÁ, Curitiba, 1981.

DIRETRIZES DA ACARPA, Curitiba, 1975.

EMATER: Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural. 50 anos de Extensão Rural Paranaense, 1956-2006. Curitiba, 2006.

ENTREVISTAS: Entrevista com Fraia Fiedler, Marechal C. Rondon, 2015.

_____ Rodolfo Steindorf, Curitiba, 2015.

_____ Polan Lacki, Curitiba, 2015.

_____ Tércio José Gerhardt, Santa Helena, 2014.

_____ Verônica Knopf, Marechal C. Rondon, 2015.

ETA projeto nº15. Relatório de atividades 1956.

ETA projeto nº15. Relatório de atividades 1957.

ETA projeto nº15. Relatório de atividades 1958.

ETA projeto nº15. Relatório de atividades 1959.

FRENTE AMPLA DE NOTÍCIAS, nº 02, Marechal Cândido Rondon/ Paraná, 1967.

_____ nº 03, Marechal Cândido Rondon/ Paraná, 1968.

_____ ,nº05, Marechal Cândido Rondon,1968-1969.

_____ ,nº06, Marechal Cândido Rondon, 1969.

_____ ,nº07, Marechal Cândido Rondon, 1969.

_____ , nº08, Marechal Cândido Rondon, 1970.

_____ ,nº09, Marechal Cândido Rondon 1970.

_____ , Marechal C. Rondon, 1971.

_____ , nº 13, Marechal C. Rondon, 1971.

_____ , Marechal C. Rondon, 1972.

_____ ,nº14, Marechal Cândido Rondon 1971-1972.

_____ , nº15 Marechal C. Rondon, 1972.

_____ , nº17 Marechal C. Rondon,1972-1973

_____ , nº18 Marechal C. Rondon, 1973.

_____ , Marechal Cândido Rondon, 1974.

_____ , Marechal C. Rondon, 1975.

_____ , nº32, Marechal C. Rondon, 1977.

FRONTEIRA DO IGUAÇU, Cascavel, 1972.

GAZETA DO POVO, Curitiba, 1988.

GRUPOS E CLUBES, ABCAR, Pelotas, 1962.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO. Curitiba – Paraná, 1986.

INFORMATIVO COPAGRIL, Nº 31, M.C.R, 1980, p.10).

INFORMATIVO COPAGRIL, M.C.R, 1977).

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: Censo agropecuário paranaense e brasileiro (1950-1985).

RONDON COMUNICAÇÃO; Ano: III; Número: 96, Marechal Cândido Rondon, 10 de Fevereiro de 1976. Assunto: Nova Estratégia Na Batalha Da Produção. Transcrito da revista Agricultura, dezembro de/75

ANEXOS

João Cleofás de Oliveira “Foi diplomado em engenharia pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro em 1920, iniciou sua trajetória política elegendo-se prefeito de sua cidade natal, em maio de 1922. Deputado estadual por Pernambuco entre 1926 e 1928, ao longo do mandato elaborou o projeto de regulamentação da profissão de engenheiro no estado que, aprovado, constituiu a primeira lei regulamentando essa profissão em todo o país. Em janeiro de 1931 foi nomeado secretário de Agricultura, Indústria, Comércio, Viação e Obras Públicas de Pernambuco, pelo interventor federal Carlos Lima Cavalcanti. À frente da pasta, construiu o tronco rodoviário ligando Recife ao interior do estado, criou a Comissão de Melhoramentos Municipais, com o fim de coordenar os investimentos nos municípios, e o serviço de perfuração de poços e açudes”.

Em 1934 rompeu com o governo estadual e elegeu-se deputado federal. Com a instalação do Estado Novo (10/11/1937) e o fechamento do Congresso, perdeu o mandato. Retornou à carreira política em 1945, quando participou da fundação da União Democrática Nacional (UDN), por cuja legenda elegeu-se deputado federal constituinte. Em 1950, candidatou-se ao governo de Pernambuco, dando apoio a Getúlio Vargas, candidato vitorioso à presidência pelo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Derrotado por Agamenon Magalhães, lançado pelo Partido Social Democrático (PSD), Cleofas foi nomeado por Vargas para o Ministério da Agricultura, em janeiro de 1951.

À frente da pasta, criou, em julho de 1951, a Comissão Nacional de Política Agrária, que elaborou projetos de lei voltados para a reforma agrária, e, no mês seguinte, o Banco Nacional de Crédito Cooperativo, voltado para o incentivo à lavoura de subsistência desenvolvida por pequenos e médios produtores. Instituiu o Fundo de Mecanização da Lavoura e ampliou as linhas de crédito da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil. Ainda em 1951, efetivou decreto que criava a Confederação Rural Brasileira, entidade de classe formada pela reunião das federações de associações rurais de todo o país. Encorajou também a criação de federações estaduais de agricultura e de associações rurais municipais.

Cleofas deixou o Ministério da Agricultura em junho de 1954, para concorrer ao governo de Pernambuco no pleito de outubro, sendo, contudo, derrotado pelo general Osvaldo Cordeiro de Farias, indicado pelo PSD. Em 1958, elegeu-se deputado federal e em 1962 candidatou-se novamente ao governo pernambucano, desta vez na legenda do Partido Republicano, contando com o apoio da UDN. Mesmo dispondo de uma poderosa máquina eleitoral, que incluía recursos norte-americanos canalizados pelo Instituto Brasileiro de Ação Democrática, foi derrotado por seu principal adversário, Miguel Arrais, lançado por forças nacionalistas e de esquerda.

Em junho de 1965, em pleito extraordinário realizado para preencher uma vaga na bancada pernambucana, elegeu-se deputado federal pela UDN. Com a extinção dos partidos políticos pelo Ato Institucional nº 2 (21/10/1965), e a posterior instauração do bipartidarismo, filiou-se à Aliança Renovadora Nacional, partido de apoio ao regime militar instaurado no país em abril de 1964. Em novembro de 1966, elegeu-se senador na legenda arenista. Presidente do Senado em 1970, em 1971 foi eleito presidente de sua Comissão de Finanças, cargo para o qual foi sucessivamente reconduzido até o final do mandato, em 1974 (...) (CEPEDOC, Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001) Disponível no site: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/Joao_Cleofas acessado em 19 de Março de 2016.

Delfin Neto: Formou-se pela Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas (FCEA) da Universidade de São Paulo (USP), em 1952; Doutor em Economia pela USP, com a tese "O problema do café no Brasil", em 1958. Atividade: Funcionário do Departamento de Estradas de Rodagem de São Paulo (1948); Professor e Diretor (1960) da FCEA da USP, Catedrático, em 1962, com a tese "Alguns problemas do Planejamento para o desenvolvimento econômico"; Membro da Equipe de Planejamento do Governo Paulista de Carlos Alberto de Carvalho Pinto (1959); Membro do Conselho Consultivo de Planejamento (CONSPLAN), órgão de assessoria à Política Econômica do Governo Castelo Branco (1965) e do Conselho Nacional de Economia; Secretário de Fazenda do Governo Paulista de Laudo Natel (1966-1967); Ministro da Fazenda (1967-1974); Embaixador do Brasil na França (1974-1978); Ministro da Agricultura (1979) e do Planejamento (1979-1985); Deputado Constituinte por São Paulo (1987-1988); Deputado Federal por São Paulo (desde 1988).

Alysson Paulinelli: Nasceu em Bambuí (MG) em 10 de julho de 1936, filho de Antônio Paulinelli de Carvalho e de Adalgisa Luchesi Paulinelli. Seu pai, engenheiro agrônomo, foi prefeito de Bambuí. Fez o curso primário no Grupo Escolar José Alzamora e o secundário no Ginásio Antero Torres, na cidade natal. Coursou o científico no Instituto Gammon, em Lavras (MG), onde se formou, em 1959, engenheiro agrônomo pela Escola Superior de Agricultura, da qual foi presidente do centro acadêmico entre 1956 e 1958. Em 1959 tornou-se professor de hidráulica, irrigação e drenagem da instituição, por cuja cadeira seria responsável até 1990. Fez estágios de aperfeiçoamento na Tennessee Valley Authority (Estados Unidos), no Chile e na Argentina.

De 1968 a 1969 presidiu a Associação Brasileira de Educação Agrícola Superior. Foi conselheiro da Fundação João Pinheiro e do Centro de Tecnologia de Minas Gerais, além de presidente da junta administrativa da Associação de Crédito e Assistência Rural. Em 1969, a convite do governo dos Estados Unidos, visitou universidades e centros de pesquisa e produção. Participou de congressos, conferências e reuniões em Chile, Argentina, Uruguai e Paraguai.

Entre 1971 e 1974, durante o governo de Rondon Pacheco, foi secretário de Agricultura. Pregou a renovação de métodos para a conquista de melhores safras, conseguindo fazer do estado o maior plantador de café. Promoveu e participou de concentrações e reuniões com produtores rurais em 429 dos 722 municípios. Em 1973, a convite do governo da Inglaterra, participou do Agricultural Royal Show. Foi representante do Brasil na comissão de assessores de educação agrícola superior do Instituto Interamericano de Ciências Agrícolas, da Organização dos Estados Americanos (OEA).

Como assessor do Conselho de Extensão Rural, passou a frequentar regularmente, a partir do segundo semestre de 1973, o Ministério da Agricultura. Em 15 de março do ano seguinte – quando se iniciou o governo de Ernesto Geisel –, foi nomeado para a pasta. Indicou os problemas do abastecimento interno como prioridades, afirmando ser possível não só alcançar a auto-suficiência na produção de trigo como transformar o país em exportador.

Em julho de 1974, reconheceu a existência de "ótimos projetos nacionais para o campo", mas confirmou a disposição do governo de aceitar a participação do capital estrangeiro no setor agropecuário, diante da falta de recursos para financiar todos os projetos existentes. Em maio de 1975, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) colocou à venda 1,4 milhão de hectares de terras na Amazônia, divididos em lotes de 66 mil ou 72 mil hectares, para projetos de colonização. A operação representou a marginalização dos desbravadores individuais, a quem se

destinavam os lotes de no máximo três mil hectares anteriormente vendidos pelo INCRA.

Em setembro de 1976, fez um balanço da primeira metade do governo Geisel, afirmando que a agricultura havia recebido tratamento prioritário. Apontava como prova o fato de que os investimentos haviam experimentado notável crescimento, passando de 36 bilhões de cruzeiros em 1974 para 160 bilhões dois anos depois. Nessa mesma época, contestou a tese de que as distorções fundiárias fossem responsáveis pelo atraso no desenvolvimento agropecuário do Nordeste e disse que “o governo não pretende agir demagogicamente, quando se sabe que o problema não é a terra”.

Em março de 1977 afirmou que os recursos destinados à política de garantia de preços mínimos para os produtores rurais haviam aumentado em cerca de 1.000% nos três anos em que estava à frente do ministério, passando de 1,2 bilhão de cruzeiros em 1973 para 14,6 bilhões em 1976. Em julho do mesmo ano, quando o governo adotou medidas limitadoras da expansão do crédito agrícola, retirou o subsídio para a compra de fertilizantes e decretou o confisco cambial para a soja, Paulinelli garantiu que não se pretendia punir a agricultura.

Foi um dos três ministros que, em março de 1978, concordaram em fazer declarações à imprensa sobre a questão da anistia, reivindicação oposicionista que até então o governo se negara a atender. Admitiu que se poderia chegar a uma anistia ampla, ressaltando, entretanto, que qualquer debate sobre o problema seria prematuro enquanto não fosse encontrada a forma adequada de abertura política.

Em outubro do mesmo ano, num artigo sobre os problemas da agricultura e a política governamental, afirmou que “a distribuição de renda ainda não satisfaz às exigências de uma sociedade moderadamente desenvolvida. Perduram contrastes, distorções e desequilíbrios regionais graves, persistem desafios à economia ainda vulnerável no Nordeste semiárido, ao desenvolvimento do ainda vazio trópico úmido da Amazônia, permanecem bolsões de pobreza em áreas decadentes do Centro-Sul”.

Deixou o ministério no fim do governo Geisel, em 15 de março de 1979. Foi presidente do Banco do Estado de Minas Gerais (BEMGE) de 1979 a 1983, da Associação Brasileira de Bancos Comerciais Estaduais (ASBACE) de 1980 a 1982, da Fiat Allis Latino-Americana de 1982 a 1986 e da Sociedade Mineira de Agricultura de 1983 a 1986.

Nesse ano, candidatou-se, em novembro, a deputado federal constituinte na legenda do Partido da Frente Liberal (PFL). Empossado em fevereiro do ano seguinte, participou da Assembleia Nacional Constituinte - cuja carta foi promulgada em 5 de outubro de 1988 -, como titular da Subcomissão de Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária, da Comissão da Ordem Econômica, e suplente da Subcomissão do Sistema Eleitoral e Partidos Políticos, da Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições.

Votou a favor da pena de morte, da unicidade sindical, do mandato de cinco anos para o presidente da República e da legalização do aborto e foi contrário à limitação do direito de propriedade privada, à jornada semanal de 40 horas, à instituição do voto facultativo aos 16 anos, à estatização do sistema financeiro e à desapropriação da propriedade produtiva. Na discussão sobre sistema de governo, manifestou-se pelo presidencialismo.

Empossado na presidência da Confederação Nacional da Agricultura (CNA) em dezembro de 1987, permaneceu à frente da entidade até 1990, quando cedeu o posto a Antônio de Salvo. Ainda em 1990, foi presidente do Comitê da Feira Osaka-Japão, cabendo-lhe coordenar a participação brasileira. No pleito de outubro deste ano, candidatou-se ao Senado pela legenda pefelista, não obtendo os votos necessários para

assegurar-lhe o mandato. Deixou a Câmara Federal em janeiro de 1991, ao final da legislatura.

Em março de 1991, o governador Hélio Garcia (1991-1994) nomeou-o secretário de Agricultura, Pecuária e Abastecimento. De 1992 a 1993 exerceu a presidência do Fórum Nacional de Agricultura. Em dezembro de 1994 deixou a secretaria.

Em janeiro do ano seguinte, o sucessor de Garcia, Eduardo Azeredo (1995-1998), reconduziu-o ao cargo, no qual permaneceu até março de 1998. Após deixá-lo, dedicou-se à empresa de consultoria Listen, em Belo Horizonte.

Produtor rural atuou como consultor em projetos agrícolas. Membro da Academia Nacional de Engenharia filiou-se ao Partido Social Democrático (PSD) após ter-se desligado do PFL.” Dados disponíveis no site:

<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/paulinelli-alysson>
acesso em Junho de 2016.

Moisés Lupion de Troya: “Nasceu em Jaguariaíva (PR) no dia 25 de março de 1908, filho de João Lupion de Troya, natural da Espanha, e de Carolina Wille Lupion.

Realizou os primeiros estudos em sua cidade natal e cursou o secundário no Colégio Duílio Calderari e no Ginásio Paranaense, situados em Curitiba. Formou-se em contabilidade na Escola Álvares Penteado, na cidade de São Paulo, transferindo-se em seguida para Piraí do Sul (PR), onde passou a dedicar-se à indústria e comércio de madeira e à agricultura.

Com o fim do Estado Novo e a redemocratização do país, aderiu, em 1946, ao Partido Social Democrático (PSD) e foi escolhido presidente da seção paranaense dessa agremiação, cargo que exerceu até 1950. Em janeiro de 1947, foi eleito governador do Paraná. O início de sua administração foi marcado pelo agravamento da luta armada entre posseiros e grileiros, que disputavam a posse das terras do norte do estado. Nessa época, Lupion fundou a Clevelândia Industrial e Territorial (Citla), empresa voltada para a colonização e a exploração madeireira que se envolveu nos anos seguintes em graves conflitos sociais no campo paranaense.

Durante seu governo, Lupion conferiu ênfase ao desenvolvimento do ensino secundário gratuito e à construção de centros de saúde e de puericultura. Atuou também no sentido de ampliar os recursos energéticos do estado, estabelecendo um plano de expansão das usinas hidrelétricas. Terminado o seu mandato em 1951, Lupion só retornou à vida pública em 1954, quando foi eleito senador pelo Paraná, na legenda do PSD. Iniciou seu mandato parlamentar em fevereiro de 1955 e, pouco depois, tornou-se mais uma vez candidato ao governo paranaense com o apoio do PSD e dos partidos Democrata Cristão (PDC) e Trabalhista Nacional (PTN), sendo eleito em outubro do mesmo ano.

Permaneceu no Senado até ser empossado no governo estadual em fevereiro de 1956. Nesse intervalo, ocorreu o movimento militar de 11 de novembro de 1955, liderado pelo general Henrique Teixeira Lott, ministro da Guerra até a véspera, visando assegurar a posse do presidente eleito Juscelino Kubitschek. Em seguida, o Congresso decretou o impedimento do presidente em exercício, Carlos Luz, e empossou o vice-presidente do Senado, Nereu Ramos, na chefia do governo federal. No dia 21 desse mês, Lupion votou a favor do impedimento do presidente João Café Filho, que estava licenciado e tentou, sem êxito, reassumir o cargo.

Entre 1956 e 1960, Lupion presidiu o diretório regional do PSD. Durante sua segunda administração estadual, agravaram-se os conflitos agrários no Paraná, pois os lavradores se recusavam a deixar as terras em que trabalhavam, organizando a

resistência armada aos pistoleiros contratados por algumas empresas. Essa luta resultou em sucessivos levantes em municípios da região sudoeste do estado, como Francisco Beltrão, Pato Branco, Santo Antônio e Capanema. Na condição de proprietário da Citla, Lupion foi envolvido diretamente nesses conflitos, sendo acusado pela imprensa e por parlamentares opositoristas de utilizar a Força Pública do estado em auxílio à ação violenta das empresas imobiliárias.

Em outubro de 1957, o bloco majoritário na Assembleia Legislativa paranaense enviou um telegrama ao presidente da República, ao ministro da Guerra e ao secretário-geral do Conselho de Segurança Nacional, apontando a existência de uma descrença no povo em relação à interferência das autoridades estaduais no conflito “face aos interesses pessoais do governador na venda de terras”. A ação do governo federal, que providenciou a regularização da posse da terra nas regiões conflagradas, contribuiu para a diminuição dos conflitos, embora os choques se tenham repetido até 1960. Durante os governos de Jânio Quadros e João Goulart, foram adotadas medidas voltadas para a normalização do mercado de terras nessas áreas.

No transcurso da sua segunda administração, Lupion realizou obras rodoviárias, como a estrada Curitiba-Paranaguá, e ferroviárias, implantando os primeiros trilhos da Estrada de Ferro Central do Paraná. Concluiu também com o governador de São Paulo, Jânio Quadros, um acordo de aproveitamento da energia produzida a partir do rio Paranapanema.

Em 1961, Lupion foi substituído no governo estadual por Ney Braga, que expediu contra ele vários mandados de prisão, acusando-o de corrupção. O ex-governador exilou-se então na Argentina, retornando ao Brasil em 1962, ano em que foi eleito deputado federal pelo Paraná na legenda do PSD. Exerceu o mandato entre junho de 1963 e abril do ano seguinte, quando, em decorrência das mesmas acusações de corrupção, teve o mandato cassado e os direitos políticos suspensos por dez anos com base no Ato Institucional nº 1 (AI-1), baixado pelo governo formado após a deposição do presidente João Goulart. Recuperou seus direitos políticos em 1974”. Verbetes produzidos por Renato Lemos, disponível no site:

<http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/moises-lupion-de-troya>
acesso em junho de 2016.

Ney Aminthas de Barros Braga: Cunhado de Bento Munhoz da Rocha Neto, membro do PDC, partido que foi fundado em São Paulo pelo professor da USP Antônio Ferreira Cesarino Júnior em 1945. Foi um partido conservador de oposição ao getulismo. Ney Braga militou no PDC assim como Plínio de Arruda Sampaio, Álvaro Valle, José Richa, Nelson Marchesan, e outros, que se destacaram no período posterior ao da ditadura militar após 1964. Braga nasceu na cidade da Lapa, Estado do Paraná, em 25 de julho de 1917. Filho de Antônio Lacerda Braga e Semiramis Barros Braga. Fez o curso de humanidades na Lapa e Curitiba. Seguiu as carreiras das armas, tendo concluído o curso superior na Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro, de onde saiu aspirante de Oficial da Arma da Artilharia, em 1937. Serviu nos Estados do Rio Grande do Sul, São Paulo e Paraná.

Realizou vários cursos de aperfeiçoamento entre os quais o da Escola de Comando e de Estado Maior do Exército, que concluiu em 1948. Dedicou-se à vida militar e política.

Foi Chefe de Polícia (equivalente Secretário de Estado da Segurança Pública) entre 1952 e 1954 durante o governo Munhoz da Rocha. Foi credenciado, a disputar,

por eleição direta a Prefeitura Municipal de Curitiba, em 1954, elegeu-se com significativa votação.

Implementou reformas urbanas e procurou modernizar a cidade. Racionalizou o sistema de transportes coletivos. Levou energia elétrica aos bairros, acionou mecanismos de planejamento, instituiu a primeira Comissão de Cultura, isentou circos e teatros de impostos municipais, instalou bibliotecas na periferia, estimulou programas de preservação de áreas verdes, construiu praças, cuidou da segurança e do abastecimento, imprimiu severa austeridade aos gastos públicos. Candidatou-se, a seguir, à Câmara dos Deputados, obtendo a maior votação individual da época (1958), eleito pelo Partido Democrata Cristão (PDC) e candidato em 1960. Conquistou 33% dos votos da Capital, fato inédito até hoje numa eleição proporcional. Permaneceu pouco tempo na Câmara, mas o suficiente para abordar temas de alta relevância, tais como a posse da terra no Oeste e Sudoeste paranaense, além de outros.

Juntou-se a campanha presidencial de Jânio Quadros, à qual o povo lhe associou o nome. Vitorioso, propôs-se a realizar as inovações da sua plataforma, ciente de encontrar dificuldades e carências, pois o Estado se encontrava com sérios problemas administrativos. O Paraná ainda estava vivendo vertiginoso processo de ocupação, assoberbado pela monocultura do café, sem energia elétrica, nem rodovias pavimentadas, capazes de dar vazão ao fluxo da produção agrícola, enfim, sem infraestrutura compatível com a votação diversificada do seu espaço geográfico.

Sua preocupação primeira foi de atender aos pendores do Estado para a industrialização. Importava, pois, fontes de geração de energia, rede viária, sistema de abastecimento de água, redes de armazéns, assistência ao produtor rural, enfim, praticamente tudo em termos de uma política global de desenvolvimento social e econômico.

Fortaleceu a Copel, recuperou o Banestado, asfaltou a Rodovia do Café, elo de integração entre o sul e norte. Implantou centrais geradoras de energia elétrica. Eliminou os racionamentos e atraiu novas indústrias. Iniciou o sistema de telecomunicação por micro-ondas.

Trouxe para o estado a refinaria Getúlio Vargas, de Araucária. Criou a Codepar (mais tarde, Banco de Desenvolvimento do Paraná), o IPE, IAM, Café do Paraná, Celepar, Sanepar, Fundepar, etc. E o BRDE, com os governadores de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Esses órgãos, atuando com maior flexibilidade, lhe permitiram assegurar ao Paraná um ciclo notável de prosperidade. Não descuidou, contudo, do lado humano da gestão pública, atendendo aos menores carentes e as necessidades básicas das populações até então marginalizadas. No plano federal, em 1965, foi Ministro da Agricultura no governo do presidente Castello Branco. Renunciou ao cargo de governador, sucedido por Algacyr Guimarães. Suas ações naquela pasta destinaram-se a melhoria da produtividade, a organização e comercialização dos produtos agrícolas.

Fixação dos preços mínimos antes do plantio, instalou a **Comissão Consultiva Nacional do Crédito Rural**. Encaminhamento dos anteprojetos de lei das Cooperativas e da oficialização do ensino agrícola e veterinário.

Medidas voltadas para o equilíbrio ecológico também foram adotadas com a elaboração da primeira legislação de incentivos fiscais para o reflorestamento. Novo Código de Pesca e proteção à fauna. Criação do Instituto Brasileiro da Defesa Florestal, cujos estudos preliminares foram de seu Ministério.

Elegeu-se em 1966, pela ARENA (Aliança Renovadora Nacional), para o Senado, onde ocupou a 1ª secretaria e implantou os serviços de processamento de dados (Prodasen), programas de construção de moradia para os funcionários, além de presidir

as comissões técnicas da Agricultura, Relações Exteriores, Segurança Nacional, Indústria e Comércio e ALAC.

Em 1974 foi convocado pelo presidente Geisel para compor seu ministério, sendo destinado a Pasta da Educação e Cultura. **Instituiu o Crédito Educativo**, o Fundo de Assistência ao Atleta Profissional, o Conselho Nacional de Direitos Autorais, a Política Nacional de Educação Física e Desporto, o Programa Nacional de Pós-Graduação; criou o Concine, a Funarte, enfim, iniciativas modernizantes e objetivas. Ney voltou ao governo do Paraná em 1978, em eleição indireta, para novo período de administração. As diretrizes do seu programa de ação estiveram definidas em cinco pontos fundamentais: o aumento da renda per capita da população paranaense, a difusão espacial do bem-estar, o incentivo ao desenvolvimento e a promoção cultural, a resposta do Paraná para o Brasil e ações para o futuro do Paraná.

Apoiou a criação do Pró-rural, à movimentação do setor de transportes, a reativação do porto de Antonina, a definição do traçado da Ferrovia da Soja, a legalização de 46 mil propriedades, o apoio aos municípios mediante o PRAM; a construção de 26 mil casas populares e escritórios regionais da FAMEPAR e EMOPAR.

Uma rápida visão de segundo governo permite a avaliação da sua operacidade, apesar de já viver o país um processo de crise econômica, cujo ônus recaíram como era de esperar, sobre o partido político que sustentava o governo, O Partido Democrático Social (PDS). A criação da Secretaria de Estado e da Cultura e do Esporte foi um dos pontos altos de seu segundo governo.

Por ocasião das eleições presidenciais em 1985, no Colégio Eleitoral, dos articulars do chamado "Acordo de Minas", que viabilizou as candidaturas de Tancredo Neves e José Sarney, tendo para isso rompido com seu partido e ingressado na nova agremiação fundada por Aureliano Chaves e Marco Maciel, o Partido da Frente Liberal.

Ao formar a sua equipe de governo, Tancredo Neves convidou Ney Braga para assumir a presidência da Itaipu Binacional, a maior usina hidrelétrica do mundo, cargo em que foi confirmado depois pelo presidente José Sarney. Concluído o mandato, retirou-se da militância partidária, acompanhando, à distância, os acontecimentos políticos. Biografia: História biográfica da república no Paraná, de David Carneiro e Túlio Vargas, 1994. Disponível no site do Governo do Estado do Paraná <http://www.casacivil.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=59> acesso em junho de 2016.

Emílio Hoffmann Gomes: Emílio Hoffmann Gomes, nasceu em Ponta Grossa, Paraná, a 19 de julho de 1925, filho de Ezequiel Gomes e Maria Hoffmann Gomes. Seu pai era um dos coordenadores da implantação e construção da Usina Hidrelétrica de Mauá, no Paraná. Fez o curso fundamental na cidade de Irati, transferindo-se depois para Faculdade de Engenharia do Paraná, tendo obtido grau em 1949. Em 1961 filiou-se ao Partido Democrata Cristão (PDC) e disputou as eleições para a Câmara dos Deputados. Executou três mandatos parlamentares e ocupou cargos na comissão executiva daquela Casa do Congresso Nacional. Em 1967, participou da reunião plenária do Parlamento Latino-Americano, no Equador e na Guatemala. Em 1973 com a morte prematura do governador Pedro Viriato Parigot de Souza, Emílio Hoffmann Gomes foi eleito, por via indireta, pela Assembleia Legislativa, para cumprir o restante do mandato governamental. Procurou incorporar o Paraná ao processo do desenvolvimento nacional; aprofundar o entrosamento entre o governo e a iniciativa privada. Deu prioridade à implantação de cidades industriais, reforçou o apoio

governamental à agricultura. Nomeado mais tarde, auditor do Tribunal de Contas do Paraná, onde se aposentou. Cf: Casa civil governo do Paraná: site: <http://www.casacivil.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=80>.

Adolfo Oliveira Franco: Foi presidente do conselho regional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), paralelamente foi diretor-presidente do Banco Comercial do Paraná. Empossado em virtude da morte de Getúlio Vargas para dirigir a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil. Em 1956 reconduziu a presidência do Banco Comercial do Paraná. Ainda em 1956, foi designado membro da comissão consultiva bancária da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC). Em 1961 foi nomeado membro do conselho de administração do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE). Em 1962 elegeu-se senador do Paraná pela (UDN). Foi escolhido representante do Senado no Congresso Nacional dos Municípios, realizado em Curitiba, e vice-líder de seu partido, função que exerceu até 1965. Em 1965 ocupou a presidência do diretório regional da UDN. Com a extinção dos partidos políticos pelo Ato Institucional nº 2 (1965), filiou-se à Aliança Renovadora Nacional (Arena). Em agosto de 1967 compareceu à Conferência Internacional do Café, em Londres, e em outubro seguinte participou no Rio de Janeiro na XXII Reunião Anual da Junta de Governadores do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), conhecido como Banco Mundial, a principal agência financeira da Organização das Nações Unidas (ONU). Foi membro efetivo das comissões de Finanças e de Indústria e Comércio do Senado, foi ainda suplente das comissões de Economia, do Distrito Federal, de Projeto do Executivo, de Segurança Nacional, de Agricultura, de Ajustes Internacionais, de Legislação sobre Energia Atômica, de Constituição e Justiça, de Relações Exteriores e de Legislação Social, exercendo em 1970 a presidência desta última. É importante lembrar que foi membro do conselho da Fundação de Assistência ao Trabalhador Rural, presidente de Finasa Paraná-Santa Catarina Crédito e Investimento (CPEDOC, disponível no site <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/adolfo-de-oliveira-franco>).